Cíntia Liesenberg

A inserção da imprensa no discurso do *terceiro setor*

*Análise do Projeto Cidadão 2001 - Correio Popular
e da Coluna Social, da Folha de S.Paulo*

São Paulo

2004

Cíntia Liesenberg

A inserção da imprensa no discurso do *terceiro setor*

*Análise do Projeto Cidadão 2001 - Correio Popular
e da Coluna Social, da Folha de S.Paulo*

Dissertação apresentada como requisito parcial para a
obtenção do título de Mestre junto ao Departamento de
Jornalismo e Editoração (CJE) da Escola de Comunicações e
Artes da Universidade de São Paulo, sob orientação da
Profª. Drª. Mayra Rodrigues Gomes.

São Paulo

2004

Ao Ricardo, por tudo. Muito!

À Thereza e Baldur, minha fonte de vida e riqueza.

Aos meus irmãos e familiares, pelas histórias de vida que povoam meu imaginário.

Especialmente à minha avó Emília, meu eu-ideal.

Agradecimentos

À Profa. Dra. Mayra Rodrigues Gomes, muito mais que minha orientadora.

Às Profas. Dras. Jeanne-Marie Machado de Freitas, Therezinha Tagé e Evelina Dagnino, pelos vários mundos que me apresentaram.

Às Profas. Dras. Maria Otília Bocchini e Rosamaria Luíza de Melo Rocha, minha gratidão, admiração e respeito pela leitura atenta e pelos comentários durante o exame de qualificação.

Aos amigos e colegas do Núcleo de Estudos - Jornalismo e Ciências da Linguagem, em especial à Rosana, Cristina e Andrea, pelo trabalho em equipe e pela equipe de trabalho!

Ao Paulo César Bontempi, nosso anjo protetor na Pós-graduação.

Aos demais funcionários do CJE, em especial à Dona Ema, Ruth e Miguel.

Aos alunos do PAE, pelos momentos de estudo compartilhado e pelos questionamentos que se somaram aos meus e encontram-se dispersos nessas páginas.

Aos meus amigos. Todos! Por tornarem a vida muito mais bonita. Em especial à Zaida e à Claudia que me lembram de fases marcantes desse mestrado.

À Capes, pela bolsa de estudos.

Sumário

Introdução.....	09
PARTE A: Terceiro setor, linguagem e fundamentos para análise.....	13
1 – O terceiro setor.....	14
Origem do termo e conceituação.....	15
Terceiro setor, Estado e mercado.....	17
O terceiro setor na América Latina e Brasil	18
A justaposição do heterogêneo.....	20
A mensuração do campo.....	23
Área de atuação no Brasil.....	24
Fonte de recursos para o setor.....	25
Eficácia simbólica e inconsistência.....	27
Homogeneização e despolitização da participação social.....	28
“Responsabilidade social” – apelo de imagem, lucratividade e poder social.....	29
Em nome da “cidadania”. Que cidadania?.....	33
2 - Fundamentos para uma análise do discurso jornalístico	38
Para uma concepção não-instrumental da Comunicação.....	39
Ciências da Linguagem.....	40
Análise de Discurso de linha francesa (AD)	45
A AD na abordagem de Maingueneau.....	49
Formação Discursiva.....	50
Enunciação.....	51
Prática Discursiva.....	53
Cena Enunciativa e Cenografia.....	55
Ethos.....	57
Gêneros do discurso.....	59
Discurso e Heterogeneidade.....	61
Heterogeneidade.....	61
Polifonia.....	63
Interdiscurso.....	64
3 - Metodologia de análise do discurso jornalístico	66
Escolhas iniciais.....	68
Clippagem: leitura e levantamento de matérias.....	70
Triagem e elaboração do inventário de ocorrências.....	72
Inventário de Ocorrências.....	72
O foco na topografia discursiva e definição dos lugares discursivos.....	77
As variáveis a serem observadas.....	78
Recorte final do <i>corpus</i> : escolha das seções e seleção de matérias.....	79
Coluna Social.....	80
Projeto Cidadão 2001.....	83
Levantamento das variáveis: etapa preliminar de análise.....	84

Indicadores dos lugares discursivos.....	85
Agente Mobilizador.....	85
Instâncias de Apoio.....	86
Destinatários.....	87
Instituição Midiática.....	88
PARTE B: Abordagem do <i>corpus</i> final	89
A topografia da Coluna Social e do Projeto Cidadão 2001.....	90
4 - Instâncias de Apoio	91
Coluna Social – foco “celebridade”	
A construção do fato em torno de um apoiador ocasional.....	92
Coluna Social – foco “herói”	
Elemento secundário na enunciação.....	97
Cidadão 2001	
Diferentes formas de atuação.....	100
<i>Topos</i> genérico	
O papel ambíguo e plural das <i>Instâncias de Apoio</i>	106
5 - Agente Mobilizador.....	115
Coluna Social – foco “celebridade”	
De um <i>topos</i> sem voz à função referencial como autoridade.....	116
Coluna Social – foco “herói”	
A pobreza como determinante de um caráter excepcional à ação.....	119
Cidadão 2001	
Agentes mobilizadores: cidadãos modelo	124
<i>Topos</i> genérico	
A destituição do poder político das ações em sociedade.....	135
6 - Destinatários.....	152
Lugar sem voz que justifica as ações desenvolvidas.....	153
<i>Topos</i> genérico	
Mais do que um lugar sem voz.....	162
7 - Instituição Midiática.....	181
Coluna Social	
Explicitação e apagamento do enunciador.....	182
Cidadão 2001	
<i>Instituição Midiática</i> no papel do juiz conservador.....	191
<i>Topos</i> genérico	
A empresa jornalística mostra sua face.....	196
Vestígios de outras relações possíveis.....	213
Considerações finais	217
Referências bibliográficas e bibliografia consultada.....	222
Anexos – 1	
Anexos – 2	

Resumo

A pesquisa trata das relações entre a imprensa e o chamado *terceiro setor* - que compreende organizações iniciativas não-governamentais que se afirmam em nome do interesse público e sem fins lucrativos. Apóia-se na crescente exploração destas iniciativas pela mídia e na relevância que o jornalismo assume contemporaneamente na organização, circulação e legitimação de discursos e práticas. A partir do debate sobre o conceito de *terceiro setor* e sobre a noção de cidadania que freqüentemente permeia esta discussão, busca compreender como a imprensa toma parte neste discurso e os sentidos que ela coloca em circulação. Para tanto, adota como objeto duas seções criadas especificamente para divulgação dessas iniciativas: a Coluna Social, da Folha de S. Paulo e o projeto “Cidadão 2001”, do Correio Popular (Campinas – SP). O estudo se fundamenta na Análise de Discurso francesa, principalmente em Dominique Maingueneau, em especial no enfoque da enunciação e das noções de lugar (*topos*), cenografia e cena enunciativa. A partir disso, propõe parâmetros de análise que visam identificar as relações estabelecidas entre os principais atores do campo no contexto da imprensa - instâncias de apoio, agente mobilizador, destinatários das ações e a instituição midiática. Como resultado, obtém a caracterização de uma cena em que sobressai o reforço às hierarquias dominantes na sociedade e que evidencia como a imprensa se insere na condição de sujeito ativo nesse discurso, com a divulgação e reprodução de algumas de suas práticas.

Palavras-chave:

terceiro setor, cidadania, imprensa, ciências da linguagem, análise do discurso.

Abstract

This research deals with relations between the press and the *third sector*, which comprises non-governmental organizations and initiatives that work in a non-profit system on the behalf of the public interest. Those initiatives have achieved a growing visibility through the media and the contemporary relevance of journalism in terms of organizing, circulating and legitimating discourses and practices. From the debate on the concept of the *third sector* and the notion of citizenship that often permeates such discussion, it intends to understand which part the press takes in this discourse and the meanings it promotes. Therefore, two newspapers sections created specifically to publish such initiatives “Coluna Social” (Social Column) in Folha de S.Paulo and the project Cidadão 2001 (Citizen 2001) in Correio Popular (Campinas, SP) are the objects analyzed. This study is theoretically based on French Discourse Analyses, mainly Dominique Maingueneau, and the focus on enunciation, and the notion of place (topos), scenery, and enunciative scene. It proposes parameters of analysis that intend to identify the established relations between the main actors of this field in the press – support institutions, mobilizing agents, action’s addressees and the media. As a result, it reveals the characterization of a scene in which society’s dominant hierarchies are reinforced and the press is revealed as an active subject in such discourse, publishing and reproducing some of its practices.

Key words:

third sector, citizenship, press, discourse analysis.

Introdução

Estudo da Associação Nacional dos Direitos da Infância (ANDI) – Investimento Social na Idade Mídia –, em 2000, demonstra o crescimento da cobertura da imprensa sobre as ações do chamado *terceiro setor*, em especial, do que se considerou como investimento social privado¹. A pesquisa – realizada em conjunto com o Grupo de Institutos, Fundações e Empresas (GIFE) – teve abrangência nacional e demonstra que houve um aumento de inserções desse tipo de pauta de 113% entre o 1º semestre de 1999 e o 1º semestre de 2000 (Cavalcante *et al.*, 2000 : 17).

A busca dos profissionais vinculados a este segmento por maior atenção da mídia e legitimação do termo, como também as várias receitas que relacionam a noção de “responsabilidade social” com o marketing empresarial têm se unido às muitas falas que, envoltas por uma noção evasiva de cidadania, contribuem para ampliar o coro do discurso das ações “sem fins lucrativos” e de “interesse público”, que por definição, compõem o campo. No entanto, baseando-se também no âmbito da participação voluntária e na origem não-governamental, este inclui ainda, de forma conceitual, ações mais politizadas de mobilização pelas bases, defesa dos direitos humanos e organizações que lutam contra as estruturas dominantes de poder na sociedade. As diversas e heterogêneas iniciativas recobertas pelo termo demonstram a necessidade cada vez maior de compreensão das relações que tecem na sociedade, bem como dos discursos que evocam em seu nome.

Neste cenário, este trabalho visa pesquisar as relações entre imprensa – como instituição inserida nos meios de comunicação de massa – e o *terceiro setor*. Parte também da relevância adquirida pela mídia na contemporaneidade, especialmente pelo jornalismo, em seu papel na organização e circulação de discursos, conferindo ampla visibilidade e legitimação àquilo que divulga. Institui-se, desse modo, como instância privilegiada na difusão de discursos que, por sua vez, “ordenam nossas formas de ver o mundo e agir nele” (Gomes, 2002 : 27).

Para compreender o cenário que se constrói a partir da divulgação jornalística sobre a temática, o trabalho consiste em duas etapas principais. A primeira traz o levantamento de subsídios para embasamento da análise. A segunda contém a aplicação da metodologia desenvolvida a partir de tal fundamentação.

No primeiro capítulo busca-se oferecer um panorama em torno do *terceiro setor*, com a apresentação de alguns de seus principais aspectos, como conceito que abrange diversas e distintas iniciativas, apoiadas em discursos diferenciados, mas que, reunidas sobre um mesmo termo, acabam por ocultar diferenças que podem ser social e politicamente significativas, como argumentam Leilah Landim e Neide Beres (2002).

¹ Investimento social privado é entendido na pesquisa como o “uso planejado, monitorado e voluntário de recursos privados - provenientes de pessoas físicas ou jurídicas - em projetos de interesse público”, cujo universo inclui “ações sociais protagonizadas por indivíduos, famílias, empresas e braços sociais de empresas, como institutos e fundações empresariais” (Cavalcante *et al.*, 2000 : 42).

Ao abordar tal questão, importa trazer os diversos sentidos associados à idéia de cidadania, como noção que ressignifica (Fernandes, 1997) ou em nome da qual falam todas as iniciativas do setor (Gohn, 2000) e que carrega para o campo uma idéia de participação plena em uma sociedade e nos direitos nela inscritos. Contudo, as conotações assumidas apontam para os distintos posicionamentos adotados por tais ações, o que atua para evidenciar tendências opostas que podem contribuir na alteração ou endosso das relações de poder que fundam as desigualdades que tais práticas buscam reduzir.

No segundo capítulo apresenta-se o aparato teórico que permite analisar a Comunicação sem cair no enfoque das concepções instrumentais, que se instituem no esquema básico emissor-mensagem-receptor (Freitas, 1992 : 12-13). Para tanto, apóia-se nas linhas das Ciências da Linguagem que têm como principais pressupostos uma visão de sujeito não soberano e constituído pela linguagem. Nesses termos, toma o homem como ser social que habita a ordem simbólica e é atravessado por discursos. Pois, “quem diz linguagem diz *demarcação, significação e comunicação*. Neste sentido, todas as práticas humanas são tipos de linguagem, visto que têm a função *de demarcar, de significar, de comunicar*” (Kristeva, 1994 : 17).

Neste domínio, recorre-se à Análise de Discurso de linha francesa, pelo enfoque de Dominique Maingueneau a partir do estudo centrado na enunciação e na identificação da cena enunciativa. Esta permite a articulação entre a organização lingüística do texto e sua instauração como evento verbal no mundo (Maingueneau, 2001 : 229), o que implica o desenvolvimento de uma metodologia de análise que inscreva o discurso jornalístico no cenário maior de sua produção.

Com base nesse preceitos, o desenvolvimento da metodologia segue de forma a possibilitar uma análise fecunda dos sentidos que circulam na imprensa a partir da temática em questão. Para tanto, no terceiro capítulo, articulam-se as considerações apontadas no primeiro com a abordagem preliminar do *corpus* e a triagem do material encontrado, compilado em um inventário de ocorrências da cobertura jornalística na Folha de S. Paulo e Correio Popular (Campinas-SP), em que as iniciativas associadas ao *terceiro setor* são mencionadas.

O cruzamento de informações evidencia os atores do segmento, em que se destaca também o posicionamento da imprensa nesse discurso. Em outras palavras, obtém-se como resultado um mapeamento que permite identificar os principais atores constitutivos desse cenário e as relações que estabelecem entre si. Dentre eles, destaca-se a instituição midiática, que se mostra como sujeito na prática dos discursos que divulga. O que leva à opção pelo estudo da Coluna Social (Folha de S. Paulo) e do Projeto Cidadão 2001 (Correio Popular – Campinas-SP), por se constituírem como publicações que tratam exclusivamente destas iniciativas.

Na segunda parte do trabalho são apresentadas as análises estabelecidas na aplicação da metodologia, criada com base no preceito de que a identidade se constitui a partir e no interior de um sistema de lugares que ultrapassa o indivíduo (Maingueneau, 1989 : 32-33).

Esta visa mostrar a caracterização da topografia formada em torno dos atores principais inseridos no discurso e práticas circunscritas pelo conceito do *terceiro setor*: agente mobilizador, instâncias de apoio, destinatários e instituição midiática.

A apresentação de cada um desses *topoi* inicia-se pelo lugar conferido às **Instâncias de Apoio** – elementos que colaboram e formam uma rede de auxílio, manutenção e desenvolvimento dessas ações de cunho social. Segue-se com a abordagem do *topos* constituído pelos **Agentes Mobilizadores** – no qual se inscrevem os gestores e responsáveis pelas organizações e iniciativas do segmento. A terceira parte da análise diz respeito à caracterização dos **Destinatários** dessas ações. Conclui-se com a apresentação do lugar ocupado pela Instituição Midiática, em que se posicionam o grupo editorial, a publicação e os jornalistas que nela atuam.

Como principal resultado das análises, fica uma cenografia que refunda hierarquias de poder na sociedade contemporânea. Porém, em seu percurso discursivo observam-se fragmentos que apontam para outras visadas, de modo que, como indica Mayra Rodrigues Gomes (2000 : 83) sempre há algo que pode ser recuperado, “algo disponível como notícia”.

É nesse sentido que este estudo procura prestar sua contribuição. Na articulação entre linguagem e contexto social que permite evidenciar tomadas de posição, o que é fundamental quando se levantam práticas que falam em nome da cidadania, pois, como afirma Eni Orlandi (1999 : 15-16) o discurso está na base da produção da existência humana e “torna possível tanto a permanência e a continuidade quanto o deslocamento e a transformação do homem e da realidade em que ele vive”.

PARTE **A**

***Terceiro setor, linguagem e
fundamentos de análise***

1

0 terceiro setor

Este capítulo tem como objetivo traçar um panorama do chamado *terceiro setor*, expressão que foi importada para o vocabulário brasileiro (Fernandes, 1997; Coelho, 2000) para a designação de atividades que falam em nome do interesse público, sem fins lucrativos e desenvolvidas pela sociedade civil. Visa fornecer subsídios para análise do discurso jornalístico em torno das iniciativas que o conceito encampa.

Para tanto, tal exposição foi dividida em três etapas.

A primeira foca-se na apresentação de alguns dos seus principais aspectos: conceituação, desenvolvimento, iniciativas que engloba, além de alguns dados sobre sua abrangência, principalmente segundo autores que defendem tal circunscrição ou a tomam de forma incorporada em seus textos.

No segundo momento, enfatiza-se uma visão crítica em que se destacam tanto a sublimação de fronteiras operada pela reunião em um mesmo segmento de variados discursos, práticas e atores sociais, quanto os limiares pouco precisos entre características que o definem: mais especificamente o interesse público e a finalidade não lucrativa.

Conclui-se o capítulo com um tópico sobre os diversos sentidos associados à idéia de cidadania, que é um termo-chave para a temática, tomado por alguns autores como aquele que ressignifica (Fernandes, 1997) ou em nome do qual falam as iniciativas do setor (Gohn, 2000), mas cujas conotações assumidas apontam para os distintos direcionamentos políticos e ideológicos que tais ações podem assumir, evidenciando tendências opostas que podem contribuir para transformar ou refundar relações de poder dominantes na sociedade contemporânea.

Pretende-se assim, oferecer uma apresentação sobre o que tem sido chamado de *terceiro setor*, não exaustiva, mas que permita evidenciar seus preceitos e também questionar sua afirmação como o remédio solidário para os problemas sociais da atualidade.

Origem do termo e conceituação

A expressão *terceiro setor* foi traduzida do inglês – *third sector* – e faz parte do vocabulário sociológico corrente nos Estados Unidos (Fernandes, 1997 : 25). Simone Coelho (2000 : 58) afirma que o termo foi utilizado pela primeira vez por pesquisadores nos Estados Unidos na década de 70 e, na Europa, nos anos 80.

No Brasil ele começou a ser usado em espaços restritos, como o GIFE – Grupo de Institutos Fundações e Empresas (Fernandes, 1997 : 25), o qual se empenha na divulgação do

conceito e de informações sobre o campo neste país, como atesta o livro “3º Setor – desenvolvimento social sustentado”² (Ioschpe, 1997).

Observa-se ainda que, nos últimos anos, sua aplicação tem se intensificado. Surgem, em faculdades e universidades, cursos e disciplinas que o incluem em sua terminologia, como também, centros de estudos como os da Fundação Getúlio Vargas e Universidade de São Paulo. A expressão tornou-se reconhecida e de uso freqüente entre vários atores sociais coletivos envolvidos com as atividades do segmento, como o SENAC – Serviço Nacional de Aprendizagem Comercial, a FEAC – Federação das Entidades Assistenciais de Campinas e a RITS – Rede de Informações do Terceiro Setor, acessível pela internet.³

De acordo com a conceituação de Rubem César Fernandes, autor que é referência para o assunto no país,

“pode-se dizer que o ‘Terceiro Setor’ é composto de organizações sem fins lucrativos, criadas e mantidas pela ênfase na participação voluntária, num âmbito não-governamental, dando continuidade às práticas tradicionais da caridade, da filantropia e do mecenato e expandindo o seu sentido para outros domínios, graças, sobretudo, à incorporação do conceito de cidadania e de suas múltiplas manifestações na sociedade civil” (1997 : 27).

As definições variam dependendo do enfoque e origem dos autores. Porém, apesar das diferenciações e especificidades, em todas elas considera-se a reunião de iniciativas de interesse público ou finalidade comum, em que se afirmam ou pressupõem tanto a origem privada (individual ou coletiva), quanto o caráter não lucrativo de tais ações.

Esses aspectos justificam sua identificação como o setor “privado, porém público” (Fernandes, 1994; Falcão, 1997; Ioschpe, 1997), esfera pública não-estatal (Cardoso, 1997), setor sem fins lucrativos, setor voluntário e setor de ONGs (Salamon, 1997 : 90; Rifkin, 1997).

Entre as práticas e valores agregados ao conceito notam-se expressões e termos como solidariedade, ajuda mútua, colaboração, cooperação, altruísmo e atenção aos necessitados, além da idéia de fortalecimento da sociedade civil e participação cidadã.

² O grupo tem participado da promoção e realização de vários estudos na área, como é o caso das pesquisas “Investimento social na idade média - discurso e imagem da iniciativa privada na imprensa brasileira” (disponibilizado no site da Agência de Notícias dos Direitos da Infância: www.andi.org.br) e do levantamento “Recursos privados para fins públicos - as grantmakers brasileiras”, sobre organizações doadoras, sem fins lucrativos (Falconer e Vilela, 2001).

³ A título de ilustração, em uma rápida pesquisa na internet pelo buscador Google realizada em 06/01/2004, ao se levantar a expressão “terceiro setor” em sites brasileiros obteve-se 64.500 entradas. Ao se cruzar a expressão com números anuais, percebe-se um aumento gradativo a partir de 1991. Embora não se possa determinar precisamente que sua utilização se refira especificamente a cada ano solicitado, devido às variáveis possíveis da busca, observa-se tendência crescente em sua utilização: 1991 e *terceiro setor*: 2.660 páginas; 1996: 5.180 páginas; 1998: 6.720 páginas; 1999: 8.500 páginas, 2000 : 11.800 páginas; 2001 : 15.200 páginas; 2002: 16.500 páginas; 2003: 27.800 páginas.

Tal recorte remete à afirmação de Fernandes (1997 : 27) de que a definição do campo inclui palavras de contextos histórico e simbólico diversos e, por vezes, contraditórios, referindo-se à caridade, filantropia, mecenato e cidadania.

Na visão deste autor, as diferenças parecem estar em um processo em que perdem a contradição radical para um jogo complexo e instável de oposições e complementaridades, em que “recobrem-se parcialmente, alternando situações de conflito, de cooperação e indiferença” (id.).

Terceiro setor, Estado e mercado

A formação de um *terceiro setor* pressupõe a existência de um primeiro e um segundo, que neste caso, configuram-se no Estado (1º) e no mercado (2º). Ao se agrupar variados componentes em diferenciação a estes dois últimos, reúne-se uma série de iniciativas em um campo que, por definição, só se torna possível na presença do Estado e de uma economia capitalista (Fernandes, 1997 : 31-32).

Observa-se um discurso que prega a atuação complementar entre essas instâncias, em que recai sobre o *terceiro setor* o papel de apontar deficiências dos outros dois, mas principalmente de compensá-las. Às iniciativas do segmento, caberia, portanto, a minimização dos problemas acarretados pelo sistema de acumulação de capital ou por uma gestão estatal – em que se enfatiza um lado burocrático e pouco eficiente no trato das questões sociais – e atendimento de demandas não cobertas ou delegadas por esses outros dois segmentos (Fernandes, 1997, 1994; Salamon, 1997. Gohn, 2000, Rifkin, 1997).

Na relação do *terceiro setor* com o governo, duas linhas distintas se sobressaem e, por vezes, são correlacionadas. Uma fala na mobilização das instituições do *terceiro setor* pela cobrança de uma atuação governamental mais eficaz e pressão por políticas públicas mais igualitárias (Fernandes, 1997; Toro, 1997). A outra afirma a redução do papel do Estado, com a transferência de serviços para a sociedade civil, como reforça Rifkin (1997), por exemplo. Em ambas, porém, valoriza-se a atuação das iniciativas do *terceiro setor* no atendimento direto à população.

Solicita-se do governo, também, o direcionamento de verbas públicas para o desenvolvimento das atividades dessas instituições civis, que são apresentadas como mais ágeis e mais próximas das comunidades a serem acolhidas (Gohn, 2000; Kisil, 1997 : 142).

Entre os papéis relativos às empresas privadas, enfatiza-se sua participação como pagadoras de impostos a serem repassados ao *terceiro setor*. Consideram-se também doações diretas, a realização de ações sem fins lucrativos e parcerias em projetos governamentais na área social. Participação que, em contrapartida, lhes possibilita usufruir do *status* ou título de empresas socialmente responsáveis ou cidadãs, como utiliza Gohn

(2000) e Martinelli (1997) e que, dependendo do caso, também permite ou permitiria a dedução de impostos (Rifkin, 1997 : 19)⁴.

Destaca-se também a vinculação entre o fortalecimento do *terceiro setor* e o desenvolvimento econômico feita por alguns autores, como Salamon (1997 : 100) e Rifkin (1997). Este último afirma que “se o setor civil for forte e politicamente ativo e motivado, o mercado florescerá no próximo século” (ibid. : 20).

O *terceiro setor* na América Latina e Brasil

Na América Latina e no Brasil, a conformação do *terceiro setor* têm sido associada à atuação dos movimentos sociais e ONGs – Organizações Não-Governamentais⁵ oriundos das décadas de 1960, 1970 e 1980, que se posicionavam contra o autoritarismo estatal dos regimes militares, independentemente das temáticas específicas de cada um deles. Associando-se à atuação desses atores, pode-se falar na conquista de espaços democráticos, incorporação de direitos no âmbito legal, ação próxima dos setores de base da população e contrapondo-se aos trabalhos de fundo meramente assistencialistas (Fernandes, 1994; Thompson, 1997).

Como parte desse cenário, mencionam-se alterações político-econômicas ocorridas a partir da década de 1980, com a maior democratização, medidas governamentais regressivas em relação a questões sociais e maior interferência da economia de mercado como reguladora da vida social (Thompson, 1997, Gohn, 2000).

Thompson (1997 : 43-45) argumenta que, nesse contexto, alteram-se as instituições da sociedade civil e as visões sobre elas, dificultando a percepção de dois blocos preponderantes de ação social, visíveis a partir da década de 1960 e 1970. Para ele, a divisão entre um bloco de ação política alternativa e outro assistencial passa a se confundir e começa-se a falar de um *terceiro setor* em relação ao mercado e ao Estado, e das ONGs, de forma geral, como sinônimo desse conjunto mais amplo de organizações sem fins lucrativos, em que, segundo o autor, “ganha peso uma percepção funcional em lugar de uma percepção político-ideológica”.

⁴ Na legislação brasileira em vigor, possibilita-se o desconto de parte do imposto de renda das doações feitas por pessoas jurídicas a entidades que possuam o título de utilidade pública federal (Martins, 2001). Entre as leis específicas de incentivo fiscais à cultura, há no âmbito federal, por exemplo, a Lei Rouanet (Muylaert, 1993 : 281).

⁵ Segundo Rubem César Fernandes (1997 : 26), esta terminologia se origina da nomenclatura do sistema de representações das Nações Unidas (ONU) para designar organizações que justificassem sua presença formal nesta organização, embora não fossem representantes de algum governo. O autor comenta que com a formulação de programas de cooperação internacional, estimulados pela ONU, nas décadas de 1960 e 1970 ampliou-se o número de ONGs que visavam a promoção de projetos de desenvolvimento para países do “Terceiro Mundo”, fomentando o surgimento de novas ONGs no hemisfério sul. Ele afirma que, no Brasil, o termo está mais associado a um tipo particular de organização que surgiu no âmbito do sistema internacional de cooperação para o desenvolvimento, em uma época de embates ideológicos internacionais e num período de autoritarismo no país, o que resultou numa ênfase na dimensão política das ações”. Porém, como observa Landim (2002b), o termo vem se tornando genérico e deixou de ser revelador deste segmento, dentro das organizações da sociedade civil brasileira. Na menção de Rifkin (1997), por exemplo, o termo é aplicado genericamente para organizações de origem não-governamental e sem fins lucrativos.

Entre as transformações no cenário nacional brasileiro, Gohn (2000 : 59-73) aborda as novas estratégias contidas nas políticas sociais dos governos dos anos 1990 baseadas em um novo modelo de desenvolvimento, com a transferência de atividades estatais na área social e delegação da operacionalização de vários serviços para o setor privado sem fins lucrativos – e também para o setor lucrativo, vale lembrar.

Para a autora (ibid. : 62-65), aliado a esse momento de mudanças nas políticas sociais dos estados, o que determinou aquilo que ela chama de “tipo predominante de associativismo nos anos 1990” foi o surgimento e/ou reorganização de redes associativistas – como a de novas ONGs, denominadas por Gohn de propositivas.

Estas baseiam-se em ações estratégicas, utilizando-se de lógicas instrumentais e mercadológicas e, segundo ela, não têm perfil ideológico definido, diferenciando-se assim das ONGs militantes, oriundas da cultura participativa, identitária e autônoma dos anos 1970/1980.

A atuação em redes também é vista como chave para o processo de articulação do segmento, na visão de Fernandes (1994 : 130). Ele considera que esta ação “combina a autonomia de cada ponto prioritário no sistema com um intenso fluxo de informações”. O autor diz que o essencial nestas redes não é a estrutura, mas os processos descentralizados de comunicação e tomada de decisões. Porém, se para Gohn (2000 : 59) o foco de atuação dirige-se ao poder local, Fernandes (1994 : 130) aponta também para a mobilização em âmbito regional e internacional, acolhendo um enfoque mais politizado.

Como marco legal do *terceiro setor* no Brasil, em 1999 é promulgada a Lei nº9.790/99, que dispõe sobre a qualificação de pessoas jurídicas de direito privado, sem fins lucrativos, instituindo a OSCIP – Organização da Sociedade Civil de Interesse Público (Integração, 2003; Martins, 2001; Gohn, 2000 : 70). “Ela normatiza e cria novos tipos de relações de trabalho, institui e disciplina as relações e o termo das parcerias, aborda a questão do voluntariado e trata da remuneração de dirigentes” (Gohn, 2000 : 70)⁶.

Destaca-se ainda que, antes dessa lei, outra já apontava para novas regulamentações do campo: a Lei do Voluntariado, sancionada em 18 de fevereiro de 1998 (Landim e Scalom, 2000 : 12). Ressalta-se que este é o momento em que o Comunidade Solidária – criado em 1995 e coordenado pela então primeira dama do país, Ruth Cardoso – lança o Programa Voluntários (novembro de 1997) (id.). É época em que as iniciativas da sociedade civil ganham

⁶ De acordo com dados divulgados pela revista eletrônica Integração (2003) levantados no site do Ministério da Justiça, entre os anos de 1999 e 2002 foram registrados 1.346 pedidos para qualificações como OSCIP, em um total de 814 qualificações. Número pequeno se comparado à quantidade de organizações existentes (220 mil, segundo da pesquisa da Universidade Johns Hopkins, com base no ano de 1995 [Falconer e Vilela, 2001]) e com as que possuem o Título de Utilidade Pública Federal (9.849, segundo o mesmo artigo da revista). Este é o mais antigo título outorgado às organizações sem fins lucrativos no país. Ele foi criado em 1935 pela Lei nº91 e “é conferido às sociedades civis e fundações constituídas no país com o fim exclusivo de servir desinteressadamente à coletividade” (Integração, 2003). Há ainda outros títulos existentes atualmente além do título de OSCIP e de Utilidade Pública Federal. São estes: Utilidade Pública Estadual, Utilidade Pública Municipal, Certificado de Entidade de Fins Filantrópicos e qualificação como Organização Social (Martins, 2001).

maior visibilidade e se desdobram pelo prisma de doação e atuação voluntária, como abordam Landim e Scalom⁷:

“No Brasil é de repente, nos finais dos anos 90, que começa a aparecer uma inédita discussão sobre o ‘trabalho voluntário’ e a ‘doação individual’. Um debate quase nada acadêmico e desenvolvido sobretudo em campo fronteiriço ao das próprias instituições privadas de ação social, de algumas agências governamentais e dos grupos do setor privado que vêm criando o novo campo do ‘investimento social empresarial’. Se práticas que podem ser reconhecidas e enquadradas como doações e voluntariado sempre existiram na sociedade brasileira, elas raramente se constituíram como uma questão, da forma como está sendo agora construída e levada a público – como atestam por exemplo as freqüentes matérias na mídia sobre iniciativas individuais exemplares, campanhas de doação, páginas de internet de oferta e procura de voluntários, cursos de capacitação ou promoção do ‘voluntariado empresarial’ entre funcionários, lançamento de cartões de crédito de entidades não-governamentais, e por aí vai” (id.).

A justaposição do heterogêneo

A afirmação da heterogeneidade é recorrentemente abordada no discurso do *terceiro setor*. De forma geral, seus autores utilizam o termo diversidade para designá-la, o que positiva o agrupamento das diferenças. Este é visto como algo a ser valorizado e que caracteriza o segmento (Falconer, 2003; Salamon, 1997 : 110) ou a ser considerado em seu estudo, para evitar incorreções (Coelho, 2000 : 183, Gohn, 2000 : 60, Falconer e Vilela, 2001 : 32).

O campo é qualificado como contraditório por apreender iniciativas distintas (Gohn, 2000 : 60; Thompson, 1997 : 45), seja nas temáticas ou tipologias, mas principalmente no que tange às finalidades e posicionamento político, mesmo que segmentos mais politizados, os quais também são incluídos pelo conceito, não se identifiquem como tal.⁸

Entre as ações reunidas pelo termo são mencionadas desde atividades voltadas para a emancipação de setores populares e de mobilização por maior justiça social, quanto ações

⁷ As autoras observam, no entanto, que a atuação de órgãos governamentais e de primeiras-damas na promoção do ‘voluntariado’, no país, não é nova, embora seja pouco ou nada estudada e nunca lembrada, quando dessas iniciativas do governo de Fernando Henrique Cardoso, em que se procurava afirmar uma diferenciação com relação a práticas e governos anteriores (Landim e Scalom: 12-13). Paoli (2002 : 377-378) relaciona tal engajamento do governo à política econômica neoliberal, ao apontar que cidadania e solidariedade são demandas, exatamente no momento em que os governos dos anos 1990 eram impelidos, pela adoção deste modelo econômico, a liberar-se do investimento em obrigações públicas de proteção e garantia eficazes dos direitos sociais.

⁸ Segmentos mais politizados tendem a não se identificar com essa nomenclatura e conceituação, afirmada como um tipo de ação em sintonia com a política neoliberal, como aponta Carlos Montañó no livro “Terceiro setor e questão social: crítica ao padrão emergente de intervenção social”, Cortez, 2002, ou como se observa também no artigo de Leilah Landim: “É o momento de pensar na desconstrução do nome ONG”, disponível no site da Rits: [www.rets.rits.org.br]. Por outro lado, Gohn (2000 : 65) afirma que as ONGs propositivas, que se reconhecem como organizações do *terceiro setor*, não querem ser chamadas e nem confundidas com as ONGs de origem militante.

meramente assistenciais, compensatórias, pautadas pela lógica de mercado (Gohn, 2000 : 59-60).

O *terceiro setor* inclui também diferentes tipos de organizações e associações civis, como entidades filantrópicas, cooperativas, organizações esportivas, grêmios, fundações, partidos políticos, grupos comunitários e organizações de desenvolvimento econômico local, entre outras. Engloba, ainda, investimentos de empresas privadas em projetos sem fins lucrativos (Gohn, 1997 : 59; Fernandes, 1997 : 28).

O raio de abrangência amplia-se para além das estruturas formalizadas ou legalmente constituídas. Nesse terreno, Fernandes (1997 : 28) lembra das ações isoladas desenvolvidas por membros da sociedade civil em escolas, igrejas, centros espíritas, centros comunitários e outros tipos informais de organização. Beres e Landim (2002) apontam que:

“Se, no caso norte-americano [...] tende-se a privilegiar o associativismo institucionalizado, em outros contextos, como o latino-americano ou o de alguns países europeus, ressalta-se na composição do ‘setor’ a importância de iniciativas informais, de formas tradicionais de ajuda mútua [...] e mesmo de movimentos sociais”.

Há autores que procuram agrupar essas iniciativas de acordo com critérios diversos. Fernandes (1994 : 128) fala em quatro segmentos principais:

- Formas tradicionais de ajuda mútua;
- Movimentos sociais e associações civis;
- ONGs;
- Filantropia empresarial.

Kisil (1997 : 142-143) propõe a classificação das organizações de acordo com o tipo de serviço que elas mais prestam, embora comente que há instituições em que as atividades se entrelaçam a tal ponto que não se pode utilizar apenas um desses tipos para classificá-las.

Ele considera três categorias: a) organizações de advocacia, b) de caráter técnico ou intermediárias e c) prestadoras de serviço, conforme descrição no quadro a seguir:

Tipo de organização	Descrição
Organizações de advocacia	Voltadas principalmente para o <i>lobby</i> na defesa de interesses e luta por questões ou grupos específicos da sociedade.
Organizações de caráter técnico ou intermediárias	Prestam informações ou serviços para auxílio a outras instituições.
Organizações prestadoras de serviço	Atuam principalmente no atendimento de necessidades humanas básicas como educação, saúde, habitação, bem-estar social e geração de oportunidades de emprego.

Falconer fala no agrupamento em redes e instituições associativas por áreas de atuação ou por tipos de organização:

“[...] muitas das mais tradicionais ONGs de promoção de direitos da cidadania e de apoio a movimentos populares filiam-se à Associação Brasileira de Organizações Não Governamentais [...]. Entidades filantrópicas se reúnem em torno da Rede Brasileira de Entidades Assistenciais Filantrópicas [...] e fundações e institutos vinculados a empresas aglutinam-se em torno do Grupo de Institutos, Fundações e Empresas” (Falconer, 2003).

Diante da heterogeneidade de iniciativas, organizações e formas de atuação, é ressaltada a necessidade de apresentação de um elemento unificador, além de sua afirmação no campo não lucrativo e não-governamental. Porém, os aspectos apresentados pelos autores como caracterizadores de tal unicidade nem sempre são os mesmos.

Para Salamon (1997 : 93), a própria idéia de se falar em *terceiro setor*, de sua apreensão como um segmento é o aspecto que importa, “para que suas partes não pareçam maiores que o todo”.

Na visão de Rifkin (1997 : 20-21), o ponto em comum consiste em que todos aqueles que se dedicam à atuação no *terceiro setor* acreditam em criar “capital social”, que ele define como cada um dar de si para a comunidade, “otimizando o bem-estar desta e, portanto, otimizando os interesses pessoais de cada indivíduo”.

Kisil (1997 : 142) elenca uma série de características que, segundo ele, costumam ser mencionadas na comparação com outros tipos de organização. Entre estas ele afirma que, em geral, as instituições do *terceiro setor* adotam posição intermediária entre o “cidadão comum” e organizações que podem contribuir com a solução de problemas que identificam, isto é, atuam na comunidade, com respaldo financeiro adquirido a partir da captação de recursos em outras fontes⁹.

⁹ Sobre fontes de recursos, ver tópico seguinte.

Salamon (1997 : 92) defende que o *terceiro setor* torna-se singular por encarnar determinados valores que incluem altruísmo, compaixão, sensibilidade para com os necessitados e compromisso com o direito de livre expressão, baseados na iniciativa individual em prol do bem público e na “capacidade e na obrigação de agir por autoridade própria, a fim de melhorar sua vida e a dos outros”.

Maria da Glória Gohn (2000 : 60), por sua vez, afirma que todos os programas desenvolvidos falam em nome da cidadania.

A mensuração do campo

Na busca por um mapeamento e legitimação do *terceiro setor*, mencionam-se dados que visam mensurar o campo e demonstrar sua importância e peso para a sociedade contemporânea.

Apesar de serem divergentes, por vezes, e das bases diferenciadas, estes proporcionam uma idéia de grandeza para o segmento, o que se reforça pela aglutinação das diversas iniciativas nele inseridas, muitas vezes, independentemente de sua heterogeneidade ou especificações.

Nos quadros abaixo, destacam-se alguns desses dados sobre o setor, baseados em duas pesquisas realizadas pela Universidade Johns Hopkins. Uma delas, apresenta dados de 1990¹⁰ (Salamon, 1997), e a outra, de 1995¹¹ (Falconer e Vilela, 2001), além de outras fontes e informações.

No primeiro deles são abordados os aspectos mais destacados como índices da relevância do segmento em diferentes países: número de organizações, quantidade de pessoas empregadas e verba investida ou mobilizada. São números vultuosos: milhões de empregos, bilhões investidos o que torna o segmento comparável a algumas “economias do mundo”, como mencionado por alguns autores:

¹⁰ A pesquisa tomou como universo organizações que não integram o aparelho estatal e não distribuem ou têm a finalidade de distribuir lucros aos seus acionistas ou investidores e que se auto-gerenciam e gozam de alto grau de autonomia interna. Foi realizada na Alemanha, Estados Unidos, França, Hungria, Itália, Japão e Reino Unido, tomando como base o ano de 1990 (Salamon, 1997 :93).

¹¹ Pesquisa comparativa realizada pela Universidade desde 1992. No Brasil, um dos 22 países que integram o projeto, o estudo é coordenado por Leilah Landim. Os dados desta pesquisa aqui apresentados foram colhidos de publicação do Gife (*Recursos privados para fins públicos: as grantmakers brasileiras*) e têm como fontes: Salamon; Anheier et. al., *Global civil society: Dimensions of the nonprofit sector*, Baltimore: Johns Hopkins University, 1999 e Landim; Beres, *As organizações sem fins lucrativos no Brasil: Ocupações, despesas e recursos*, Rio de Janeiro: Nau, 1999 (Falconer e Vilela, 2001 : 32).

Fonte	País	Empregos	Organizações	Volume investido
Johns Hopkins, 1990	Alemanha, EUA, França, Hungria, Itália, Japão, Reino Unido (1990) (dados do conjunto)	12 milhões de pessoas trabalhando em, em tempo integral		cerca de US\$ 600 bilhões, no ano, o que é 20% maior que o Produto Nacional Bruto da Espanha e 10% que o Canadá
	França, Alemanha e Reino Unido	4% do total de empregos		
	Estados Unidos	6,8% do total de empregos		
Rifkin (1997 : 20)	Estados Unidos		1,2 milhão de organizações sem fins lucrativos ou de serviços	se o setor nos EUA fosse considerado uma economia, seria a sétima do mundo
Pesquisa Johns Hopkins, 1995	Brasil	1 milhão, em tempo integral corresponde a 2,2% da população economicamente ativa, não agrícola	220 mil organizações	US\$ 10,6 bilhões. Corresponde a 1,5% do Produto Interno Bruto
Integração (26/9/2000)	Brasil			em 1999, cerca de US\$ 511 milhões, em doações acrescidos de cerca de US\$ 70 milhões/ano destinados pelas agências internacionais

A partir dos dados apresentados sobre o Brasil pela universidade americana, Falconer e Vilela (2001 : 34) ressaltam que

“embora a sociedade brasileira não tenha compreendido e aceito por completo a existência de um terceiro setor, o conjunto de organizações que o compõem [...] representa, em termos econômicos, uma parcela não desprezível do volume de emprego gerado e de recursos financeiros movimentados na economia brasileira”.

Área de atuação no Brasil

O segundo quadro se refere às áreas de atuação no país, segundo a pesquisa da Fundação Johns Hopkins, e apresenta dados de 1995 (Falconer e Vilela, 2001 : 32). A atividade educacional se destaca (36,9%), porém, tal dado apresentado de forma geral, não aponta para o tipo de trabalho realizado, o que é relevante ao se considerar a abrangência das possibilidades que envolvem a questão e valor genérico do termo. Esta é seguida por saúde, cultura e recreação, e serviços sociais, que tiveram, cada uma, cerca de 17% das menções. Meio ambiente, área que se destaca pela visibilidade midiática, apareceu restrita a menos de 1% as ações.

Áreas de atuação	Porcentual
Educação	36,9%
Saúde	17,8%
Cultura e Recreação	17%
Serviços Sociais	16,4%
Desenvolvimento	1,1%
Meio Ambiente	0,9%

Fonte de recursos para o setor

Sobre a fonte de recursos para viabilização dessas ações, observa-se que a geração de receita própria é a fonte dominante, o que se acentua fortemente no caso brasileiro (73,8%). Para Falconer e Vilela (2001 : 33), se isso pode indicar grande capacidade de sustentabilidade do setor no Brasil, revela por outro lado a baixa presença do governo no segmento. Pode-se dizer o mesmo da iniciativa privada. Ainda que os autores ressaltem que sua participação se encontre na média (11%) dos outros 22 países pesquisados, na mesma época (id.).

Ainda sobre as altas taxas de recursos provenientes da venda de serviços e produtos, Silvio Caccia Bava (Alvarez e Dagnino, 2001 : 51-52) levanta a hipótese de que estas expressam a precarização e flexibilização das relações contratuais de trabalho, e não o novo emprego. “Quer dizer, é um deslocamento, do mercado formal para o informal, de uma parte dos serviços que são responsabilidade do Estado”.

Pesquisa	Países	Fonte dos recursos		
		Cobrança de taxas ou serviços prestados pelas instituições	Governo	Doações particulares
Johns Hopkins, 1990	Alemanha, EUA, França, Hungria, Itália, Japão, Reino Unido	47%	43%	10%
Johns Hopkins, 1995	Brasil	73,8%	15,5%	10,7%

Como outros dados sobre a origem de recursos que contribuem para uma visão genérica sobre o campo, segundo estudo de Coelho (2000), as associações recebem a maioria das verbas do governo; já nas ONGs, em pesquisa atualizada em 1996 com organizações filiadas à Abong – Associação Brasileira de Organizações Não-Governamentais, 75% da verba eram provenientes de agências internacionais de cooperação não-governamental (Landim, 2002).

Situação que, na visão de Coelho (2000 : 183), explica-se pela tradição oposicionista ao Estado, sob a qual se desenvolveram estas últimas.

Em pesquisa realizada pelo Gife (Falconer e Vilela, 2001 : 43-44) foram identificadas 31 organizações como instituições doadoras brasileiras, isto é, controladas e operadas no país, ainda que captem recursos de outras fontes. No estudo evidenciou-se o vínculo de grande parte das mesmas com organizações voltadas para o mercado. 23 dividem-se entre fundações e institutos empresariais, ou entre aquelas que, embora atuando com independência, foram criadas por empresários ou grupos empresariais (id.).

Segundo Falconer e Vilela (2001 : 49), estas instituições têm grande poder de interferência na agenda do *terceiro setor*, pela decisão de financiar ou não determinado aspecto ou público-alvo em detrimento de outro.

Muitas organizações do campo moldam seus projetos para adequar-se às linhas programáticas dessas financiadoras. O que tange à discussão sobre as prioridades de investimento das doadoras e a capacidade de intervenção social das ONGs ser compatível, com as necessidades reais e a agenda social brasileira e não apenas com os interesses e desejos de quem toma as decisões sobre o investimento (id.). Observação que pode ser pensada em relação a outros investidores quaisquer nacionais ou externos, como Banco Mundial, por exemplo, e põe em questão a autonomia dessas organizações.

A soma do investimento realizado pelas 31 instituições pesquisadas resultou em mais de 120 milhões de reais no ano de 1999, distribuídos por diversas áreas, com priorização para Educação de jovens e crianças (81%), além de cultura e desenvolvimento comunitário, ambas com 42%¹²

Sobre o direcionamento para a educação infanto-juvenil, os autores ressaltam que, embora este esteja em linha com as necessidades do país, relaciona-se a uma fácil aceitação pública do tema, “visto que, em comparação com outros públicos – como minorias ou trabalhadores rurais –, o trabalho com crianças praticamente não tem opositores”.

Sobre a alta menção ao tema arte e cultura, eles apontam que esta “explica-se pela existência de incentivos a doações que, no Brasil, superam largamente aquelas disponíveis para projetos de combate à pobreza e exclusão” (Falconer e Vilela, 2001 : 51).

¹² Na pesquisa, tal questão apresentava possibilidade de múltipla escolha, pelo fato de que as entidades atendem a diversos públicos (Falconer e Vilela, 2001 : 49 - n. 38).

Eficácia simbólica e inconsistência

Entre autores que criticam a idéia do *terceiro setor*, também há posicionamentos distintos. As diferenças passam pela interpretação do conceito, do contexto histórico, das transformações de suas práticas, até pelas suas possíveis implicações no contexto político e social do país.

A discussão é ampla e complexa. Mesmo entre seus críticos mencionam-se aspectos positivos como:

- promoção e fortalecimento da sociedade civil (Caccia Bava, 2000);
- coexistência de atores e interesses diversos e diferenciados, tomando espaço na cena pública (Landim, 2002; Paoli, 2002);
- ocorrência de novas práticas empresariais influenciadas pela pressão e interesses da sociedade civil (Paoli, 2002).

Entretanto, mesmo quando são levantados indícios dessas situações, há argumentos que salientam interesses e questões que restringem tais positivities. Uma crítica recorrente é a possibilidade ou tendência do *terceiro setor* posicionar-se como apoio à política neoliberal, a qual se baseia, entre outros pontos, na redução do papel do Estado em atender às demandas sociais e no fortalecimento da iniciativa individual e privada contra a politização dos conflitos sociais (Paoli, 2002 : 386-387). Nesse sentido, o *terceiro setor* contribui para refundar e acentuar relações de poder dominantes e a precarização das condições de vida e de direitos sociais conquistados pela sociedade civil (Beres e Landim, 2002; Caccia Bava, 2000; Paoli, 2002; Santos, 2001).

Sem entrar no aprofundamento e extensão destes e de outros debates que tal segmentação suscita e dos quais tem sido alvo, para o que caberia outra dissertação¹³, destacam-se aqui, porém, dois aspectos que podem colocar em questão a propriedade de tal circunscrição e conceito, por fornecerem elementos de apoio para se analisar o discurso jornalístico pautado por iniciativas do campo, objetivo maior deste trabalho:

- **Sublimação de fronteiras entre iniciativas distintas**, por sua reunião como um setor, em que prevalece um viés de despolitização das ações em sociedade, ao contrário do que alguns de seus autores afirmam;
- **Inclusão de ações promovidas pelo empresariado** como caso exemplar que explicita o borrar entre linhas limítrofes do segmento, não apenas no conjugar de elementos distintos, mas também por **colocar em questão** alguns dos aspectos

¹³ É importante reforçar que este capítulo visa apenas traçar uma exposição geral do segmento, como ponto de partida para se pensar o debate público promovido pela imprensa a partir de iniciativas que compõem esse *terceiro setor*, como ações desenvolvidas pela sociedade civil na busca por melhores condições de vida da população.

principais que o caracterizam e especificam: **o interesse público e a finalidade não lucrativa das ações realizadas.**

Homogeneização e despolitização da participação social

A noção de setor é abrangente. Remete à idéia de que aqueles que o compõem ocupam uma posição particular na sociedade, tendendo à homogeneização, diluição ou ocultação de diferenças que podem ser social e politicamente significativas, como argumentam Beres e Landim (2002). Dessa forma, a expressão “pode esconder mais do que revelar” (Landim, 20002b), ao pensar uma grande variedade de iniciativas como elementos de um mesmo conjunto, ainda que alguns de seus defensores mencionem a contradição e a heterogeneidade como características inerentes ao campo.

Porém, ao configura-se como um espaço de afirmação de valores e práticas sociais, tais como altruísmo, compromisso social, solidariedade, laços comunitários e ambientalismo, o termo é carregado de eficácia simbólica. Se por um lado, encarna idéias e ideais de diversas fontes de inspiração, como religiosas, espirituais, morais ou políticas, por outro, indica a existência de um amplo universo de organizações e iniciativas onde esses valores seriam hipoteticamente concretizados (Beres e Landim, 2002).

Assim, ao evocar a colaboração e a positividade da interação em detrimento de dinâmicas que considerem o conflito, tende a despolitizar um campo onde há diversidade de interesses e objetivos (Landim, 2002b; Beres e Landim, 2002),¹⁴o que aponta para sua não neutralidade. Ainda mais quando se considera que manifestações e organizações coletivas tanto podem problematizar e tematizar as injustiças e problemas da sociedade, como podem reforçá-los através de mecanismos de reprodução de relações de dominação existentes (Grupo de Estudos sobre a Construção Democrática, 2000 : 39-40).

Essa situação remete à consideração de Landim (2002b), de que há um posicionamento político, mesmo quando não admitido, ao se eliminar a idéia do conflito da atuação em sociedade. Ela questiona:

“Fico pensando se grande parte das campanhas pelo voluntariado ou da capacitação para o ‘trabalho no terceiro setor’ não está produzindo uma juventude ingênua e desqualificada para lidar com o social, sem a mínima capacidade para considerar as grandes questões políticas e sociais que informam qualquer ação em sociedade, transformadora ou conservadora” (id.).

¹⁴ Há autores, como Caccia Bava (2000 : 9-10), que mencionam também existência de instituições filantrópicas e caritativas que passaram a ressignificar seu trabalho com um viés mais politizado e atuação voltada para a formalização de direitos. Mesmo assim, não se exclui a tendência à despolitização, que é mais enfatizada.

Como afirma Eni Orlandi (1999 : 86): “Discursos, a priori, não tidos como políticos, podem estar funcionando como tal”.

Pelo exposto, importa pensar na apropriação de expressões e termos que, em esferas de ação politizadas, têm como referencial o engajamento político e a mobilização pela construção e conquista de direitos e pela redução de desigualdades sociais de diversos níveis, mas que, inseridos no âmbito do *terceiro setor*, são anulados em sua face mais contestatória – frente à sublimação do dissenso, dos jogos de interesses e das relações de poder que refundam hierarquias sociais, em nome da atuação solidária e caritativa que o discurso do campo evoca.

No entanto, são termos que, embora destituídos desses aspectos, ao serem incorporados carregam para o campo a idéia de participação e consciência de responsabilidade em relação ao contexto social, reforçando a eficácia simbólica dessa circunscrição, bem como sua afirmação como um espaço diversificado e contraditório, como se contemplasse igualmente diferentes iniciativas.

Como menciona o Grupo de Estudos para a Construção Democrática,

“[...] não se pode ignorar os riscos da generalização do discurso: fala-se muito em democracia, cidadania, participação e parceria, e muito pouco sobre o significado destas palavras em termos de transformação da atuação política. Isto está de certa forma favorecendo a instrumentalização das mesmas por ideologias redutoras do potencial emancipatório das práticas políticas que as circundam” (2000 : 96).

“Responsabilidade social” – apelo de imagem, lucratividade e poder social

É nesse cenário de sublimação de fronteiras e reposicionamento de discursos e práticas a eles correlacionados que ações filantrópicas desenvolvidas por organizações que visam lucro se afirmam no terreno do *terceiro setor*. Figuram aqui como evidência da precariedade do conceito, principalmente no que tange aos princípios específicos de não lucratividade e interesse público, além de apontarem para uma tendência de ação paliativa frente aos problemas sociais.

A participação empresarial firma-se nesse terreno no momento em que se reivindica uma atuação civil voluntária, pautada pelo discurso humanitário, o que permite que não se questionem estruturas fundantes das desigualdades sociais, pelo deslocamento da discussão em torno da gestão dos problemas sociais para a esfera privada da doação e da solidariedade.

O empresariado aparece como um ator que, junto com outras organizações de origem não-governamental, afirma sua disponibilidade em contribuir com a integração social e

profissional de determinadas parcelas da população, e para amenizar os efeitos socialmente perversos da lógica de mercado (Paoli, 2002 : 386-387; Caccia Bava, 2000 : 5).

Ao evocar a eficácia com que opera no terreno mercantil na resolução dessas questões sociais, em contraponto à face ineficiente e burocrática do Estado, apresenta-se um forte argumento diante da opinião pública (Paoli, 2002 : 390). Porém, tal atuação se dá de acordo com escolhas privadas das entidades, rompendo com a medida pública entre necessidades e direitos (ibid. : 379-380).

Suportada pela opinião pública e pela possibilidade de seleção privada de suas ações, observa-se que a atuação filantrópica empresarial – também chamada e ressignificada como responsabilidade social e investimento social – passa a tomar parte nas operações de lucro e na afirmação do poder social das empresas sobre as comunidades em que atuam (Paoli, 2002 : 394).

Nessa direção, reúnem-se aqui alguns aspectos que são abordados por Paoli (id.) ou por outros autores (Landim, 2002b; Klein, 2003; Falconer e Vilela, 2000), em torno da apropriação da temática como **instrumento de marketing e fortalecimento institucional**, bem como da **interferência empresarial no espaço da filantropia**:

No primeiro caso, a ação filantrópica empresarial funciona como apelo e diferencial de competitividade, influenciando o comportamento de compra da população e firmando o papel e importância das empresas no cenário social (Paoli, 394), além de reforçar uma determinada imagem institucional.

Nesse sentido, pode-se pensar no processo estratégico de gestão para fortalecimento de marcas, como aborda Naomi Klein (2003 : 32). No momento em que a industrialização permite a similaridade entre os produtos, torna-se foco da atuação empresarial agregar um diferencial aos mesmos, o que se busca pela construção de uma identidade de marca que materialize determinados valores de acordo com época, lugar e público ao qual se dirigem suas ações.

Esse processo de construção identitária em sintonia como espírito da época (*Zeitgeist*), ao incorporar-se à vida cotidiana, contribui com as vendas e oferece oportunidades de lucros financeiros e simbólicos. Como um exemplo mais tangível para as abstratas expressões “agregar valor à marca” ou “fortalecimento de imagem”, pode-se recorrer ao caso mencionado por Klein (2003 : 31): em 1988, a Philip Morris comprou a Kraft por US\$12, 6 bilhões, um valor seis vezes maior do que a empresa valia no papel, o que se atribui à marca, algo anteriormente não quantificável.

Ao se considerar o apelo da sociedade, por uma atuação civil voltada para a melhoria das condições sociais de determinadas populações, pode-se associá-la à idéia de *Zeitgeist*, e sua apropriação como estratégia de gestão empresarial, em que se verifica a utilização da

temática como apelo tanto para propagandas institucionais como ação de promoção de vendas.

Em outro exemplo de Klein, verifica-se como a marca pode usurpar a idéia de filantropia para fins privados. Ela afirma que:

“A Nike tem conseguido imprimir a sua marca a quadras de basquete [...] através de seu braço filantrópico, PLAY (Participate in the Lives of Youth, Participe da vida dos jovens). A PLAY patrocina programas esportivos em áreas pobres em troca de alta visibilidade para seu logotipo, incluindo logos gigantes no centro de quadras de basquete urbanas recapeadas. Em áreas mais elegantes da cidade esse tipo de coisa seria chamado publicidade e o espaço teria um preço, mas neste lado dos trilhos a Nike não paga nada e registra os custos como donativo” (Klein, 2003 : 99).

Porém, não é preciso ir tão longe. Em 2003, as prateleiras de supermercados brasileiros explicitavam a utilização da temática como apelo promocional impressa na embalagem de produtos. O Açúcar União afirmava destinar parte da verba arrecadada com o produto para o Instituto Ayrton Senna e o Cereal Gold, à base de milho e mel, fabricado pela Nestlé, abordava a “responsabilidade social” da empresa, mencionando programa infantil de educação alimentar desenvolvido pela empresa, premiado com o Top Social, fornecido pela ADVB – Associação dos Dirigentes de Vendas e Marketing do Brasil¹⁵.

O Top Social visa “reconhecer publicamente as empresas que investem em programas voltados para a inclusão social dos setores menor favorecidos da sociedade brasileira” por meio da premiação de projetos que estas desenvolvem. Em 2003, a Shell foi uma das 40 premiadas¹⁶.

No entanto, em 2001 a empresa foi alvo de mobilização de moradores e Prefeitura Municipal de Paulínia – SP, pela contaminação do solo e galeria pluvial do bairro Recanto dos Pássaros. Matérias publicadas em jornais de Campinas, no mês de agosto de 2001, afirmavam a contaminação de moradores do bairro por metais pesados e organoclorados, com danos à saúde acarretados pela exposição contínua aos poluentes. Contraditoriamente, no mesmo mês, a empresa veiculou anúncio institucional no caderno Valor Especial – Empresa e comunidade, publicado pelo Valor Econômico, veiculado no dia 09/08/2001, em que afirmava sua preocupação e atuação responsável junto ao meio ambiente¹⁷. O caso da Shell, além dos interesses privados que evidencia na apropriação da temática em favor de uma determinada imagem, demonstra o quão superficial e tendencioso pode ser esse

¹⁵ Essas ocorrências encontram-se exemplificadas nos Anexos-2, em que se inclui também propaganda institucional da Coca-Cola com apelo à temática.

¹⁶ Informações publicadas na versão online da revista Isto É, URL: www.terra.com.br/istoe/1760/economia/1760_social_entra_rotina.htm. Consultado em 25/06/2003.

¹⁷ Ver materiais sobre a empresa nos Anexos-2

discurso ao se afirmar com base em algumas ações e projetos dentro de um universo muito maior de operações empresariais.

Sobre a interferência no espaço específico da filantropia ou ação social, Paoli (2002 : 394) afirma o predomínio dos procedimentos de gestão mercantil – fornecendo legitimidade “tanto mais forte quanto mais a base de generosidade for organizada como uma empresa”. Nesse aspecto, Landim (2002b) critica a inserção no segmento das ONGs de lógicas próprias ao mercado: eficiência, competência técnica, eficácia e resultados medidos em geral quantitativamente, como critérios da ação de impacto.

Por outro lado, as empresas passam a exercer seu poder nesse espaço a partir mesmo da seleção dos projetos e apoio em ações em linha com seus interesses específicos e grupos visados, como se abordou em relação às instituições doadoras pesquisadas pelo Gife (Falconer e Vilela, 2001 : 49), e como aponta pesquisa sobre o selo “Empresa amiga da criança”, criado pela Fundação Abrinq e concedido a empresas que se comprometem a não usar o trabalho infantil (Paoli, 2002 : 299-402).

Sobre a capacidade transformadora desse instrumento específico de mobilização empresarial pela eliminação da mão de obra infantil, os pesquisadores mostram que

“casos bem-sucedidos ocorrem quando há coalizão entre os interesses comerciais e a mobilização anti-trabalho infantil, ou seja, onde existem setores exportadores ameaçados de retaliação comercial, embora não seja neles que se concentra o trabalho infantil nem suas mais intoleráveis condições de trabalho” (Paoli, 2002 : 402).

Mesmo que o envolvimento das empresas com as causas sociais seja algo mais efetivo e que se busque uma imagem de retidão realmente alinhada a uma atuação cívica responsável, e, como afirma Paoli (2002 : 378), por mais inovadora e tecnicamente competente que seja a proposta de investimento sistemático empresarial privado na redução das carências mais básicas de parcelas da população pobre brasileira, ainda assim

“[...] falta o essencial a este movimento de conscientização social da elites, exatamente aquilo que os direitos sociais legalmente garantidos pelo contrato social contemplam, mesmo quando burocratizados e esvaziados: um espaço público real porque construído universalmente, portanto aquele no qual a crítica e o dissenso organizado dos excluídos pode se instalar na demanda de direitos” (Paoli, 2002 : 402).

Como se pode retirar do texto de Paoli, entre outros, a participação empresarial é um movimento que acolhe a figura do outro como receptores homogeneizados pela carência e que se coloca no lugar do doador generoso, isto é, sua ação é apresentada como generosidade privada de um doador ou classe, um espaço que se afirma por sobrepor e atrelar as

desigualdades sociais à desigualdade política. O que pode ser estendido para outras ações do terceiro setor.

Para Boaventura de Souza Santos

“O que está em causa na discussão sobre a localização estrutural do terceiro setor é a reformulação dos limites entre o público e o privado e, com ele, a estruturação da esfera pública e da qualidade democrática desta, sobretudo no que respeita às classes médias baixas e aos excluídos e marginalizados que tendem a ser grupos sociais abrangidos pelas ações do terceiro setor” (Santos, 2001 : 259).

E como salienta Manzini-Covre, a efetivação da cidadania depende da ação dos subalternizados (2001 : 49),

Aos se considerar as tais afirmações, é importante ater-se um pouco mais sobre os sentidos associados à noção de cidadania, palavra incorporada ao campo, mas que, muitas vezes, como se lê nas palavras de Paoli, é restringida à aspectos que, pelo conceito do segmento segundo Fernandes (1997), deveria ampliar:

“A palavra ‘cidadania’, circulando com linguagem conotativa de civilidade e integração social [...] foi capturada através do apelo ao ativismo social voluntário da população, e a palavra ‘solidariedade’ tornou-se, no senso comum, a disposição altruísta voluntária de um indivíduo, uma organização ou uma empresa, um quase sinônimo de cidadania” (Paoli, 2002 : 377).

Em nome da “cidadania”. Que cidadania?

Uma abordagem dos sentidos associados ao conceito de cidadania contemporaneamente solicita, que se recorra de início ao viés liberal, na visão de Thomas Marshall (1967). Pois, sendo abordado como uma resposta do Estado às reivindicações da sociedade, acabou por essencializar a noção de cidadania que ainda continua vigente (Dagnino, 1994 : 107).

O autor baseia-se no estudo do processo de aquisição e ampliação de direitos na Inglaterra, e sua relação com a sociedade de classes, a partir do século XVII – quando “a justiça foi estabelecida com força efetiva para definir e defender os direitos civis dos indivíduos” (Marshall, 1967 : 64). Para ele, a cidadania exige:

“um sentimento direto de participação numa comunidade baseado numa lealdade a uma civilização que é um patrimônio comum. Compreende a lealdade de homens livres, imbuídos por uma lei comum. Seu

desenvolvimento é estimulado tanto pela luta para adquirir tais direitos quanto pelo gozo dos mesmos uma vez adquiridos” (ibid. : 84).

Nesses termos, o “status de cidadania” identifica-se como a igualdade humana básica de participação, acrescentada de um conjunto de direitos, nos âmbitos civil, político e social, como referidos abaixo (ibid. : 62-63):

- **elemento civil:** direitos necessários à liberdade individual: liberdade de ir e vir, de imprensa, de pensamento e fé, direito à propriedade e de concluir contratos, além do direito à justiça, o qual o autor define como aquele à defesa e à afirmação de todos os direitos em termos de igualdade com os outros e pelo devido encaminhamento processual;
- **elemento político:** direito à participação no exercício do poder político, como sujeito investido da autoridade política ou como um eleitor dos membros do organismo político;
- **elemento social:** refere-se a tudo o que vai desde o direito a um mínimo de bem-estar econômico e segurança ao direito de participar por completo na herança social e participar da vida civilizada de acordo com os padrões que prevalecem na sociedade.

O autor atribui uma seqüência histórica ao processo de aquisição desses direitos, com base no país estudado. Refere-se ao estabelecimento dos direitos civis no século XVIII, dos direitos políticos no século XIX e dos sociais no século XX, salientando o entrelaçamento entre os mesmos (Marshall, 1967 : 66). Porém, essa hierarquia temporal de aquisição de direitos deve ser vista de forma específica. No caso brasileiro, por exemplo, entre as décadas de 1960 e 1980 o país esteve inserido em um contexto de ditadura e autoritarismo, o que implicou fortemente em restrições a direitos civis e políticos, mas as políticas sociais implantadas pelo governo advêm da década de 1930, ainda que a idéia de cidadania vinculada a um Estado-nação seja observada.

Neste país, desde a década de 1980 o conceito de cidadania ocupa um dos centros do pensamento social e político, pela relevância com que, como parâmetro crítico, intervém por um lado, no debate público sobre o processo de redemocratização e, de outro, pelo avanço da política neoliberal cujo funcionamento, cada vez mais livre de limitações públicas, aprofunda e sedimenta os mecanismos de exclusão social e política tradicionalmente presentes na história da modernização brasileira (Paoli, 2002 : 376).

Em discursos cotidianos, o termo adquire variadas conotações. Nilda Teves Ferreira (1993 : 19), por exemplo, aborda sua utilização como sinônimo de nacionalidade ou, de outro modo, carregado de juízo de valor, associado ao “aspecto positivo da vida social, perspectiva

em que alinham-se o ideário da integração e da participação do indivíduo na sociedade” e que se assemelha à de Marshall.

De qualquer maneira, segundo de Ferreira (1993 : 19-20) a “cidadania só se configura quando encarnada em um indivíduo, o cidadão [...] é ele que realiza sua existência, enquanto ela lhe confere uma identidade”. Um processo de identificação que, em contrapartida, traz a condição para o surgimento do Outro¹⁸. “Na relação dos seres com o sistema de referências identifica-se o ‘este’ e o ‘não-este’. O Outro só aparece quando o ‘este’ é identificado”. Um processo de identificação que se constitui em uma relação de poder, na medida em que o atributo de cidadania evidencia também a negatividade da “não-cidadania”, da marginalidade, daqueles que não correspondem às referências adotadas, em um sistema que viabiliza a situação de inclusão ou de exclusão dos elementos do grupo (id.), o que torna importante pensar nas conotações que o envolvem.

Sérgio Baierle (2000) fornece elementos para a discussão que se levanta aqui, ao estudar movimentos populares urbanos na cidade de Porto Alegre. Segundo o autor (2000 : 186-187), estes são espaços estratégicos para a apreensão dos diversos sentidos associados à cidadania que se encontram em disputa atualmente.

Baierle (ibid. : 188-193) fala em “concepções” do termo. São estas:

- **Organicista ou cidadania regulada**¹⁹ – nesse sentido, a cidadania é tida como a absorção parcial da sociedade pelo aparelho estatal. O acesso aos direitos sociais é hierarquizado de modo a privilegiar os trabalhadores do mercado de trabalho formal. Vem desde a “Era Vargas”, período que se estabelece uma relação entre classe trabalhadora e Estado, em que os sindicatos e a contribuição sindical se regulam em lei e os benefícios são relacionados às ocupações formais.
- **“Viés social-democrata”** – aqui, o cidadão é identificado como consumidor e/ou contribuinte que busca a satisfação de suas necessidades. Estas só se tornam coletivas pela venda de sua força de trabalho individual, por meio do mercado e pelo exercício periódico do voto. Nessa visão, a garantia pública de serviços sociais ou na intervenção para sua regulação só se justifica para as populações que se situam “abaixo da linha da pobreza” (Draibe, apud Baierle, 2000 : 191– 92). Do que se infere que, nesse viés, considera-se essa população como formada por “não-cidadãos”.

¹⁸ Este Outro grafado com letra maiúscula, refere-se a “um dos conceitos fundamentais do pensamento [...]. Opõe-se ao Mesmo e exprime-se pelas palavras diverso e distinto. Este último termo refere-se, de preferência, à operação intelectual pela qual se reconhece a alteridade, enquanto o primeiro se aplica especialmente à existência desta considerada como objetiva” (Lalande, 1986 : 780). A alteridade, e por sua vez, é definida como a “característica do que é outro. Opõe-se à identidade”, e “característica do que é outro que não eu”, o que representa, do ponto de vista lógico “uma relação simétrica e intransitiva [...], negação pura e simples da identidade (ibid. : 47). O termo é fundamental para a linha de análise do *corpus*, abordada na sequência deste relatório.

¹⁹ Na definição de Wanderley Guilherme dos Santos (apud Baierle, 2001 : 190).

- **“Visão democrata-cristã”**: é aquela em que o cidadão é alguém que precisa ter seus direitos sociais resgatados. A participação é identificada pelo esforço voluntário da sociedade organizada para integrar os marginalizados ou pela criação de programas de complementação de renda ou de produção de serviços pela própria população carente.
- **“Direito a ter direitos”**: baseia-se numa visão de que a cidadania se constrói pela participação direta e indireta dos cidadãos na solução dos seus problemas. Participação feita em espaços públicos, onde as decisões coletivas passam a ser cumpridas, mas também para um processo de radicalização democrática, através do desempenho de um papel instituinte, transformador da própria ordem na qual operam. Como exemplos, Baierle cita a participação em conselhos, como o de saúde, em câmaras setoriais, nas esferas de produção e orçamento participativo.

Evelina Dagnino (1994 : 107-108) amplia a visão sobre o conceito ao falar sobre **“Cidadania como Estratégia, ou Nova Cidadania”**. Segundo a autora, esta noção distingue-se daquela liberal do termo, pois sua importância e significado não se esgotam no seu resultado como aquisição formal-legal de um conjunto de direitos.

Ela defende que a “nova cidadania” se constitui no âmbito das relações sociais em todos os seus níveis, transcendendo o foco privilegiado das relações com o Estado e incluindo fortemente a relação com a sociedade civil, além de ser pensada como uma conquista simultânea de direitos civis, políticos e sociais.

Nesse sentido, a cidadania é um processo social de construção de novas formas de relação que inclui a constituição de cidadãos como sujeitos sociais ativos e que se constitui “para a sociedade como um todo, um aprendizado de convivência com esses cidadãos emergentes que recusam permanecer nos lugares que foram definidos socialmente e culturalmente para eles” (ibid. : 109).

Como aspecto a salientar ao se comparar esta visão com aquelas centradas no modelo liberal, tem-se a afirmação da autora de que a nova cidadania vai além da

“reivindicação de acesso, inclusão, membership, “pertencimento” (belonging) ao sistema político, na medida em que o que está de fato em jogo é o direito de participar efetivamente da própria definição desse sistema, o direito de definir aquilo no qual queremos ser incluídos, a invenção de uma nova sociedade” (Dagnino, 1994 : 109 – grifos da autora).

Em um último ponto de abordagem, a autora defende a ideia de que a “nova cidadania” é capaz de incorporar “tanto a questão de igualdade como a de diferença”. Ela considera que a afirmação da diferença sempre se associa à reivindicação de que ela possa simplesmente

existir como tal, o direito de que esta possa ser vivida “sem que isso signifique, sem que tenha como consequência o tratamento desigual, a discriminação” (ibid. : 112-114).

“Não fora a desigualdade construída enquanto discriminação à diferença, ela não existiria como reivindicação de direito. Concebido nessa perspectiva, me parece que o direito à diferença, específica, aprofunda e amplia o direito à igualdade” (Dagnino, 1994 : 109).

Ao se evidenciarem distintos sentidos associados à idéia de cidadania, que se manifestam em práticas cotidianas na atualidade, verifica-se também que este termo acaba por fornecer indícios que ressaltam ainda mais a circunscrição de um espaço de posicionamentos distintos, que se configura com a conformação do chamado *terceiro setor*.

Sua forma incorporada, no entanto, contribui para a sublimação dessas diferenças nos momentos em que esse discurso minimiza as relações sociais de conflito, ao associar à idéia de cidadania a resposta ao apelo para a colaboração e a solidariedade, sem contemplar ou pressupor um espaço público, realmente público, isto é, no qual a crítica e o dissenso organizado, sobre tudo pelas classes mais baixas ou pauperizadas, possa se instalar na demanda por direitos. Um espaço em que o interesse público acaba por ser descaracterizado ao ser definido privadamente pelos interesses (por mais bem intencionados que sejam) dos gestores das organizações e iniciativas do campo.

Pelo exposto, observa-se a importância de estudos que permitam uma maior visibilidade dos jogos de poder constituídos ou destituídos relacionados a essas iniciativas em nome da ação social, no sentido de somarem elementos na indicação dos diferentes lugares de fala que se articulam, apontando para as instâncias de ordem que se fazem prevalecer ou elidir.

É nesse cenário que se torna importante a análise dos textos veiculados pela imprensa, como *locus* privilegiado de circulação de discursos, que contribui para a legitimação (ou não) dos mesmos e de suas práticas, pelo enfoque com que os divulga e os coloca em evidência e assim, em discussão e debate, na sociedade.

2

Fundamentos para uma análise do discurso jornalístico

As Ciências da Linguagem são o referencial maior para a fundamentação deste estudo, que se embasa nos conceitos da Análise de Discurso de linha francesa (AD) desenvolvida a partir de Michel Pêcheux, e aqui retomada com o trabalho de Dominique Maingueneau, outro de seus pesquisadores.

Tal base para desenvolvimento da metodologia se justifica por sua filiação a estudos da linguagem que questionam a idéia de um sujeito soberano, e por associar elementos lingüísticos ao contexto e âmbito social de sua produção.

É preciso ressaltar, antecipadamente, que o objetivo desta pesquisa não traz a idéia de desvelamento do sentido “oculto”, da intenção dos autores e dos discursos proferidos em nome de causas sociais ou da descoberta do “real” sentido desses textos.

Como afirma Pêcheux (1997 : 51), a análise de discurso considera que o objeto da lingüística é atravessado “por uma divisão discursiva entre dois espaços: o da manipulação de significações estabilizadas, normatizadas” e o das “transformações do sentido, escapando a qualquer norma estabelecida a priori, de um trabalho do sentido sobre o sentido, tomados no relançar indefinido das interpretações”.

Como consequência, o autor comenta que toda descrição “está intrinsecamente exposta ao equívoco da língua: todo enunciado é intrinsecamente suscetível de tornar-se outro, diferente de si mesmo. Lugar de deslocamentos de sentido, da interpretação, e no qual pretende trabalhar a Análise de Discurso” (ibid. : 53).

Dessa maneira, como impõe tal fundamentação, o resultado deste estudo se dará como efeito de um jogo de descrições e interpretações, tomadas de posição. Por isso, não se pretende conclusivo, mas continuamente aberto a novas possibilidades.

Para uma concepção não-instrumental da Comunicação

Na busca por uma metodologia que permita relacionar texto e contexto, isto é, imbricar de forma constitutiva os espaços discursivo e social, esse estudo se depara com uma abordagem específica de análise que se desenvolve a partir da Escola Francesa de Análise do Discurso.

Maingueneau (1989 : 21), credita coerência aos movimentos essenciais que conduzem essa linha de análise, na dependência às questões da enunciação e da pragmática. Mais especificamente naquilo em que estas convergem para recusar uma certa concepção da linguagem, que a entende como um simples suporte para a transmissão de informações, “em lugar de considerá-la como o que permite construir e modificar as relações entre os interlocutores, seus enunciados e seus referentes”. O autor afirma que

“é a própria noção de ‘comunicação lingüística’ que, desta forma, é deslocada: o fato de que um enunciado supõe um enunciador, um destinatário, uma relação com outras enunciações reais ou virtuais, que esteja atravessado, pelo implícito, etc.; tudo isto não é uma dimensão que se acrescentaria posteriormente a uma estrutura lingüística já construída, mas algo que condiciona radicalmente a organização da língua” (ibid. : 20-21).

Esse posicionamento e estudos se inserem em um espaço mais abrangente, o das Ciências da Linguagem. Neste sentido, busca-se levantar alguns dos principais aspectos que se referem ao mesmo, para justificativa de sua correlação com a linha teórica escolhida e para embasar a metodologia de recorte e análise do *corpus* deste estudo.

Ciências da Linguagem

Por Ciências da Linguagem entendem-se “as reflexões que marcaram nosso século: da convergência de diversos segmentos do saber ao questionamento de suas próprias instalações pela exploração e implicação do que diz respeito ao âmbito simbólico” (Gomes, 2000 : 9). Âmbito que, a partir de um processo inicial de diferenciação de elementos, estabelece um sistema que ordena, permite acesso ao mundo e institui o sujeito falante, ser social.

Kristeva (1994 : 15) associa o fato da linguagem passar a ser isolada como objeto de um conhecimento específico ao momento de passagem que marca essa concepção de linguagem como via de acesso às leis do funcionamento da sociedade, como chave do homem e da história social.

Desse modo, a linguagem permite o acesso não apenas às leis de seu próprio funcionamento, mas também a tudo que releva da ordem do social, pois, segundo a autora, tal ato implica que ela se ponha a “falar as suas próprias leis”. Do mesmo modo, o sujeito falante, descolado daquilo que o constitui e obrigado a “*dizer o modo como diz*”, permite “não se considerar já como uma entidade soberana e indecomponível, mas analisar-se como um sistema falante, uma *linguagem*” (ibid. : 16).

Nesse marco, destacam-se os estudos de Ferdinand de Saussure. Freitas (1992 : 29) comenta que é com a lingüística saussuriana que se inicia a organização de um campo definido que permite o desenvolvimento das chamadas Ciências da Linguagem, ao tomar a língua como objeto específico de estudo, a partir do estabelecimento dos fatores de transformação das línguas na dependência de uma racionalidade interna.

Para Saussure (1970 :130), o pensamento humano seria uma massa amorfa e indistinta, um amontoado de idéias, “uma nebulosa onde nada está necessariamente delimitado”, se não fosse o recurso dos signos, o que remete à Kristeva (1994 : 19), quando ela diz que a linguagem é “simultaneamente o único modo de ser do pensamento, a sua realidade e a sua

realização”, pois, vista do exterior, reveste-se de uma materialidade enunciada, escrita ou gesticulada no exprimir um pensamento.

“se a linguagem é a matéria do pensamento, é também o próprio elemento da comunicação social. Não há sociedade sem linguagem, tal como não há sociedade sem comunicação. Tudo que se produz como linguagem tem lugar na troca social para ser comunicado” (ibid. : 20).

pois, “quem diz linguagem diz demarcação, significação e comunicação. Neste sentido, todas as práticas humanas são tipos de linguagem, visto que têm a função de demarcar, de significar, de comunicar” (ibid., 1994 : 17).

Assim, a autora leva a pensar na dupla importância das Ciências da Linguagem para a pesquisa que aqui se desenvolve. Se por um lado é nesse campo que se encontram os fundamentos para as bases teóricas para construção e análise do *corpus*, por outro, é ele próprio que constitui o objeto primeiro deste estudo: o discurso jornalístico.

Como lembra Gomes (2000 : 19), “antes de registrar, informar, antes de ser colocado pelas condições que o caracterizam, por exemplo, periodicidade, universalidade, atualidade, difusão [...] o jornalismo é ele próprio um fato de língua”. Devemos considerar “seu papel e sua função na instituição social”, que, primordialmente, será “aquele que a língua/instituição social implica: o de organizar discursivamente, o que, aliás, é a prática jornalística por excelência”.

Pelos comentários expostos, em um plano mais abrangente, vale abordar a afirmação de Kristeva (1994 :319):

“a linguagem é antes de tudo o mais uma prática. Prática quotidiana que preenche cada segundo da nossa vida, incluindo o tempo dos nossos sonhos, elocução ou escrita, é uma função social que se manifesta e se conhece no seu exercício”.

Função social cujo estudo, de forma geral, necessita recorrer ao apoio da filosofia, antropologia, psicanálise e das diferentes disciplinas lingüísticas ao considerar a complexidade e diversidade dos problemas que levanta (Kristeva 1994 : 23).

Estudo que aqui se pretende operacionalizar a partir de linha que explora o entendimento do âmbito do discurso, dos sentidos e relações que se constroem e reconstróem à medida que este se estabelece e coloca em cena diferentes atores, discursos Outros, tempos e espaços, em um processo de constante articulação e rearticulação entre os mesmos.

Porém, antes de se prosseguir neste caminho que apresenta a linguagem como um campo científico e que corrobora para fundamentar a escolha metodológica, recorre-se a

Benveniste, autor que personifica o elo e a constituição da linha de análise escolhida entre as Ciências da Linguagem.

Ele levanta o questionamento sobre o caráter instrumental que se confere à linguagem, de forma ampla, aparentemente evidente.

Caráter em que se baseiam os estudos tradicionais das teorias da comunicação, desde a época de Aristóteles com a instituição do esquema básico emissor-mensagem-receptor (Freitas, 1992 : 12-13) até os nossos dias, com a imputação de novos elementos ao modelo. Mas focando-se, de forma geral, em cada um deles, apreendidos de maneira isolada, não constitutiva, como componentes relacionáveis, mas exteriores entre si.

O questionamento abordado faz-se pertinente não apenas como contraponto às tradicionais correntes teóricas construídas em torno do estudo da comunicação, mas também porque é a partir deste ponto que o autor inicia o desenvolvimento de seu raciocínio a respeito da constituição da subjetividade na linguagem, pelo caráter instrumental que refuta.

Benveniste (1988 : 284) indaga: “Se a linguagem é, como se diz, instrumento de comunicação, a que deve ela essa propriedade? A pergunta pode surpreender, como tudo o que parece questionar a evidência, mas às vezes é útil pedir à evidência que se justifique”.

Entre as respostas que poderiam justificar a concepção da linguagem como instrumento, destaca-se o fato de que esta permite sua descrição pelo modelo behaviorista estímulo e resposta, o que leva à conclusão de um caráter mediato e instrumental. “[...] o vaivém da palavra sugere uma troca, por tanto uma ‘coisa’ que trocaríamos, e parece pois, assumir uma função instrumental ou veicular que estamos prontos a hipostasiar num *objeto*”, mesmo que esse papel volte à palavra (ibid. : 284).

Em outro aspecto, “nos deixamos enganar, falando aqui de um ‘instrumento’, por certos processos de transmissão que nas sociedades humanas são, sem exceção, posteriores à linguagem e lhe imitam o funcionamento” (Benveniste, 1988 : 285).

O autor comenta que “se propomos o discurso como a linguagem posta em ação – e necessariamente entre parceiros –, fazemos aparecer sob a confusão uma petição de princípio, uma vez que a natureza desse ‘instrumento’ se explica pela sua situação como ‘instrumento’” E, mais ainda, “falar de instrumento, é pôr em oposição o homem e a natureza”. Como exemplo, cita a picareta, a flecha e a roda, que são fabricações do homem. “A linguagem está na natureza do homem que não a fabricou” (ibid. : 284).

Por outro lado, defende, “para que a palavra assegure a ‘comunicação’, é preciso que esteja habilitada a isso pela linguagem, da qual é apenas atualização. De fato, é na linguagem que devemos procurar a condição dessa aptidão” (ibid. : 285).

Sobre a visão de um caráter instrumental da linguagem, o autor afirma ainda que “inclinamo-nos sempre para a imaginação ingênua de um período original, em que um homem completo descobriria um semelhante igualmente completo e, entre eles, pouco a pouco se elaboraria a linguagem. Isto é pura ficção” (id.).

Nesse sentido, remete a Lévi-Strauss (1974 : 32-33), o qual deduz que “a linguagem só pode ter nascido de uma vez. As coisas não puderam passar a significar progressivamente”. Ele comenta a passagem do momento em que nada tinha sentido para outro em que tudo tinha sentido, em que as categorias do significante e do significado constituíram-se simultânea e solidariamente, como blocos complementares.

Mas, tal fato não tornou mais conhecido aquilo que passou a significar: “o conhecimento, isto é, o processo intelectual que permite identificar, uns por relação com os outros, certos aspectos do significante e certos aspectos do significado” só se fez muito lentamente. “O Universo significou muito antes de que se começasse a saber o que ele significava” (ibid. : 33).

Tal pensamento de Lévi-Strauss se desenvolve em referência à troca, tida como

“uma síntese imediatamente dada ao e pelo pensamento simbólico que, [...] como em toda outra forma de comunicação, supera a contradição que lhe é inerente de perceber as coisas como os elementos do diálogo, simultaneamente sob a relação de si e do outro e destinadas, por natureza, a passar de um para outro” (1974 : 32).

A unidade do todo é ainda mais real do que cada uma das partes. “Que elas sejam de um ou de outro, representa uma situação derivada por relação, com o caráter relacional inicial” (Lévi-Strauss 1974 : 33).

Essas considerações ratificam a idéia da constituição da subjetividade pela linguagem, pois o que a fundamenta é uma relação por contraste, que implica reciprocidade. Como defende Benveniste, “é na linguagem e pela linguagem que o homem se constitui como sujeito”, sendo a subjetividade abordada como “a capacidade do locutor se propor como sujeito” (Benveniste, 1988 : 286).

Assim posto, “eu não emprego ‘eu’ a não ser dirigindo-me a alguém, que será na minha alocução um *tu*”, porém a condição de diálogo é constitutiva da “pessoa”, implicando a recíproca “que eu me torne tu na alocução daquele que por sua vez se designa por *eu*” (id.). ‘Eu’ e ‘tu’ como termos que não devem ser tomados “como figuras, mas como formas lingüísticas, que indicam a pessoa” (id.).

Benveniste enfatiza que se deve desenvolver as conseqüências do princípio apresentado em todas as suas direções, das quais destacam-se aqui:

- o fato de que “a linguagem só é possível porque cada locutor se apresenta como sujeito, remetendo a ele mesmo como ‘eu’ no seu discurso”, assim, “‘eu’ propõe outra pessoa, aquela que, sendo embora exterior a ‘mim’ torna-se meu eco”;
- “o ‘ego’ – ‘eu’ tem sempre uma posição de transcendência quanto a ‘tu’, apesar disso, nenhum dos dois termos se concebe sem o outro, são complementares mas segundo uma posição ‘interior/exterior’, e ao mesmo tempo são reversíveis” (ibid. : 286-287).

Tais considerações levam-no a afirmar que “é numa realidade dialética que englobe os dois termos e os define pela relação mútua que se descobre o fundamento lingüístico da subjetividade”, de onde a conclusão de que uma língua sem expressão da pessoa é inconcebível. Em circunstâncias em que seus pronomes são deliberadamente omitidos, por sua existência implícita, esses recursos só fazem marcar ainda mais o valor das formas evitadas (ibid. : 287).

Sobre os pronomes pessoais, Benveniste (ibid. : 288) afirma ainda que estes não remetem nem a um conceito, nem a um indivíduo. São uma classe de palavras “que escapam ao ‘status’ de todos os outros signos da linguagem”. São termos que não podem ser identificados a não ser dentro de uma instância de discurso, com referência atual.

É nessa instância, ainda, “na qual *eu* designa o locutor que este se enuncia como sujeito. É portanto verdade ao pé da letra que o fundamento da subjetividade está no exercício da língua” (Benveniste, 1988 : 288).

Mas, além dos pronomes pessoais, primeiro ponto para a “revelação da subjetividade na linguagem”, há outros elementos que também cumprem esse papel: os indicadores de deixis. Estes organizam as relações espaciais e temporais em torno do sujeito, tendo assim como ponto em comum “o traço de se definirem somente com relação à instância de discurso na qual são produzidos”, revelando aí “a subjetividade inerente ao próprio exercício da linguagem”. O autor conclui que a linguagem torna possível a subjetividade “pelo fato de conter sempre as formas lingüísticas apropriadas à sua expressão” (ibid. : 288-289).

Esse papel de destaque conferido ao discurso – e extensivo à língua, que possibilita sua realização – na constituição da subjetividade também é abordado por Kristeva (1994 : 25) quando considera que. “utilizando a estrutura anônima da língua, o sujeito forma-se no discurso que comunica ao outro”.

Ela diz que é no discurso que “a língua comum a todos torna-se veículo de uma mensagem *única*, própria da estrutura particular de um determinado sujeito que imprime sobre a estrutura obrigatória da língua uma marca específica, em que se marca o sujeito sem que por tal ele tenha consciência disso” (ibid. : 26). Mais um argumento que nega a idéia de um sujeito soberano, senhor daquilo que profere.

O termo discurso designa “a manifestação da língua na comunicação viva”, como também “qualquer enunciação que integre nas suas estruturas o locutor e o auditor, com o desejo do primeiro de influenciar o segundo. Por isso, o discurso transforma-se no campo privilegiado da psicanálise” (Kristeva, 1994 : 25-26).

Sobre a psicanálise, a autora ressalta ainda a importância de sua contribuição para o estudo da linguagem, pois confronta um momento de expansão da lingüística que culminou em um “gesto totalizador, que quis arquitecturar o universo num sistema ideal” (id.).

Sendo a história dos estudos lingüísticos marcada, não por uma “evolução ascendente de um conhecimento sobre a linguagem”, mas tomando, por vez, um objeto sensivelmente diferente, desde a antigüidade, vê-se, com o advento do estruturalismo no século XX, a aplicação de um método de composição relacional que, embora conferindo cientificidade ao campo, culmina em uma extrema formalização. A língua “já não é nem sistema de comunicação nem produção-expressão de um sentido”, atingindo o cume de um “sistema em si” (Kristeva, 1994 : 371).

Para que haja “uma visão mais completa do funcionamento lingüístico e, em geral, do funcionamento signifiante”, Kristeva (1994 : 372 –375) aponta a necessidade de uma transformação em que a lingüística conservará a recordação de uma sistematização, mas “terá em conta o sujeito, a diversidade dos modos de significação, as transformações históricas desses modos, para se refundar numa teoria geral da significação”.

Conclui afirmando que só se poderá “apreciar o justo valor desse pensamento que vê qualquer domínio organizar-se como uma linguagem”, bem como o lugar da linguagem, o do sentido e o do signo, e se encontrar coordenadas exatas, a partir de uma teoria da história social como interação de várias práticas significantes. Ela questiona uma concepção de semiótica compreendida como simples extensão do modelo lingüístico a qualquer objeto ao qual se considere ter um sentido (id.). E assim abre caminho para que aqui se possa abordar a origem dos trabalhos desenvolvidos pela linha de Análise de Discurso de origem francesa.

Análise de Discurso de linha francesa (AD)

Maingueneau (1989 : 11) comenta que, nos dias de hoje, o termo “análise do discurso” pode designar estudos variados, graças à própria organização da lingüística que “opõe de forma constante um núcleo que alguns consideram ‘rígido’ a uma periferia cujos contornos instáveis estão em contato com as disciplinas vizinhas”, como a sociologia, a psicologia, a história e a filosofia, entre outras.

Segundo o autor, os trabalhos relacionados a este “núcleo rígido” estudam a língua da forma como propõe Saussure, como uma rede de propriedades formais. Já os estudos relacionados a esta “periferia” se referem à linguagem “apenas à medida que esta faz sentido

para sujeitos inscritos, em estratégias de interlocução, em posições sociais ou em conjunturas históricas”, modo de apreensão da linguagem, que se remete ao discurso e ao seu correlato “análise do discurso” (ibid. : 11-12).

Ele defende a idéia de uma análise no campo lingüístico que afirme a “dualidade radical da linguagem, a um só tempo, integralmente formal e integralmente atravessada pelos embates subjetivos e sociais”, contra uma visão que hierarquize o que depende plenamente da lingüística e o que seria apenas um conjunto de margens e reincidências em relação à este “núcleo rígido” (ibid. : 12).

Orlandi (1999 : 15) considera que o interesse por se pensar a linguagem em suas muitas maneiras de significar deu origem a esse modo particular de estudo que é a Análise do Discurso. Em argumentação que corrobora a afirmação de Maingueneau, ela recorre inicialmente à etimologia da palavra discurso (que tem em si a idéia de curso, de percurso, de correr por, e assim de palavra em movimento, prática de linguagem) para explicitar aquilo que se procura compreender na análise de discurso: “a língua fazendo sentido, enquanto trabalho simbólico, parte do trabalho social geral, constitutivo do homem e sua história”.

Segundo a autora, “o discurso torna possível tanto a permanência e a continuidade quanto o deslocamento e a transformação do homem e da realidade em que ele vive. O trabalho simbólico do discurso está na base da produção da existência humana”. Por isso, a Análise do Discurso trabalha com a “língua no mundo, com maneiras de significar, com homens falando, considerando a produção de sentidos enquanto parte de suas vidas” (Orlandi, 1999 : 15-16).

Em complementação a este aspecto, Orlandi afirma que esta análise,

“levando em conta o homem na sua história, considera os processos e as condições de produção da linguagem pela análise da relação estabelecida pela língua com os sujeitos que a falam e as situações em que se produz o dizer. Desse modo, para encontrar as regularidades da linguagem em sua produção, o analista de discurso relaciona a linguagem a sua exterioridade” (ibid. : 16).

Ao se falar sobre a expressão “análise do discurso”, destaca-se que, a exemplo da multiplicidade de estudos sobre o campo da linguagem, o termo recebe definições variadas, o que dificulta sua distinção entre outras disciplinas que estudam o discurso. Para maior especificação, Maingueneau (2000 : 13) apresenta como análise do discurso “a disciplina que, em vez de proceder a uma análise lingüística do texto em si, ou a uma análise psicológica ou sociológica do seu ‘contexto’, visa articular sua enunciação sobre um certo lugar social”.

Apesar desta especificação, vale ressaltar que a AD se situa no entrecruzamento das diversas ciências humanas, estando submetida à instabilidade, pois as análises podem pender

para alguma das diversas disciplinas que articula, como, por exemplo, para a psicologia, a sociologia, ou a antropologia, o que se acentua ao se considerar as diversas correntes que os integram.

É nesse cenário que se desenvolve, na França, “uma análise de discurso de orientação mais lingüística e marcada pelo marxismo e pela psicanálise” (Maingueneau, 2000 : 13).

Por trabalhar a proposta de confronto entre os espaços político e simbólico, esta linha de estudo apresenta questões para a Lingüística, “interpelando-a pela historicidade que ela apaga”, e para as Ciências Sociais, “interrogando a transparência da linguagem sobre a qual elas se assentam” (Orlandi, 1999 : 16-17).

“Dessa maneira, os estudos discursivos visam pensar o sentido dimensionado no tempo e no espaço das práticas do homem, descentrando a noção de sujeito e relativizando a autonomia do objeto da Lingüística.” Como consequência, Orlandi (1999 : 16-17).aponta que, na Análise do Discurso “não se trabalha como na Lingüística, com a língua fechada nela mesma, mas com o discurso, que é um objeto sócio-histórico em que o lingüístico intervém como pressuposto”.

A autora se refere ao discurso como “o lugar em que se pode observar essa relação entre língua e ideologia, compreendendo-se como a língua produz sentidos por/para sujeitos”, partindo da idéia de que “a materialidade específica da ideologia é o discurso” e a do discurso, a língua (id.).

Ainda sobre o desenvolvimento desta linha de análise do discurso, Maingueneau (2000 : 70) afirma que, em um sentido estrito, se agrupam sob a etiqueta da Escola Francesa de Análise do Discurso um conjunto de pesquisas que emergiram na década de 60 e foram consagradas, em 1969, a partir da publicação de trabalhos de Pêcheux, “o autor mais representativo desta corrente”.

Como Orlandi, o autor comenta que

“o núcleo dessas pesquisas foi um estudo do discurso político, efetuado por lingüistas e historiadores, com uma metodologia que associava a lingüística estrutural e uma ‘teoria da ideologia’, inspirada, ao mesmo tempo na releitura da obra de Marx por Althusser e na psicanálise de Lacan. Tratava-se de pensar a relação entre o ideológico e a lingüística, evitando reduzir o discurso à análise da língua ou, ao contrário, de dissolver o discurso no ideológico” (Maingueneau, 2000 : 70).

Embora as bases da Escola Francesa de Análise do Discurso tenham se pulverizado de maneira ampla, ainda se pode falar em seu nome como um conjunto de pesquisas em análise do discurso que compartilham de algumas características:

- a preferência pelo estudo de *corpora* escritos, tidos como formações discursivas que apresentam um interesse histórico, ou nos quais se cristalizam conflitos históricos, sociais etc.;
- a utilização das teorias da enunciação lingüística, com base, principalmente em Benveniste ou Culioli;
- atribuição de papel privilegiado ao interdiscurso (Maingueneau, 2000 : 70-71; 1989 : 13).

Apesar desse conjunto de pesquisas se desenvolver com base em critérios comuns, também apresenta distinções internas, como se pode verificar na abordagem de Maingueneau, em relação ao trabalho desenvolvido por Pêcheux.

Na “análise automática de discurso” que Pêcheux desenvolve, o *corpus* é construído no interior do discurso político e o estudo solicita a definição de classes de seqüências em relação parafrástica. Em Maingueneau, o trabalho parte do discurso religioso (jansenista). Ele propõe um sistema de operações semânticas que pretende dar conta das diversas dimensões da discursividade, ou melhor, da interdiscursividade. Assim, além dos objetos e dos propósitos que se diferenciam com evidência nestas duas abordagens, há uma distância maior. Mesmo diante da primazia do interdiscurso, por exemplo, o autor ressalta que pode haver procedimentos distintos (Maingueneau, 1989 : 119).

No enfoque de Maingueneau (id.), afirmar que o “espaço pertinente para as regras é da ordem interdiscursiva consiste em propor ao analista o interdiscurso como objeto e *fazê-lo apreender de imediato, não uma formação discursiva, mas a interação entre formações discursivas*”, o que implica a construção da identidade discursiva “na relação com o Outro”.

E aqui vale ressaltar, tal como apontava Kristeva sobre o desenvolvimento dos estudos da linguagem, Maingueneau (1989 : 187) discorre sobre uma evolução não linear da Análise do Discurso em que se percebe, “não uma série de melhoramentos precisos, mas uma mudança global na forma de considerar o discurso”. Nesse cenário, o autor reforça que os atuais movimentos fazem questionar alguns dos maiores pressupostos que regiam trabalhos anteriores realizados nesta linha.

Como um deles, Maingueneau (id.) aponta que a identidade de uma formação discursiva passou de uma idéia aparentemente natural de “fechamento” para uma visão oposta, com a concepção de que esta se constitui na relação com o Outro e não de forma derivada. Porém esse Outro “não é um meio indiferenciado: o sentido circula entre posições definidas”.

Entre esses pressupostos questionados também inclui-se a articulação entre discurso e sociedade, a qual tende a ser considerada como a superposição de um alicerce maciço (como o econômico ou as classes sociais) e de falas destinadas a traduzir esta realidade já

constituída, mas, na abordagem de Maingueneau (1989 : 188), o sentido e a linguagem são dimensões constitutivas das relações econômicas e sociais, não se superpõem a elas.

Pelo exposto, são contestadas pelo autor “tanto a concepção do discurso como ‘visão do mundo’, quanto aquela que o institui em manifestação do querer-dizer de um sujeito coletivo” (ibid. : 187).

É nesse quadro teórico que a AD se estrutura com base na articulação entre conceitos que lhe conferem singularidade diante de uma infinidade de outras possíveis análises. Conceitos que serão desenvolvidos a seguir, segundo a abordagem de Maingueneau, por nortear as próximas etapas do estudo do discurso jornalístico relacionado às iniciativas da sociedade civil voltadas para questões que se postam em nome do interesse público.

A AD na abordagem de Maingueneau

A “Escola Francesa de Análise do Discurso” (AD) baseia-se nos conceitos e métodos lingüísticos, porém, considera também outras dimensões (Maingueneau, 1989 : 13), pois concebe o discurso como um certo modo de apreensão da linguagem, empregado como a atividade de sujeitos inscritos em contextos determinados, o que não permite que seja objeto de uma análise puramente lingüística (Maingueneau, 2000 : 43).

Em sua abordagem, Maingueneau articula diversos campos e conceitos imbricados pelo processo de produção discursiva, alguns dos quais são apresentados segundo a visão deste autor, pela forma de apreensão específica, tanto no que se refere à associação entre os espaços discursivo e social, quanto à operacionalização de uma metodologia de análise, fundamentando a seqüência desse trabalho.

Ressalta-se que a apresentação feita aqui se restringe a conceitos prioritários que são a base para o desenvolvimento deste estudo.

Busca-se levantar os principais aspectos que situem este terreno de análise que considera o discurso como espaço heterogêneo, sempre em movimento e cuja unidade se faz em relação a discursos outros, que se manifestam, muitas vezes, naquilo que é dito justamente em uma instância de “não-dito”, e/ou em marcas que facilitam ou nos indicam um caminho para identificação da cena que constrói em seu percurso.

Como cada um de seus conceitos remete a outros sucessiva e não linearmente, optou-se pelo início da abordagem pelo termo *formação discursiva*, que a AD busca em Foucault, pela ampla citação na conceituação de outros elementos articulados nesta metodologia de análise, bem como pela sua especificidade, de cujo entendimento depende a compreensão desses outros.

Das *formações discursivas*, passa-se à *enunciação*, pela concepção que evoca do discurso em movimento, da sua relação com a pragmática e da subjetividade como *topos*. Em seguida, recorre-se à idéia de *práticas discursivas* para pensar na aliança entre as instâncias textual e social da discursividade, responsáveis pela formação de uma *cena enunciativa*.

A partir daí optou-se por se abordar referências (*deixis*) que contribuem para identificação da *cenografia*, que designa esta cena, seguidas de elementos que relacionam-se em sua construção: o *ethos* e os *gêneros do discurso*.

Para finalizar, será tratada a *heterogeneidade* do campo discursivo que engloba todas essas instâncias e de onde se poderia iniciar um novo percurso, retomar uma nova ordenação.

Observa-se que Maingueneau prossegue além do exposto neste trabalho. Tanto no que tange ao aprofundamento dos conceitos abordados quanto à incorporação de vários outros. Apresentam-se aqui aqueles que se julgou de maior importância em relação aos objetivos e objeto de estudo, bem como para compreensão da linha de análise adotada.

Formação Discursiva

A noção de Formação Discursiva é utilizada na Escola Francesa de Análise do Discurso inicialmente a partir de Pêcheux, associada a um quadro teórico baseado no marxismo althusseriano e relacionada à organização de uma formação social, caracterizada por relações de classe que implica a existência de posições políticas e ideológicas, para além dos indivíduos (Maingueneau, 2000 : 67-68).

Segundo Maingueneau, a tese de Pêcheux já adiantava uma incidência sobre a semântica ao afirmar que as “palavras mudam de sentido passando de uma formação discursiva a outra” (Pêcheux apud Maingueneau, 2000 : 68).

Porém, nesta Escola, a aplicação do conceito de Formação Discursiva tem sido feita independentemente da problemática marxista de Pêcheux, pois o conceito introduzido por Foucault designa nesta linha “todo sistema de regras que funda a unidade de um conjunto de enunciados sócio-historicamente circunscrito” (Maingueneau, 2000 : 68).

Falar sobre formação discursiva requer considerar que “o dizível forma sistema e delimita uma identidade”. No entanto, para uma sociedade, uma posição e um momento definidos apenas uma parte do dizível é acessível (ibid. : 68-69).

A maneira pela qual este autor apreende as formações discursivas oscila entre uma concepção “contrastiva” e outra “interdiscursiva” (ibid. : 69). Na primeira, cada uma é pensada como um espaço autônomo que se põe em relação com outro; já para a segunda,

“uma formação discursiva só se constitui e se mantém através do interdiscurso”, isto é, do “conjunto das unidades discursivas com as quais se relaciona” (ibid. : 86).

Enunciação

Maingueneau (2000 : 52) afirma que após Benveniste, como o ato distingue-se de seu produto, define-se classicamente a enunciação como a colocação em funcionamento da língua por um ato individual de utilização opondo-se ao enunciado – uma seqüência verbal (Maingueneau, 2001 : 21).

Ele ressalta que na perspectiva AD no entanto, é necessário afastar-se de certos pressupostos que podem ser associados a essa definição (Maingueneau, 1989 : 53):

- “a enunciação não deve ser concebida como a apropriação por um indivíduo, do sistema da língua: o sujeito só acede à enunciação através das limitações múltiplas dos gêneros do discurso”;
- a enunciação não se funda sobre um único enunciador, pois “a interação é preponderante”;
- “o indivíduo que fala não é necessariamente a instância que se encarrega da enunciação”.

Ele aponta, com base nesse último ponto, que Ducrot define a enunciação como acontecimento constituído pela aparição de um enunciado e ressalta o papel da mesma como elemento-chave na relação entre a língua e o mundo, pois, além de permitir representar os fatos no enunciado, ela “constitui em si um fato, um acontecimento único, definido no tempo e no espaço” (Maingueneau, 1989 : 53-54).

Ressalta sua relação com a pragmática na recusa a uma concepção de linguagem como mero suporte na transmissão de informações (ibid. : 20) e expõe, sumariamente, alguns elementos desta área necessários à compreensão do trabalho desenvolvido pela AD atualmente. Na perspectiva pragmática, a linguagem é considerada como uma forma de ação; cada ato de fala, como prometer, batizar, afirmar; é inseparável de uma instituição, que este ato pressupõe pelo simples fato de ser realizado, pela própria enunciação. Sendo assim, aquele que enuncia se concebe uma certa posição e atribui uma posição ao seu interlocutor; “como se as condições exigidas para realizar este ato de fala estivessem efetivamente reunidas” (ibid. : 29 –30).

Segundo este autor, a pragmática extrai seus modelos de alguns registros: a ordem jurídica, o teatro e o jogo. E para complementar recorre a Flahault para afirmar que, de forma geral:

“a pragmática tende a enfatizar que a ‘tomada da palavra’ constitui um ato virtualmente violento que coloca outrem diante de um fato realizado e exige que este o reconheça como tal. Ao enunciar, eu me concedo um certo lugar e ‘atribuo um lugar complementar ao outro’, peço-lhe que se mantenha nele e que ‘reconheça exatamente aquele que fala de meu lugar’. Solicitação que é feita, pois, a partir de um ‘quem sou eu para ti, quem és tu para mim’” (Maingueneau, 1989 : 31-32).

Porém, embora haja coerência com relação à oposição radical à idéia de língua como mero instrumento, Maingueneau (ibid. : 32) ressalta que a AD, freqüentemente, é “reticente em relação à pragmática, por apresentar algumas incompatibilidades no que tange aos seus próprios pressupostos teóricos”.

Esta consideração se faz principalmente em relação à questão da subjetividade, pois, “muitos trabalhos de inspiração pragmática repousam sobre as ‘intenções’ de falantes cuja consciência seria transparente e a identidade estável, ultrapassando os diversos ‘papéis’ que desempenham” (Maingueneau, 1989 : 30).

A AD, por sua vez, “prefere formular as instâncias de enunciação em termos de ‘lugares’, visando a enfatizar a preeminência e a preexistência da topografia social sobre os falantes que aí vêm se inscrever” (id.).

Nesse sentido, a identidade se constitui “a partir e no interior de um sistema de lugares” (ibid. : 33) ao se “determinar qual é a posição que pode e deve ocupar cada indivíduo para dela ser o sujeito” (Foucault, apud Maingueneau, 1989 : 33).

Essa afirmação, segundo Maingueneau, equivale a dizer que “a teoria do discurso não é uma teoria do sujeito antes que este enuncie, mas uma teoria da instância de enunciação que é, ao mesmo tempo e intrinsecamente, um efeito de enunciado” (Parret apud Maingueneau, 1989 : 33).

Foucault aponta duas faces da instância da subjetividade enunciativa: “por um lado, ela constitui o sujeito em sujeito de seu discurso, por outro, ela o assujeita. Se ela submete o enunciador a suas regras, ela igualmente o legitima” (Foucault apud Maingueneau, 1989 : 33), o que torna discurso e sujeito indissociáveis.

Prática Discursiva

A conceituação deste termo contempla discussões importantes sobre a correlação e reciprocidade entre processos de constituição social e textual.

Como breve introdução de alguns dos principais aspectos trabalhados, pode-se dizer que Maingueneau (1989 : 54) aborda como a adesão do sujeito a um processo/organização social se faz pela adesão ao discurso, bem como afirma que não há processo social que não

seja afetado pela ordem simbólica, pela constituição do sujeito como marcado pela linguagem.

Maingueneau considera o modo de adesão a um grupo como um efeito desse jogo recíproco entre sociedade e linguagem, entre instância textual e organização social, o que se verá mais detalhadamente a seguir.

O autor (1989 : 53) levanta o conceito de “prática discursiva” com o objetivo de abordar estudos que ampliem o campo da AD em direção a um aprofundamento da articulação entre o discurso e suas “condições de produção”, entendidas como causas extraverbais que também constituem a estrutura semântica de um enunciado, e não apenas como a designação do contexto social que envolve um *corpus*.

Dessa forma, Maingueneau confere importância destacada às comunidades pressupostas pela enunciação de uma formação discursiva e questiona a instância mediadora entre um grupo social e um discurso como mera intermediária:

“Não é suficiente lembrar a existência de um conflito social, de uma língua, de ritos e de lugares institucionais de enunciação, é preciso ainda pensar que o próprio espaço de enunciação, longe de ser um simples suporte contingente, um ‘quadro’ exterior ao discurso, supõe a presença de um grupo específico sociologicamente caracterizável, o qual não é um ‘agrupamento fortuito’ de ‘porta-vozes’. [...] De fato, não se dispõe, inicialmente, das informações, dos escritores ou dos cidadãos; a seguir, das instituições mediadoras e, por fim, dos enunciados em circulação, mas tudo emerge ao mesmo tempo. A instituição ‘mediadora’ não é secundária em relação a uma ‘realidade’ que ela se contentaria em formular de acordo com certos códigos” (Maingueneau, 1989 : 54-55).

Em relação ao discurso jornalístico, objeto deste estudo, a argumentação do autor contribui para pensar sobre as estratégias que se articulam para dar conta de sua função testemunhal, no que concerne à referencialidade, na produção de uma idéia de exclusão do âmbito simbólico, efeito de apagamento dos sentidos que constrói no processo de mediação.

Mayra Rodrigues Gomes afirma que o princípio que baliza a referencialidade “diz respeito a um sistemático esquecimento da ordem simbólica, e de si próprio como imerso nesta ordem, para enaltecimento de um real como auto-suficiente, como não mediatizado, na suposição de pura concretude” (Gomes, 2000 : 24).

Para tanto, as matérias jornalísticas estão sempre calcadas em citações, tabelas e fotografias, entre outros sinais, que funcionam como recurso da “remetência ao real” (ibid. : 24). Estratégia que opera pelo apagamento da distância imposta pela ordem simbólica e coloca um real como apreensível e descritível diretamente, constituindo-se em efeito de real (ibid. : 30).

A partir dessa observação, pode-se entender melhor o pensamento de Maingueneau quando relaciona a crítica a uma suposta transparência das instâncias mediadoras ao estudo do discurso vinculado à idéia das classes sociais.

Para esse autor, “se é verdade que o grupo associado ao discurso não se contenta em ser um intermediário transparente, então não podemos nos contentar em remeter a questão do discurso às classes sociais”, pois esses grupos “negam constantemente sua importância, ao se considerarem transparentes: fiéis zelosos, simples técnicos, representantes dos trabalhadores, consumidores, etc., sempre se apresentam como portadores de mensagens” (Maingueneau, 1989 : 55).

Também neste caso, o esquecimento da ordem simbólica, de um grupo como imerso nesta ordem, enaltece um real como não mediatizado (Gomes, 2000).

Assim posto, Maingueneau (1989 : 55) defende que se deve considerar o modo de existência desses grupos, preferindo “admitir que não existe relação de exterioridade entre o funcionamento do grupo e o de seu discurso”, o que torna necessário pensar em sua imbricação, ou seja, “articular as coerções que possibilitam a formação discursiva com as que possibilitam o grupo”, pois se conduzem pela mesma lógica.

O autor se refere à instituição discursiva como constituída por duas faces: uma que diz respeito ao social e a outra à linguagem. Faces que são conduzidas pela mesma lógica, como nota-se pela argumentação do autor de que “as formações discursivas concorrentes em um determinada área também se opõe pelo modo de funcionamento dos grupos que lhes estão associados” (id.).

Para designar essa reversibilidade essencial entre ambas, Maingueneau utiliza a expressão “prática discursiva”, que retoma de Foucault e que é reformulada para dar conta da integração entre a formação discursiva e a comunidade discursiva. Esta última é definida pelo autor como “o grupo ou a organização de grupos no interior dos quais são produzidos, gerados os textos que dependem da formação discursiva”, incluindo “tudo que estes grupos implicam no plano da organização material e dos modos de vida” (Maingueneau, 1989 : 56).

Esses grupos são visados por existirem “unicamente por e na enunciação, na gestão destes textos”, o que exclui aqueles que “encontrariam sua razão de ser em outro lugar”. Como exemplo, para o discurso político, os partidos políticos seriam visados, mas “os cidadãos tomados em sua inscrição sócio-econômica”, não (id.).

É assim que a partir desta concepção que afirma a instituição discursiva como uma prática que associa uma instância que diz respeito ao social e outra que se refere à linguagem, que Maingueneau (1989 : 59-60) repensa a questão da ideologia. Termo que concebe como modo de organização, legível sobre as duas vertentes da prática discursiva, e não como uma visão de mundo.

Ele recorre a Debray para ratificar a necessidade de correlação entre as instâncias constituintes dessa prática discursiva:

*“A ideologia ocupa-se simultaneamente da representação do mundo e da organização dos homens, tarefas que significam o direito e o avesso de uma mesma atividade. (...) Não existe um conjunto mais ou menos esquematizado de representações, ao qual se sobreporia a seguir, e proveniente do exterior, uma estrutura mais ou menos complexa de organizações. **As duas séries constituem-se e desfazem-se conjuntamente, segundo uma única e mesma lógica**” (Debray apud Maingueneau, 1989 : 59-60)²⁰.*

A ideologia é associada à questão da crença, para reforçar a argumentação de que um processo de organização em sociedade se relaciona constitutivamente a outro textual, os quais seguem a mesma lógica: “o sujeito inscreve-se de **maneira indissociável** em processos de organização social e textual” (Debray apud Maingueneau, 1989 : 60) o que remete “à questão da crença [...] do lugar enunciativo vazio que uma formação discursiva implica” (Maingueneau, 1989 : 60).

Maingueneau busca novamente o endosso de Debray, quando este argumenta que: “A dinâmica das idéias práticas, isto é, das crenças sociais, inter-relaciona **afetividade, eficácia e comunidade**: categorias consideradas distintas [...], mas cujo contato desencadeia uma maior consideração da idealidade – ou seja, o efeito ideologia” (Debray apud Maingueneau, 1989 : 60).

Vale observar aqui a pouca referência ao termo ideologia verificada nos textos de Maingueneau, o que se torna significativo ao se pensar que é um dos pilares sobre os quais se fundamentou, inicialmente, a Escola Francesa de Análise de Discurso.

Cena Enunciativa e Cenografia

A partir de uma de suas pesquisas desenvolvida na França, Maingueneau (1989 : 64) defende que: “não é apenas através de efeitos textuais que o discurso produz uma cena enunciativa eficaz, mas por sua inscrição em uma comunidade”, pela realização do mundo que pretende descrever ou promover.

A noção de “cena” é concebida pela AD como a “maneira pela qual o discurso constrói uma representação de sua própria situação de enunciação”. Maingueneau recorre à cena, num nível “elevado da enunciação, para o tipo de discurso: os gêneros literários, por exemplo, mobilizam a *Cena* literária, [...]. É então a *cenografia* que designa a *cena* instituída por um discurso” (Maingueneau 2000 : 20-21).

²⁰ Os grifos relacionados às citações de Debray são de Maingueneau.

A cenografia deve ser concebida “como um processo de círculo paradoxal no qual a enunciação, por sua própria maneira de desdobrar seus conteúdos, deve legitimar a situação de enunciação que a torna possível (enunciador, co-enunciador, momento e lugar)”²¹ (ibid. : 21-23).

Como exemplo, o autor cita a cenografia do *Discurso do método* de Descartes, a qual: “implica um enunciador anônimo de ‘bom senso’, retirado da agitação do mundo, dirige-se a leitores de ‘bom senso’ num francês por direito acessível a todos, e será legitimada pelo que desenvolve o texto que se enuncia através dela” (ibid., 2000 : 21).

No processo de identificação da cenografia instituída por um discurso, determinadas marcas lingüísticas apontam para o caminho percorrido. No seu conjunto essas marcas formam a “deixis discursiva”.

Maingueneau (1989 : 41) baseia-se em Benveniste para afirmar que, “na língua, a deixis define as coordenadas espaço-temporais implicadas em um ato de enunciação”, conceituação da qual parte a idéia de deixis discursiva, definida como “o conjunto de referências espaço-temporais” a partir do qual se podem distinguir o “locutor e o destinatário discursivos, a cronografia e a topografia”. Deixis que se manifesta no nível do “universo de sentido que uma formação discursiva constrói através de sua enunciação”.

As considerações do autor sobre a existência deste conjunto de coordenadas evocam aspectos fundamentais relativos a alguns termos-chave em sua linha de análise:

“Se existe deixis discursiva é porque uma formação discursiva não enuncia a partir de um sujeito, de uma conjuntura histórica e de um espaço objetivamente determináveis do exterior, mas por atribuir-se a cena que sua enunciação ao mesmo tempo produz e pressupõe para se legitimar” (Maingueneau, 1989 : 42).

O autor complementa sua argumentação sobre o tema, afirmando que a cenografia de uma formação discursiva torna-se acessível em um primeiro momento pela deixis discursiva, e, em um segundo, pela deixis fundadora – entendida “como a(s) situação(ões) de enunciação anterior(es) que a deixis atual utiliza para a repetição e da qual retira boa parte de sua legitimidade”, donde se distinguem a locução fundadora, a cronografia e a topografia fundadoras que validam a enunciação de uma formação discursiva na medida em que esta inscreve “sua alocação nos vestígios de uma outra deixis, cuja história ela institui ou ‘capta’ a seu favor” (id.).

²¹O co-enunciador é entendido como aquele para quem se dirige o enunciador. É correlato do destinatário, mas desempenha papel ativo no momento da enunciação (Maingueneau, 2000 : 23).

Ethos

Das marcas que se manifestam no discurso e formam uma cenografia passa-se a outra instância articulada na construção de uma cena enunciativa, àquela que se refere à representação de seu enunciador.

A noção de *ethos* vem da Retórica de Aristóteles designada por *ethé*, e “entendida como a imagem que um orador transmitia, implicitamente, de si mesmo, através de sua maneira de falar”, ou pelo próprio modo de se expressar (Maingueneau 1989 : 45; 2000 : 59).

Contemporaneamente, segundo Maingueneau (2000 : 59-60), essa noção foi retomada por Ducrot, num quadro pragmático. Na AD, é explorada por Maingueneau “como reação contra uma concepção estruturalista do texto”.

O autor comenta que todo discurso supõe um *ethos*: “implica uma certa representação [...] do enunciador que se responsabiliza por ele. Sua fala participa de um comportamento global”, ao qual são atribuídos um caráter que corresponde a um conjunto de traços psicológicos e uma corporalidade, relacionada ao “conjunto de traços físicos e indumentários”, ambos, inseparáveis. Estes “apóiam-se em estereótipos valorizados ou desvalorizados na comunidade em que se produz a enunciação” (ibid. : 60).

Vale complementar que o termo *ethos* tem sua origem no grego e remete à noção de costume (Gomes, 2002 : 17).

O *ethos* contribui de maneira decisiva para legitimação do discurso, pois “as divergências entre os gêneros de discurso ou entre os posicionamentos concorrentes em um mesmo campo discursivo não são somente da ordem do ‘conteúdo’, elas passam também pelas divergências do *ethos*”. Sendo assim, deve-se considerar que um discurso é inseparável de uma “voz”, que Maingueneau (1989 : 45) prefere chamar de “tom”. Esta voz precede de um “enunciador encarnado”, “um sujeito situado para além texto” (Maingueneau, 2001 : 95).

Porém, o autor ressalta que só se pode empregar a questão do *ethos* retórico em AD a partir de um duplo deslocamento:

- afastando a idéia de que o enunciador desempenharia o papel de sua escolha em função dos efeitos que pretende produzir sobre seu auditório;
- recorrendo a uma noção de *ethos*, transversal à oposição entre o oral e escrito, já que a retórica organizava-se em torno da palavra viva e, conseqüentemente, integrava à sua reflexão o aspecto físico do orador, seus gestos, bem como sua entonação (Maingueneau, 1989 : 45-46).

Com base nessas considerações, do ponto de vista da AD, entende-se que:

- os efeitos sobre um auditório não são impostos pelo sujeito, mas pela formação discursiva, isto é, “eles se impõem àquele que, no seu interior, ocupa um lugar de enunciação, fazendo parte integrante da formação discursiva, ao mesmo título que às outras dimensões da discursividade”;
- deve-se considerar que, “embora o texto seja escrito, ele é sustentado por uma voz”, a qual habita sua enunciação, não como uma “fala primeira perdida, mas como uma das dimensões da formação discursiva” (id.).

Assim, se os elementos do *ethos* forem integrados à discursividade, o discurso torna-se indissociável da forma pela qual toma corpo; pensamento a partir do qual Maingueneau (1989 : 48) aborda a noção de incorporação, que designa “a mescla entre uma formação discursiva e seu *ethos*, através do procedimento enunciativo”.

Essa noção de incorporação é mais um conceito em AD que articula e associa as instâncias social e textuais, as quais envolvem a discursividade:

- a formação discursiva confere “corporalidade” à figura do enunciador e, correlativamente, àquela do destinatário; ela lhes dá “corpo” textualmente;
- esta corporalidade possibilita aos sujeitos a “incorporação” de esquemas que definem um maneira específica de habitar o mundo, a sociedade;
- esses dois primeiros aspectos constituem uma condição da “incorporação” imaginária dos destinatários ao corpo, o grupo dos adeptos do discurso (Maingueneau, 1989 : 48).

Do ponto de vista da AD, a articulação entre discursividade e *ethos* contribui para a compreensão de “como uma participação nos sentidos sociais pode ser tecida através da linguagem” (ibid. : 49), e como “montagens duráveis e fora do alcance da consciência podem ser construídas” (Bourdieu apud Maingueneau, 1989 : 49). Tal questão se relaciona à eficácia do discurso, ao poder de suscitar a crença (Maingueneau, 1989 : 59-60) e remete à idéia de prática discursiva abordada anteriormente neste capítulo.

Maingueneau argumenta que o

“co-enunciador interpelado não é apenas um indivíduo para quem se propõem ‘idéias’ que corresponderiam a seus interesses; é também alguém que tem acesso ao ‘dito’ através de uma ‘maneira de dizer’ que está enraizada em uma ‘maneira de ser’, o imaginário de um vivido” (ibid. : 48-49).

Ao se considerar tal afirmação, pode-se assinar com este autor que a enunciação se faz como um “dispositivo constitutivo da construção do sentido e dos sujeitos que aí se reconhecem”, o que leva a pensar nesta linha de análise como um caminho para se explicar

como determinados enunciados “puderam mobilizar forças e investir em organizações sociais”, como ele propõe (Maingueneau, 1989 : 50).

Gêneros do discurso

Pelo exposto, para que o *ethos* se configure e contribua para a legitimação de uma cena enunciativa, ele deve ser pensado em relação aos jogos de restrições e regras instituídos por uma enunciação que leva ao conceito de “gêneros do discurso”, segundo o modo de apreensão que dele faz esta linha de abordagem do discurso .

Este termo costuma ser empregado na análise do discurso para designar “os dispositivos de comunicação sócio-históricamente definidos”, como o editorial, a consulta médica, um anúncio ou um relatório de estágio, por exemplo. Considerando que esse tipo de análise “relaciona falas a lugares”, os gêneros do discurso adquirem papel fundamental na interpretação dos enunciados (Maingueneau, 2000 : 73-75).

Porém, é importante ressaltar que, contrariamente à idéia de unidade presumida nas tipologias herdadas da retórica, a instituição de um gênero em AD é pensada “a partir do momento que vários textos se submetem a um conjunto de coerções comuns”, variando segundo o lugar e a época (Maingueneau, 1989 : 35).

Desse modo, a “lista” dos gêneros, por definição, é indeterminada”. Sua proliferação é dificilmente interrompida, pois, a partir de um gênero, pode ser levantada uma enorme variedade de subgêneros (Maingueneau, 2000 : 73).

Verifica-se que, da concepção tradicional que considerava os gêneros como molduras nas quais deslizava um ‘conteúdo’ independente, passa-se, com a contribuição das correntes pragmáticas, à idéia de “atividades mais ou menos ritualizadas que só podem desdobrar-se legitimamente e obterem ‘sucesso’ se estiverem conforme as regras que as constituem” (ibid. : 74).

O autor defende a idéia de se pensar sobre a “maneira de conhecer as próprias coerções genéricas”, em lugar de se procurar elaborar uma “lista impossível de gêneros do discurso” (Maingueneau, 1989 : 35). Para tanto, é necessário “articular o ‘como dizer’ ao conjunto de fatores do ritual enunciativo”, isto é, considerar a forma, mas também as condições de enunciação. Estas estão implicadas por um gênero de discurso em diferentes ordens, as quais Maingueneau (ibid. : 35-36) compila em um nível comunicacional e outro estatutário:

- **comunicacional:** é aquele relativo ao tipo, meio/forma e objetivo de comunicação. “A cada gênero associam-se momentos e lugares de enunciação específicos e um ritual apropriado. O gênero, como toda instituição, constrói o tempo-espço de sua legitimação. Estas não são ‘circunstâncias’ exteriores, mas os pressupostos que o tornam possível”;

- **estatutário:** refere-se ao estatuto que o enunciador genérico deve assumir e ao estatuto que deve conferir a seu co-enunciador “para tornar-se sujeito de seu discurso”.

Para ele, a interpretação dos enunciados se condiciona à disposição dos gêneros em conformidade com as regras que os constituem, considerando-os como atividades mais ou menos ritualizadas. Para a definição do gênero, segundo ele, essas limitações estabelecem:

- *“o status respectivo dos enunciadores e dos co-enunciadores;*
- *as circunstâncias temporais e locais da enunciação;*
- *suporte e os modos de difusão;*
- *os temas que podem ser introduzidos;*
- *a extensão, o modo de organização, etc.” (Maingueneau, 2000 : 74-75).*

A partir das observações de Maingueneau (1989 : 37) sobre o discurso médico abordado por Foucault, pode-se dizer que o exercício de um determinado discurso pressupõe um lugar de enunciação afetado por determinadas capacidades, “de tal forma que qualquer indivíduo, a partir do momento que o ocupa, supostamente as detém”, independentemente de serem efetivamente competentes, ou não.

Tal afirmação ratifica a idéia de funcionamento do gênero como um elemento “que garante a cada um a legitimidade do lugar que ocupa no processo enunciativo” e “o reconhecimento do conjunto das condições de exercício implicitamente relacionadas” a este (ibid. : 35-36), bem como, reforça as observações feitas no início da fundamentação teórica desta linha de análise, no momento em que se abordou o processo de enunciação.

Pelo exposto verifica-se que os enunciados dependentes da AD, além de se apresentarem como “fragmentos de língua natural desta ou daquela formação discursiva”, também se apresentam como amostras de um certo gênero de discurso, que presume um “contrato específico pelo ritual que define” (Maingueneau, 1989 : 34).

Ao analista cabe, então, a tarefa de “definir, em função de seus objetivos, os recortes genéricos que lhe parecem pertinentes”, levando-se ainda em consideração que freqüentemente os gêneros encaixam-se uns nos outros, além de um mesmo texto encontrar-se geralmente na interseção de múltiplos gêneros (ibid. : 35).

Portanto, “o importante é não se limitar à constatação de que existe este ou aquele gênero, mas estabelecer a hipótese segundo a qual recorrer, preferencialmente, a estes gêneros e não a outros é tão constitutivo da forma discursiva quanto o conteúdo”, pois ao considerar um discurso específico, a intenção da AD não será a de examiná-lo como amostra de um determinado gênero, mas, sim, a de compreender como este discurso “investe as regras próprias” do gênero ao qual está associado (Maingueneau, 1989 : 38).

Nesse sentido, Maingueneau afirma que se pode estudar dois casos:

- “discursos concorrentes, não investidos nos mesmos gêneros;
- discursos concorrentes, investidos nos mesmos gêneros, mas explorando diferentemente suas coerções” (ibid. : 37-38).

Discurso e Heterogeneidade

Pelo exposto, concebe-se o discurso como espaço implicado pelas coerções genéricas, mas também como aquele que encontra sua unidade ao ser delimitado e ao mesmo tempo constituído pela instância do Outro, o que conduz ao universo da heterogeneidade.

Entre os diversos aspectos apresentados pelo autor que melhor especificam o discurso entendido como um modo de apreensão da linguagem, por sujeitos inscritos em contextos determinados (Maingueneau, 2000 : 43), vale destacar algumas questões de importância a serem observadas no decorrer da análise.

Entre elas, a de que o discurso, além de seu caráter de unidade lingüística, ou de enunciado, forma uma unidade de comunicação associada a condições de produção determinadas, ou seja, depende de um gênero determinado.

Ao se entender a língua como sistema compartilhado pelos membros de uma comunidade lingüística e sua oposição ao discurso, tido como um uso restrito desse sistema (ibid. : 44), o autor afirma que o discurso pode referir-se a:

- um posicionamento num campo discursivo – o discurso comunista, por exemplo;
- um tipo de discurso – o discurso jornalístico, entre outros;
- produções de uma categoria de locutores – como o discurso das enfermeiras;
- uma função de linguagem – o discurso polêmico, o discurso informativo, etc.

Nesse sentido, o autor observa que freqüentemente se produz “um deslizamento do sistema de regras ao *corpus*”: um determinado discurso designa tanto as regras que especificam uma posição enunciativa quanto o conjunto dos enunciados efetivamente mantidos a partir dessa posição (Maingueneau, 2000 : 43-45).

Ele trabalha com a definição de discurso segundo Foucault, isto é, um conjunto de enunciados que dependem da mesma formação discursiva (ibid. : 45). Este conceito se relaciona a outras questões importantes na âmbito da discursividade, como heterogeneidade, polifonia e interdiscurso.

Heterogeneidade

Maingueneau (1989 : 75) afirma o funcionamento discursivo como a representação de uma relação radical de seu ‘interior’ com seu ‘exterior’, cuja identidade é entendida

justamente como “uma maneira de organizar a relação com o que se imagina, indevidamente, exterior”. Sobre esse enfoque pode-se dizer que um discurso quase nunca é homogêneo e que a presença de ‘discursos outros’ adquire um papel de destaque entre os fatores da heterogeneidade. O que leva Maingueneau (2000 : 78) à distinção introduzida por Jacqueline Authier-Revuz, entre heterogeneidade mostrada ou representada e heterogeneidade constitutiva.

Ele comenta que a heterogeneidade mostrada corresponde a uma presença detectável de um discurso outro ao longo do texto, sendo observável sob formas marcadas e não marcadas. Estas últimas “são identificáveis sobre a base de índices textuais diversos ou graças à cultura do co-enunciador (discurso indireto livre, alusões, ironia, pastiche ...)” (Maingueneau, 2000 : 78).

As primeiras, “são assinaladas de maneira unívoca”, em discurso direto ou indireto, em aspas e glosas que indicam uma não-coincidência do enunciador com o que ele diz. Segundo Maingueneau (ibid. : 79), entre essas glosas há quatro tipos distintos por Authier-Revuz de “não-coincidências”:

- do discurso com ele mesmo (‘como disse fulano’, ‘no sentido de fulano’...);
- entre palavras e coisas (‘como poderei dizer?’, ‘é a palavra que convém’...);
- das palavras com elas mesmas (‘no sentido figurado’, ‘em todos os sentidos’...);
- entre enunciador e co-enunciador (‘como você diz’, ‘passe-me a expressão’...).

Por outro lado, a heterogeneidade constitutiva diz respeito à dominação do discurso pelo interdiscurso. O discurso “é constituído através de um debate com a alteridade, independentemente de toda marca visível de citação, alusão, etc.” (Maingueneau, 2000 : 79).

Em Maingueneau (ibid. : 80), a idéia de uma heterogeneidade constitutiva é ratificada na afirmação da “impossibilidade de dissociar a interação dos discursos do funcionamento intradiscursivo”, pois, para esse autor, a identidade de uma formação discursiva é indissociável de sua relação com as formações discursivas através das quais o sujeito constrói sua identidade. “A definição da rede semântica que circunscreve a especificidade de um discurso coincide com a definição desse discurso com seu Outro”.

Polifonia

A problemática da polifonia se inscreve na questão mais ampla da heterogeneidade, pois põe em causa a unicidade do sujeito falante. Segundo Maingueneau (2000 : 108-109) ela foi abordada inicialmente por Bakhtin na caracterização de obras nas quais se manifestam várias ‘vozes’, sem dominância de nenhuma delas, e, posteriormente, por lingüistas, como Ducrot, “para levar em conta os múltiplos casos em que aquele que produz materialmente o enunciado não se encarrega dele, não se apresenta como seu responsável”, distinguindo daí o sujeito falante, o locutor e o enunciador de um discurso:

- sujeito falante corresponde a um ser empírico, aquele que enuncia fisicamente um enunciado;
- locutor, o ser de discurso, a instância a qual é imputada a responsabilidade do enunciado;
- enunciador, aquele que, nos fenômenos de não responsabilização mais sutis como a ironia ou a negação polêmica, se constitui como o responsável pelo ponto de vista defendido pelo enunciado (Maingueneau, 2000 : 108-109), pois, assim como o personagem está para um ator em uma ficção, o enunciador está para o autor. A partir deste conceito, o locutor pode pôr em cena, em seu próprio enunciado, posições diversas da sua (Maingueneau, 1989 : 77).

Em relação ao locutor, Maingueneau (id.) caracteriza a distinção feita por Ducrot entre o locutor propriamente dito – “definido como o responsável pela enunciação e considerado apenas em função desta propriedade” – e o locutor enquanto pessoa do mundo – “uma pessoa que pode possuir outras propriedades além desta”.

Ele cita o exemplo da autocrítica, em que “o locutor propriamente dito’ afirma-se ao desvalorizar ‘o locutor enquanto pessoa do mundo”(ibid. : 76-77).

Como diferentes manifestações da polifonia na AD, Maingueneau cita os casos de ironia, pressuposição, negação, discursos relatados de forma direta ou indireta e as palavras entre aspas. Porém, afirma que a heterogeneidade discursiva não se restringe “à presença de sujeitos diversos em um mesmo enunciado”, pois ela pode resultar também “da construção pelo locutor de níveis distintos no interior de seu próprio discurso” (Maingueneau, 1989 : 78-93).

Caso verificado pelos efeitos de glosas que acompanham o que o locutor diz: constantemente há a possibilidade de atravessamento do dito por “um metadiscurso, mais ou menos visível que manifesta um trabalho de ajustamento dos termos a um código de referência” (ibid. : 93).

Maingueneau (id.) afirma que as operações metadiscursivas do locutor apresentam um grande interesse para a AD, pois permitem “descobrir os ‘pontos sensíveis’ no modo como uma produção discursiva define sua identidade em relação à língua e ao interdiscurso”.

Entre essas operações, ele destaca a parafraseagem e aborda ainda a importância para a AD dos casos de polifonia instituídos por discurso indireto livre, ironia, imitação e citação de autoridade, sendo que nesta, “o ‘locutor’ se apaga diante de um ‘Locutor’ superlativo que garante a validade da enunciação” (Maingueneau, 1989 : 95-101).

Em relação a este último caso, Maingueneau (2000 : 110) aborda ocorrências como o provérbio, pela autoridade que conferem ao enunciado por se tratarem de instâncias coletivas. São fenômenos que, quando mencionados, se asseguram por uma outra instância que é trazida à cena e da qual se participa indiretamente, como membro da comunidade lingüística.

Interdiscurso

É a instância mesma que sustenta esta linha de estudo, pois como considera Maingueneau (1989 : 111-119), o “espaço pertinente para as regras é da ordem interdiscursiva”. Nesta linha de análise, o autor propõe o interdiscurso como elemento constitutivo das formações discursivas, defendendo a idéia de que o estudo de suas interações permite avançar na “reflexão sobre a identidade discursiva”, pela implicação da construção desta identidade “na relação com o Outro”.

Para tanto, define o interdiscurso sob dois aspectos: como “um conjunto de discursos”, seja ele de um mesmo campo discursivo, de campos distintos ou diferentes épocas, por exemplo, mas também sob o enfoque de um discurso particular, como o “conjunto das unidades discursivas com as quais” esse discurso se relaciona (ibid. : 86).

Maingueneau (1989 : 115) traz à cena o conceito de “rede de formulações”, instituído por Courtine, ao defender a idéia de que “a toda formação discursiva é associada uma *memória discursiva*, constituída de formulações que repetem, recusam e transformam outras formulações”. Essa rede corresponde às diferentes formulações possíveis de um ‘enunciado’ no interdiscurso, cujo conjunto de redes relacionadas a uma formação discursiva representa o processo discursivo inerente a esta última.

Neste nível das ‘redes de formulações’ Maingueneau afirma que intervém a instância do “sujeito universal”, específico de uma formação discursiva. Refere-se ao lugar de onde é possível enunciar. Assim, “o interdiscurso domina cada formulação particular, fixa o que ela fala e o sujeito que a garante” (id.).

Ao aprofundar o caráter constitutivo da interdiscursividade, o que corresponde a dizer que um discurso nasce “de um trabalho sobre outros discursos”, Maingueneau (1989 : 120)

aborda a interação entre dois discursos em posição de delimitação recíproca vista como “uma tradução generalizada”, em um campo formado por uma “interincompreensão”.

Essa tradução, no entanto, é de um tipo específico, pois ocorre “entre zonas da mesma língua”. Assim, “quando uma formação discursiva faz penetrar seu Outro em seu próprio interior, por exemplo, sob a forma de uma citação, ela está apenas ‘traduzindo’ o enunciado deste Outro, interpretando-o através de suas próprias categorias” (ibid. : 120).

Maingueneau considera que a leitura de um enunciado de uma formação discursiva pode ser feita em dois sentidos: em uma face “pertencente a seu próprio discurso” e em outra, “seu avesso”, que marca a distância constitutiva que separa este enunciado de um ou vários discursos.

Nesta concepção, as polêmicas que envolvem as formações discursivas não surgem do exterior. “São a atualização de um processo de delimitação recíproca, localizado na própria raiz dos discursos considerados”, pois, como defende o autor, cada uma das formações discursivas define sua identidade através da rejeição das unidades de sentido construídas por seu Outro (Maingueneau, 1989 : 119-122).

Assim, “o discurso constrói, em um mesmo movimento, sua identidade e sua relação com os discursos, os quais lhe permitem estabelecê-la”. Por tanto, mesmo as formações discursivas que parecem manter “certa indiferença em relação aquelas que partilham um mesmo campo” não se desenvolvem isoladamente, pois, tomando como premissa a sua constituição pela interdiscursividade, “se um discurso parece indiferente à presença de outros, *é porque, semanticamente, lhe é crucial denegar o campo do qual depende e não porque poderia desenvolver-se fora dele*” (ibid. : 122).

Ele complementa:

“O exercício da polêmica presume a partilha do mesmo campo discursivo e das leis que lhe estão associadas. É preciso desqualificar o adversário, custe o que custar, porque ele é constituído exatamente do Mesmo que nós, mas deformado, invertido, conseqüentemente insuportável” (Maingueneau, 1989 : 125).

Após essa síntese dos conceitos centrais da AD, na perspectiva de Maingueneau, prioriza-se aqui a noção de lugar e a identificação da topografia formada ao redor dos principais atores que se destacam entre as iniciativas de cunho social no contexto da imprensa.

A identificação desses lugares se faz a partir da articulação dos aspectos levantados no debate acerca do *terceiro setor*, no primeiro capítulo, e na observação da cobertura jornalística sobre o tema, tomando como base o processo de triagem e o inventário de ocorrências elaborado no estudo dos jornais selecionados, como se apresenta a seguir.

3

Metodologia de análise do discurso jornalístico

Pela variação de parâmetros a se utilizar, a Análise de Discurso de linha francesa permite diversos recortes sobre um objeto de pesquisa, bem como, a elaboração de diversos caminhos de análise, desde que desenvolvidos de acordo com hipóteses que o analista constrói a partir de um certo conhecimento de seu corpus e de possibilidades oferecidas pelo estudo de semelhantes fatos de linguagem (Maingueneau, 1989 : 16-19).

Diante desta abertura, os procedimentos de pesquisa foram segmentados com base em dois objetivos principais: o estudo geral e apreensão do *corpus* e a elaboração e aplicação da metodologia de análise, como mencionados a seguir:

Procedimentos para estudo geral e apreensão do *corpus*:

- a) Escolhas iniciais:** seleção dos jornais a serem analisados, delimitação do universo de iniciativas que seriam observadas, além do período para leitura e levantamento do material, como primeiro contato com o objeto;
- b) Clippagem:** leitura e levantamento de matérias;
- c) Triagem e elaboração de um inventário de ocorrências;**
- d) Escolha das seções a serem analisadas;**
- e) Recorte final do *corpus*:** escolha das matérias para análise.

Elaboração e aplicação da metodologia de análise

- a) Recorte metodológico:** foco na topografia discursiva e definição dos lugares discursivos;
- b) Definição das variáveis:** aspectos a serem observados na caracterização dos lugares discursivos;
- c) Levantamento dos elementos associados a cada um dos lugares, por matéria constituinte do *corpus*;**
- d) Análise descritiva:** compilação e análise descritiva dos achados por seção/subseção;
- e) Análise interpretativa:** fechamento da análise em torno de cada *topos* genérico, com apoio em autores contemporâneos.

Salienta-se que, apesar da divisão apresentada, alguns de seus itens foram desenvolvidos concomitantemente, em um processo de embasamento recíproco, pois como defende Orlandi (1999 : 63), a construção do *corpus* e a análise estão intimamente ligadas, nesta linha.

A AD se propõe a obedecer “o princípio discursivo pois não se faz a partir de categorizações apriorísticas e externas, mas internas ao funcionamento do próprio discurso: a

relação entre os sujeitos, a relação com os sentidos, a relação com o referente discursivo” (Orlandi, 1999 : 86-87).

Em grande parte, o *corpus* se constitui por uma construção do próprio analista, com o intuito de compreender o funcionamento de um discurso na produção de efeitos de sentidos, sendo que o primeiro passo desse processo de compreensão é a necessidade de transformação da superfície lingüística em um objeto discursivo. O trabalho de análise se inicia no momento mesmo em que se configura o *corpus* com o delineamento de seus limites, recortes e retomada de conceitos e noções (ibid. : 66-67).

Escolhas iniciais

O estudo toma como objeto dois dos principais jornais que circulam na cidade de Campinas – SP. Este município se caracteriza pelo papel de destaque no interior do estado e por ser composto por diferentes cenários: acelerado desenvolvimento econômico, tecnológico e industrial, de um lado e, de outro, graves problemas sociais, além de diversas organizações e iniciativas de origem não-governamental voltadas para a atuação social.

A cidade é pólo de Região Metropolitana que abrange cerca de 2,2 milhões de pessoas. Em termos econômicos é responsável por 9% do PIB – Produto Interno Bruto – nacional; 17% da produção industrial e 10% da produção agro-industrial do estado de São Paulo, além de possuir importantes centros de pesquisa como a Unicamp – Universidade Estadual de Campinas e o CPqD²². Por outro lado, como menciona matéria publicada pelo jornal Folha de S. Paulo, em 24/02/2002²³, naquela data o desemprego atingia cerca de 160 mil pessoas no município, o qual abrigava 96 favelas e 121 ocupações sem rede de esgoto, escolas e postos de saúde, com um déficit habitacional de 35 mil moradias. É onde está instalada a maior ocupação urbana da América Latina, com 3,5 mil famílias²⁴.

Completa o cenário de interesse para a pesquisa, a existência de diversas organizações sem fins lucrativos, entre elas, duas das 31 instituições nacionais identificadas pelo GIFE – Grupo de Institutos Fundações e Empresas²⁵ – como doadoras de recursos para outras entidades: a Fundação Educar Dpaschoal de Benemerência e Preservação da Cultura e a FEAC – Federação das Entidades Assistenciais de Campinas, esta última com 110 organizações associadas²⁶, e orçamento social de 2000, superior a 7 milhões de reais²⁷.

²² Dados levantados junto ao site www.campinet.sp.gov.br, em 13/03/2002.

²³ MARGARIDO, Ana Paula. Crime é preço de contrastes em Campinas. Folha de S. Paulo, 24/02/2002. Folha Campinas p.8)

²⁴ LEMES PEREIRA, Carlos. Parque Oziel faz festa por meia década de resistência. Correio Popular, 14 de abril de 2002 (Primeiro caderno, p.8)

²⁵ FALCONER, Andrés Pablo e Vilela, Roberto. Recursos privados para fins públicos: as grantmakers brasileiras. São Paulo : Peirópolis, Grupo de Institutos Fundações e Empresas, 2001

²⁶ Fonte: www.feac.org.br. Dado extraído do site, em 15/12/2003.

²⁷ R\$7.730.441,00. Fonte: Investimento social Privado no Brasil. Perfil e Catálogo dos Associados Gife, publicado em 2001

Optou-se pela utilização dos jornais impressos, por possibilitarem maior acessibilidade para o levantamento de material para a análise e por serem utilizados como fonte de matérias para outros meios como a internet, o que amplia sua repercussão no cenário midiático. Em que importa comentar que, segundo a APJ²⁸ – Associação Paulista de Jornais, Campinas é a 3ª cidade do país, em leitura desse tipo de publicação.

A escolha dos jornal Correio Popular e Folha de S. Paulo foi feita pelo destaque que estes assumem no contexto local e nacional, respectivamente, permitindo visão complementar entre o jornalismo regional e o contraponto com a produção de imprensa das grandes capitais.

O Correio Popular é o principal jornal da região. Iniciou suas atividades em 1927. Com a compra do jornal Diário do Povo, em 1996, foi fundada oficialmente, em 1997, a RAC – Rede Anhangüera de Comunicações, que, além desses dois jornais – os maiores da cidade –, inclui o instituto de pesquisas DataCorp, o Portal Cosmo on Line, a Gráfica GrafCorp e o Cosmo Networks, empresa criada para cuidar dos aspectos relacionados à tecnologia e à expansão dos negócios do grupo²⁹.

Além disso, seu estudo se faz importante para esta pesquisa pois, seja por maior proximidade entre centro produtivo e seus leitores, seja pela necessidade de cumprimento de pautas locais, permite maiores chances de inserção de assuntos originários de ações da comunidade e a abordagem de temas voltados para a participação da população.

A Folha de S. Paulo é o jornal de maior circulação no país. Segundo medição do IVC – Instituto de Verificação de Circulação e no período de janeiro a dezembro de 2002³⁰, a publicação obteve circulação média diária de 346.333 exemplares. Para a edição que circula, na região de Campinas³¹, produz um caderno na cidade, o qual permitiria a comparação de pautas locais entre os dois jornais selecionados, o que se configurava inicialmente como uma das possibilidades de recorte do trabalho.

Sobre o recorte de iniciativas e instituições que são objeto deste estudo, optou-se por se utilizar a definição apresentada no relatório de pesquisa realizado pela ANDI – Agência de Notícias para os Direitos da Infância e pelo GIFE, pela sua aplicação ao território nacional,

²⁸ <http://www.apj.inf.br/correio/php>. Extraído em março de 2002.

²⁹ Fontes: Jornal ANJ-Notícias 11/2002 (disponível também pela internet em www.anj.org.br) e APJ - Associação Paulista de Jornais. <http://www.apj.inf.br/correio/php>.

³⁰ Fonte: www.anj.org.br. Extraído do site em dezembro/2003. Na mesma medição, a Folha vem seguida pelo Extra, da Infoglobo, com média de circulação diária de 286.655 exemplares, e por O Estado de S. Paulo, com 268.433.

³¹ Observa-se que as edições regionais da Folha de S. Paulo, sofrem algumas variações em relação à edição que circula na capital. Entre elas a inserção do caderno mencionado, em substituição ao caderno Cotidiano. Segundo dados do IVC publicados em material publicitário elaborado pela empresa jornalística e distribuído às agências de propaganda da cidade, no 2º semestre de 2001, a edição regional Campinas, obteve média de circulação em dias úteis, de 35 mil exemplares e aos domingos de 39, 9 mil.

com elementos relacionados ao universo deste estudo. Segundo o relatório, consideram-se inseridas no *terceiro setor*:

“Organizações da sociedade civil de direito privado e sem fins lucrativos que realizam atividades em prol do bem comum. Integram o terceiro setor instituições como as organizações não-governamentais (ONGs) e as organizações da sociedade civil de interesse público (OSCIPs) em geral. Trata do uso de recursos privados para fins públicos. Organizações a serviço de interesses corporativos, a exemplo de sindicatos e clubes, não compõem o terceiro setor, pois tratam de interesses de grupos específicos” (Cavalcante et al., 2000 : 43).

Também foram incluídas iniciativas voluntárias individuais ou coletivas, relacionadas ao campo, como aquelas mencionadas por Fernandes (1997), mesmo que informalizadas ou oriundas de empresas privadas.

Inicialmente o projeto de pesquisa previa um período de oito meses para levantamento das matérias, como precaução diante da possibilidade de que a amostra fosse influenciada por datas comemorativas que pudessem tornar o estudo tendencioso, caso houvesse um maior apelo a determinado tipo de ação relacionado a certas épocas do ano, como o Natal, por exemplo, em que doações ocasionais são incentivadas e divulgadas, não implicando maiores vínculos com determinada instituição ou causa.

Clippagem: leitura e levantamento de matérias

Esta etapa teve como primeiro objetivo a seleção de matérias jornalísticas relacionadas à atuação de instituições do chamado *terceiro setor*, o contato e estudo do objeto de pesquisa visando a observação de aspectos comuns e compreensão do cenário que formavam, como fonte de subsídios para o recorte final do *corpus*.

O trabalho foi iniciado no mês de agosto de 2001, porém, já neste mês, levantou-se quantidade e variedade de material suficiente para justificar a necessidade de triagem e elaboração de um inventário de ocorrências.

Foram encontradas 278 matérias ou notas que mencionavam, de alguma maneira, algum tipo de organização ou iniciativa objeto desta pesquisa, incluindo artigos de representantes de algumas delas, mesmo que não tratando diretamente do assunto. Estas dividem-se em 150 da Folha de S. Paulo e 128 do Correio Popular. Para efeito de cálculo, foram somadas todas aquelas que tratavam de assuntos diferentes, mesmo que em uma mesma coluna. Notas seguidas sobre uma mesma notícia, bem como matérias com chamadas em outras páginas, independente do número de menções, foram somadas apenas uma vez.

Como o levantamento visava um mapeamento geral do campo, com o objetivo de identificação daquelas ocorrências mais significativas para este estudo e para o recorte final, isto é, aquelas que permitissem melhor identificação das características dos lugares sociais construídos no discurso e as relações estabelecidas entre os mesmos, o período restante previsto anteriormente, de setembro de 2001 a março de 2002, foi estendido até julho do mesmo ano, mas utilizado como acompanhamento do inventário elaborado, com inclusão de alguns poucos casos não encontrados no mês utilizado como base. Como exemplo mais significativo, há os cadernos especiais, publicados pela Folha, em outubro e pelo Correio, em novembro.³²

Tal acompanhamento fez-se importante para se afirmar que as tipologias encontradas permitem visão ampla da abordagem da temática pelos jornais estudados e base sólida como fonte de subsídios para o recorte do *corpus* final, bem como, para desfazer a preocupação inicial referente à interferência de datas comemorativas.

Embora observem-se “ganchos” relacionado às mesmas, esses acontecem de forma geral durante o ano e também ocorrem em relação a outros eventos que não necessariamente datas tradicionalmente comemoradas, situações que, associadas à diversidade de tipologias encontradas, relativizam a influência que se creditava a essas datas antes da observação sistematizada do tema.

Salienta-se que as ocorrências são encontradas sem distinção em ambos os jornais, com diferença apenas de maior ou menor ênfase para algumas delas.

Como exemplo, no Correio Popular nota-se maior destaque para matérias relacionadas à comunidade local, como esperado. Já na Folha de S. Paulo, evidencia-se o recurso às organizações e seus representantes como fontes de informações diversas, citadas em matérias relativas a outros temas principais com os quais estejam de alguma forma associadas, além de casos de denúncias e cobertura de grandes eventos.

É importante ressaltar que o estudo do objeto de pesquisa coincidiu com a instauração de 2001, pela ONU – Organização das Nações Unidas, como sendo o Ano Internacional do Voluntariado, o que gerou grande número de matérias referentes ao tema, pois o Brasil foi um dos países que aderiu mais fortemente à campanha.

Nota-se, ainda, que em período posterior – janeiro a julho de 2002 – a tendência dessas ocorrências se mantém.

³² Folha de S. Paulo: publicação do caderno “Voluntariado” - enfocando a atuação de iniciativas empresariais de apoio ao voluntariado, no dia 28/10/2001. Correio Popular: veiculação do caderno “Empresas cidadãs - A conspiração do bem”, no dia 29/11/2001.

Triagem e elaboração do inventário de ocorrências

A triagem de matérias baseou-se nas formas de inserção ou menção às organizações e iniciativas nos jornais estudados, com foco nos seguintes aspectos.

- Se estas tomavam parte do cenário principal ou figuravam como elemento secundário;
- Qual o elemento motivador ou temática que permitiu sua inserção;
- Existência ou não de periodicidade definida.

De onde, se chegou ao resultado a seguir.

Inventário de Ocorrências

1. Matérias especiais

1.1. Seção semanal

- Relacionadas à atuação de organizações ou de voluntários no desenvolvimento de ações de cunho social, como a Coluna Social, veiculada no caderno Folha Equilíbrio da Folha de S. Paulo e os Prêmios Cidadão 2001 e Cidadão 2002, do Correio Popular. Todas abordadas como experiência bem sucedida ou exemplo a ser seguido.

1.2. Matérias especiais não-periódicas

- Aquelas que tratam de “assuntos atualizados e de maneira aprofundada, que foge ao normal” (Erbolato, 1985 : 136). Aqui são consideradas matérias de página inteira, não-periódicas, sobre trabalho ou projeto desenvolvido por entidade ou instituição que tratem também de ações ou projetos bem-sucedidos.

1.3. Cadernos especiais em edições únicas

- Focados na atuação de organizações não-governamentais, sem fins lucrativos e beneficentes, ou sobre a iniciativas voluntárias de mesmo teor.

2. Matérias que tenham instituições como cenário ou cujo cenário se relacione ao trabalho por elas desenvolvido

2.1. Relato de visita

- Visita de alguma “celebridade” ou pessoa de destaque na sociedade a alguma instituição, entidade ou organização social.

2.2. Precariedade – Falta de recursos e suas suítes

- Matérias que têm como tema principal denúncia ou ameaça de suspensão de atendimento ou fechamento de determinada entidade, instituição ou organização por falta de recursos e seu desenrolar em outras matérias sobre negociações entre organizações e Estado, sobre soluções encontradas ou mesmo continuidade da situação crítica.

2.4. Matérias sobre projetos e trabalhos desenvolvidos por instituições

- Relatos sobre projeto mobilizatório de incentivo a novas ações e investimentos por parte de determinado público (comunidade, empresas, governo etc.) desenvolvido por instituição, organização ou fundação;
- Matérias e notas sobre *sites* desenvolvidos por instituições;
- Matérias focadas na divulgação de pesquisas, relatórios, dados conjunturais ou contextuais desenvolvidos ou estudados por instituições.

2.5. Divulgação de “eventos cotidianos”

- Colunas tipo “agenda” e “sociais”. Notas de divulgação ou notas e fotos de cobertura de eventos diversos promovidos pelas entidades ou em prol das mesmas;
- Matérias sobre eventos de lançamentos ou de apresentação de projetos relacionados a instituições não-governamentais e sem fins lucrativo, em benefício direto para as mesmas ou de incentivo a realização de ações voltadas para ao segmento;
- Matérias sobre atividade ou evento que tenham sido promovidos pela instituição ou em seu benefício, de forma ocasional;
- Participação da entidade na organização de evento abrangendo outras organizações congêneres ou não-congêneres;

- Matéria ou entrevista com artistas sobre espetáculos e eventos, com citação de determinada instituição pela destinação para a mesma de verba arrecadada com bilheteria ou pela participação do artista como seu fundador e/ou apoiador.

2.6. Perfil

- Entrevistas com pessoas que atuam em alguma instituição de origem não-governamental e sem fins lucrativos.

2.7. Divulgação de fechamento de acordos, parcerias, convênios ou financiamentos

2.8. Legislação

- Matérias que citam ou abordem leis relacionadas ao setor, como certificado de filantropia; ou a lei das Organizações da Sociedade Civil de Interesse Público – OSCIP – que regulamenta o segmento;
- Matérias sobre mobilização da população ou reivindicação para alterações na legislação;
- Denúncias de instituições pelo não cumprimento de requisitos necessários para enquadramento como entidade filantrópica.

2.9. Associação de campos: mercado e projetos sociais

- Divulgação de ação mercadológica associada à causa social;
- Divulgação de campanha de iniciativa privada (empresarial) em prol de entidade, citada por ser beneficiária;
- Associação de iniciativas e organizações sem fins lucrativos com mercado de emprego, como ampliação de ofertas de trabalho; atuação no segmento como caminho para conquista de empregos ou estágios na área de formação, incentivo e valorização de profissionais que atuam como voluntários pelo mercado “tradicional” ou ramo empresarial;
- Patrocínios a ações esportivas e culturais;
- Ação empresarial ou governamental em retorno, resposta, ou provocada pela pressão ou ações de ONGs.

2.10. Denúncias

- Denúncia de omissão do poder público ou cobrança por sua maior participação em relação a alguma causa social ou tema comunitário; feita por parte de instituição, associação ou ONG;
- Denúncia de situações específicas em defesa de determinada população ou causa feita por ONGs;
- Denúncia contra instituições por maus-tratos a usuários, por apropriação de verbas de forma ilícita ou por utilização de privilégios na concessão de verbas públicas;
- Caso especial – denúncia feita pelo jornal (Folha de S. Paulo) sobre a descoberta de documentos e ações do exército no estado do Pará que equipara a atuação de movimentos sociais e organizações não-governamentais com o crime organizado.

2.11. “Opinião”

- Colunas periódicas e de articulistas que tratam de temas cotidianos não especificamente relacionados ao trabalho de organizações sem fins lucrativos e não-governamentais: citação ou menção ao trabalho desenvolvido por alguma instituição específica no corpo da coluna, comentário ou citação genérica relativos às mesmas ou ainda edição da coluna em referência a trabalho desenvolvido por alguma instituição do gênero;
- Artigos ocasionais e colunas periódicas elaboradas por representantes de instituições não-governamentais e fundações; análises e temas diversos sobre cotidiano, conjunturais, relacionados ou não ao meio;
- Seção opinião do leitor em que verificam-se: artigos e cartas dos leitores sobre temas variados relacionados à atuação de organizações da sociedade civil; artigos escritos por representantes de organizações do gênero sobre temas variados e/ou comentários de leitores a respeito de matérias publicadas sobre o tema.

3. Citação de instituições não-governamentais e sem fins lucrativos, em matérias sobre outros fatos principais

3.1. Por participação na ação ou acontecimento

3.2. Por protesto, intervenção ocasional e pontual de algum de seus membros ou adeptos da causa

- Sem participação no fato principal, gerando um fato secundário inserido no fato principal.

3.3. Por participação dos seus integrantes em organizações mais abrangentes

- Como Conselhos Gestores Municipais, por exemplo.

3.4. Como mantenedoras

- Pelo seu papel de mantenedoras de projetos ou áreas para os quais se encaminham destinatários, ou a solução do problema que motivou a matéria.

3.5. Pelo estabelecimento de parceria

- Com outras instituições que têm relação direta com o fato originário da matéria.

3.6. Como elementos de legitimação do discurso

- Como autoridade, como especialistas e fonte de informações e dados sobre determinado assunto ou tema.

3.7. Pelo desenvolvimento de pesquisa ligada ao tema principal

3.8. Como representantes de determinada população ou público

3.9. Pela defesa de determinada população ou causa pública

3.10. Por acompanharem investigações

3.11. Em boxes ou sub-retrancas

- Com matérias ou perfil da instituição por “gancho” relacionado ao fato principal.

4. Conflitos e eventos internacionais

Entidades e organizações humanitárias citadas ou foco principal de matérias por:

- 4.1. Prestação de assistência médica ou distribuição de alimentos
- 4.2. Denúncia de situações críticas e pedidos de auxílio nesses casos
- 4.3. Intermediação de negociações e contatos com prisioneiros de guerra
- 4.4. Participação, promoção ou organização de eventos, encontros internacionais

5 . Auto-referencialidade:

- 5.1. Matéria ou nota sobre iniciativa social promovida pelo jornal ou grupo de comunicação

- Construção de um *ethos* do jornal ou empresa jornalística, no sentido com o qual trabalha Maingueneau (2000 : 60), isto é, de uma certa representação do enunciador que se responsabiliza por um discurso.

5.2. Entrevistas

- Com pessoas convidadas para palestras promovidas pelos veículos relacionados a projetos socioculturais desenvolvidos pelos mesmos.

5.3. Projetos editoriais

- Algumas das matérias inseridas no primeiro item, como matérias especiais, são também matérias relacionadas à associação de um *ethos* ao veículo, auto-referentes. São tratadas como projetos de ação social desenvolvidos pelos mesmos.

6. Foto e texto-legenda

- Relacionados a ações ou eventos promovidos por entidade, ONG, ou “flagrante” relacionado aos mesmos.

O foco na topografia discursiva e definição dos lugares discursivos

Ao se considerar que a identidade se constitui a partir e no interior de um sistema de lugares que ultrapassa o indivíduo (Maingueneau, 1989 : 32-33), a metodologia do estudo se

pauta pela caracterização da topografia formada em torno dos atores principais inseridos no discurso e práticas circunscritas pelo conceito do *terceiro setor*. Em que se identificaram as seguintes instâncias:

- a. Agente mobilizador:** espaço ocupado por fundadores ou gestores da causa, iniciativa ou instituição;
- b. Instâncias de Apoio:** lugar no qual se inserem aqueles que contribuem para a efetivação do trabalho promovido pelos agentes mobilizadores, como: patrocinadores, leis que fundamentam e normatizam o segmento, pessoas que participam periodicamente como voluntárias sem no entanto atuarem como gestores do projeto, que fazem algum tipo de doação ou colaboração eventuais;
- c. Destinatários:** população “assistida”, usuária de ações e serviços prestados pela iniciativa;
- d. Instituição midiática:** *topos* ocupado pelo jornal ou grupo ao qual pertence, bem como pelos jornalistas que nele trabalham.

Estas foram selecionadas a partir do interesse em se estudar o debate público promovido por iniciativas da sociedade civil, sem fins lucrativos e que se postam em nome do interesse público; pela sua observação como atores constitutivos do campo de estudo a partir dos textos sobre o *terceiro setor* e das matérias veiculadas pela imprensa, bem como, pela relevância que adquirem neste cenário.

O lugar conferido à imprensa se faz importante, ao se considerar o caráter não neutro da mediação (Maingueneau, 1989 : 53) e a relevância como instância privilegiada na difusão de discursos que se traduzem em ordenações sociais e em normas e condutas a serem vividas (Gomes, 2003 :45).

As variáveis a serem observadas

Na procura por elementos que pudessem ser indicativos desses lugares e com base no pensamento de Maingueneau (2000 : 68-69), que considera que “para uma sociedade, uma posição e um momento definidos apenas uma parte do dizível é acessível, que esse dizível forma sistema e delimita uma identidade”, recorre-se a estudos de Lévi-Strauss (1989 : 237-265) sobre as estruturas do mito, como auxílio para o levantamento de variantes comuns entre os textos apresentados, na busca de aspectos importantes e constitutivos da topografia que se pretende identificar.

Segundo este autor, o mito é formado por unidades, as quais “somente adquirem função significativa sob a forma de [...] combinações de um traço comum que se trata de evidenciar”. Um processo de mediação que se faz pela oposição e relação de seu termos.

No caso deste estudo, o quadro elaborado pelo autor sobre o mito Cinderela/Ash-boy (ibid. : 260-261) inspira a esquematização que se segue, como recurso no levantamento de elementos indicativos dos lugares discursivos conferidos às principais instâncias relacionadas ao objeto de pesquisa.

Os “traços comuns”, ou variáveis a se evidenciar, estão selecionados e agrupados nos seguintes tópicos, para levantamento de possíveis ocorrências em relação aos lugares acima descritos:

- a. Caracterizações individuais do sujeito que ocupa o *topos*:** traços psicológicos, aparência, nomeações e identificações, atributos conferidos, sonhos e objetivos pessoais;
- b. Representação das relações sociais e caracterização do cenário/ambiente ao qual se relaciona:** histórico/cronologia, familiares, amigos, ambiente e instituições com os quais se relaciona, trabalho profissional, situação econômica e material à qual se associa;
- c. Relações com o projeto apresentado:** motivação para ação ou participação, vínculo com o projeto, atitude/ação, continuidade do trabalho, forma de participação e contribuições, objetivos e conquistas com o projeto, parecer sobre o projeto, recompensa pela participação no mesmo;
- d. Participação social:** idéia de participação social evocada, representação de direitos, luta por direitos, associações à idéia de cidadania.

A partir dessas variáveis, o estudo do *corpus* final, toma como primeiro momento a observação e levantamento de aspectos relativos às mesmas, quando associados a algum dos lugares constitutivos da topografia em estudo, como base para a análise descritiva.

Recorte final do *corpus*: escolha das seções e seleção de matérias

A partir do Inventário de Ocorrências, pode-se observar a variedade de objetos de análise que o tema possibilita, além da abertura que é própria da metodologia. Dessa forma, com base no objetivo de estudar as relações entre imprensa e iniciativas do *terceiro setor* na promoção do debate público veiculado, optou-se por matérias que tomassem essas iniciativas como pauta principal, bem como buscou-se aquelas que pudessem evidenciar um posicionamento do jornal diante das mesmas, de onde se optou pelas seções semanais Coluna Social, veiculada no caderno Folha Equilíbrio da Folha de S. Paulo e o Projeto Cidadão 2001, publicado pelo Correio Popular, que se referem, prioritariamente à primeira tipologia destacada.

Tais colunas se sobressaem como espaço privilegiado, em que os jornais se assumem nesse discurso. São matérias que, além de evidenciarem a atuação de organizações e voluntários no desenvolvimento de ações de cunho social, recebem destaque tanto editorial, com chamadas e anúncios publicitários sobre a coluna, no caso do Correio Popular, quanto como apelo comercial, como se verifica em material destinado às agências de propaganda, no ano de 2001, no caso da Folha de S. Paulo.³³

Estão associadas à caracterização de um *ethos* dos jornais e/ou grupo ao qual fazem parte, como projetos de ação social desenvolvidos pelos mesmos, constituindo-se assim também como espaços de auto-referencialidade.

Dessa forma, possibilitam um estudo ampliado das relações entre atores sociais que se pretende analisar, incluindo o papel conferido à imprensa.

Vale observar que as seções foram motivadas pelo Ano Internacional do Voluntariado. No caso da Folha, foi criada uma nova seção. No Correio houve a reedição do Projeto Cidadão³⁴ executado em 1999 e que, segundo o jornal, naquela época, “premiou personalidades de destaque em vários setores, como economia e cultura” (Correio Popular, 08/07/2001).

Ambos os veículos mantiveram as publicações em 2002, com algumas variações de periodicidade no caso da Coluna Social. Em 2003, o projeto do Correio Popular teve continuidade, já no caso da Folha, deixou de ser publicado.

Coluna Social

Seção publicada às quintas-feiras, como parte da “Folha Equilíbrio”, consta geralmente de retranca principal sobre um projeto social e de uma sub-retranca, intitulada “me dê motivo”, uma espécie de agenda de assuntos diversos do segmento de ONGs, entidades assistenciais, entre outros projetos sociais.

Eventualmente, publica outra matéria sobre algum trabalho voluntário ou projeto desenvolvido, em retranca intitulada: “estou ligada” ou “estamos ligados”, cuja variação acontece conforme o gênero e o número de pessoas que desenvolvem o projeto.

A apresentação sobre a coluna, que se dá em pequeno texto inserido geralmente no final das matérias, afirma que “toda semana a ‘Coluna Social’ leva uma personalidade para colaborar com um projeto social”.

³³ Ver materiais citados sobre as colunas nos Anexos-2

³⁴ Nesta matéria fala-se na criação do projeto Cidadão no ano de 1999, porém edição do Jornal ANJ-Notícias, de novembro de 2002, cita sua criação em 2000.

Porém, ao se acompanhar as edições, percebe-se que este quadro não se repete dessa maneira, pois, por vezes a matéria é elaborada a partir do trabalho desenvolvido por pessoas ligadas diretamente ao projeto, sem o convite a um ator externo, além de outras em que o caderno é veiculado sem publicar a Coluna Social.

Interessante notar que o jornal mantém a descrição que afirma a periodicidade semanal toda vez que a matéria se baseia no relato da visita, mesmo que, na semana seguinte ou na anterior, a matéria não tenha o mesmo foco, isto é, aborde um projeto social, mas sem a participação de um convidado pela Folha; ou ainda, que a coluna não tenha sido publicada, como alguns casos analisados demonstram.

Assim, destacam-se dois tipos de cenas:

- uma relacionada à visita e “colaboração” da personalidade ao projeto, que ao considerar-se o inventário realizado, além de caracterizar-se como seção especial semanal, também pode ser incluída entre a ocorrência “Relato de Visita”, apontada anteriormente, no inventário;
- outra, relacionada ao projeto propriamente dito. Esta é encontrada intercalada aleatoriamente em diversas edições da Coluna Social, em substituição ao relato da visita da personalidade convidada pelo veículo, abordada como projeto bem-sucedido.

Esta cena se divide marcadamente em duas situações, a partir da origem daquele que promove a causa, no sentido de ser ou não relacionada a um cenário de precariedade, similar ao da população beneficiária.

Quando o enfoque é voltado para projetos desenvolvidos por pessoas cuja origem se assemelha à situação dos destinatários, a coluna apresenta um formato específico: após pequena introdução, se dá como entrevista, o que a relaciona ao formato “perfil”, destacado no inventário de ocorrências. Muitas vezes, neste caso, o entrevistado é associado a um herói, o que se explicita em box inserido na matéria, em substituição à legenda da foto, e a ênfase recai sobre o cenário de precariedade e mudança de condição.

Para a análise, optou-se pela abordagem dos tipos extremos de matérias, aquele em que o enfoque é dado para a personalidade convidada pelo veículo e quando o projeto relatado é desenvolvido por pessoa de origem da própria comunidade ou cujo histórico identifica-se, em grande parte, com aquele do grupo destinatário, pelas caracterizações marcadas que apresentam.

O período escolhido compreendeu as matérias publicadas pela coluna, de agosto de 2001, quando se iniciou o levantamento, até dezembro do mesmo ano. Como complemento, utilizou-se também a matéria “Coluna Presta Contas do Primeiro Ano” (21/02/2002), um

balanço do trabalho realizado em que o posicionamento do jornal e direcionamento da enunciação se explicita, por reunir as matérias consideradas de destaque durante o ano.

O caso intermediário, que relata o trabalho desenvolvido por voluntários que vêm de classes diferentes daquelas dos destinatários do projeto e que não se tratam de “celebridades”, bem como as matérias que se seguiram durante o ano de 2002 não foram abordados por não fornecerem mais elementos na caracterização dos lugares discursivos em análise, além daquilo que se observa nos casos anteriores, posicionado-se apenas como possível ratificação daquilo que se descreve em relação aos outros.

Ressalta-se que nessa linha não se objetiva exaustividade em relação ao objeto empírico, tanto que tange à extensão, quanto à completude, já que os textos são apreendidos como “monumentos nos quais se inscrevem as múltiplas possibilidades de leituras”. A exaustividade que se espera na Análise de Discurso se relaciona ao estudo em profundidade dos objetivos da análise e da sua temática (Orlandi, 1999 : 62-64).

Isto posto, foram selecionadas as seguintes matérias:

Coluna Social – “Convite – Celebridade”

Matérias pautadas pelo convite à “celebridade” em “colaborar” com determinado projeto

Data: Título

- 02/08: Fotógrafa faz ‘retrato social’ de mulheres
- 16/08: Herchcovitch e a turma de garotos fina estampa
- 20/09: Paula joga com crianças em cadeiras de rodas
- 04/10: Estilista vai às compras em bazar
- 15/11: Joanelha descobre show de sapateado
- 29/11: Marcos Suzano faz jam em casa de cultura

Coluna Social – “Heróis”

Matérias sobre projeto social desenvolvido ou promovido por agente originário de um cenário anterior de exclusão, apresentado em formato de entrevista

Data: Título

- 30/08: Deficiente cria Ong com cara e coragem
- 27/09: Ex-catador de bola ensina tênis de graça
- 11/10: Ex-traficante vira “ongueiro”
- 08/11: Mulher de fibra é mãe para doentes e idosos

Projeto Cidadão 2001

Esse é outro exemplo de iniciativa voltada para promoção de atividades sociais/comunitárias, realizada por uma empresa jornalística. Tem assinatura do grupo empresarial ao qual pertence o jornal Correio Popular (RAC – Rede Anhangüera de Comunicação), em parceria com a distribuidora de energia elétrica local (CPFL – Companhia Paulista de Força e Luz). Pode ser incluído entre a primeira tipologia apontada no inventário realizado, além de ser inserido como ocorrência de auto-referencialidade em relação ao jornal e grupo.

As reportagens destacam ações sociais voluntárias de pessoas e empresas, e foram publicadas semanalmente, às quartas-feiras, de julho a novembro, com premiação no mês de dezembro daquelas ações julgadas de maior relevância.

O prêmio que tem valor simbólico: “um troféu, como reconhecimento do seu trabalho” (Correio Popular, 12/12/2001), foi desenvolvido com o objetivo de “identificar, divulgar e reconhecer ações sociais voluntárias voltadas para o desenvolvimento e para a inclusão sociais”, com previsão de “desdobramento natural e imediato”, no sentido de “estimular pessoas e organizações a desenvolverem iniciativas permanentes voltadas à inclusão social e ao desenvolvimento social sustentado”, conforme citação do diretor presidente do grupo, Sylvino de Godoy Neto, em matéria publicada pelo jornal, no dia 18/12/2001.

A iniciativa, prevista para ser desenvolvida durante o ano de 2001, foi implantada novamente em 2002, em caráter permanente, segundo informações divulgadas pelo jornal, na cobertura do lançamento da edição seguinte (24/04/2002).

Além da publicação, ressalta-se o destaque conferido pelo veículo ao projeto. Anúncios publicitários foram desenvolvidos para publicação em dias anteriores à veiculação das matérias, além de chamadas de primeira página e em sobretítulos em outras seções ou páginas, no dia de sua publicação.

Para este estudo julgou-se pertinente como critério de recorte para análise, a utilização das matérias relativas aos projetos vencedores do ano de 2001, pelo destaque que receberam em relação às outras, julgadas assim de maior relevância, pois materializam discursos valorizados como exemplo de ações sociais a serem seguidas.

Matérias Seleccionadas:

Data: Título

15/08: Projeto dá um golpe na exclusão social

29/08: Advogadas dão lições de cidadania

05/09: Aposentada alimenta sonho de crianças

24/10: Do caminho das pedras ao da liberdade

Levantamento das variáveis: etapa preliminar de análise

A título ilustrativo do processo de trabalho desenvolvido no levantamento de aspectos que caracterizadores de cada *topos* de acordo coma as variáveis mencionadas, seleccionou-se um exemplo de aplicação do procedimento, de forma aleatória, ressaltando que o este foi realizado com cada matéria que compõe o *corpus* final do trabalho.

Após tal mapeamento, foram desenvolvidas as etapas subseqüentes³⁵, que se apresentam como resultado final da análise, nos capítulos a seguir. Exemplo:

08/11: Mulher de fibra é mãe para doentes e idosos

Entrevista com Berenice Vieira dos Santos, fundadora do Centro de Terapia Luiza – CTL, que atende adultos dependentes de drogas e álcool, doentes mentais e idosos.

Em introdução, são abordadas curiosidades sobre a vida dos destinatários do projeto, histórico de vida da fundadora e aspectos relacionados à rotina da instituição, principalmente, sobre a manutenção da instituição e cuidados com usuários.

A entrevista aborda mais alguns detalhes da vida de Berenice Vieira dos Santos, mas foca-se no relato do dia-a-dia da entidade, especialmente do convívio entre os destinatários.

A matéria recebe tratamento de destaque. A coluna, que normalmente conta com uma página do caderno, nesta edição é apresentada em duas.

³⁵ Compilação dos achados, por seção/subseção com foco descritivo; compilação por *topos* genérico e análise interpretativa, com apoio em autores contemporâneos

Indicadores dos lugares discursivos

Agente Mobilizador

Caracterizações individuais do sujeito que ocupa o *topos*

- Identificação/nomeação: mulher de fibra, nome completo, primeiro nome, mãe para doentes e idosos, sergipana (lugar de origem), apelido “Tia Berê”, condição anterior, vinculada a ocupações de baixa remuneração: filha de lavadeira, ex-empregada doméstica, vendedora ambulante.
- Marcas de grande proximidade com destinatários e, nas fotos, somente distingue-se nas fotos entre eles pela legenda.

Relações Sociais e familiares/caracterização cenário

- Perda de pai na infância, relações de auxílio por terceiros. Cenário atual de precariedade: menção a momentos de fome, falta de recursos.

Relações com o projeto

- Motivação para a ação: família recebeu ajuda quando necessitou, quis ajudar quando pôde.
- Qualificação: fez cursos relacionados à área de atuação do projeto.
- Atitude: mobilização e criatividade para atendimento aos destinatários, mesmo em casos de patologias graves.
- Projeto de atendimento contínuo.

Idéia de participação social

- Auxílio a quem necessita, esperança de ser auxiliada, como providência divina.
- Atitude não politizada, nem reivindicatória, no sentido de luta por direitos ou defesa de causa e de seus destinatários perante a sociedade. Porém, o texto apresenta marcas de relações mais democratizadas entre agente mobilizadora e seus destinatários, que apontam para integração e respeito às diferenças e necessidades especiais. Nas relações internas há divisão de trabalho, cotidiano. Nas relações externas, mesmo que com dificuldades, consegue

alavancar apoios que contribuem para manutenção e desenvolvimento dos trabalhos.

Observações

- Não é perguntada por seus sonhos, como em outras matérias da coluna, mas sim, pelos seus projetos, os quais se relacionam a melhorias para o projeto principal, que é a manutenção e aprimoramento do centro.

Instâncias de Apoio

Caracterizações individuais do sujeito que ocupa o *topos*

- “ONG” Grão de Areia. Entidade, cuja ação, subentende-se ser assistencialista, com a doação de alimentos.
- Profissionais da área médica/paramédica que atendem gratuitamente ou mediante ajuda de custo (psiquiatra, clínico geral, terapeuta, psicólogo).

Relações com o projeto

- Trabalho contínuo, auxílio ou doação, mas a entidade necessita de maior apoio.
- Idéia que enunciação passa é que instâncias de apoio aparecem, “caem do céu”.

“Foi quando apareceram as mulheres da ONG Grão de Areia, depois disso nunca mais ficamos sem comer”.

“Todo dia, às cinco da tarde, estamos todos de joelhos orando a Deus, pedindo que nos mostre alguém para nos ajudar”.

Idéia de participação social

- Assistência direta, socorrista.

Destinatários

Caracterizações individuais do sujeito que ocupa o *topos*

- Identificação/nomeação: viciados em drogas e álcool, esquizofrênicos, idosos carentes, alguns com câncer.
- Contribui para a cristalização da imagem dos destinatários associados a uma imagem de descontrole emocional, e ambiente desequilibrado, com termos estigmatizados: doentes mentais se traduzem por esquizofrênicos da pesada, além de dependentes de drogas em viciados em crises de abstinência:

“Filha de lavadeira e ex-empregada doméstica, ela segura a onda de esquizofrênicos da pesada e viciados em crise de abstinência”

“vai apontando para os pacientes que circulam serenamente pela área”

- A serenidade enunciada é contraposta com outros elementos que conferem à enunciação outra idéia do ambiente diante de citações como pessoas que chegam amarrados ou que se atiram no lago, para que se acalmem, ou pelas algumas perguntas, como esta:

Folha: “E na hora das confusões?”

- Condição: fracassados e doentes em tentativa de reabilitação, vivendo em um mundo específico, fechado no universo do centro de terapia.

Relações sociais e familiares/caracterização – cenário

- O texto não traz marcas da origem dos destinatários. Cita-se apenas o caso daqueles que chegam de ambulância, mas mesmo assim, sem histórico.
- A maioria é abandonada pela família, mas as relações entre destinatários são de companheirismo, colaboração mútua. O enunciado afirma que há poucas famílias, no entanto, que “ajudam a completar o orçamento”.
- Se é levantada a questão de que todos têm uma qualidade profissional que é aproveitada, estes são marcados pela sua doença. Aqueles cuja competência para a realização de tarefas, por mais simples que sejam, deve ser vista com desconfiança, pela condição em que se encontram.

Folha – “E eles se lembram do ofício?”

Relações com o projeto

- Vínculo total – moradia, continuidade no tratamento, desenvolvimento. Relações estreitas com a agente mobilizadora.

Instituição Midiática

- Ressalta-se novamente a recorrência ao modelo de entrevista, cujo impacto é gerado por um efeito de realidade que advém com o recurso à palavras da “heroína”.
- Há transferência de responsabilidade sobre o discurso, pois, é ela própria quem fala sobre sua realidade, o que confere maior proximidade com o cenário e o mundo da entrevistada.
- O jornal instaura-se assim no lugar daquela que divulga – que faz a mediação, entre esses heróis que vêm da precariedade de um local desprivilegiado e a população que pode auxiliá-los em seus projetos.
- No final cita meio de contato e acena para formas de contribuição: doações, patrocínios, contrato para show, compra de produtos produzidos pela entidade, etc.
- Estabelece um lugar diferenciado daquele anterior, quando se instituía o papel de convidar uma “celebridade” e participava com maior interferência na construção do fato.
- Aparece no discurso, entretanto, sob outras formas: na seleção e direcionamento das perguntas, da temática explorada, no momento que confere lugar de palavra ao outro, no momento que fala sobre o outro, naquilo que fala sobre o outro e no que permite ao outro falar por si.

PARTE **B**

Abordagem do *corpus* final

A topografia da Coluna Social e do Projeto Cidadão 2001

A análise que se segue busca levantar a cenografia que se estrutura nas colunas pesquisadas, para identificar as relações e hierarquizações estabelecidas no processo de enunciação. Enfoca, para tanto, a caracterização dos lugares em que se dispõem os principais atores implicados no discurso jornalístico que pauta este trabalho, conforme metodologia descrita anteriormente.

Para um olhar mais aprofundado de cada *topos*, inicialmente descrevem-se os principais pontos observados nas matérias. Na seqüência, recorre-se a uma leitura desses aspectos, apoiada por autores que pesquisam a sociedade contemporânea e permitem ampliar a visão sobre a temática em estudo.

Pretende-se, assim, apresentar elementos que contribuam para maior conhecimento sobre o debate público promovido pelas colunas selecionadas, quando abordam iniciativas não-governamentais e sem fins lucrativos, que falam em nome do interesse público. Bem como, levantar questões sobre o jornalismo contemporâneo e suas implicações em relação ao tema.

De início, analisa-se o lugar conferido às instâncias de apoio aos projetos e instituições, pela abrangência de enfoques que possibilita. Porém, esta topografia, como sistema que é, estabelece os lugares na relação que estes formam entre si, o que os torna necessariamente imbricados. São indissociáveis como elementos da equação que se delineia na cena enunciativa, quando se busca uma visão ampliada do objeto de estudo.

4

Instâncias de Apoio

Como citado anteriormente, considera-se como *Instâncias de Apoio*, o *topos* no qual se inserem os elementos ou sujeitos que contribuem para a efetivação do trabalho promovido pelos agentes mobilizadores de determinada causa, instituição ou projeto. Como, por exemplo, patrocinadores, leis que fundamentam e normatizam as atividades do segmento, pessoas que participam voluntariamente sem, no entanto, atuarem como gestores do projeto, indivíduos que fazem algum tipo de doação e outros colaboradores eventuais.

Coluna Social – foco “celebridade”

A construção do fato em torno de um apoiador ocasional

Nesta seção, o jornal convida pessoas – as quais nomeia de “personalidades” – para visitar determinado projeto e contribuir com a iniciativa.

A visita realizada é divulgada e torna-se pauta principal da Coluna. O projeto social – apresentado como elemento pivô, aquele que valida a seção –, mostra-se na maioria das vezes relegado a um segundo plano na enunciação. A *Instância de Apoio*³⁶, personificada na figura ilustre, adquire papel de destaque como elemento central da cena enunciativa.

Como elementos da cenografia, notam-se diversas marcas que conferem aos convidados da coluna a idéia de pessoas de destaque em seu meio, o que se presume como a necessidade de legitimação de seu caráter como “celebridade”, para validação da própria enunciação.

Como exemplos dessa marcação, podem-se mencionar referências ao período de atuação profissional – há mais de dez anos (02/08/2001), ou desde a adolescência (16/08/2001) – como demonstração da idéia de experiência e estabilidade na atividade desenvolvida.

Outro exemplo de associações ao lugar privilegiado que ocupam essas “celebridades” são as menções a exposições realizadas fora do país e expressões lingüísticas associadas ao trabalho e ambiente dos convidados, como se nota em alguns trechos selecionados:

*Antes de arrumar as malas **rumo a Paris** – ulalá! – para exibir sua próxima coleção na **semana de prêt-à-porter**, o estilista Alexandre*

³⁶ O *topos* em análise é diferenciado dos demais com iniciais maiúsculas e itálico.

Herchcovitch, a convite desta coluna, foi conhecer uma coleção diferente [...] (16/08/2001)³⁷.

*O estilista Carlos Miele, que **recentemente levou suas criações, da grife M.Officer, para as passarelas londrinas**, foi convidado por esta coluna a fazer umas comprinhas no Bazar Beneficente Esperança (04/10/2001).*

***Magic Paula**, jogadora de basquete que **ajudou a mudar a cara do esporte no país**, [...] (20/09/2001).*

*O percussionista Marcos Suzano [...] **ao lado de Gilberto Gil, é o diretor artístico do Percpan, um dos maiores festivais de percussão do mundo** [...]. (29/11/2001).*

Embora a análise desenvolvida não se volte para as fotos, estas se sobressaem na caracterização das “celebridades”, que são apresentadas com um visual despojado, informal, o que se evidencia com a observação sequencial das matérias. Tal aspecto pode ser entendido como mais um elemento de valorização desses sujeitos como “celebridades”.

Eles se inserem em atividades que possibilitam tal trajar, geralmente associadas a profissões não referentes ao mercado de empregos tradicional, e sim a ambientes de maior liberdade de expressão e alta remuneração quando se ascende na carreira, como no caso dos estilistas. Instituem-se como sujeitos que não precisam se adequar a determinados padrões socialmente inscritos. O sucesso adquirido em seu meio lhes permite tal desprendimento.

O contraponto se faz com a matéria sobre a visita da jogadora de basquete, chamada de “Magic Paula”. Ela utiliza traje mais formal, o que a diferencia de outros convidados da coluna.

Porém, o fato também pode ser lido como a expressão de alguém que se destacou entre os seus pares. É “Magic”, se sobressai em uma atividade em que a rotina e seu ambiente habitual são caracterizados pela informalidade e, entre outros aspectos, pelo traje esportivo. Sua aparência ressalta a diferenciação daqueles esportistas “comuns”.

Outra questão importante a abordar refere-se à autoridade conferida a esta instância como capacitada a avaliar o projeto visitado.

³⁷ Como muitos trechos das matérias foram grifadas com o objetivo de evidenciar aspectos descritos neste trabalho, somente haverá indicação das marcações quando não forem nossas.

A cena enunciativa se dispõe de forma tal que a temática abordada no projeto se associa à atividade profissional realizada pela “celebridade” que o visitará. Esta adquire papel de autoridade na enunciação pelo sucesso em relação ao meio profissional em que atua, o que é ponto constantemente reforçado no discurso.

À “celebridade” convidada torna-se permitido e esperado avaliar o projeto que passa a conhecer naquele momento. Por vezes, esta avaliação se apresenta como uma das suas contribuições ao projeto, pois emite parecer técnico sobre o trabalho ali desenvolvido.

Seu parecer é validado mesmo nos casos em que a visita se dá como primeiro contato da “celebridade” com um projeto de cunho social, no sentido de uma atividade com finalidade pública, não-governamental e sem fins lucrativos.

O que quer dizer que, mesmo que tenha conhecimento técnico sobre a atividade realizada, este não é extensivo ao contexto em que o projeto é desenvolvido. Conclui-se que seu julgamento se faz, portanto, a partir de experiência restrita e visão parcial da iniciativa.

Tal questão se torna especialmente importante ao se verificar que, além do parecer técnico, há casos em que essas “celebridades” emitem sua avaliação em relação aos efeitos do projeto sobre os destinatários. No exemplo a seguir, é imputado aos participantes de uma dessas iniciativas o domínio para a transformação do mundo, pela participação no projeto ao qual estão vinculados.

*Esse trabalho ensina as crianças a serem cidadãs e as faz perceber que, da mesma maneira que podem contar uma história com o corpo, **também podem mudar o mundo com o corpo**, diz Valverde (15/11/200).*

Vale também destacar a fala da fotógrafa Evelyn Ruman quando, ao justificar a validade da ação que realiza, destitui o trabalho com o qual é convidada a colaborar. Ela afirma que “essas instituições homogeneizam as pessoas”, em que se pode associar tal homogeneização à depressão e baixa auto-estima das destinatárias de suas ações (02/08/2001).

Entre as formas de auxílio destas “celebridades” aos projetos, observam-se diversas contribuições que vão da simples presença ou exploração da imagem pública dos convidados à doação de roupas, remodelamento visual de um bazar e transmissão de conhecimentos, entre outros casos. São atividades ocasionais, que não implicam continuidade ou acompanhamento.

Porém, mesmo que pontual, a participação dessas “celebridades” é o elemento de maior valor na enunciação, a qual gira em torno das mesmas. A colaboração para o projeto é apresentada como uma ação de resultado transformador, por vezes imediato e, em alguns

casos em que faltam marcas temporais, causa a idéia de efeito permanente ou de longa duração.

Da mesma maneira que a enunciação busca evidenciar que o convidado é uma pessoa de elevado *status* no meio em que atua, o que justifica sua nomeação como “personalidade”, verificam-se marcas de enaltecimento das contribuições feitas, como necessidade de afirmação do valor daquela visita para o projeto.

Como exemplo, na matéria “Fotógrafa faz ‘retrato social’ de mulheres” (02/08/2001), a atividade realizada é apresentada como um benefício percebido pelas participantes. Elas emitem depoimento que opera como ratificação de sua importância e efeito imediato. Tal enfoque torna secundário, na enunciação, um acompanhamento posterior do trabalho desenvolvido e maiores vínculos por parte da instância apoiadora:

Estou me sentindo bem depois de pintar o retrato. Eu mesma não me valorizava. Descobri que eu ainda existo, disse M.

A gente se enxerga de uma maneira diferente. Vê como gostaria de ser, e fica mais fácil mudar depois. Pintar e mudar a minha imagem na foto me fez perceber que posso mudar a mim mesma, afirmou J.

Outros enunciados apresentam este efeito de evidenciar a relevância das contribuições dos convidados, mesmo que estas sejam aparentemente banais, como se verifica nos trechos abaixo:

O que parece ser brincadeira já tirou mulheres em depressão da cama (02/08/2001).

*Depois de averiguar todas as peças da loja, o estilista desembolsou **R\$ 62** por duas calças e uma blusa. **O melhor veio em seguida.** Ofereceu sua equipe da M.Officer para desenvolver um projeto de arquitetura, reformular a programação visual dentro e fora do lugar e trocar a iluminação. **Prometeu também** doar estoques de suas coleções e ministrar aulas de bê-á-bá de vendas (04/10/2001).*

*No final, os alunos ouviram a seguinte **promessa do mestre**: um workshop de **um dia inteiro**, na primeira semana de setembro, quando o estilista vai mostrar como fazer uma camiseta bacana (16/02/2001).*

Nesta última fala, a afirmação da promessa aparece como uma atividade que será esperada pelos destinatários, como se fosse uma expectativa que estes têm em relação à “celebridade”. A citação do período de “um dia inteiro” pode ser entendida como uma

positivação do *workshop* a ser ministrado, passando a idéia de uma abordagem profunda ou exaustiva do tema.

Porém, a fala dos destinatários, por vezes, é recurso legitimador do discurso e ação dos convidados, como as citações das usuárias da instituição, mencionada acima, que corroboram a idéia de homogeneização afirmada pela fotógrafa. Essa voz legitimadora de outros lugares discursivos será melhor explorada e exemplificada na análise do *topos* “destinatários”.

Tais marcas valorizam os sujeitos como “celebridades”, as contribuições que efetuam para o projeto visitado e sua instituição como autoridades capacitadas a julgamento. São indicativas de um processo de auto-legitimação da cena enunciativa construída pelo jornal.

Assim, o discurso da Coluna Social, nestes casos, mais do que promover o trabalho das instituições ou os projetos ali desenvolvidos – como afirma na matéria “Coluna presta contas do primeiro ano” (21/02/2002) – fecha-se em torno da auto-referencialidade, na construção de estratégias de legitimação da cena enunciativa e do fato que constrói, por meio da valorização de uma *Instância de Apoio* específica e de sua contribuição para o projeto visitado.

De forma geral, no que se refere à noção de participação social, esta cena em torno das *Instâncias de Apoio* associa aspectos como: auxílio ocasional e sem vínculos, interferência em projetos que, julga-se, precisam de alguma interferência externa e cujo tipo de contribuição se supõe importante para os mesmos, por meio de critérios apriorísticos.

Incluem-se também na idéia de participação evocada, a reabilitação de pessoas, a recuperação de auto-estima, integração ao sistema social e econômico, transmissão de conhecimento e doação feita por alguns privilegiados para uma população de “carentes”.

É uma participação sem laços efetivos com o projeto, em que não se notam vínculos fortemente estabelecidos, como alguns trechos da matéria veiculada no dia 29 de novembro de 2001 ilustram fortemente, transmitindo uma idéia de contato eventual e de passagem:

O percussionista Marcos Suzano não pára. Entre uma ponte aérea e outra, antes de embarcar para Recife [...], ele deu uma esticada até a periferia de Campinas para conhecer a Casa de Cultura Tainã.

A batucada pegou forte. Suzano fez uma jam com os músicos da Tainã, gravou ritmos e instruções para serem estudados no futuro por mais pessoas e também gravou uma base para o samba-enredo da escola de samba da comunidade. O tempo voou, e o moço quase perdeu o avião.

Além da pessoa convidada, mencionam-se outros elementos que atuam como *Instâncias de Apoio* em relação aos projetos apresentados.

Na matéria do dia 20/09/2001, por exemplo, comenta-se sobre a legislação e cita-se escola particular que colabora com a iniciativa. Na fala de seu agente mobilizador, aborda-se a lei que é questionada no texto por se instituir como ação afirmativa, no sentido de abertura de vagas para deficientes em empresas, e não visando a garantia de direitos pelo Estado voltada para maiores possibilidades de capacitação dessa população, como meios de acesso à educação.

A lei é apresentada como pouco eficiente, pois, também na visão do coordenador, falta qualificação entre os beneficiários para a ocupação das vagas oferecidas.

A *Escola Pueri Domus* também é citada como apoiadora do projeto por oferecer espaço para os treinos, transporte, refeições e bolsa de estudo para os participantes. Estabelece relação de parceria que o viabiliza e cujo vínculo se faz fundamental.

Neste caso específico, apesar de serem observados novos atores constitutivos das *Instâncias de Apoio*, de forma geral estes aparecem de maneira secundária na enunciação. Há matérias em que, com exceção das “celebridades”, essas instâncias não são mencionadas.

Coluna Social – foco “herói”

Elemento secundário na enunciação

Na mesma coluna, as *Instâncias de Apoio* são abordadas de forma diferente em matérias em que não se convida uma “celebridade” e cujos agentes mobilizadores vêm de origem que apresenta condições similares àquelas vivenciadas pelos usuários do projeto.

Não se focaliza um elemento que compõe o *topos* de forma particular. São citados diversos sujeitos que se constituem como apoiadores da iniciativa, mas, de forma geral, não se confere a eles papel privilegiado no texto, isto é, ocupam espaço secundário na enunciação, sendo que, em uma das matérias analisadas essa instância não chega a ser mencionada.

Como agentes constitutivos do *topos* são citados:

- profissionais de saúde, como médicos e paramédicos que atuam nas instituições voluntariamente ou mediante ajuda de custo;
- pessoas da própria comunidade, onde o projeto se desenvolve;
- familiares dos destinatários;
- instituições e projetos estatais, como posto de saúde e orçamento participativo;
- outras organizações de origem não-governamental, como a Fundação Abrinq, voltada para a defesa dos direitos da criança e do adolescente, e a entidade

assistencialista Grão de Areia, que faz doação de alimentos para um dos projetos divulgados;

- escola de tênis em que trabalha um dos agentes mobilizadores das matérias em estudo, entre outras.

Em geral, apesar da presença pouco significativa para a enunciação, quando citadas, as *Instâncias de Apoio*, demonstram o estabelecimento de forte vínculo com a instituição ou projeto divulgado, com exceção de poucos casos, como o da Fundação Abrinq, que colaborou em momento específico com um dos trabalhos relatados.

Folha – Onde funciona a ONG?

Francilene – Em uma sala cedida pelo posto de saúde do bairro (30/08/2001).

Folha – De onde surgiu a idéia do projeto social?

Marcio – Conversando com um aluno que é da Fundação Abrinq. Disse que queria ser voluntário, e ele sugeriu que fizesse isso na própria escola. O dono daqui topou, e a Abrinq me indicou a Aprocima (Associação Promocional Imaculado Coração de Maria) (27/09/2001).

Folha – Há médicos trabalhando no centro?

Berenice – Psicólogo, clínico-geral e terapeuta. O psiquiatra atende de graça, os outros recebem ajuda de custo (08/11/2001).

As contribuições se verificam na forma de ações ou fonte de recursos para a manutenção e operacionalização das iniciativas apoiadas, e na cessão de espaço para utilização do projeto.

É um auxílio que, embora pouco explorado no texto, deixa marcas de sua importância e do qual, em muitos casos, depende a viabilização das atividades realizadas pelos projetos apoiados.

Vale comentar a menção ao Orçamento Participativo em que é citada a aprovação de direcionamento de verba da prefeitura municipal para atendimento a reivindicações de uma das iniciativas, como se pode notar no trecho a seguir:

Folha – O que a Acadef já fez?

*Francilene – A prefeitura está levantando as necessidades de cada bairro em reuniões do Orçamento Participativo. **Conseguí que aprovasse o meu projeto**, que pede rampa, elevador, banheiro e psicólogo nas escolas onde há mais deficientes. **Está em terceiro lugar entre as prioridades** do Orçamento Participativo” (30/08/2001).*

Apesar deste aspecto não ser mais explorado no texto, verificam-se, pela simples menção, vestígios de novos lugares em construção na sociedade. Lugares de maior abertura para a participação popular na gestão de parte do orçamento municipal, com apresentação de projetos e priorização de obras a serem realizadas.

Sobre as relações estabelecidas entre as *Instâncias de Apoio* e os projetos, explicitam-se formas diversas. Acontecem pela proximidade geográfica, por reunirem informações sobre os destinatários e pelo contato de participante de outra organização com o agente mobilizador da causa divulgada.

Nos textos estudados, geralmente essas relações são iniciadas por ação dos agentes mobilizadores, mas há casos em que se configuram como se fossem um auxílio vindo do céu, de providência divina, como se nota nos trechos abaixo, extraídos da matéria do dia 08 de novembro de 2001:

*Berenice – Eu bato o olho e sei até o que sonharam, conheço como a gente conhece o filho. Cheguei até a passar fome com eles. **Foi quando apareceram** as mulheres da ONG Grão de Areia, depois disso nunca mais ficamos sem comer.*

*Todo dia, às cinco da tarde, **estamos todos de joelhos orando a Deus**, pedindo que nos mostre alguém para nos ajudar.*

A idéia de participação social que se relaciona às *Instâncias de Apoio*, embora pouco trabalhada nos textos, configura-se de diversas formas.

Abrange o desenvolvimento de trabalho conjunto para reivindicação de direitos, principalmente nos casos em que o agente mobilizador e as *Instâncias de Apoio* também se constituem como destinatários do projeto em que atuam, mas inclui ainda ações puramente assistencialistas, voltadas para uma população carente.

Diferentemente da cenografia anterior, com foco na “celebridade”, além do vínculo mais estreito, o trabalho muitas vezes é contínuo e requer maior comprometimento dos sujeitos inscritos como *Instâncias de Apoio*, pois deles dependem ações oferecidas aos destinatários dos projetos, bem como outras atividades realizadas.

Em contraponto à valoração no discurso conferida à *Instância de Apoio* como autoridade, nesta outra cenografia, ela não só perde a posição de destaque, como também não é ouvida.

É uma instância que não tem voz. Comentam-se fatos sobre ela ou apenas é citada. Tal abordagem reforça a idéia de sua inserção secundária na enunciação. A palavra de legitimação é transferida para o agente mobilizador, sendo o texto apresentado na forma de entrevista.

Cidadão 2001

Diferentes formas de atuação

Nesta coluna, de forma geral, nota-se a abordagem das *Instâncias de Apoio* de maneiras diversas entre as matérias estudadas, bem como grande diversidade de sujeitos que ocupam o *topos*.

São relatados projetos que contam com organizações de destaque na comunidade que conferem respaldo, legitimidade à ação na enunciação e credibilidade à iniciativa desenvolvida.

De outro lado, situam-se também pessoas sem destaque social – que vivem em condições similares e no mesmo ambiente que os destinatários das ações com as quais contribuem –, organizações de prestação de serviços ou comércio de menor prestígio, além de grupos assistencialistas e entidades governamentais.

Como agentes constitutivos do *topos* mencionados no discurso da coluna Cidadão 2001, encontram-se:

- voluntários que atuam na operacionalização ou em etapas específicas do projeto;
- profissionais de saúde, como psicólogos e terapeuta ocupacional;
- órgão de classe (OAB – Ordem dos Advogados do Brasil);
- sujeitos inseridos na comunidade ou que mantêm contato com os destinatários, os quais fornecem informações ou facilitam o acesso aos mesmos;
- a própria instituição midiática – RAC – Rede Anhangüera de Comunicação e o projeto “Correio Escola”, por ela desenvolvido, além de patrocinadores de renome nacional e regional como: Banco do Brasil, FEAC – Federação das Entidades Assistenciais de Campinas, Fundação Educar D’Paschoal;

- esportistas de destaque , como o ex-jogador de futebol Neto e Carlos Costa – lutador de *tae kwon do*, vencedor da medalha de ouro nos jogos Pan-Americanos e pentacampeão brasileiro na modalidade;
- pessoas que mantêm relação próxima com os agentes mobilizadores, como funcionários, colegas, amigos e vizinhos;
- instituições governamentais como rede pública de ensino, posto médico do bairro, Conselho tutelar, além de legislação que regulamenta o segmento;
- instituições congêneres;
- outros grupos que têm o projeto ou entidade como beneficiária, como comitês de cidadania formados por voluntários de instituições bancárias que realizam ações eventuais e o grupo assistencialista “Não Pra Fome”;
- pessoas e instituições da comunidade de forma geral como: sócios contribuintes; instituições de prestação de serviços ou pequenas lojas comerciais como: escola infantil particular, açougue, frangonete e varejão.

Em todas as matérias, mesmo naquela que pouco cita essas *Instâncias de Apoio*, pode-se perceber sua importância como agentes que viabilizam e permitem a manutenção, aprimoramento de infra-estrutura e ampliação dos projetos com os quais contribuem.

Na maioria delas, os sujeitos são apresentados como parte de uma ampla rede de apoio e sustentação do trabalho da entidade, com papéis complementares, sendo que a ação dessas instâncias e as pessoas nelas inseridas são valorizadas na enunciação por vezes de forma sutil, outras nitidamente marcadas, como os trechos selecionados demonstram:

Os meninos da Missão recebem ainda o apoio de uma terapeuta ocupacional e de quatro psicólogos, todos voluntários [sic] [...]. O atendimento médico e odontológico é feito por intermédio do Posto de Saúde do bairro, onde todos estão matriculados, e contando com os recursos oferecidos pela rede pública de saúde.

A Missão Caminho para a Juventude [sic]³⁸ é mantida pelas doações de sócios contribuintes, por um trabalho de captação de doações através de telemarketing e por um convênio com a Secretaria Municipal dos Direitos da Criança e do Adolescente. Os meninos também são beneficiados por outros convênios que a instituição vai fazendo. Como o Comitê de Cidadania dos Funcionários [sic] da Caixa Econômica Federal, que doou uma brinquedoteca e uma sala de TV e vídeo para a casa, e o Comitê de Cidadania dos Funcionários do Banco do Brasil. A última parceria da Missão começou a acontecer no último sábado, quando a instituição recebeu oito computadores do Comitê para a Democratização da Informática (CDI) [...] (24/10/2001).

³⁸ O nome da entidade é “Missão Caminho para a Liberdade” e não para a Juventude, como aparece neste trecho da matéria.

*Todo o trabalho da confecção dos livros [...] foi feito por uma equipe de voluntários: do texto em si às ilustrações, ao apoio pedagógico e à editoração eletrônica. [...] a primeira edição dos três livretos que constituem o principal material didático do projeto, saiu com aproximadamente 7 mil exemplares [sic]. Para isso, [...] contou com a parceria decisiva do Banco do Brasil e da Federação das Entidades Assistenciais de Campinas (Feac) e da **RAC** [...] (29/08/2001 – grifo do jornal).*

*Luís Evangelista **faz questão de destacar o apoio voluntário que tem recebido** de Carlos Costa, campineiro que foi medalha de ouro em tae kwon do no último Pan-americano e é pentacampeão paulista e brasileiro na modalidade. Outro **entusiasta, voluntário e amigo do Projeto 2000** é o ex-jogador de futebol Neto [...] (15/08/2001).*

*“O apoio das pessoas **sempre foi e será muito importante** para que continuemos levando o trabalho de amparo às crianças carentes daqui”, **faz questão de ressaltar dona Nair** [...] (05/09/2001).*

“Devo agradecer os advogados Alexandre Coelho, Antônio Cândido dos Reis e todo o pessoal do seu escritório, que contribuem com doações em dinheiro e gêneros; seu Amaral; dona Ilza; a Iara, que nos cedeu a casa; o seu Vanderlei, do Açougue Campo Grande (Jardim Novo Maracanã); a dona Neusa, do [sic] Frangonete (Jardim Liza); a Maria José, da Escola Pimpolho (Cambuí); O Grupo Não Pra Fome e o Varejão Broto (Taquaral)” (05/09/2001).

Entre os casos acima, nota-se a valorização das *Instâncias de Apoio* legitimada pelos agentes mobilizadores, bem como, os modos de relações com os projetos que vão desde contatos superficiais – como contribuições captadas via telemarketing –, até relações próximas, como se demonstra no último trecho transcrito na maneira informal de menção aos colaboradores.

Embora essa valorização seja aspecto evidenciado, há casos em que o discurso se torna paradoxal. Este apresenta, em momentos próximos ou associados no texto, elementos que ressaltam e outros que desvalorizam a figura da *Instância de Apoio* como agente. Ou criam efeitos de destituição do sujeito ou do trabalho realizado, por meio de expressões utilizadas:

*O projeto, que inicialmente previa apenas o aprendizado do tae kwon do [...] hoje atinge cerca de 500 crianças e adolescentes [...] com cursos de dança, e prática de futebol e capoeira, dança de rua. Para o ensino dessas modalidades, **são aproveitados os próprios professores da academia** de Luís Evangelista [...] (15/08/2001).*

Essa citação demonstra a importância de sua participação na ampliação e desenvolvimento do projeto, mas, ao mesmo tempo desvaloriza os apoiadores, como se fossem “algo” a ser “aproveitado”. Um recurso da academia que pertence ao agente mobilizador, que pode ser disponibilizado para o projeto, e não pessoas envolvidas em uma causa ou contribuição social.

*E aqui é **preciso que comecemos a nomear** algumas dessas senhoras cujo amor ao próximo é grande o suficiente para fazê-las passar por cima das mazelas de suas próprias vidas e dar o melhor de si pelos seus semelhantes.*

*Falar por exemplo da auxiliar de enfermeira **desempregada** Luciana Aparecida Fortunato, 35 anos, **divorciada, mãe de três filhos, que encosta a barriga todo dia diante do fogão** de dona Nair para preparar a comida das crianças, **depois** ajuda a servir as refeições e auxilia no que for preciso, e **ainda** encontra tempo para frequentar, à noite, o terceiro ano da Faculdade de Direito da Universidade Paulista (Unip), **onde está com as mensalidades atrasadas desde que acabou o dinheiro de seu Fundo de Garantia**. E para manter a si e à família, **ainda** faz faxina e lava roupas para fora nos fins de semana (05/09/2001).*

Tal sequência que se pauta pelas “mazelas da vida” de uma das pessoas que contribuem com o projeto, sendo seu apoio igualado a um dos tantos sacrifícios pelo qual passa. De uma atitude gratificante, seu envolvimento com o projeto se transforma em mais uma situação de penar entre tantas dificuldades que enfrenta.

Esta cena remete a outro ponto de destaque: a caracterização dos sujeitos quando oriundos do mesmo ambiente que o dos assistidos.

Na mesma matéria citada acima, às colaboradoras mais próximas da agente mobilizadora são conferidos atributos como: um grupo de mulheres abnegadas, humildes, necessitadas, bravas companheiras e voluntárias, “todas mulheres, negras e pobres”. Apontam a necessidade de marcar no discurso o sacrifício e a diferença de condição em relação a um padrão considerado como de maior prestígio e poder social, referências à posição de “minoría”.

Marcas enunciativas que demonstram espanto e pouca naturalidade quando *Instâncias de Apoio* são originárias de camadas mais pobres da população. Como se esta origem lhes impusesse o lugar exclusivamente de receber, não de troca ou doação. Como se a solidariedade não pudesse se dar entre pessoas que dispõem de poucos recursos financeiros:

*Luciana [...] faz parte de um batalhão que conta também [...] com outras mulheres que dão um exemplo de que a solidariedade germina e dá bons frutos **a partir mesmo da ação dos próprios humildes e necessitados** (05/09/2001).*

A marcação da precariedade se evidencia, ainda, associada ao discurso em relação às políticas públicas. Em uma das matérias, a condição de pobreza parece conceder ao repórter o direito de previsão e julgamento de parecer oficial sobre o trabalho realizado.

Neste caso, a legislação que deveria amparar o projeto é apresentada como burocrática, e o ambiente precário em que a instituição se situa é pré-julgado como um impedimento para a legalização da entidade. Desvalorização que se evidencia na enunciação, mesmo com os elogios tecidos à instituição, no final do parágrafo:

A entidade ainda está funcionando informalmente, mas já cuida de preparar seus estatutos para se cadastrar junto à Prefeitura e à Federação das Entidades Assistenciais de Campinas (Feac).

Não é de todo improvável que a precariedade das instalações da Casa possa ser vista como obstáculo, pela burocracia oficial, para a sua efetiva legalização, em que pese o belo e sensível trabalho desenvolvido pela entidade (05/09/2001).

Se, por um lado, a beleza e sensibilidade do trabalho desenvolvido são aparentemente positivadas como aspectos que deveriam ser mais valorizados do que a precariedade, por outro, por ser ressaltada, aponta para marcação do ambiente pobre como algo depreciativo. Na mesma matéria, observam-se associações que conferem sentido de um cenário impróprio para a acomodação dessas crianças, como o trecho acima leva a supor.

Essa condição de precariedade do ambiente valoriza no discurso uma idéia de contribuição aos projetos como caridade. Endossam o ato de doação de algo por parte das *Instâncias de Apoio* para a instituição necessitada, e também por parte da entidade para os destinatários, que se encontram em situação ainda pior.

[...] Mas dona Nair sabe que os amigos de suas crianças não as deixarão desamparadas e que a casa seguirá cumprindo o seu destino de ajudar aqueles que tanto precisam de ajuda (05/09/2001).

Na fala da agente mobilizadora, esta idéia se torna ainda mais evidente ao relatar a finalidade da legalização da entidade, que é a de receber uma “ajuda oficial”, e os meios com os quais acredita contar para tanto:

“É muita gente que eu preciso agradecer por termos chegado até aqui e sei que muitas almas boas surgirão no caminho para funcionarmos dentro dos conformes, que é o que mais queremos para podermos, inclusive, ter ajuda oficial [...]”, diz dona Nair (05/09/2001).

Assim, a enunciação remete a uma idéia de participação social como desdobramento de uma cultura de doação e de aceite daquilo que é doado e não como processo de reelaboração, conquista e reivindicação de direitos. Situação que se verifica de forma geral nas matérias desta seção em relação às *Instâncias de Apoio*.

De outra maneira, se por um lado a enunciação aponta como extraordinário o fato de pessoas que têm origem ou vivem no mesmo ambiente dos destinatários do projeto assumirem um papel de contribuição, verifica-se por meio de vestígios dispersos no enunciado que é justamente entre estas pessoas que se podem apontar novos lugares em desenvolvimento.

Estes aparecem na organização, discussão conjunta de prioridades e avaliação crítica dos trabalhos, bem como pela rede de relações que formam as *Instâncias de Apoio*, como evidência de mobilização e envolvimento social. Mesmo sem uma maior visualização do potencial transformador que ali se apresenta e se constrói.

Em contrapartida, é importante abordar que, da mesma forma como essas instâncias constituem uma rede de ações que permite a viabilização e ampliação dos projetos, elas criam, paradoxalmente, uma relação de dependência. Mesmo nos casos de maior vínculo, este não se traduz em segurança para o projeto apoiado.

São instâncias sujeitas ao rompimento, como se evidencia na comparação entre os trechos a seguir: um deles retirado da matéria sobre a Casa da Criança Luz do Amanhecer e o outro, extraído do texto de divulgação dos projetos premiados pela coluna Cidadão 2001, publicado apenas três meses após o primeiro:

A Casa da Criança Luz do Amanhecer [...] só pôde começar a atender suas 60 crianças, graças a uma vizinha [...]. Admiradora da obra de dona Nair e conhecedora de sua intenção de amparar as crianças carentes da região, Iara disse a dona Nair que não venderia nem alugaria a casa, mas a cederia para a ampliação das atividades da obra assistencial até que um local mais adequado fosse conseguido (05/09/2001).

Feliz com a premiação, a aposentada Nair Ricardo da Silva, da Casa da Criança Luz do Amanhecer, comentou que as doações à entidade aumentaram depois da publicação da reportagem. No entanto, a luta para 2002 continua, pois a instituição terá que sair da casa onde funciona e precisa encontrar um outro lugar para ficar (12/12/2001).

Pelo exposto, na cena enunciativa evidenciada com o projeto Cidadão 2001, o *topos* se apresenta de forma paradoxal e ambígua. É aquele que contribui para a realização do trabalho das entidades, mas que também cria uma dependência a seu redor.

Fundamenta-se em uma cultura calcada na doação e caridade em relação às camadas mais “necessitadas” da população, em detrimento da valorização da reivindicação por direitos e efetiva transformação das relações e posições sociais.

Por outro ângulo, aponta para a conquista e o estabelecimento de uma rede de apoio justamente entre aqueles aos quais, na enunciação de forma geral, não se credita capacidade e poder para melhoria das condições em que vivem.

Topos genérico

O papel ambíguo e plural das *Instâncias de Apoio*

Como se viu na análise descritiva, o lugar paradoxal ocupado pelas *Instâncias de Apoio* na Coluna Cidadão 2001 do jornal Correio Popular se amplia e reforça quando são retomados os dados da Coluna Social, da Folha de S. Paulo, proporcionando uma visão mais abrangente de seu papel para os projetos desenvolvidos.

O *topos* se ratifica como ambíguo e plural: formado por sujeitos diversos e com posicionamentos também diferenciados em relação ao tipo de contribuição e de vínculo com as iniciativas apoiadas.

Como se observou, há grande diversidade de sujeitos que o constituem, os quais se relacionam de formas diversas com os projetos apoiados. Desenvolvem desde relações estreitas e com vínculo duradouro até relações ocasionais e superficiais, sem contato mais próximo.

Estas últimas são observadas de forma geral na sociedade e tornam-se apelo constante em campanhas midiáticas de cobertura nacional, como “Criança Esperança”³⁹, realizada pela Rede Globo de Televisão, “Teleton”⁴⁰, produzida atualmente no Brasil pelo SBT – Sistema

³⁹ A Campanha Criança Esperança é promovida desde 1986 pela Rede Globo de Televisão em parceria com o Fundo das Nações Unidas para a Infância (UNICEF). Em 2002, as doações por telefone, site e depósitos bancários, totalizaram R\$12.609.657,35. A maior arrecadação obtida em 17 anos de campanha. O texto, extraído do site, reforça a valorização de participações pontuais como esta: “Você internauta, teve um papel fundamental em todo esse processo. A arrecadação online cresceu 422% em relação à arrecadação via site de 2001! O Criança Esperança agradece, portanto, a cada pessoa, a cada doação. Todo processo de transformação social se realiza com vontade, dedicação e, principalmente, muita esperança. E a sua foi fundamental para o sucesso da nossa campanha. Obrigado”. Consultado em 31/10/2002 em <http://redeglobo6.globo.com/CEsperanca/0,,1867,00.html>.

⁴⁰ O Teleton foi criado em 1965 pelo o comediante Jerry Lewis. Consistiu em uma maratona de apresentações artísticas, transmitida por várias emissoras de rádio e televisão dos Estados Unidos, sendo a idéia implantada em outros países. . Em 1978 o Chile promoveu o primeiro Teleton da América Latina. Em 1998, foi realizado pela primeira vez no Brasil, onde os direitos para sua produção são da AACD (Associação de Assistência à Criança Deficiente). O primeiro Teleton brasileiro foi ao ar, transmitido pela Rede da Amizade - união de emissoras de rádio e televisão. Participaram, durante 27 horas de programação, artistas de vários segmentos, gerando uma arrecadação superior a R\$ 14 milhões, destinada à construção do Centro de Reabilitação de Recife - PE e do Centro de Reabilitação da Mooca, em São Paulo - SP. O texto extraído do site da campanha demonstra bem o vínculo pontual promovido pela campanha: “Você também pode fazer a sua parte com um clique ou uma ligação telefônica. Só de estar aqui [no site] você já é um grande colaborador”. Consultado em 31/10/2002, <http://www.teleton.org>.

Brasileiro de Televisão –, ou ações de menor porte, regionalizadas, mas com promoção do mesmo tipo de contato distanciado. É o caso de contribuições alcançadas via *telemarketing*, por instituições como o Centro Infantil Boldrini de Campinas ou a Missão Caminho Pra Liberdade, abordada em uma das matérias que compõem o *corpus* deste estudo.

Esse tipo de participação social, que não implica comprometimento nem sacrifícios maiores, faz parte da temática do livro “O crepúsculo do dever: a ética indolor dos novos tempos democráticos”, de Gilles Lipovetsky.

Para este autor (1994 : 17), vive-se atualmente em uma sociedade pós-moralista, isto é, uma sociedade que “repudia a retórica do dever austero, integral, maniqueísta, e que, paralelamente, exalta os direitos individuais à autonomia, ao desejo, à felicidade”. Sociedade que, segundo ele, dá crédito apenas às normas indolores da vida ética e da qual está ausente a exigência do compromisso.

Segundo o autor, esse apelo ao individualismo, no entanto,

“não é antinômico em relação ao desejo de fazer o bem, mas sim em relação ao ideal de dádiva da própria pessoa em si: queremos ajudar os outros, mas sem nos empenharmos muito, sem darmos muito de nós próprios. Generosidade, sim, na condição de ser fácil e distante, que não se faça acompanhar de qualquer renúncia maior” (Lipovetsky, 1994 : 153).

O autor afirma que, na época atual, em que o altruísmo deixa de ser associado a um dever obrigatório, testemunha-se uma explosão caritativa e socorrista comandada pela mídia:

“[...] depois dos objectos, do lazer e do sexo, os bons sentimentos fizeram a sua entrada na arena mediática, os «empresários morais» já não são apenas as associações caritativas e humanitárias, mas também as cadeias de televisão e as estrelas” (ibid. : 153-154).

Este panorama apresentado por Lipovetsky delinea-se de forma exemplar nas matérias em que as “celebridades” são convidadas pela Coluna Social a visitar uma instituição: estão ali de passagem, num apoio circunstancial construído pela mídia, como um entretenimento e uma atitude positiva a ser noticiada e valorizada.

Neste caso, a importância conferida à *Instância de Apoio* apresenta-se também como forma de validação da enunciação que autopromove o jornal e exalta sua “interferência” no projeto, permitida pela participação da “celebridade” convidada e sua divulgação.

O lugar privilegiado ocupado pelas “celebridades” na cena enunciativa nota-se em diversos momentos do texto, mas principalmente quando elas adquirem voz: poder de fala que permite validar outros enunciados, avaliar e julgar atitudes, como se estivessem aptas.

Tal situação remete à idéia de Michel Foucault (2000 : 10), do discurso como o “poder do qual nos queremos apoderar”. Poder que a coluna cede à determinada *Instância de Apoio*, a qual passa a tomar parte em “um ritual que determina para os sujeitos que falam, ao mesmo tempo, propriedades singulares e papéis preestabelecidos” (ibid. : 39).

Segundo o autor, um certo número de regras é imposto ao indivíduo que pronuncia um discurso, ao ponto de ninguém entrar “na ordem do discurso se não satisfizer a certas exigências ou se não for, de início, qualificado para fazê-lo” (ibid. : 37).

Afirmção que pode ser associada ao comentário de Maingueneau (1989 : 29 –30), quando diz que é pela própria enunciação, pelo simples fato de um ato de fala efetuar-se, que as condições exigidas para sua realização se consideram reunidas. Assim, a própria enunciação valida o papel desses agentes, os quais validam a enunciação.

A argumentação de Umberto Eco contribui também para entendimento da cena enunciativa em torno dessa *Instância de Apoio* principal, quando seus comentários sobre a televisão são transpostos para a mídia impressa.

Ele afirma que

“não se julga a tevê pela veracidade do que diz o entrevistado, mas pelo fato de que o entrevistado é realmente aquele que corresponde ao nome e à função que lhe é atribuída e que suas declarações não são resumidas ou mutiladas de modo a fazê-lo dizer [...] o que ele não disse” (Eco, 1984 : 184).

Isto é, julga-se a enunciação pelo fato do entrevistado ser ou não aquele que ocupa o papel que lhe é atribuído no discurso.

Outro aspecto abordado pelo autor é a referência aos casos em que o locutor olha para a câmara, como evidência da construção da cena pela mídia. Em contraponto menciona aquelas que se apresentam sem que haja um olhar para a câmara, em que as marcas da enunciação são apagadas, apontando para um evento que acontece independentemente da presença do jornal:

“[...] quem fala olhando para a câmara representa a si [...] quem olha para a telecâmara estaria sublinhando o fato de que a tevê existe e que seu discurso ‘acontece’ justamente porque a televisão existe” (ibid. : 186).

Nos casos de quem olha para a câmara, afirma o autor, sugere-se implicitamente que há algo de verdadeiro na relação que se institui, independentemente do fato de o locutor estar prestando informações ou contando simplesmente uma história fictícia (Eco, 1984 : 187-188).

Nesses casos “*não está mais em questão a verdade do enunciado*, isto é, a aderência entre o enunciado e o fato, mas a *verdade da enunciação* que diz respeito à cota de realidade daquilo que aconteceu no vídeo” (ibid. : 188 – grifo do autor).

Ao enunciado da Coluna Social e algumas vezes às matérias do Correio Popular, pode-se associar essa idéia de um olhar para a câmera, por meio de marcas enunciativas e expressões lingüísticas que evidenciam a presença do jornal ou jornalista na construção do fato divulgado.

Sendo que, no caso da Coluna Social, o limiar entre realidade e ficção se torna difuso. É um fato que se vivencia no cotidiano, mas que é construído para ser veiculado como uma produção do meio que o divulga, com o propósito explícito de “interferir” na realidade do projeto visitado (Coluna Social, 21/02/2002).

Vale então o mesmo questionamento de Umberto Eco (1984 : 188-189) sobre o programa de perguntas e respostas: “Será que esse programa diz a verdade ou encena uma ficção?” O programa prevê o acontecimento dos fatos graças a uma encenação preparada, no entanto, as personagens que lá comparecem são personagens verdadeiras .

Nesses programas, segundo o autor (ibid. : 189), a confiabilidade do ato da enunciação é indiscutível, pois “o apresentador está lá, diante da telecâmera, e fala a seu público, representando a si próprio e não uma personagem fictícia”.

Eco (ibid. : 191) afirma que “[...] estamos agora diante de programas em que informação e ficção se trançam de modo indissolúvel e não é relevante quanto o público possa distinguir entre notícias ‘verdadeiras’ e invenções fictícias.” Essa distinção “perde valor em relação às estratégias que esses programas realizam para sustentar a autenticidade do ato de enunciação”.

Assim,

“A relação de verdade factual sobre a qual repousava a dicotomia entre programas de informação e programas de ficção entra em crise e tende cada vez mais a envolver a televisão em seu conjunto, transformando-a de um veículo de fatos (considerado neutro) em um aparato para a produção dos fatos, de espelho da realidade em produtor da realidade” (Eco, 1984 : 192).

A partir desse quadro, pode-se dizer que também no jornalismo impresso, no caso específico da Coluna Social, que a *Instância de Apoio* convidada a colaborar toma parte em uma estratégia que “põe-se a serviço de um efeito de verdade” (ibid. : 191). Seu papel, mais do que contribuir com o projeto ou instituição visitada, torna-se apoio do discurso jornalístico, artifício que confere veracidade e legitimação à cena preparada.

Se em alguns momentos determinadas *Instâncias de Apoio* são o centro da enunciação, em outros, adquirem um papel secundário, às vezes, não sendo nem citadas. Nesses casos a valorização da cena é transferida, principalmente, para a figura do agente mobilizador.

Em outros casos, mesmo que em um papel secundário na enunciação, a valorização das *Instâncias de Apoio* acontece, mas não pelo seu papel mobilizatório e transformador de relações sociais, e sim pela sua função de doadoras, como “boas almas”, “ajuda oficial” num posicionamento virtuosista, despolitizado e num cenário que exclui a reivindicação por direitos.

Essa situação remete novamente ao trabalho de Lipovetsky. Para esse autor (1994 : 161-164), o ideal altruísta está socialmente corroído, porém, paradoxalmente, assiste-se a uma nova legitimação da filantropia, cuja raiz, segundo ele, encontra-se no desmoronamento dos grandes projetos políticos e ideológicos.

Em sua visão, esta erosão deixou um espaço político vazio, que permitiu a exaltação dos valores morais da entreatajuda, solidariedade imediata e beneficência (ibid. : 164). Porém, ele lembra que, sendo a generosidade uma virtude privada, não pode servir de princípio de ação coletiva (ibid. : 241). Mais ainda, considera que a intervenção humanitária, mesmo louvável e necessária, “deixa intactos os problemas do sub-desenvolvimento, das ditaduras e massacres das populações” (ibid. : 22).

Outro aspecto importante são as amplas redes de relações entre instituições e os sujeitos que viabilizam os projetos com os quais auxiliam. Tal situação ocorre e se destaca principalmente no projeto Cidadão 2001, mas também em algumas matérias na Coluna Social.

Essas redes apontam para aspectos diferenciados. Em alguns casos são paradoxais, pois se estabelecem fortes vínculos com o projeto a ponto de garantirem sua manutenção, causam por isso mesmo uma dependência destes em relação ao auxílio recebido.

Nesse sentido, apesar da enunciação não abordar diretamente a questão, deixa subentendida a necessidade de fortalecimento dessas redes para que possíveis rupturas tornem-se menos fragilizantes ou inviabilizantes dos projetos.

Entretanto, remete a uma caracterização de cidadania que sublima a noção de direitos. Pode-se dizer, como afirma Telles, que esta passa a ser entendida como participação comunitária, em que “no lugar de sujeitos de direitos, entra em cena a figura dos usuários de serviços” (Telles, 2001 : 161), ou, complementando, dos destinatários das doações que lhes são oferecidas.

Vale destacar também a diferenciação conferida no discurso aos sujeitos que ocupam essas redes dependendo do posicionamento social considerado de maior ou menor *status*.

Como exemplo, pode-se comparar os textos veiculados pelo Correio Popular, sobre a Escola Campineira de Cidadania (29/08/2001) e sobre a Casa da Criança Luz do Amanhecer (05/09/2001).

Nessas matérias, o tratamento destinado a cada uma das redes exibe uma idéia dos aspectos valorizados no discurso e dos vínculos e tipos de relações estabelecidas de acordo com o ambiente e os sujeitos que ocupam o *topos*.

No texto sobre a Escola Campineira de Cidadania, os colaboradores da iniciativa são relacionados a várias etapas do desenvolvimento do projeto. São grandes instituições vinculadas a um cenário que demonstra organização, planejamento e profissionalismo, e cujo acesso é facilitado às gestoras do projeto.

Forma-se uma rede de grandes apoiadores, que na enunciação conferem à idéia de eficácia, como consequência natural da atitude e postura das agentes mobilizadoras.

Na mesma matéria, no entanto, a relação com os sujeitos mais próximos das agentes mobilizadoras – aqueles que trabalham na operacionalização do projeto – apresenta-se de forma aparentemente distanciada, sendo sua atuação voltada para a transmissão do projeto previamente elaborado. A iniciativa é das agentes mobilizadoras e essas *Instâncias de Apoio* cabe a tarefa de sua execução.

Em contraponto, na matéria sobre a creche, encontra-se uma ampla rede de grupos diversos, porém, em geral, sem grandes nomes ou alto *status* social. Em geral, com algumas exceções, são oriundos do mesmo ambiente dos destinatários do projeto.

É uma rede mais simplória em um projeto menos planejado, mas que se apresenta em situação de aprimoramento contínuo, resultado da experiência cotidiana, e em processo de desenvolvimento.

Nele, as *Instâncias de Apoio* mais próximas da agente mobilizadora participam ativamente, além de atuarem no trabalho diário da entidade. Esses fatos apontam para uma gestão mais democrática da instituição, onde os apoiadores diretos têm maior voz em relação ao projeto.

Porém, da eficácia “neutra” com que são apresentados aqueles apoiadores de maior destaque na sociedade, passa-se a ressaltar a caracterização do ambiente precário ao qual estão associados. A enunciação reforça marcas que instituem a mobilização apoiada por populações de baixa renda como se fosse algo fantástico, excepcional. Como se a pobreza lhes confinasse ao lugar de destinatários de projetos sociais e impedisse seu posicionamento como apoiadores ou agentes mobilizadores.

Se para Lipovetsky a era atual é de um pós-moralismo, ou de um pós-dever que implica uma ética que não solicita maior comprometimento das pessoas, calcada no bem-estar

individual, para Vera da Silva Telles, contemporaneamente vivem-se relações da ordem de uma era pré-social, quando se pensa a cidadania aliada à questão da pobreza.

Em sua visão, o debate público sobre a pobreza brasileira é “inteiramente montado sobre as evidências mais tangíveis da chamada pobreza absoluta” relacionada a uma população de “deserdados da sorte e infelizes do destino que já estão – ou parecem estar – fora do contrato social”(Telles, 2001 : 57).

Em relação à cidadania, a autora afirma que essa figuração da pobreza oferece uma “via de entrada para problematizar o sentido da destituição de direitos que vigora na sociedade brasileira”, porque:

“Implicada na trama das relações sociais, a privação de direitos põe em foco o modo como as diferenças sociais são percebidas, elaboradas e objetivadas no espaço social. Pois, o modo como direitos são atribuídos ou negados, reconhecidos ou recusados, traz inscritos, ao menos tacitamente formulados, os critérios pelos quais são discriminadas as diferenças e definidas suas equivalências possíveis, montando as regras simbólicas das reciprocidades esperadas” (ibid. : 58).

A autora cita Claude Lefort o qual defende que, essas regras, num modo de dizer e nomear a ordem do mundo, apresentam a distinção entre aquilo que é legítimo ou ilegítimo, justo ou injusto, ordem ou desordem, permitido ou interdito, possível ou impossível. Instâncias presentificadas, segundo a autora, nas formas de percepção, nas convicções, nos códigos de comunicação, nos valores morais e tradições culturais. O que “significa dizer que os direitos estão inscritos na dinâmica cultural e simbólica da sociedade” (Telles, 2001 : 59).

Ela aborda ainda que os direitos, formulados na ótica da proteção, em que um Estado benevolente deve aos fracos e desamparados, transforma diferenças sociais em hierarquias “que criam a figura do subalterno que tem o dever da obediência e do inferior que merece a tutela.” Formulação que a autora toma de Marilena Chaui (Telles, 2001 : 58-59).

O raciocínio se complementa com a observação de que “a noção de um modo legítimo de vida é projetada do que se imagina ser a ordem moral das classes ‘esclarecidas’, de tal modo que a pobreza é sempre vista como foco de uma incivilidade que descredencia o ‘pobre’ como sujeito de direitos [...]” (ibid. : 59).

Os argumentos apresentados por Telles contribuem para o entendimento do tratamento diferenciado na enunciação em relação aos dois pólos de redes de apoio comentados acima. Permitem também a visualização do posicionamento cristalizado, valorizado na enunciação.

Uma das redes é oriunda de um meio que pode ser associado às “classes esclarecidas” formada por grandes empresas, fundações e pessoas e instituições de destaque social. A outra

é constituída por sujeitos de pouco prestígio social, de origem similar ou que habitam os mesmos espaços daqueles com os quais colaboram.

Os primeiros agentes são apresentados como apoiadores naturais, ocupam o lugar que lhes caberia: o do superior que oferece sua tutela, sua contribuição para um projeto voltado para aqueles que necessitam de algo. Refere a um projeto que restringe a noção de cidadania à transmissão e obediência a direitos e deveres que constam em lei.

No segundo caso, vêem-se pessoas que invertem a ordem apresentada como natural. Consideradas como incapazes, subvertem a hierarquia simbolicamente estabelecida, o que é apresentado como algo fora do comum.

A figuração das apoiadoras principais remete a um cenário de desagregação familiar, extrema pobreza, sendo utilizados atributos que as inserem em condição de suposta inferioridade na hierarquia social.

São citadas na enunciação como minoria das minorias, “todas mulheres, negras e pobres” e, como se fosse algo excepcional, “dão um exemplo que a solidariedade germina e dá bons frutos a partir mesmo da ação dos próprios humildes e necessitados” (Correio Popular, 05/09/2001).

Pela caracterização evidenciada em torno das *Instâncias de Apoio*, verifica-se o endosso da valorização de uma hierarquia em que o pobre é situado em uma posição de inferioridade e o doador, não pobre, em uma posição privilegiada.

Na matéria sobre a creche (05/09/2001) mesmo que as *Instâncias de Apoio* sejam citadas, tenham lugar de fala no texto, sua figuração ainda assim as mantém no lugar precário em que supostamente deveriam estar.

A enunciação dispõe como extraordinária o fato daquelas pessoas, naquele ambiente, serem capazes de fazer algo por elas mesmas e por outros, implicando uma idéia de apoio como sacrifício e pena. Já os auxílios externos são vistos como ajuda ou ação de “boas almas”.

Com base em Roberto Schwarz, Telles afirma que “esse é um tipo de sociabilidade que não constrói a alteridade, mas apenas o espelho no qual a superioridade do ego se vê confirmada”. Nela, segundo a autora, “a regra não está sujeita ao questionamento e existe apenas para confirmar o lugar de cada um na ordem natural das coisas” (Telles, 2001 : 65).

Na visão de Telles (ibid. : 159-161), embora o discurso da filantropia faça apelo a um sentido de solidariedade que forma as tramas associativas, este “bloqueia sua dimensão política e a reduz aos termos estritos da responsabilidade moral”, entendida como dever de solidariedade relativo à benemerência.

Em relação às *Instâncias de Apoio*, verifica-se, de maneira geral uma cenografia que apresenta a atuação dos sujeitos aí inseridos como atores que causam efeito positivo; “atingem”, viabilizam e contribuem com os projetos com os quais procuram colaborar.

Mas, o discurso desvaloriza o apoio de agentes situados em ambientes mais pobres, relacionando-os a situações de conflito, de precariedade e sacrifício, e, em contrapartida, enaltece ou trata como um apoio natural a ajuda vinda de agentes externos, sem fortes vínculos ou que ocupam posição privilegiada na sociedade.

O Estado, apresentado em uma das matérias como em fase de redução de oferecimento de serviços sociais (o que também se verifica no discurso do *terceiro setor*), é retratado como burocrático, com leis pouco adequadas a quem se destinam. Porém, é aquele cujos serviços sociais ou políticas públicas contribuem com alguns dos projetos divulgados.

Nesse sentido, além do papel ambíguo dessas instâncias, sem as quais os projetos não se manteriam, o discurso jornalístico em torno das mesmas apresenta-se estigmatizador, com a exposição de uma cenografia que ratifica os papéis estabelecidos na sociedade, sob uma ótica dominante de uma “classe esclarecida” em relação a outra menos privilegiada.

5

Agente Mobilizador

Neste estudo, a expressão “*Agente Mobilizador*” é utilizada para designar o lugar discursivo ocupado por fundadores ou gestores da causa, movimento, projeto ou instituição. Nas matérias pesquisadas, corresponde à pessoa ou grupo que coordena e responde pela iniciativa divulgada.

Coluna Social – foco “celebridade”

De um *topos* sem voz à função referencial como autoridade

Quando a Coluna Social relata a visita da “celebridade” convidada a conhecer um projeto de cunho social, os *Agentes Mobilizadores* ou as *Agentes Mobilizadoras* assumem papel variável na enunciação.

Por vezes, não se faz menção direta a eles, sendo citados apenas o projeto e a instituição que promovem, até casos em que estes dividem espaço na cena enunciativa com o convidado da coluna, que é o elemento central do texto.

Nos raros momentos em que ganham voz, seu discurso trata de aspectos técnicos como metas dos projetos e comentários sobre o funcionamento das instituições, seus destinatários e cenário relativo aos mesmos. Porém, ainda nesses casos, o lugar conferido a esse agente é o de coadjuvante da cena principal.

A aparente exceção confirma a regra e encontra-se na matéria sobre o projeto Joanhina, desenvolvido pelo Balé Stagium. Neste caso, verifica-se maior presença do *Agente Mobilizador* na cena enunciativa. Ressalta-se, no entanto, que mesmo assim, ainda ocupa papel secundário. O momento de maior destaque é marcado por um discurso evasivo e tautológico, com uma fala sem consistência em relação ao significado de um “trabalho social”:

“Com que direito se dança em uma terra onde crianças morrem de fome? Nós dançamos, que é o que sabemos fazer. A nossa atitude social é de artista, e não de agente social”, declara a bailarina Marika Gidali, uma das fundadoras da companhia. “Foi a primeira vez que questionamos o nosso papel na sociedade. A Marika e o Décio Otero tiveram a idéia de dançar com as crianças. A gente entrava nas casas de barro e conversava com as pessoas. Foi aí que começou o nosso trabalho social”, diz a bailarina Geralda Bezerra (15/11/2001).

De forma geral, nessa cena que gira em torno de uma “celebridade” convidada pela coluna, nos poucos momentos em que o *Agente Mobilizador* aparece, este é apresentado como um sujeito próximo dos destinatários de suas ações e conhecedor da realidade vivida

por eles. É também a fala de autoridade, com conhecimento técnico sobre o trabalho que desenvolve e sobre aquele ambiente em que atuará a instituição ou iniciativa, além de ponte entre os destinatários e o mundo daqueles considerados como “incluídos”. Assim, apesar do papel coadjuvante, fornece elementos referenciais que ancoram a enunciação na realidade narrada, o que se verifica também em relação às menções aos projetos por eles coordenados:

A ONG é pioneira em botar o portador de deficiência física para malhar. Há 15 anos, com a filosofia de melhorar a qualidade de vida do deficiente por meio do esporte, tem tirado de casa pessoas que há anos não viam a cara da rua por causa de depressão. “O Brasil é uma fábrica de fazer deficientes. Nos Estados Unidos, 10 mil pessoas ficam deficientes por ano; no Brasil, esse é o número de novos casos por mês – 80% são vítimas de tiro ou de acidentes de carro”, afirma Steven Dubner, coordenador da ADD.

O próximo passo da ONG é capacitar profissionalmente os deficientes. “Foi aprovada uma lei pela qual as empresas têm de preencher 2% das vagas com portadores de deficiência a cada cem funcionários e 5% a cada mil. O problema é que os deficientes não têm qualificação. O governo precisa mandar para a escola e dar transporte, aí não vai precisar de lei”, diz Dubner (20/09/2002).

A idéia é resolver os problemas sem conflitos e garantir que a criança continue tendo uma mãe e um pai, mesmo se eles estiverem separados. “Muitas vezes, a violência doméstica é usada como forma para educar e transmitida de geração para geração. É um problema da sociedade, considerando-se que está ligada à violência urbana”, explicou a psicóloga Regiandrée Vicente (02/08/2001).

“TC” é um dos poucos músicos no mundo que domina a técnica de produção dos tambores de aço, também conhecidos por “steel pan”, instrumentos usados pela população negra das ilhas de Trinidad e Tobago (29/11/2001).

Destaca-se ainda a diferenciação de tratamento em relação às falas dos *Agentes Mobilizadores* de projetos realizados em ambientes distintos. Na matéria que aborda o time Cesta Três (20/09/2001), o cenário relatado confere sofisticação ao projeto: treinamento no Pueri Domus – colégio particular de renome em São Paulo –, oferecimento de apoio aos atletas, como transporte especial, refeições e bolsas de estudo.

A palavra de seu *Agente Mobilizador*, Steven Dubner, transcrita parágrafos acima, contribui para a caracterização desta cena: traz linguajar técnico, menção a estatísticas nacionais e dos Estados Unidos e comentários sobre a legislação brasileira, conferindo à sua

figura de gestor, tom formal e idéia de conhecimento e seriedade em relação ao trabalho desenvolvido.

Como contraponto, a cena enunciativa relacionada à Casa de Cultura Tainã (29/11/2001) retrata um ambiente de maior descontração, situado na periferia e que conta com maior participação da comunidade nos rumos do projeto. O recurso ao discurso direto, com manutenção de linguagem coloquial e utilização de determinados termos acentua a caracterização de um ambiente bastante informal, em que o tratamento é menos polido.

A Tainã é um espaço cultural aberto e gratuito, criado pela comunidade para a comunidade. Oferece música, produção e restauração de instrumentos, dança afro, informática, discoteca e biblioteca[...]. “Não estamos preocupados em construir métodos educacionais, mas em atrair as pessoas e trocar informações”, diz Antonio Carlos Santos Silva, 49, o “TC”, um dos fundadores da Tainã.

*“Quem iria imaginar que vocês estão fazendo tambor de aço em Campinas?”. **“Esse tambor é um panelão originalmente usado para fazer churrasco. Os africanos tiveram a cultura reprimida, aí eles pegaram** esses tambores que a Marinha inglesa deixou por lá, **sacaram** que saía som e dividiram em notas e escalas musicais. **O processo de fabricação é supersimples**, é só moldar a chapa com martelos de vários tamanhos. Moldar demora um mês, agora afinar é outra história, **um braço fica maior que o outro de tanto dar porrada**. Demorei cinco anos para construir e afinar o primeiro tambor”, conta TC.*

Embora apresentando-se como um espaço mais democrático, com maior participação da comunidade, ao se comparar as matérias, a enunciação demonstra maior valorização à tecnicidade, eficácia, “limpeza” dos projetos, em detrimento de ambientes de maior participação popular e em que a relação entre *Agente Mobilizador* e destinatários se dá de forma mais democrática, em um nível de maior equidade.

Como outro aspecto evidencia-se que, diferentemente da maioria daqueles que compõem as instâncias de apoio nesta cena, os *Agentes Mobilizadores*, quando mencionados, apresentam relação contínua e comprometida com os projetos e instituições, promovendo atividades diversas, que vão desde programas de treinamento, desenvolvimento físico e educacional, acompanhamento pedagógico, atividades de aproximação comunitária a apresentações pontuais em bairros diversos.

Coluna Social – foco “herói”

A pobreza como determinante de um caráter excepcional à ação

Como outra cenografia na Coluna Social, observa-se aquela em que a enunciação volta-se prioritariamente para o *Agente Mobilizador* ou para a *Agente Mobilizadora*.

Como citado na descrição da coluna feita na seleção do *corpus*, a matéria passa a ser enunciada na forma de entrevista. Os *Agentes Mobilizadores*, na maioria das vezes, são apresentados como heróis, o que se faz em *box* inserido no texto, como substituição à legenda da foto. A principal motivação para essa caracterização subentende-se por sua origem em ambientes marcados pela pobreza e por conseguirem se diferenciar desse meio, de alguma maneira.

O discurso ganha efeito de maior realidade e proximidade com os cenários relatados, já que, transferido para as palavras do *Agente Mobilizador* ou *Agente Mobilizadora*, aparentemente suprime a mediação do jornalista que, no entanto, é aquele que direciona a entrevista, por meio das perguntas e do texto introdutório.

Esta introdução traz aspectos apresentados como relevantes, sobre a vida dos entrevistados. Em geral aborda sucinto histórico, com menção a experiências passadas em um período de dificuldades e à mudança que o sucede – e que caracteriza a fase atual –, sempre com citação do ambiente de pobreza e miséria vivido no passado, ou no qual ainda se vive no momento do relato.

*Há três anos, numa briga conjugal, Francilene Rodrigues, 28, tomou um tiro que a deixou paraplégica. Separada, passou a viver da pensão por invalidez: um salário mínimo e uma cesta básica. [...] **Todos os dias, atravessa o esgoto que corre a céu aberto bem em frente de sua casa, no Itaim Paulista (zona leste de SP), e segue pela rua de terra até a sede provisória** de uma das mais novas ONGs da cidade, a Acadef (Associação Comunitária de Assistência ao Deficiente Físico), criada por ela [...] (30/08/2001).*

*O professor de tênis Marcio da Silva **saiu da pindaíba da favela onde morava para o glamour das quadras. Filho de empregada doméstica**, deu uma raquetada nas dificuldades e hoje é um dos professores favoritos das crianças na escola onde dá aulas. Ele, que **já sentiu na pele a pobreza e a falta de oportunidade**, resolveu montar um projeto social com tênis. Leia abaixo (27/09/2001).*

*“Bolinha”, como é conhecido Henrique Assis pelos chegados, **saiu do mundo do crime para ensinar música. Ex-traficante**, ele decidiu levar seu bатуque para favelas, centros comunitários, igrejas. Depois de*

quatro anos de trabalho voluntário independente, ele foi convidado [...] para dar aulas de samba e pagode [...] em um barracão abandonado num descampado da região, o famoso Capão Redondo [...] (11/10/2001).

A sergipana Tia Berê, como é chamada, criou o CTL, há oito anos, em Parelheiros (zona sul de SP), com o dinheiro suado que ganhou como vendedora ambulante. [...] Filha de lavadeira e ex-empregada doméstica, ela segura a onda de esquizofrênicos da pesada e viciados em crise de abstinência [...] (08/11/2001).

As perguntas à entrevistada ou ao entrevistado, em sua maioria e com algumas variações, relacionam-se mais a aspectos de sua vida particular, em detrimento de maior exploração e conhecimento do projeto ou iniciativa que pauta a matéria. Exploram seu passado e ressaltam as condições difíceis e de precariedade vivenciadas, além daquelas apresentadas como estranhas ou fora do comum, inserindo em segundo plano o trabalho realizado.

A relação das perguntas extraídas de duas matérias demonstra o excesso a que pode chegar tal enfoque:

Perguntas pessoais	Perguntas específicas sobre o projeto
Matéria: Ex-catador de bola ensina tênis de graça (27/09)	
<ul style="list-style-type: none"> - Como foi a sua infância?; - Como foi mudar para a favela?; - Como foi a volta para o tênis?; - Suas irmãs jogam também?; - Qual a sua maior vontade? 	<ul style="list-style-type: none"> - De onde surgiu a idéia do projeto?
Matéria: Ex-traficante vira “ongueiro” (11/10)	
<ul style="list-style-type: none"> - Você trabalha?; - Você nasceu em São Paulo?; - Você usava drogas?; - Como era a sua vida?; - A sua família não desconfiava?; - Como você saiu dessa?; - E como você aprendeu a tocar?; - Você compõe música?; - Você toca qualquer instrumento?; - Que tipo de música você gosta?; - Qual é o seu sonho? 	<ul style="list-style-type: none"> - Você conversa com seus alunos sobre criminalidade?

Na última matéria mencionada, mesmo a pergunta que se refere ao projeto é direcionada para aspecto específico, relacionado à criminalidade pressuposta do ambiente.

Na marcação do cenário de precariedade, o texto torna-se por vezes sensacionalista e reforça a idéia de efeito de um discurso sem mediação. A transcrição das falas,

aparentemente sem cortes, em estilo dramático e linguagem extremamente informal corrobora as idéias de transparência e proximidade citadas anteriormente, o que se observa nos trechos abaixo e em outros já mencionados:

Numa dessas, fui atropelado. Os médicos abriram minha garganta para eu poder respirar e me colocaram a cânula, que é uma chapinha de ferro com um buraco. Vira e mexe criava secreção, e a cânula entupia (27/09/2001).

Sou carregador no aeroporto de Congonhas. Transporte carga, bagagem e defunto. Dos atentados dos Estados Unidos, não chegou nenhum, mas, com essa guerra, não duvido nada.

Eu sou filho adotivo desde os quatro dias de nascido. Meus pais são crentes e me dão muito carinho. Fui criado na região do Capão Redondo. Antigamente, eu andava em umas erradas, pois aqui está repleto de oportunidades para o mal. Dos 15 aos 17 anos, eu vivia no mundo do crime, era traficante. Era uma forma de ganhar dinheiro (11/10/2001).

A Coluna se apresentam como o retrato de uma realidade sem máscaras, com exposição da vida pessoal dos entrevistados e exploração da condição de pobreza associada a atributos como precariedade, violência, sujeira e desolação, como marcas características daquele ambiente.

Os títulos das matérias estudadas apontam para o maniqueísmo que permeia a enunciação, em torno de um processo de diferenciação do ambiente precário por que passam os entrevistados, ainda que inseridos nele.

- *Deficiente cria ONG com cara e coragem*
- *Ex-catador de bola ensina tênis de graça*
- *Ex-traficante vira “ongueiro”*
- *Mulher de fibra é mãe para doentes e idosos*

Um jogo de oposições se apresenta, apontando as marcas entre aspectos polarizados da ordem do mal e do bem, do inadequado ao adequado, como uma progressão evolucionista:

- a deficiência em relação à ação da expressão “cara e coragem”;
- a idéia de precariedade e pobreza e os sentidos a elas associados, relacionada à função de catador de bola, e seu contraponto em relação à posição de ter condições para oferecer algo a alguém, a poder ensinar gratuitamente;
- o tráfico em relação à ONG, como instituição positivada no discurso;

- a doença e a idade avançada em relação à firmeza e o papel de mãe.

Se, na maioria das matérias da cena que enfoca as “celebridades”, estas são identificadas pelo nome ou profissão, aqui a identificação dos *Agentes Mobilizadores* se faz com base em um lugar inicial caracterizado como precário, como se fosse situado às margens da sociabilidade, e depois, com sua transposição. Isso, mesmo que na maioria das vezes continuem em um lugar próximo daquele, porém, agora na condição de alguém que faz algo por uma coletividade.

A cena primeira dá a ênfase para sua classificação. Nos títulos não são reconhecidos pelo nome, mas pela posição, em que se destaca a recorrência ao prefixo “ex” – o que se observa em outras matérias da Coluna, além daquelas que compõem o *corpus* deste estudo. Heróis sem nome vindos da miséria, da exclusão, da decadência, do terreno do Outro, do estranho, do degradado, para o terreno do Mesmo, terreno da virtude, do bem. Mas, a precariedade e a transgressão são mantidas como cerne, algo a ser lembrado, revivido, esmiuçado. O “ex-alguma coisa” transforma-se em identidade antecedente, o que aparece no discurso como algo a ser evidenciado, condição para sua heroificação. Um indivíduo tido como extraordinário por conseguir agir diante das adversidades.

Salienta-se ainda o momento em que esses heróis têm seu histórico marcado pelo auxílio de outros indivíduos em melhores condições financeiras:

Marcio – Tomava conta de carro na feira, e um dia chegou um cara loiro, o Lothar, perguntando se eu queria pegar bolinha para ele. Depois de um mês, a mãe dele conseguiu uma cirurgia para mim. O médico consertou minha voz (27/09/2002).

A minha família recebeu muita ajuda quando o meu pai morreu, e eu disse para Deus que, quando tivesse a mínima condição de vida, ajudaria o próximo como fui ajudada (08/11/2001).

A partir das menções acima, lê-se que a melhoria das condições de vida, quando vinda de pessoas oriundas de meios pobres, é algo para poucos, para aqueles diferentes que se sobressaem ou que recebem algum auxílio externo.

Entre as entrevistas estudadas, aquela intitulada “Mulher de fibra é mãe para doentes e idosos” (08/11/2002), destaca-se pela abordagem específica.

Nela, embora se ressalte o caráter extraordinário por alguém de origem precária conduzir um projeto como o que se desenvolve na instituição (Centro de Terapia Luiza), situação que também ocorre nas outras entrevistas, a heroína perde lugar para as curiosidades da convivência com e entre dependentes de drogas, doentes mentais e idosos.

Reforça-se assim a idéia de valoração da exposição como espetáculo, daquilo que é considerado como bizarro, potencialmente incivilizado, estranho, Outro.

O *box* herói, que segue a foto dos *Agentes Mobilizadores* nas outras matérias de mesma cenografia, é substituído pelas legendas das fotos, que incluem imagens dos destinatários em momentos diversos da rotina diária.

A *Agente Mobilizadora*, que nas fotos pouco se distingue de seus destinatários, perde parte de seu espaço, para um cenário que condensa diversas expressões daquilo que pode ser considerado como Outro: encarnadas, personificadas encontram-se juntas a pobreza, a velhice e a doença mental, caracterizadas por um estado permanente de potencial desordem e risco, de estigmas constantes.

Como acontece com outras matérias, a iniciativa demonstra uma abrangência maior do que se explicita nas entrevistas. Estas pouco exploram aspectos relevantes dos trabalhos ali desenvolvidos.

A atitude da *Agente Mobilizadora* é apresentada mais como gratidão a auxílio recebido na infância do que como um projeto de implicações sociais, articulado ou coordenado por alguém, cuja classe e *status* social são associadas a um lugar destituído de poder para ação sobre a própria vida e assim, também, da capacidade de auxílio a outros.

Ressalta-se também a idéia de sonho com que os projetos são abordados e com a qual se encerra a entrevista, o que remete o trabalho desenvolvido à instância individual dos *Agentes Mobilizadores*, e não associados à atuação de uma coletividade. Isso ocorre, mesmo nos momentos em que se lêem relações mais democráticas e participação conjunta, como no caso das matérias sobre a Acadef (30/08/2001) e sobre o Centro de Terapia Luiza (08/11/2001).

O que se relaciona com a falta de visão, expressa nos textos, do potencial político desses projetos, no sentido de sua capacidade para a mobilização de segmentos populacionais considerados à margem e transformação de relações sociais. Situação que se evidencia em algumas das respostas dos *Agentes Mobilizadores*.

Folha – Qual é a sua maior vontade?

Marcio – Que mais pessoas tenham iniciativas e dediquem um tempo para ajudar os outros (27/09/2001).

Folha – Qual é o seu sonho?

Henrique – Eu queria doar toneladas de alimentos para esta favela. Quando eu doar o último pacote, Deus pode me levar porque eu já estou feliz. Já fiz show beneficente, e trocamos as entradas por alimentos que doamos para matar fome dos índios de Parelheiros (11/10/2001).

A própria caracterização como heróis destitui o aspecto político. São pessoas dotadas de uma missão na qual está implicado o agir pelo outro, para o outro, com utilização de seus dons especiais em nome de quem necessita de seu auxílio.

Mas eles próprios e alguns dos projetos que desenvolvem materializam a transposição de limites e a transformação, não como heróis, mas como sujeitos que atuam em busca de mudanças sobre a própria realidade. Estão fora do lugar que lhes seria natural por uma visão dominante, que destitui aquele considerado como Outro da reivindicação e da luta por melhores condições de vida e mobilização por si e por terceiros.

Cidadão 2001

Agentes mobilizadores: cidadãos modelo

Nesta seção, o *Agente Mobilizador* é o elemento central da enunciação e razão de existência do projeto editorial que, segundo o grupo jornalístico, visa a “valorizar as pessoas que se doam para melhorar a vida de outras” (Correio Popular, 08/07/2001).

Aqui, a idéia de cidadania é personificada na figura do voluntário e da voluntária responsáveis por um projeto ou iniciativa de cunho social. Cada um deles é visto como um doador que dispõe de si em favor de outros, e sobre o ou a qual recai a expectativa de redução das desigualdades sociais, como ressaltam as palavras de Wilson Ferreira Júnior, presidente da CPFL, empresa que patrocina o projeto:

*[...] o brasileiro tem no sangue a **tendência para a doação** [...]. Segundo Ferreira Júnior, a expectativa é que os exemplos que serão mostrados tenham um efeito multiplicador das ações de cidadania. “[...] a sociedade precisa de ações de voluntariado como forma de reduzir as desigualdades sociais”, frisa (Correio Popular, 08/07/2001).*

No discurso do grupo editorial e do patrocinador, o projeto se justifica pela existência dos *Agentes Mobilizadores* e pela necessidade de divulgação do trabalho realizado como exemplo de atitude a ser seguida pela população.

Atitude que deve ser multiplicada para que desigualdades sociais sejam reduzidas, mas na forma virtuosista de uma solidariedade que, no entanto, não é relacionada ao aspecto político e econômico e às relações de poder aí existentes. Acentua-se uma idéia de virtuosismo associada à ação da sociedade civil, vista como aquela capaz de tapar as lacunas atribuídas a uma gestão estatal deficiente, em nome do bom andamento da sociedade:

*“[...] Mas, felizmente, o corpo social tem a propriedade de reagir e preencher os vazios que se criam no seu espaço de ação. O surgimento das ONG’s e a emergência das **entidades de serviços** espelham, nos últimos anos, a reação da sociedade civil **diante da insuficiência ou mesmo do colapso do Estado**. Não por acaso, a ONU elegeu 2001 como o Ano Internacional do Voluntariado; é um tributo à **importância vital dessas organizações para o bom funcionamento da estrutura social**.*

*Por isso, eu terminaria dizendo que as 20 associações aqui presentes merecem, desde já, o prêmio de reconhecimento da sociedade campineira. Quatro delas se destacaram nesta noite, e isso é importante, mas **é ainda mais importante** poder constatar que, em nossa cidade, há **um número crescente de cidadãos dispostos a falar em solidariedade antes de falar em política ou em economia**” (Discurso do Diretor Presidente da Rede Anhangüera de Comunicação (RAC) – Sylvino de Godoy Neto – Correio Popular, 18/12/2001).*

Ao passar para o corpo das matérias, identifica-se facilmente a evidência de que o *topos* em estudo assume no discurso, o reforço aos aspectos acima comentados e ainda outros apelos de destaque.

Além da inserção de um *box* com um perfil do sujeito que ocupa o lugar do “cidadão” e do *chapéu* referente ao projeto, é desenvolvida uma logomarca que funciona como nome da seção do jornal. Esta logomarca transmite a idéia do mesmo virtuosismo como elemento positivado no discurso. Ela é construída a partir da palavra cidadão, cuja letra i é desdobrada, formando uma figura que remete à imagem duas pessoas de mãos dadas e que, assim, compõem um coração. Além das mãos dadas, que se associam ao apoio, amizade e união, a forma de coração simboliza o amor em nossa sociedade.

Como outra evidência da importância deste *topos* para a seção, as matérias são acompanhadas por um sobretítulo que explica o projeto e que sua razão de ser em torno da atuação do *Agente Mobilizador*.

O “cidadão”, na edição de 2001, é aquele que realiza uma ação voluntária, seja pessoa física ou, curiosamente, também uma empresa⁴¹, como se verifica na transcrição abaixo:

*Cidadão 2001 é uma iniciativa da Rede Anhangüera de Comunicação em parceria com a CPFL. Até novembro, o Correio publicará, às quartas-feiras, reportagens que **destaquem ações sociais voluntárias de pessoas e empresas**. Todos concorrem ao prêmio no final do ano.*

⁴¹ Na edição seguinte do projeto, nomeada Cidadão 2002, o grupo editorial ampliou sua abrangência para ações desenvolvidas não apenas no município de Campinas, mas em toda região metropolitana e mudou o foco do enunciado, deixando de incluir a menção a ações de empresas na justificativa do projeto. Nessa edição, pode-se afirmar que a atenção se acentua ainda mais na figura do *Agente Mobilizador*, já que, como informa o grupo jornalístico, “as reportagens darão ênfase à ação voluntária de pessoas e não mais de entidades ou empresas, valorizando o protagonismo social” (Correio Popular, 24/04/2002).

Nas matérias, o destaque conferido ao *Agente Mobilizador* se evidencia por meio da valorização das ações e dos projetos que ele coordena. A cena enunciativa é construída ao redor de determinados valores que são evidenciados nos títulos, legendas e fotos, e também ressaltados no texto. A leitura conjunta desses elementos contribui para se evidenciar pontos nodais relacionados aos motivos pelos quais determinado projeto e, conseqüentemente, seu *Agente Mobilizador* devem ser reverenciados.

Os resultados alcançados pelas iniciativas são item relevante, como índices que as valorizam, bem como, os seus responsáveis. Essa questão que se mostra de forma exemplar na matéria “Projeto dá um golpe na exclusão social” (15/08/2001), por sua menção recorrente e posicionamento central na enunciação, como alguns trechos demonstram:

Sub-retranca: *Alunos conquistam títulos e fazem planos para o futuro .*

*O projeto, que inicialmente previa apenas o aprendizado do tae kwon do para os jovens do DIC 4, **ampliou suas dimensões e hoje atinge cerca de 500 crianças e adolescentes** da região dos DICs, com cursos de dança, e prática de futebol e capoeira, dança de rua [...].*

*[...] Ederson tem um problema de crescimento que as aulas do projeto 2000 estão ajudando a resolver, como terapia de apoio ao tratamento médico. [...] **À parte os benefícios que o tae kwon do já está trazendo para o seu desenvolvimento físico, Ederson é uma das revelações no aspecto puramente esportivo: é um dos 20 integrantes da turma de lutadores de elite do projeto de Luís Evangelista** e ocupa o terceiro lugar em sua categoria [...] no ranking geral dos lutadores do Estado de São Paulo.*

*Para Igor de Moraes, 13 anos, 8ª série [...] o Projeto 2000 ‘representa tudo e chegou na hora certa’. **Campeão paulista em sua categoria (infantil peso acima de 52 quilos)**, Igor diz que busca os valores que o tae kwon do ensina.*

Esses resultados ganham maior evidência quando ultrapassam a atividade principal da iniciativa e repercutem em outros domínios da vida dos destinatários, com ênfase para a assimilação de determinados valores e sua relação com a conquista de um emprego.

Bom resultado dentro e fora do tatame (título da sub-retranca)

*Os resultados positivos do Projeto 2000, de Luís Evangelista, têm aspectos que só podem ser medidos em toda a sua dimensão, no curso das vidas das crianças e adolescentes que hoje dele se beneficiam. Mas alguns bons frutos já vão sendo colhidos por muitos, **principalmente aqueles em idade de ingressar no mercado de trabalho.***

***Dezenas de alunos e alunas** de Luís e dos professores de sua academia integrados ao projeto **já obtiveram trabalho em empresas da cidade porque apresentavam** em seu ‘currículo’ itens que são muito*

caros aos empregadores: **a disciplina, a postura, a perseverança, o sentido de hierarquia, valores que nas aulas de tae kwon do são passados** com a mesma intensidade – ou talvez maior – do que os próprios fundamentos para defesa pessoal. **Em busca desses valores, muitas empresas chegam a recrutar seus jovens funcionários** entrando em contato direto com a academia de Luís Evangelista.

Nesse aspecto, destacam-se as palavras do *Agente Mobilizador*:

“A cidadania começa pela introjeção de valores e a inclusão social começa a acontecer quando esses valores passam a ser valorizados por terceiros com a oferta de empregos, por exemplo”, diz Luís Evangelista.

E aqui apresenta-se um sujeito que exemplifica uma idéia de cidadania associada à “introjeção de valores” que não são explicitados, mas que são lidos como aquilo que deve ser considerado por alguns que têm condições de oferecer um emprego a outros menos favorecidos: exemplo de cristalização de relações de poder vigentes.

Nesta matéria, como também em outras da seção, evidencia-se um discurso que transforma o *Agente Mobilizador* em responsável pela implantação de um projeto de ordem moral, voltado para pessoas situadas na enunciação como aquelas à margem da sociedade. Essas devem assimilar os valores transmitidos, como o caminho para que se tornem aptas a participar do mundo daqueles considerados como incluídos, a partir de uma visada que naturaliza o sistema e as relações dominantes vigentes:

Filosofia da luta é encarar a vida com integridade, perseverança e domínio sobre si (olho)

*Foi na busca de **transmitir esses valores** [...] que Luís percorreu as salas de aula da Escola Estadual de Primeiro e Segundo Grau Reverendo Eliseu, do DIC 4.*

Passamos a cobrar o resultado do aproveitamento escolar e eles têm sido ótimos, porque a disciplina e a perseverança exigidos aqui são fundamentais para o aprendizado na escola (15/08/2001).

*Pelo concurso de redação é que os voluntários da Escola Campineira de Cidadania **percebem o quanto os alunos assimilaram os conceitos**. “A maioria assimila muito bem”, diz Cássia e por mérito próprio [...].*

*Justus é um herói [...] um dos alter egos da advogada Luciana de Almeida, 32 anos, **em sua luta sem tréguas para inculcar noções básicas de cidadania***⁴² às crianças e adolescentes da cidade [...] (29/08/2001).

As menções ao vínculo religioso reforçam esse papel do *Agente Mobilizador* como transmissor de determinados valores para que uma população considerada à margem da sociedade tenha condições de se transportar para o grupo tido como incluído.

*A luta de Luciana é a mesma de sua colega, amiga desde a **juventude e irmã de culto evangélico**, a advogada Cássia Isabel Costa Mendes, 31 anos (29/08/2001).*

*“**Rezamos sempre o Pai Nosso, que é uma oração universal dos cristãos**, adotada por todos os cultos, porque temos crianças que vêm de famílias de várias religiões”, **explica a católica dona Nair**, que faz questão de dizer que o ensino religioso da Casa da Criança Luz do Amanhecer se restringe a falar da “da necessidade de amar a Deus e ao próximo”. “Procuramos falar todas as línguas do amor, sem distinção de religião, de sexo e de cor”, enfatiza dona Nair (05/09/2001).*

***Evangélico da Igreja Batista**, Gerre reuniu um grupo de jovens para ajudá-lo na busca de uma idéia do que fazer [...] ‘foi quando surgiu a idéia de formar uma banda com o pessoal da igreja para os meninos’, conta Gerre (24/10/2001).*

Na matéria “*Projeto dá um golpe na exclusão social*”, o valor religioso confere à iniciativa o sentido de atitude por obrigação ou gratidão em relação a Deus, por aquilo que tem recebido da vida:

“Deus tem me dado tudo e eu não faço mais do que a minha obrigação em retribuir, dando o que posso a quem precisa”, diz o católico Luís [...] (15/08/2001).

E naquela que aborda a Missão Caminho Pra Liberdade (24/10/2001), lê-se a criação do projeto com tal motivação, como incumbência de vida a ser cumprida no próprio nome da instituição.

Assim, apresentam-se indícios de que os “cidadãos 2001” são aqueles praticantes dos valores morais que pregam, o que endossa seu caráter de exemplo virtuosista para a

⁴² Nesta matéria, é importante comentar que a noção de cidadania se apresenta como se fosse restrita à luta pela efetivação ou aplicação da legislação e encontra seu ponto alto na “questão do voto consciente” que, segundo o enunciado, se traduz em conhecer bem os candidatos “para saber, por exemplo, quais são aqueles que prevêem políticas de efetivação do Estatuto da Criança e do Adolescente” (29/08/2001).

população. Questão que se evidencia também nas recorrentes citações à sua estrutura familiar.

Seu caráter exemplar se legitima e reforça quando as matérias abordam as relações com destinatários dos projetos. Os *Agentes Mobilizadores* são caracterizados como figura de autoridade e apoio. São apresentados como aqueles com os quais os destinatários se identificam e nos quais se espelham para a vida adulta.

“Às vezes eles mostram o boletim da escola primeiro para mim e depois para os pais”, conta Luís.

[...] além de professora de tae kwon do “para quem sabe poder fazer um trabalho bonito como faz o professor Luís”, Thamy também quer ser atriz (15/08/2001).

Vale mencionar momento em que o processo de identificação se mostra em sentido inverso, isto é, do *Agente Mobilizador* em relação aos destinatários, tornando-se motivação para implantação da iniciativa.

Luís Evangelista morava numa fazenda [...] na qual o pai era capataz e, todos os dias, depois das aulas no grupo escolar da cidade, passava em uma academia de artes marciais para ver os garotos lutando. “Achava tudo muito bonito, aqueles movimentos todos, mas só podia olhar, porque vinha de uma família carente e meu pai não poderia pagar as aulas [...]”.

Ali, ele viu um pedaço de sua história de infância se repetir: crianças e adolescentes, meninos e meninas do bairro rodeavam-no o tempo todo na frente da academia [...]. “Vi que estava na hora de fazer alguma coisa por aquela garotada. Eles mesmos despertaram em mim a vontade de ajudá-los”, conta Luís (15/08/2001).

Na matéria que relata o histórico de Gerre Nobre, a cena é apresentada de forma mais apelativa. Ele também se identifica com a população atendida e serve de exemplo para a sociedade, como na matéria sobre o projeto de tae kwon do, mas é aquele que vai além. Personifica a idéia de que conseguir sair de um universo de extrema carência e maus tratos só é possível com auxílio “de um projeto”, cujo sucesso em sua “reinserção social” lhe impõe a tarefa de salvação de outros, como um dia ele foi salvo.

*À parte os inúmeros casos de sucesso na reinserção social que a **Missão Caminho pra Liberdade** e seus meninos obtiveram nesses seus oito anos de vida, o fundador e diretor da instituição, Gerre Francisco Nobre, **é ele próprio um exemplo de que isso é possível, desde que exista um projeto.** A instituição em que ele foi criado [...] tratava as crianças sem dar-lhes qualquer individualidade [...]. Mas, na adolescência, ele teve a sorte de participar de um projeto inovador [...]. E foram as decisões pessoais de Gerre Francisco Nobre, **agora não mais um número**, que o*

*fizeram deixar o orfanato na pequena cidade fluminense de Conceição do Macabu, **ganhar o mundo, estudar, casar, ter filhos e ajudar crianças e adolescentes muito parecidos com ele quando criança a reescreverem sua própria história, como ele reescreveu*** (24/10/2001).

A idéia de realização de um sonho, como se observou na Coluna Social, também é recorrente aqui. De modo geral, as iniciativas são apresentadas como a efetivação de um desejo dos *Agentes Mobilizadores*, voltado para o auxílio de outras pessoas.

Promove-se um sentido de individualização e propriedade do projeto em detrimento de um trabalho desenvolvido em conjunto com aqueles para os quais é voltado. Embora destinado para determinada coletividade, parte de um desejo particular, da visão idealizada que o *Agente Mobilizador* possui para essa comunidade.

*Os resultados positivos do Projeto 2000, **de** Luís Evangelista* (15/08/2001).

*O projeto, denominado Escola Campineira de Cidadania [...] foi desenvolvido, na verdade, **a partir de um antigo projeto do então presidente** da subsecção da OAB-Campinas, Aderbal Bergo [...]. “**O nome, inclusive, vem do projeto do doutor Aderbal**”, conta Luciana, “mas, **nós tínhamos um outro embrião de projeto, chamado Cidadão do Futuro [...] e o doutor Aderbal resolveu dar o apoio da OAB, colocando, de certa forma, o nosso projeto na frente do dele**”* (29/08/2001).

*Admiradora **da obra de dona Nair e conhecedora de sua intenção** de amparar as crianças carentes da região [...]* (05/09/2001).

Em matéria que divulga a premiação do Cidadão 2001 (Correio Popular, 18/12/2001):

*O educador e teólogo Gerre Francisco Nobre afirmou que o prêmio é uma **coroação para seu sonho** de cuidar das crianças de rua. “Estou muito honrado”, disse.*

A idéia de ação contínua se explicita em algumas matérias, no *box* perfil. Além do sonho realizado, há um novo desejo a ser efetuado, como uma vontade pessoal desse agente.

Sonho: desenvolver um projeto voltado para o atendimento integral da criança carente, contemplando tanto o lado material quanto o espiritual. (Perfil: Cássia Isabel Costa Mendes – Escola Campineira de Cidadania – 29/08/2001).

Sonho: todas as pessoas terem uma oportunidade de emprego, com o qual possam sustentar suas famílias e viver uma vida mais digna. (Perfil: Luciana de Almeida – Escola Campineira de Cidadania – 29/08/2001).

No caso da Casa da Criança Luz do Amanhecer, embora o sonho citado no perfil também trate da ampliação de atendimento assistencial, o sentido se amplia para outras relações e contextos simbólicos, que implicam maior reconhecimento da individualidade de seus destinatários:

*Sonho: Conseguir, um dia, instalações mais adequadas e o apoio de profissionais para melhorar e ampliar a ajuda aos mais necessitados e, **sobretudo, que cada criança que passe por nossa Casa, desenvolva os seus talentos, cresça como pessoa e possa levar uma vida digna** (05/09/2001).*

Outro aspecto relevante em relação aos *Agentes Mobilizadores* é sua valorização pela manutenção de relações com pessoas e instituições de destaque na comunidade local, conforme apresentado no *topos* instâncias de apoio. Estas transferem, na enunciação, seu *status* social para os gestores e iniciativas por meio de seu endosso, apoio e contato.

Essa situação se alia a um discurso de eficácia, ancorado no aproveitamento de oportunidades, no planejamento e organização prévia dos trabalhos a serem executados em que se verifica a ênfase por resultados citada anteriormente.

Esta idéia de eficácia também se lê no histórico de sucesso dos *Agentes Mobilizadores* que conseguem se deslocar de uma condição inicial de precariedade para uma posição de empreendedores bem-sucedidos no ramo de negócios em que atuam.

Gerre tinha 7 anos de idade quando sua mãe o internou em uma instituição para crianças órfãs e desamparadas, onde ficou até os 18 anos [...].

Em 1990, Gerre Francisco Nobre, então há dez anos morando em Campinas (onde se tornara micro-empresário, proprietário de uma micro-indústria de materiais para laboratório) [...] (24/10/2001).

Ex-menino carente no Paraná, Luís Evangelista sonhava em aprender artes marciais [...].

E Luís Evangelista não só se tornou um praticante desta milenar arte marcial coreana, como também um professor de renome em Campinas (15/08/2001).

Os agentes mobilizadores são apresentados na enunciação como pessoas de sucesso em sua vida pessoal e que garantem a implantação, ampliação e resultados de um projeto assistencial e/ou de “esclarecimento” de uma população para um “melhor funcionamento da estrutura social” (Correio Popular, 18/11/2001). Por meio das relações e atitudes que desenvolvem, alcançam, supostamente, a transmissão dos valores, conceitos e objetivos desejados.

Como contraponto à eficiência e organização que se lêem nas outras matérias estudadas na seção em estudo, na narrativa sobre a Casa da Criança Luz do Amanhecer (05/09/2001), a *Agente Mobilizadora* é apresentada como aquela que continua a viver no mesmo ambiente precário que os destinatários do trabalho que desenvolve.

Iniciativa que começou, no Dia das Crianças, com a realização de festa anual para a comunidade e distribuição de alimentos que sobravam do evento para a população de regiões vizinhas. A ação se estendeu para a distribuição semanal de uma sopa e culminou na criação de uma creche.

Aqui, embora o histórico seja apresentado como um processo em contínuo desenvolvimento, com ampliação e diferenciação do atendimento, a enunciação marca de forma recorrente o ambiente precário com associações pejorativas. E salienta a instabilidade do meio e das condições em que se realiza o trabalho, como se observou em trechos anteriormente mencionados, além deste transcrito abaixo:

Era um trabalho totalmente espontâneo, com uma organização mínima, como dona Nair reconhece, mas que, “afinal, aliviava a fome, pelo menos nas tardes de sábado”, daquelas pessoas que vinham à sua porta.

A forte menção à alimentação, com detalhamento de ingredientes das refeições servidas e jogo de palavras em títulos e legenda, reforça a imagem de um cenário de extrema miséria, o que supostamente justifica o enfoque na enunciação em demonstrar que o projeto se vale pela satisfação de necessidade vital e primária da população atendida, como auxílio para sua subsistência.

Amor e atenção são os pratos principais na casa Luz do Amanhecer, onde são atendidas cerca de 60 crianças carentes dos 3 aos sete anos

A garotada na hora do ‘sopão’: reforço na alimentação e aprendizado

O “sopão da dona Nair” como passou a ser chamado, à base de macarrão, carne e legumes [...], passou a ser servido todos os sábados, para quem chegasse primeiro.

Além de tomar um café da manhã logo que chegam, as crianças da primeira turma, que entra às 7h30, brincam, aprendem cantigas

*tradicionais, pintura (em pano e vidro), confeccionam brinquedos e bonecos a partir de material reciclado, **tem um lanche no meio do período e almoçam às 11h.** A turma da tarde, que entra às 12h30, **chega e já almoça, toma um café da tarde às 15h30 e, entre 16h e 16h30, levam, no vasilhame que dispuserem, uma quantidade de sopa para toda a família [...].***

***O cardápio das refeições,** sempre à base de arroz e feijão ou macarrão, tem como mistura o que a instituição pode conseguir, mas nunca falta pelo menos uma carne de frango e algum legume.*

Assim, pode-se dizer que a valorização desta *Agente Mobilizadora*, embora inserida em uma enunciação destitutiva, se resolve pelo acento à precariedade ainda maior em que vivem aqueles com os quais contribui, o que justifica a ação de assistência.

O texto se fixa em pontos que salientam as carências do ambiente e dificuldades por que passa esta agente e suas apoiadoras diretas, o que gera uma idéia de ação por sacrifício e remete à figura de uma mártir que vive pela salvação de seu povo. É aquela que se destaca entre os seus justamente porque, embora vivendo situação semelhante, encontra meios para lhes ajudar e oferecer oportunidades de auxílio, como se verifica em trechos já transcritos e, também, nos citados abaixo:

Mulher, negra e pobre, D. Nair é exemplo de que se pode fazer muito com pouco

***A obra, levada com muita dificuldade** por dona Nair e suas bravas companheiras de ação voluntária [...].*

*[...] **todos os dias são especiais e de muito trabalho** para dona Nair Ricardo da Silva, servidora municipal **aposentada por invalidez** (teve um câncer e problemas de coluna que a afastaram do trabalho) que, à frente de um grupo de mulheres abnegadas, **toca uma obra social** que ampara, alimenta e procura restituir a dignidade de cerca de 60 crianças e adolescentes carentes **de uma das regiões mais pobres de Campinas.***

Além da pobreza ser associada a um ambiente destituído quando há aspectos simbólicos socialmente positivados, estes são mencionados como um fato e situação extraordinários, algo que precisa ser evidenciado ou comentado.

*[...] Nessa data, como faz há mais de 20 anos, dona Nair fechará o quarteirão em que mora [...] e fará uma festa para ela e para todas as crianças da vizinhança e suas famílias – e mais gente que vem desde as ruas mais próximas até outros bairros da região Sul de Campinas [...]. **E haverá, com certeza, muita confraternização entre todos [...].***

Porém, é neste trabalho realizado em um ambiente precário e apresentado como aquele cujo enfoque se dá para a satisfação de necessidades básicas, que se encontram mostras de relações mais democráticas e de maior respeito a apoiadores, com delegação de tarefa e voz. Além de maior atenção aos destinatários, embora estes ainda sejam apresentados como sujeitos sem voz:

Mas isso, é claro, não bastava – nem para as pessoas que se alimentavam da sopa nem para as voluntárias reunidas em torno de dona Nair [...].

*Dona Nair, Luciana, Neuza Maria, dona Maria Francelina, Geovana, Alessandra, Eva e Regiane **viram que era preciso fazer mais** do que distribuir o sopão dos sábados. Então, há pouco mais de três meses, **deram início** ao projeto Casa da Criança Luz do Amanhecer.*

Outro aspecto que se lê nas entrelinhas – justamente no reforço como algo heróico ou extraordinário – é o fato de alguns dos *Agentes Mobilizadores* saírem de um lugar de potenciais destinatários de ações de benevolência, passando a um posicionamento de contribuição e ação sobre o meio em que vivem, como é o caso de Nair Ricardo da Silva e Gerre Francisco Nobre.

Evidencia-se que o Cidadão 2001 é o *Agente Mobilizador* que atua em prol da comunidade, segundo princípios de solidariedade e bem comum, por meio de projetos e iniciativas sociais, desenvolvidos por pessoas da comunidade. Nesse cenário, sua valorização também faz parte de uma enunciação que enaltece a própria empresa jornalística, por meio da iniciativa de dispor de seu espaço editorial para divulgar tais ações.

Esses cidadãos e seus trabalhos estão sendo reconhecidos e somente mais amplamente expostos por uma ação da instituição midiática, que é viabilizada a partir das “boas” relações que esta mantém com uma outra empresa, que financia a seção. Uma intervenção na realidade do mundo que valoriza o veículo pela elaboração e viabilização do projeto Cidadão 2001.

Considerando as afirmações apresentadas, o lugar do agente mobilizador dos projetos divulgados pela coluna pode ser dividido de duas maneiras:

- Uma se refere à caracterização como exemplo a ser seguido: seja pelo sacrifício que faz para melhorar a vida de outros, seja pela transmissão de valores sobre direitos e deveres a serem cumpridos, o que levaria à melhoria da sociedade, seja pela superação de uma situação de precariedade e oferecimento de oportunidade a outras pessoas a transpor esse limiar entre a precariedade e condições de vida mais adequadas, o que é expresso nesses textos como reinserção ou inclusão social.
- Outra: como elemento central na narrativa de promoção de uma determinada imagem e atributos associados à empresa jornalística.

Topos genérico

A destituição do poder político das ações em sociedade

Como se observou na análise até aqui, o destaque conferido ao *topos* na cena enunciativa mostra-se variável. Quando o texto enfoca a visita de uma celebridade, na Coluna Social, por vezes o *Agente Mobilizador* ou o projeto por ele desenvolvido é rapidamente mencionado, por outras, ganha maior espaço e contribui para validação da cena principal, por intermédio da apresentação de uma cena de fundo.

Participa também como lugar central, quando a enunciação se apresenta na forma de entrevista exclusiva como o mesmo, na Folha, e, no Correio, como o cidadão modelo a ser prestigiado pela seção. Verifica-se aí maior exploração do ambiente precário vivido, quando o histórico permite. Porém, independente do enfoque, apresentam-se alguns aspectos recorrentemente observados e que contribuem para uma caracterização genérica do lugar ocupado em uma cena enunciativa mais ampla.

De maneira geral, o *Agente Mobilizador* participa da enunciação como fonte de informações que contribuem para a ancoragem do texto na vida cotidiana. Ou como se pode falar com apoio em Gomes (2000 :53), verifica-se que o *topos* se integra ao processo de legitimação do discurso jornalístico por meio de sua função referencial que confere o aval de que seu testemunho é verdadeiro.

Nesse aspecto, quando se posta como referência e palavra de autoridade sobre o ambiente em que atua, apresentando dados, comparações, opiniões e julgamentos, ouve-se a voz do especialista, da pessoa “esclarecida”, dotada de conhecimentos e apta a falar em nome de uma população sem voz: aquela composta pelos destinatários dos projetos que coordena.

Marilena Chaui contribui para se pensar nas características hierarquizadoras de poder que esse discurso adquire sobre esses destinatários.

“A ideologia considera que a elite está no poder não só porque detém os meios de produção, os postos de autoridade e o Estado, mas porque possui competência para detê-los. A elite detém o poder porque possui o saber” (grifos da autora).

“A elite, diz a ideologia dominante, possui o monopólio do saber e do poder. É constituída não só pelos poderosos, mas pelos especialistas, a elite perfeita sendo aquela na qual o especialista é o poderoso, pois cria os objetos do saber e com eles os instrumentos do poder. Ora, isto significa, por um lado que a ‘Massa’ está desprovida de saber, de fato e de direito, é considerada vazia, passiva, inculta, ignorante, incompetente, precisando ser guiada, dirigida e ‘educada’ (o que seria feito por uma Cultura de e para a Massa, forma menor da cultura dominante, outorgada pela elite). Por outro lado, significa que a ‘Massa’, de facto e de jure, está despojada de

poder sendo por isso potencialmente perigosa, precisando ser vigiada e disciplinada (e, novamente, por meio de técnicas de disciplina e de vigilância, entre as quais uma Cultura para a Massa, preparada pela elite)” (1986 : 29).

Com isso, apresenta-se uma das facetas do *Agente Mobilizador*: a do especialista dotado da palavra de verdade e conhecimentos sobre um outro lugar em que atua, mas que não é, ou que deixou de ser, o seu.

Quando este figura como elemento central da enunciação, assume o lugar do herói. A associação é explícita na Coluna Social por meio da inserção de um *box* composto por elementos que remetem a um personagem de trama ficcional, como o estudo de Vladimir Propp (1983) contribui para evidenciar.

Propp apresenta a definição das unidades mínimas que compõem a estrutura narrativa dos contos populares russos e os atributos a elas conferidos. Entre as funções⁴³ que elenca, algumas podem ser relacionadas aos principais itens desse *box*:

Box - Coluna Social	Funções - Propp
Missão	Expedição e aceite do herói em agir para a reparação de uma falta ou malfeitoria
Inimigo	Agressor causador dessa falta ou malfeitoria
Disfarce	Período em que o herói se mantém incógnito para depois “transfigurar-se” e ser reconhecido como tal
Poderes especiais	Objetos mágicos recebidos pelo herói

De início, o *box* pode ser visto como um elemento discursivo que confere maior descontração ao texto, que é marcado, em grande parte, pela transferência da responsabilidade da enunciação para o *Agente Mobilizador*, como se apresentasse uma

⁴³ Propp identifica as seguintes funções nos contos estudados: 1)Afastamento de um dos membros da família ; 2)Interdição: imposta ao herói; 3)Transgressão: à interdição; 4)Interrogação: agressor tenta obter informações sobre sua vítima; 5)Informação - é recebida; 6)Engano - agressor engana a vítima; 7)Cumplicidade esta se deixa enganar; 8)Malfeitoria - feita pelo agressor; 8a)Falta - algo a um dos membros da família; 9)Mediação - a notícia da malfeitoria ou da falta é divulgada, o herói é enviado em expedição; 10)Início da ação contrária - o herói-que-demanda aceita agir; 11)Partida - o herói deixa a casa; 12)Primeira função do doador - o herói passa por uma prova que o prepara para o recebimento de um auxiliar mágico; 13) Reação do herói às ações do futuro doador; 14)Recebimento do objeto mágico - pelo herói; 15)Deslocamento no espaço entre dois reinos: o herói é levado perto do local onde se encontra o objeto da sua demanda; 16)Combate - entre o herói e seu agressor; 17)Marca - recebida pelo herói; 18)Vitória - sobre o agressor; 19)Reparação - da malfeitoria ou a falta; 20)Volta - do herói; 21)Perseguição - do herói; 22) Socorro - do herói; 23)Chegada incógnito - do herói; 24)Pretensões falsas -de um falso herói; 25)Tarefa difícil - é proposta ao herói; 26)Tarefa cumprida; 27)Reconhecimento - do herói; 28)Descoberta - do falso herói ou agressor; 29)Transfiguração - o herói recebe nova aparência; 30) Punição - do falso herói ou agressor; 31)Casamento - do herói, que sobe ao trono (Propp, 1983 : 67-115).

realidade sem mediação, ao citar a palavra daquele que vive o cotidiano relatado, em discurso direto⁴⁴.

Porém, ao se considerar que sua inserção contribui para a formação de sentidos do texto, leva-se ao questionamento da inserção deste *box* como algo alegórico ou adorno, o que justifica maior atenção aos elementos que o compõem. Entre estes, destacam-se aqueles que mais contribuem para uma caracterização do *topos* em estudo:

⁴⁴ Para Jacqueline Authier-Revuz, o discurso direto “não é nem ‘objetivo’ nem fiel; [...] ele não pode ser considerado como ‘objetivo’, na medida em que reproduzir a materialidade exata de um enunciado não significa restituir o ato de enunciação - do qual o enunciado é (apenas) o ‘núcleo’ - na sua integralidade” (1998 :134), de onde endossamos a afirmação desse discurso como aparentemente objetivo e transparente, embora seja um elemento de ancoragem do enunciado na realidade do mundo.

“Função”	Atributos - Coluna Social
Disfarce ⁴⁵	<ul style="list-style-type: none"> - líder comunitária (30/08/2001); - professor de tênis (27/09/2001);
Missão	<ul style="list-style-type: none"> - melhorar a qualidade de vida de portadores de deficiência física do Itaim Paulista, zona leste de SP (30/08/2001) ; - dar aulas de tênis para adolescentes em situação de pobreza (27/09/2001); - ensinar samba e pagode para jovens carentes (11/10/2001);
Inimigo	<ul style="list-style-type: none"> - preconceito (30/08/2001); - falta de motivação (27/09/2001); - violência (11/10/2001);
Poderes especiais	<ul style="list-style-type: none"> - sua ONG (30/08/2001); - toca instrumentos de corda e percussão (11/10/2001);
Armas	<ul style="list-style-type: none"> - organização e conversa (30/08/2001); - malhação e disciplina (27/09/2001); - ritmo e letras (11/10/2001);
Acessórios	<ul style="list-style-type: none"> - cadeira de rodas (30/08/2001); - raquete e bolinhas (27/09/2001); - pandeiro, cavaquinho, cuica, tambor e outros (11/10/2001).

Ao se observar aquilo que se associa a cada item destacado, subentende-se, na idéia de **Disfarce**, que a atuação na comunidade não é a causa de sua heroificação, é uma máscara para o que realmente são na essência: heróis que enfrentaram condições hostis, e que agora vêm em auxílio de outros que se encontram em situação similar àquela vivida anteriormente.

No lugar dos **Inimigos** são citados elementos abstratos, de difícil apreensão e de localização genérica. No entanto, se por um lado o opositor apresentado se torna algo de proporção muito abrangente que dificulta a visão de uma ação efetiva a ser combatida, por outro, aquilo que é relacionado à **Missão**, termo que em si dá a idéia de trajetória de vida, restringe o significado da atuação dos *Agentes Mobilizadores*, ao focá-la em um ambiente específico, com raio de ação pequeno ou descontextualizado.

Essa cena remete à afirmação de Zygmunt Bauman: “Quando a complexidade da situação é descartada, fica fácil apontar para aquilo que está mais à mão como sendo causa das incertezas e ansiedades modernas”⁴⁶.

Ao se pensar nos **Poderes Especiais**, tem-se a idéia de dom, algo recebido. Assim, a caracterização da ONG como um poder especial desloca o significado de um trabalho intenso

⁴⁵ Nem todos os textos apresentam os mesmos itens.

⁴⁶ Zygmunt Bauman em entrevista a Maria Lúcia Garcia Pallares-Burke para o Caderno Mais. Folha de S. Paulo (19/10/2003)

de enfrentamento coletivo de problemas sociais – como o texto deixar entrever – para o patamar da dádiva, de algo cujo poder vem de um outro lugar que não o da ação e o da mobilização.

Os itens apresentados como **Armas e Acessórios**, pensados como aspectos que contribuem para a realização da Missão são elementos simples do cotidiano, por meio dos quais o agente pode aplicar seu dom em prol do auxílio a ser realizado. Levam a subentender a idéia de força de vontade e criatividade como atributos inerentes ao *topos*, o que contribui para seu engrandecimento como herói.

Pelo exposto, observa-se que, sob uma aparência de leveza, a inserção desse *box* remete a questões importantes ao se falar em atitudes de participação e transformação social.

Propp contribui para a observação desse processo de heroificação, não apenas no *box*, mas também diluído no corpo das matérias. O autor afirma que:

“Podemos chamar conto maravilhoso, do ponto de vista morfológico, a qualquer desenrolar de acção que parte de uma malfeitoria ou de uma falta (a), e que passa por funções intermediárias para ir acabar em casamento (W) ou em outras funções utilizadas como desfecho. A função-limite pode ser a recompensa (F), alcançar o objecto da demanda ou, de uma maneira geral, a reparação da malfeitoria (K), o socorro e a salvação durante a perseguição (Rs), etc. [...]” (Propp, 1983 : 144).

Dessa forma, traça-se aqui um quadro comparativo que permite a visualização das associações entre a fala de Propp e aspectos observados nas matérias:

Conto maravilhoso	Coluna social - foco herói e Cidadão 2001
Desenvolvimento da ação parte de uma malfeitoria ou uma falta	<ul style="list-style-type: none"> - Situação de carência vivida pelos <i>Agentes Mobilizadores</i> na infância ou ambiente atual; - Destinatários, como aqueles que demandam o auxílio do herói para saírem ou lidarem com a situação de pobreza, carência, criminalidade e/ou problemas de ordem física ou mental;
Funções intermediárias	<ul style="list-style-type: none"> - Enfrentamento das dificuldades para manutenção dos projetos;
Objeto da demanda e reparação da malfeitoria	<ul style="list-style-type: none"> - Oportunidades oferecidas pelos projetos aos destinatários; - Oportunidades oferecidas aos agentes, quando em situação precária; - Resultados apresentados dos projetos.
Função-limite/recompensa	<ul style="list-style-type: none"> - Mudança de posição social quando se pensa nos <i>Agentes Mobilizadores</i> como heróis-vítima; - Valorização como modelo/exemplo para a sociedade; - Visibilidade midiática.

Esse trajeto para demonstrar a heroificação do *Agente Mobilizador* no discurso jornalístico faz-se com o intuito de levantar as implicações dessa construção para o modelo de ação social que é apresentado como ideal e assim também suas implicações para o debate promovido.

Kothe (2000 : 7-8) contribui para afirmar a relevância de tal reflexão ao dizer que, enquanto dominante na narrativa, o herói é estratégico para entendimento do texto como contexto estruturado verbalmente. Esta questão, segundo o autor, atinge a todas as narrativas, seja qual for o seu veículo.

Para ele, se as obras literárias “são sistemas que reproduzem em miniatura o sistema social, o herói é a dominante que ilumina estrategicamente a identidade de tal sistema”. Assim, “rastrear o percurso e a tipologia do herói é procurar as pegadas do sistema social no sistema das obras” (ibid. : 8).

Segundo Kothe (ibid. : 10), os textos conferem um determinado enfoque em relação à extração social dos personagens, que envolve sempre uma postura política da obra. Essa situação evidencia-se nas matérias em estudo, com reforço na diferenciação de tratamento na enunciação dependendo da origem e ambiente em que vivem os *Agentes Mobilizadores*, e também instâncias de apoio dos projetos, o que aponta para o direcionamento do discurso promovido.

Quando a história do *Agente Mobilizador* baseia-se na superação de um período de dificuldades, vivido em um cenário marcado pela precariedade, esta primeira cena é associada a elementos como sujeira, inação, violência física e simbólica, desordem latente, entre outros. Quando esse agente transpõe esse ambiente e passa, de alguma forma, a contribuir com a comunidade, sua ação adquire um caráter de excepcionalidade, como algo possível apenas para poucos.

Quando o herói se destaca de seu meio, mas ainda assim é alguém que se mantém nele, além de seu feito ser apresentado como ação “fora do comum”, a cena enunciativa é construída, na maioria das vezes, em torno de sua apresentação como alguém inserido em um ambiente alternativo, mas ainda fora de um modelo padrão, em uma condição à margem, o que remete a Bauman (1998 : 13) quando trata de uma pureza a ser protegida contra as disparidades genuínas ou imaginadas:

“O oposto da ‘pureza’ – o sujo, o imundo, os ‘agentes poluidores’ – são coisas ‘fora do lugar’. Não são as características intrínsecas das coisas que as transformam em ‘sujas’, mas tão somente sua localização e, mais precisamente, sua localização na ordem de coisas idealizada pelos que procuram a pureza [...]” (ibid. : 14).

Ele argumenta que:

“No mundo pós-moderno de estilos e padrões de vida livremente concorrentes, há ainda um severo teste de pureza que se requer seja transposto por todo aquele que solicite ser ali admitido: tem de mostrar-se capaz de ser seduzido pela infinita possibilidade e constante renovação promovida pelo mercado consumidor, de se regozijar com a sorte de vestir e despir identidades, de passar a vida na caça interminável de cada vez mais intensas sensações e cada vez mais inebriante experiência. Nem todos podem passar nessa prova. Aqueles que não podem são a ‘sujeira’ da pureza pós-moderna” (ibid. : 23).

Na análise do papel ocupado pelo *Agente Mobilizador* como herói, pode-se pensar no cenário inicial como um momento que o aproxima daqueles com os quais busca contribuir. Um meio de criação das bases que propiciam maior entendimento do ambiente em que o herói atua ou atuará. De forma geral, a sua caracterização, quando oriundo de ambientes pobres, pode ser associada a um posicionamento daqueles que se situam no lugar do “baixo que se eleva e se mostra grandioso apesar dos pesares” (Kothe, 2000 : 13).

A inserção desse *Agente Mobilizador* em um ambiente tido como “baixo” é apresentada como casualidade de vida, e, na enunciação, as relações que eles travam com este cenário enfocam uma mudança de posição ou uma caracterização que, de alguma forma, os diferencia. Nessa posição, de algum modo oposta a esse meio Outro, seu papel passa a ser o de auxiliar outros sujeitos nele inseridos, mas sempre em direção à sua inclusão por um ponto de vista dominante, situação ressaltada como positividade e virtude.

Pode-se pensar na figura do *Agente Mobilizador* – no papel de mediação entre mundos – como o intermediário entre o cenário dos incluídos e o dos excluídos, para a conduzir estes à qualidade daqueles, por meio dos projetos que desenvolvem e que se apresentam como o caminho para essa transposição.

Tal situação remete àquilo que Jean-Pierre Vernant (1998) aborda sobre o mito de Ártemis, deusa iniciadora que marca um ritual de passagem que encaminha os mais novos à idade adulta, o selvagem ao civilizado, que atua em locais e situações limítrofes, mas que mantém os limites bem definidos, como aponta o autor: “Ártemis é a curótrofa por excelência”. Ela conduz os filhos dos homens até o limiar da adolescência, que eles deverão ultrapassar com sua concordância e ajuda para chegar à plena sociabilidade, segundo modelos preestabelecidos “para que a mulher e o homem adquiram identidade social em conformidade com os outros” (Vernant, 1988 : 21).

Outro enfoque que se associa com o *topos* é o momento em que a alteridade de Ártemis adquire o sentido de traduzir “a capacidade que a cultura implica de integrar o que lhe é estranho, de assimilar o outro sem com isto tornar-se selvagem. O outro como elemento constituinte do mesmo, como condição da própria identidade”. Segundo Vernant, Ártemis conduz os jovens, “dos confins ao centro, da diferença à similitude [...] instituindo – para todos que no início eram diferentes, opostos ou mesmo inimigos – uma vida comum num grupo unido de seres idênticos entre si” (ibid. : 31). Situação que, com algumas exceções, pode ser transposta para maioria das matérias estudadas, o que faz pensá-las da forma como Kothe (2000 : 70) aborda as narrativas triviais de direita:

“Nas narrativas triviais de direita aparece a diferença entre o socialmente alto e o baixo, como nas obras clássicas, mas procurando criar, provocar e reforçar uma fascinação não-crítica do baixo pelo alto. Para tanto, a classe alta não precisa aparecer nem atuar diretamente: basta que os valores e os interesses que ela representa sejam os preponderantes. São narrativas triviais por causa das características [...] quanto ao automatismo de sua estrutura profunda: são incapazes de apreender ou mostrar a natureza contraditória e complexa da realidade”.

A função básica do herói nesse tipo de narrativa é sempre a mesma:

“Ele é o defensor da lei. A lei é, para ele, aplicação da justiça. E a lei que ele defende – geralmente a favor do governo, mas podendo inclusive fazer com que ele em algum momento se volte contra um representante governamental – é, por baixo de todos os mil escamoteamentos, a lei da propriedade privada, a lei da estrutura vigente nesta sociedade. A própria lei não é vista como gerada em função de certos interesses e não de outros etc.” (Kothe, 2000 : 70).

Esta menção se faz notar, nas matérias da coluna Cidadão 2001 de forma particular, principalmente em relação às constantes referências a valores conservadores. Entre elas destaca-se aquela sobre a Escola Campineira de Cidadania (20/08/2001). Embora a narrativa traga as *Agentes Mobilizadoras* mais como especialistas, estas são identificadas como heroínas na promoção de um discurso que aborda a lei como valor incondicional:

direitos e deveres que devem ser conhecidos e praticados, mas cuja apresentação exclui sua inserção em um processo maior de instituição da legalidade, que os faz sujeitos a contestações e discussões. Situação em que a crítica de Telles (2001 : 79) é importante contraponto:

“Numa sociedade que não foi submetida à ‘revolução igualitária’, a incivilidade cotidiana opera como uma espécie de curto-circuito entre a igualdade prometida pela lei e os códigos que ordenam a experiência que os indivíduos fazem da sociedade. Ao contrário do que sugere a imagem da oposição entre o Brasil legal e o Brasil real, não se trata de leis que não funcionem e que são como que revogadas sociologicamente por uma realidade que não se ajusta à racionalidade abstrata das regras formais. A persistência de desigualdades hierarquizadas não tem a ver com dimensões da vida social que estariam subtraídas ao império da lei. Ao contrário disso, a lógica das discriminações opera no modo mesmo como a legalidade se institui na sociedade brasileira. Todo o problema parece estar precisamente na vigência de um mundo legal que não chega a plasmar as regras da civilidade e os termos de uma identidade cidadã, de tal modo que hierarquias são repostas onde deveriam prevalecer os valores modernos da igualdade e da justiça”⁴⁷

Na Coluna Social da Folha, os *Agentes Mobilizadores*, quando heróis, são apresentados de forma mais contraditória, o que remete à abordagem de Kothe (2000 : 13) sobre os grandes personagens:

“Todo grande personagem é uma união de contrários: ele é o alto cuja grandeza está na baixa, ou é o alto que cai e readquire grandeza na queda, ou então é o baixo que se eleva e se mostra grandioso apesar dos pesares. Quanto maior sua desgraça, tanto maior sua grandeza. A sua desgraça não é mera choradeira, mas duro aprendizado da ‘condição humana’, transcendendo a doutrinação que lhe é inerente”.

Em geral, são personagens mais complexos: ratificam valores dominantes por meio de posicionamentos enunciativos que os colocam em concordância com os mesmos, porém, em alguns casos, deixam entrever maiores vestígios de outras estruturas sociais possíveis e valorização de discursos subjacentes diferentes daqueles apresentados pelas elites como padrão naturalizado para a sociedade.

⁴⁷ A matéria publicada na Folha de S. Paulo em 13/05/2001 é exemplar da constituição de uma legalidade que reforça a desigualdade. O texto fala sobre a AMAR - Associação de Mães e Amigos da Criança e do Adolescente em Risco - instituição criada por mães cujos filhos são internos da FEBEM, e traz citação de uma dessas mães que demonstram essa hierarquização ao comentar o porquê da não internação de filhos de famílias de classe média nessa instituição: “Os adolescentes de classe média também cometem delitos, alguns graves, mas não há nenhuma mãe no cadastro social da AMAR. ‘Eles nunca vão parar lá. A família providencia um advogado para retirá-los ainda na delegacia. Essa mãe que culpam geralmente é uma mulher que teve que sair às 5h para trabalhar, sem ter uma creche onde deixar o filho, uma escola de qualidade’ [...]”

Vale ressaltar que, nesta seção, de forma geral, são as perguntas feitas pelas jornalistas que direcionam o tom de uma narrativa “trivial de direita” à enunciação. Elas evidenciam o caráter de excepcionalidade em relação às ações relatadas, o que endossa a idéia de que o lugar natural para a ação e relações mais igualitárias ou democráticas é o das classes altas, e que, quando vindas de outro local, são um fato extraordinário.

Pelo exposto, embora essas narrativas possam ser consideradas como triviais pela definição de Kothe⁴⁸, a apresentação dos *Agentes Mobilizadores* se faz como heróis mistos de trivialidade e características próximas às de heróis clássicos. Mas, mais do que essa classificação, o que importa é pensar nos elementos associados que permitem tal afirmação.

“O herói épico é um herói potencialmente trágico, mas é um herói cuja história deu certo [...]” (2000 : 23).

“O que ajuda a engrandecer o herói épico é a sua dimensão trágica. O herói épico é o sonho de o homem fazer a sua própria história; [...] o herói trivial é a legitimação do poder vigente [...]” (ibid. : 15).

Com base em Sidney Hook (1962), argumenta-se que essa construção em torno do herói implica ainda outras questões de extrema importância para se pensar a qualidade do debate público promovido nessas colunas. Entre elas: a falta de consciência do poder político das ações executadas, além da idéia de depósito da responsabilidade do agir em sociedade em alguns “salvadores”, em detrimento de uma ação coletiva ou deliberada coletivamente.

De forma geral, a consciência do potencial político das ações executadas se mostra ausente das falas dos *Agentes Mobilizadores*: não mencionada ou sublimada por uma idéia de atitudes por missão de vida, gratidão a Deus ou por auxílio recebido e por sua identificação com os destinatários.

Como exceção, cita-se a matéria “Deficiente cria ONG com cara e coragem”, da Coluna Social (30/08/2003), em que se verifica maior consciência do poder político do trabalho desenvolvido, mas de maneira subentendida pelo teor das ações realizadas e não pela abordagem direta e aprofundamento da questão.

Esse posicionamento dos *Agentes Mobilizadores* leva à comparação com o homem-momento⁴⁹ mencionado por Hook naquilo que diz respeito à falta de consciência do potencial

⁴⁸ O autor define como trivial aquela “narrativa que se caracteriza pela natureza repetitiva e automatizada do seu enredo, dos seus personagens e dos valores em torno dos quais eles se movimentam” (Kothe, 2000 : 92).

⁴⁹ O homem-momento: é qualquer homem cujas ações tenham influenciado desenvolvimentos subseqüentes numa direção completamente diferente daquela que teria sido seguida se essas ações não tivessem sido perpetradas. “O simples homem-momento desempenha um papel na História semelhante ao do pequeno holandês que tapou com o dedo o buraco dos diques e salvou a cidade” Esse acontecimento teve enorme significação para a vida da comunidade, “mas as qualidades requeridas para enfrentar a situação eram de uma distribuição francamente comum. Aqui, por assim dizer, tropeça-se na grandeza, exatamente como se poderia tropeçar num tesouro que resgatará uma cidade” (Hook, 1962 : 130-131).

político e transformador de suas ações. Ele diz que “o simples homem-momento, cujo dedo tampa um orifício ou dá o tiro que deflagra uma guerra, raramente é consciente da natureza da alternativa com que se defronta e da seqüência de acontecimentos que sua ação inicia” (Hook, 1962 : 133).

Porém, no caso citado por Hook, o ato executado torna-se causa de acontecimentos de grande intensidade ou interferência na vida de uma sociedade. Já, no caso dos *Agentes Mobilizadores*, essa falta de consciência apresentada acaba por minimizar as possibilidades de alterações efetivas na sociedade e contribui para a fragmentação e isolamento dos projetos desenvolvidos. Porém, na ratificação de um discurso pautado por valores dominantes, acaba por reforçar o sistema gerador dos problemas que buscam amenizar.

Sobre o enfoque que transfere a responsabilidade do agir da coletividade para o *Agente Mobilizador*, como alguém dotado de atributos especiais, sejam estes conhecimentos específicos ou princípios de benevolência, outras considerações de Hook são relevantes.

Ele aponta que os sentidos do termo herói, como utilizados pelos adeptos das interpretações heróicas da História, pressupõem que este herói, seja quem for, “se destaca de um modo qualitativamente único dos outros homens na esfera de sua atividade e, ainda mais, que o registro das realizações em qualquer setor é a história dos feitos e pensamentos de heróis” (Hook, 1962 : 29). O que se complementa, com a afirmação de que “os grandes homens podem pois, ser homens bons. E ainda assim a democracia deve desconfiar dêles! Pois a essência da democracia é a participação dos governados na determinação do próprio bem-estar” (ibid. : 191).

A partir do autor questiona-se a visada que apresenta os *Agentes Mobilizadores* meramente como heróis dotados de um projeto particular, voltado para o bem comum, pois:

“Se somos honestos em nossa crença na democracia, devemos reconhecer que aqueles que são atingidos por uma política básica é que devem levá-la adiante inteligentemente quando delegar ou retirar o poder, e melhorar a qualidade da vida política por sua participação nela [...]” (Hook, 1962 :197).

O autor conclui que, apesar da dificuldade de se colocar em prática o ideal de uma sociedade democrática, esta pode ser continuamente aprimorada se houver meios que possibilitem tal fato:

“[...] enquanto nos ativermos aos princípios democráticos, o remédio é, de novo, elaborar mecanismos específicos, planos e contrôles que (1) aumentem a participação dos governados nos processos de govêrno, (2) diminuam a concentração de poderes – educacional, religioso, econômico, político, nas mãos dos governantes, e (3) proporcionem aos governados a possibilidade de renovar ou retirar os mandatos de poder. Mas se cremos que aqueles cujos interesses são afetados pelos modos de agir do govêrno

deveriam ter voz ativa na determinação daqueles modos, a direção que a tarefa, nunca terminada, de democratizar o processo social deve tomar está clara” (ibid. : 200).

Apesar do autor falar em governantes como dirigentes estatais, muito do que diz pode ser transposto para a atuação desses *Agentes Mobilizadores* e projetos por eles desenvolvidos, principalmente quando se amplia a visão para um discurso em crescente afirmação, que endossa a importância da transferência da atuação direta do Estado para iniciativas e organizações da sociedade civil ou privadas, incluindo aí, aquelas promovidas por grupos empresariais.

Tal cenário leva a uma visão abrangente do fazer e do poder políticos para outras esferas além da estatal, como as pesquisas do Grupo de Estudos para a Construção Democrática, entre outras, contribuem para evidenciar (Revista Idéias, 1998-1999).

Feitas essas observações, é importante pensar em aspecto que se destaca na coluna Cidadão 2001 : a materialização na figura do *Agente Mobilizador* de um modelo de vida para os destinatários dos projetos.

Nessa relação, os *Agentes Mobilizadores* são apresentados como aqueles que ocupam o lugar de um ideal em que os destinatários se espelham. Passam ao lugar de destaque da perfeição imaginária, como aborda Sigmund Freud ao comentar que “a idealização é um processo que diz respeito ao *objeto*; por ela, esse objeto, sem qualquer alteração em sua natureza, é engrandecido e exaltado na mente do indivíduo” (Freud, 1997).

Como discorre Lacan (1979 : 161-162), a partir da idéia de um animal ideal: “Esse animal ideal nos dá uma visão de completude, de realização, porque supõe o encaixe perfeito [...]”. No homem, “a coincidência da imagem com um objeto real, lhe dá corpo, encarnação. Nesse momento, desencadeiam-se comportamentos que guiarão o sujeito para o seu objeto, por intermédio da imagem”.

Nesse aspecto, o *Agente Mobilizador* é evidenciado nos textos como um ser amado, como referência para a idade adulta, como aquele que os destinatários gostariam de ser ou cujas atitudes querem seguir.

Em relação ao modelo de participação social a que remetem esses *Agentes Mobilizadores*, observa-se situação contrária àquela abordada sobre as instâncias de apoio que, segundo Lipovetsky (1994 : 17), suporta-se em nome da generosidade, mas que rejeita uma atitude de comprometimento ou renúncia pessoal.

No caso dos *Agentes Mobilizadores*, mais marcadamente no Correio Popular, observa-se caracterização similar àquela que o autor defende ter imperado até meados do século XX. Para ele (ibid. : 31), até essa data

“[...] os direitos do indivíduo foram largamente contrabalançados por uma excepcional idealização do dever-ser; durante cerca de dois séculos, as sociedades modernas professaram solenemente as obrigações morais do homem e do cidadão, conferiram um esplendor sem igual ao ideal de desinteresse e de esquecimento de si próprio, exortaram incansavelmente aos deveres para com cada um de nós e para com os nossos semelhantes, procuraram purificar as almas, promover as virtudes privadas e públicas”.

Apesar de Lipovetsky afirmar o distanciamento dos deveres morais da religião daquele dever para com Deus, ele aponta que “a autonomia da moral em relação à religião, afirmada por diversas correntes, não ganhou a crença e a prática das massas” (ibid. : 45) e que os elos entre moralidade e teologia não se romperam (ibid. : 36). O que passa a ser considerado nesse momento como verdadeiro valor é a obediência à lei da razão moral, em que “o amor de Deus deve identificar-se com a prática da virtude”, associada à justiça e à benevolência dos homens (Lipovetsky, 1994 : 40).

Nesse sentido é interessante pensar na motivação dos trabalhos como uma forma de gratidão – a Deus, à vida, a pessoas que auxiliaram os *Agentes Mobilizadores* –, como um dever para com outros que precisa ser colocado em prática, transformado em razão de existência.

Entre os aspectos que o autor aborda sobre o desenvolvimento das ligas de virtude e das sociedades filantrópicas, a partir do século XIX, vale destacar trecho que cabe à cena enunciativa disposta pelas matérias em estudo:

“A assistência deixou de ser um fim em si, trata-se doravante de promover ações eficazes, de corrigir real e duradouramente as condutas indignas, e isso tendo em conta os dados que determinam de facto a imoralidade, mas também inculcando novos valores, novos comportamentos nas massas deserdadas [...]” (ibid. : 52).

A base que rege as ações desenvolvidas é outra questão a levantar sobre os papéis atribuídos ao *topos* como modelo de atuação social. Isso, seja ela pautada por um discurso em nome da benevolência ou naquele do conhecimento especializado, e da eficácia e saber aí presumidos.

As iniciativas contemplam projetos com base **assistencialista** (doação de algo, oferecimento de serviços públicos, etc.); **utilitarista** (ações, na maioria com foco na preparação para o mercado de trabalho, rendimento escolar, etc., mesmo quando a atividade fim da iniciativa não se relaciona com essas questões) e/ou **de fundo moral** (com a transmissão e inculcação de valores, em sua maioria, conservadores, como disciplina, difusão de informações como direitos e deveres inscritos em lei e dever de auxiliar ao próximo, por exemplo).

O projeto passa a ser valorizado pela sua eficácia, com base em resultados obtidos em relação a essas finalidades. Tal situação remete novamente a Lipovetsky (1994 : 61) quando diz que “hoje em dia [...] o que parecia vagamente ridículo e era denunciado como propósito de damas protectoras e benfazejas ganhou uma legitimidade social”.

Entretanto, ele alerta para que, embora os valores caritativos e humanitários possam beneficiar-se de um forte impulso de simpatia, estes “ficam muito aquém em relação à superfície ocupada pelo hino ao ego e pelos estímulos consumistas” (ibid. : 62).

Nas matérias, o que se verifica é que esses valores caritativos e humanitários são também legitimados pela validação que conferem ao “hino ao ego”, aos “estímulos consumistas” e a ações paliativas de compensação dos problemas gerados por uma política neoliberal, o que se pode inferir da argumentação do Grupo de Estudos sobre a Construção Democrática (2000).

Para este grupo, a política neoliberal, no Brasil, é responsável pelo agravamento das desigualdades e da exclusão, ao promover a desestatização e desregulamentação dos direitos sociais, aprofundando um processo de segmentação social em que “um pequeno setor de integrados ao mercado se contrapõe a uma grande maioria de excluídos” (Grupo de Estudos sobre a Construção Democrática, 2000 : 28).

Segundo seus integrantes, as propostas neoliberais:

“vêm crescentemente desresponsabilizando o Estado no atendimento e garantia dos direitos de cidadania, passando tal responsabilidade à sociedade civil, sob forte apelo aos princípios de solidariedade. Nesse aspecto, há um deslocamento para a sociedade civil de atribuições que anteriormente eram do Estado, passando para a ‘responsabilidade privada’ questões que faziam parte do domínio dos direitos. A responsabilidade pública de garantir serviços sociais é transferida para a comunidade (para a família, ONGs e filantropia)” (id.).

Conforme o grupo, com base em Vera da Silva Telles, tem-se assim uma solidariedade que não se baseia mais em critérios de igualdade e de universalização dos direitos. A responsabilidade deixa de ser pública e passa a ser moral, como se fosse um dever em relação aos mais pobres (id.).

Diferentemente do que Lipovetsky aponta, quando defende que o altruísmo erigido em princípio permanente de vida está desqualificado na sociedade contemporânea, pode-se dizer que entre *Agentes Mobilizadores* e instâncias de apoio, não se verificam relações calcadas em valores de épocas distintas, mas ações que se complementam.

Num primeiro nível, como condição de sua própria possibilidade, pois, para que exista essa atuação descompromissada que Lipovetsky identifica como o tipo de ação característica da época atual, exige-se a existência daqueles mais comprometidos, que se responsabilizam

pelas iniciativas, por vezes, a ponto destas tornarem-se sua razão de existência. Entretanto, aquela ação mais efêmera e sem fortes vínculos com os projetos apoiados tem contribuído para a manutenção e desenvolvimento desses trabalhos.

Na maioria das matérias em questão, a ação comprometida desses *Agentes Mobilizadores*, embora pautada pelo auxílio comunitário, é descontextualizada de um processo histórico mais abrangente, restringindo-se a apontar a existência da pobreza ou de uma legião de necessitados como fato que deve ser amenizado por ação desses indivíduos extraordinários e seus auxiliares.

A idéia de sonho ou “maior vontade”, presente em ambas as colunas, é outro aspecto que remete à exposição dos projetos como algo focado na trajetória pessoal desses agentes, mais do que um processo de construção coletiva de ações em sociedade.

Esse enfoque reforça a idéia de desvinculação dessas ações de seu caráter político, o que vai contra uma noção ampliada de política e de democracia que “não se limita ao conjunto dos aparatos ou instituições que caracterizam um regime democrático-liberal” e que “implica analisar o cotidiano das pessoas – seus valores, sua cultura, suas atitudes – como um espaço rico de possibilidades de construção de uma democracia mais profunda na sociedade brasileira” (Grupo de Estudos sobre a Construção Democrática, 2000 : 8).

Nas matérias em questão, estrutura-se um *topos* em torno dos *Agentes Mobilizadores* cuja figuração está muito aquém do que seria a de um lugar catalisador de profundas transformações sociais. Avaliação que se torna mais contundente com apoio em Roland Barthes (1993).

Com base no cenário francês, Barthes (1993 : 158) defende que apesar das mudanças ocorridas desde a Revolução Francesa, esta sociedade ainda é uma sociedade burguesa. Porém, ele aponta uma deserção em relação à denominação deste regime:

*“[...] como fato econômico, a burguesia é **denominada** sem dificuldade: o capitalismo declara-se abertamente como tal. Enquanto fato político, evita-se a denominação, não há partidos ‘burgueses’ na Câmara. Como fato ideológico, desaparece completamente: [...] ela acomoda-se com os fatos, mas não ‘entra em acordos’ com os valores, submete o seu estatuto a uma verdadeira operação de eliminação da denominação; a burguesia define-se como a classe social que não quer ser denominada. [...]” (id.).*

Segundo ele, essa deserção é uma característica da burguesia como mito, entendido como um modo de significação que deforma o real histórico em uma imagem naturalizada desse real. Para Barthes (1993 : 163), ao encobrir o seu nome, a burguesia aceita produzir

uma metalinguagem inocente⁵⁰ e deformar-se em natureza, de onde perde-se a lembrança de sua realidade como produção.

Esse mascarar-se é reforçado a partir da idéia de diluição da burguesia na nação, o que lhe permite recolher a “caução numérica dos seus aliados temporários: todas as classes intermediárias [...]”, e consagrar um caráter de indiferenciação ilusória entre classes, sendo a ideologia burguesa transformada em imagem do mundo (Barthes, 1993 : 159-162). Tal imagem figura como cena de fundo nas matérias analisadas, pressuposta como aquela à qual todos devem se adequar.

Segundo Barthes (ibid. : 170-174) há determinados aspectos que definem o sonho do mundo burguês contemporâneo. Entre eles, alguns se associam a uma abordagem geral do lugar conferido aos *Agentes Mobilizadores*, nas matérias em estudo:

A vacina: consiste em confessar o mal accidental de uma instituição de classe, para melhor camuflar o seu mal essencial. O autor afirma que a burguesia já não hesita em reconhecer certas subversões localizadas. Vive agora “de uma economia de compensação: como em qualquer sociedade anônima bem constituída, as pequenas partes compensam juridicamente (mas não realmente) as grandes partes”.

A omissão da história: “esta figura feliz elimina fatores muito embaraçosos: simultaneamente, o determinismo e a liberdade. Nada é produzido, nada é escolhido [...]”, o que “constitui outra forma de um conceito comum à maioria dos mitos burgueses: a irresponsabilidade do homem”.

Ao se observar as colunas em estudo verifica-se que, apesar de serem pautadas por um chamado à responsabilidade da população, esta se associa à compensação dos males relativos a um sistema que tem a exploração da força de trabalho, a concentração de renda e o consumo massivo como princípios. Considerando as afirmações do autor, uma responsabilidade que atua sobre um mal tido como “accidental”, mas que não toca em fatores causadores desse mal, que são apresentados como dados e assim remetidos a uma ordem não passível de transformação humana, à qual resta se adequar.

A identificação: Para Barthes, o pequeno burguês é incapaz de imaginar o Outro, se este se apresenta perante o seu olhar, “o pequeno-burguês tapa os olhos, ignora-o e nega-o, ou então, transforma-o em si mesmo. No universo pequeno-burguês, todos os fatos de confrontação são fatos de reverberação: o outro, seja qual for, é reduzido ao mesmo”.

Alguns dos *Agentes Mobilizadores*, em sua história, são a própria personificação dessa visão de inclusão quando transpõem as fronteiras de um mundo considerado à parte do

⁵⁰ Nesse caso, o sentido da palavra inocente se relaciona à afirmação de Barthes de que, “[...]o mito é vivido como uma fala inocente: não que as suas intenções estejam escondidas: se o estivessem, não poderiam ser eficazes; mas porque elas são naturalizadas (Barthes, 1993 : 152).

sistema, e passam a endossar e multiplicar, por meio de suas ações e palavras, um discurso que vem deste lado naturalizado como o sistema contemporâneo a se viver. O que se associa àquilo que foi exposto com base em Vernant.

Entretanto, Barthes (1993 : 172) afirma que por vezes o Outro revela-se irreduzível “não por um escrúpulo súbito, mas porque o bom senso se opõe a considerá-lo como um igual”, o problema, segundo o autor, se resolve na figura do exotismo.

Tal situação faz enxergar aqueles *Agentes Mobilizadores* que continuam no ambiente do Outro, da margem, como o caso da matéria “Mulher de fibra é mãe para doentes e idosos”, da Folha de S. Paulo, cuja enunciação apresenta marcas de estranhamento diante do cenário transferido para o relato, que mais do que valorização da ação, pauta-se pelas curiosidades daquele ambiente “exótico”.

A quantificação da qualidade: O autor fala da qualidade equiparada com uma quantidade visível de efeitos (Barthes, 1993 : 173). Esse aspecto remete diretamente às marcas com as quais se busca demonstrar os resultados dos projetos desenvolvidos: elementos mensuráveis, como conquista de prêmios, resultados escolares e empregos apresentam-se como índices que conferem qualidade e valor aos projetos desenvolvidos.

A constatação: O autor fala em constatação de forma próxima à omissão da história, no sentido de encobrir um mundo já feito, enterrar o rastro dessa produção sob uma evidência eterna. O que conclui, chamando para a necessidade de atuação sobre esse espaço naturalizado:

“Os mitos não são nada mais do que essa solicitação incessante, infatigável, essa exigência insidiosa e inflexível que obriga os homens a se reconhecerem nessa imagem de si próprios, eterna e no entanto datada, que um dia se constrói como se fora para todo o sempre. Pois a Natureza, na qual foram enclausurados, sob o pretexto de uma eternização, não é mais do que um Uso. E esse Uso, por maior que seja, é preciso dominá-lo e transformá-lo” (Barthes, 1993 : 175).

O que pode ser complementado pelo Grupo de Estudos para a Construção Democrática, quando defende um idéia de sociedade civil não reduzida a um conjunto de atores privados que atuam no espaço público, mas como “o conjunto de ações coletivas que apresentam o potencial (e que, portanto, nem sempre se efetiva) de exercer o poder político no sentido de causar impacto, ou alterar, tanto a institucionalidade política quanto as relações sociais” (2000 : 29-32).

Perspectiva que, infelizmente, não se verifica nas matérias em estudo, o que se evidencia, entre outras formas, pela estruturação e posicionamento deste *topos* apresentado como modelo de participação social.

6

Destinatários

Lugar sem voz que justifica as ações desenvolvidas

Na abordagem deste *topos* percebe-se pouca diferenciação de tratamento na enunciação entre a Coluna Social e a seção Cidadão 2001. Por isso, tais seções serão abordadas em conjunto.

De maneira geral, comenta-se algo sobre os *Destinatários*, mas estes nem sempre são ouvidos ou têm suas falas apresentadas na narrativa.

Nos momentos em que são mencionados de forma direta ou indireta, essa participação se dá mais como legitimação da relevância de outros lugares priorizados na enunciação do que como sua “voz” propriamente dita. Isto é, no lugar de uma fala que expressa um dizer próprio de seu lugar, essa é situada como endosso da importância que instâncias de apoio, projetos ou agentes mobilizadores assumem na enunciação.

Essa questão é evidenciada quando, na Coluna Social, a citação dos destinatários valoriza a visita e os pareceres da “celebridade” convidada. Já na seção Cidadão 2001, o enaltecimento é dirigido para o agente mobilizador ou para a iniciativa que este desenvolve. É uma palavra que se insere na narrativa como validação da cena enunciativa que justifica a criação das seções jornalísticas.

Com sua câmera, a fotógrafa Evelyn Ruman ajuda a recuperar a auto-estima de mulheres internadas em instituições. [...] Depois que todas pintaram suas fotos, Evelyn pediu que avaliassem os retratos. “Estou me sentindo bem depois de pintar o retrato. Eu mesma não me valorizava. Descobri que eu ainda existo”, disse M. “A gente se enxerga de uma maneira diferente. Vê como gostaria de ser, e fica mais fácil mudar depois [...]”, afirmou J. (Coluna Social, 02/08/2001).

Foi na busca de transmitir esses valores para o máximo de crianças carentes possível que Luís percorreu as salas de aula da Escola Estadual de Primeiro e Segundo Grau Reverendo Eliseu, do DIC4.

Thamy [...] ressalta um dos valores ensinados sobre o tatame: “Para nós, não há ninguém melhor nem mais bonito que o outro. Exclusão é um sentimento que não existe para nós e a amizade e o respeito é o que impera” [sic].

“O tae kwon do está tomando o tempo livre em que eu poderia estar nas ruas, exposto às violências, essas coisas”, diz o pequeno grande Ederson (Cidadão 2001, 15/08/2001).

O efeito de ratificação da importância conferida à instância priorizada na enunciação também se verifica em falas sobre os *Destinatários*:

“As crianças ficam impressionadas por sair tanto som de dois pés apenas. Elas têm muita energia e são muito criativas. A primeira coisa que atrai é o fascínio por fazer som em cima da música”, diz o sapateador Renato Valverde (Coluna Social, 15/11/2001).

[...] a Missão Caminho para a Liberdade, que acolhe, alimenta, veste, sociabiliza e reinsere socialmente crianças e adolescentes da cidade abandonados pela família ou levados a viver nas ruas por ser vítimas de maus-tratos e abusos de toda natureza nas casas em que viviam [...].”

[...] há casos em que, por desestruturação total da família, ou porque esse núcleo nunca existiu de fato, a Missão toma para si a tarefa completa de cuidar da criança ou do adolescente até que ele se ache em condições de viver de maneira autônoma em sociedade (Cidadão 2001, 24/10/2001).

Como aspecto mais marcado na caracterização do *topos* verifica-se a menção às condições instáveis dos sujeitos nele inscritos. Eles são apresentados como pessoas originárias ou situadas em ambientes precários, periféricos, vítimas da violência, de doenças e de uma gestão estatal deficitária, oriundos de famílias desestruturadas e, por vezes, destituídos de valores morais que os permitiriam viver em sociedade, situações que, nessa enunciação, são associadas à condição de pobreza:

Na matéria “Fotógrafa faz ‘retrato social’ de mulheres” (Coluna Social, 02/08/2001), fala-se em *mulheres sem recursos financeiros, vítimas de maus-tratos domésticos*, com ênfase para a reprodução de uma vida violenta.

Na matéria intitulada “Herchcovitch e a turma de garotos fina estampa” (Coluna Social, 18/08/2001), texto de apenas cinco parágrafos, tem-se no primeiro deles: *estampas de camisetas produzidas [...] por jovens de famílias de baixa renda*. E no terceiro: *No encontro com os alunos da oficina, todos de famílias de baixa renda[...]*.

A recorrência prossegue em todas as matérias analisadas, tanto na Coluna Social, como na seção Cidadão 2001, de onde selecionou-se mais alguns exemplos:

Os dez atletas mirins, todos moradores da periferia de São Paulo [...]
(Coluna Social, 20/09/2001).

Folha – Você conversa com seus alunos sobre criminalidade?

Henrique – Muito. Dei instrumentos para uns garotos em troca do revólver 38 deles. Queria que eu vendesse a arma para comprar mais instrumentos, mas destruí, pois amanhã ela poderia ser usada contra mim ou contra eles mesmos. Amassamos a arma com uma marreta. Eles são menores, e a mãe deles não sabe, do mesmo jeito que a minha mãe não sabia. Tive uma segunda chance e quero dar isso para eles também (Coluna Social, 27/09/2001).

A sergipana Tia Berê [...]. Desenvolveu um esquema de trabalho que garante parte da subsistência dos pacientes, a maioria abandonados. Os poucos familiares que podem ajudam a completar o orçamento [...] (Coluna Social, 08/11/2001).

Para que a criança e o adolescente saído da “situação de rua” se encontre ou se reencontre como ser social, lembra o fundador e diretor da Missão Caminho Pra Liberdade, “é preciso que ele vá aprendendo os valores que perdeu ou que nunca teve, como o do respeito por si e pelo outro, da responsabilidade, da boa convivência, do perdão, da própria calma de viver” (24/10/2001).

“Quando falamos carentes estamos falando carentes de tudo: de espaço, de carinho, de roupas, de comida. Muitas das famílias que visitamos estão em situação deprimente. É preciso lembrar que há um déficit muito grande de creches em Campinas e os pais não têm com quem deixar os filhos para trabalhar. Se abrigamos uma criança, estamos ajudando toda uma família a ir para a frente”, lembra Luciana Aparecida Fortunato, cozinheira da Casa da Criança Luz do Amanhecer e braço direito de dona Nair (Cidadão 2001, 05/09/2001).

Associadas a esse ambiente precário, seguem-se qualificações que apresentam os *Destinatários* como sujeitos incapacitados, em estado de inação, incivilizados. São pessoas às quais se atribuem traços psicológicos e comportamentais como baixa auto-estima, depressão, reclusão, uso de drogas e desequilíbrio emocional. Assim, são tidos como aqueles que precisam passar por um processo de tutela, esclarecimento, adequação e ajustamento para que possam integrar uma vida em sociedade, como se não fizessem parte dela.

*A ONG é **pioneira em botar o portador de deficiência física para malhar**. Há 15 anos, com a filosofia de melhorar a qualidade de vida do deficiente por meio do esporte, **tem tirado de casa pessoas que há anos não viam a cara da rua por causa de depressão** [...]* (Coluna Social, 20/09/2001).

*[...] uma das mais novas ONGs da cidade, a Acadef (Associação Comunitária de Assistência ao Deficiente Físico), criada [...] **para tirar o deficiente de casa e integrá-lo à escola e ao mercado de trabalho*** (Coluna Social, 30/08/2001).

*“a presença do advogado na classe causa impacto junto às crianças. E o fato de todos usarem camiseta e não paletó e gravata, no caso dos homens, ajuda a quebrar as barreias e a **iniciar o processo de conscientização**. [...] O que fazemos é **dar a largada para que o adolescente passe a exercitar sua cidadania**”, completa Cássia* (Cidadão 2001, 29/08/2001).

Na Missão, as crianças e adolescentes **são, logo que chegam, alvo de um trabalho de adaptação** para que retornem à escola, **como primeiro passo de sua reinserção social completa**, “**que muitas vezes é difícil, com idas e vindas**”, diz Gerre. Mas todas acabam sendo reintegradas às suas famílias quando isso é possível, ou pelo menos **devolvidas à sociedade em plenas condições de viver uma vida normal, como as das demais pessoas**.

“[...]começamos a trazer para perto de nós aqueles que queriam vir”, conta Gerre, lembrando que muitos “**vinham mesmo sem querer, porque estavam até inconscientes, desmaiados, por causa da droga** [...]” (Cidadão 2001, 24/10/2001).

Geralmente quando há uma fala dos agentes mobilizadores e instâncias de apoio em relação aos *Destinatários*, a estes é relacionada uma auto-imagem negativada no discurso, a qual é ou deve ser alterada pela participação nos projetos ou após o auxílio recebido:

“Desde o início do meu trabalho, há 14 anos, percebi que a auto-estima era um instrumento de reabilitação e que, **ao serem fotografadas, as pessoas passavam a se preocupar com sua imagem**” disse Evelyn (Coluna Social, 02/08/2001).

A própria Magic Paula não resistiu e pegou uma cadeira emprestada para jogar uma partida. “**O grande lance é fazer com que o esporte mostre que eles são cidadãos comuns**. Eles têm contato com o mundo, **sentem-se úteis**, [...]” (Coluna Social, 20/09/2001).

[..]os advogados professores de cidadania têm, também, a preocupação em resgatar a **auto-estima do aluno, principalmente quando estão diante de uma classe de alunos carentes**. “[...] Buscamos despertar neles a vontade de ter um sonho, seja fazer uma faculdade ter uma profissão, uma família, buscando ao mesmo tempo **que eles despertem para o amor e para o respeito ao próximo**”, diz Cássia (Cidadão 2001, 29/08/2001).

Como reforço dessa caracterização geral, destacam-se algumas marcações que, pela simples menção, conferem um caráter excepcional a tarefas realizadas por determinados *Destinatários*, como se fosse uma ação ou situação extraordinária para o meio ou condição em que vivem, mesmo que seja algo simples como a pintura de uma foto:

As fotos feitas por Evelyn na Pró Mulher (ao lado) foram retocadas com tinta e purpurina **pelas próprias fotografadas** (Coluna Social, 08/02/2001).

*Eles **até** foram convidados para representar o Brasil em uma competição contra as equipes em cadeira de rodas da NBA. (Coluna Social, 20/09/2001).*

Berenice – [...] Todos que estão aqui têm uma qualidade profissional.

*Folha – **E eles se lembram do ofício?** (Coluna Social, 08/11/2001)*

*“[...] A maioria assimila muito bem”, diz Cássia, **”e por mérito próprio, muitos se mostram capazes de discorrer sobre os temas de maneira clara [...]”** (Cidadão 2001, 29/08/2001).*

Ao passarem pelos projetos, no entanto, são apresentados como aqueles que se transformam, metamorfoseiam-se. Do cenário construído em torno da carência e miséria, financeira, afetiva, social e de falta de possibilidades diante da vida, passam por um processo em que parece natural a mudança de ambiente e condição, deslocando-se para uma posição em que, de inativos, incapazes, tornam-se aptos a viver no mundo dos incluídos. Mudança que, por vezes, aparece como imediata.

Essa transposição se acentua em trechos que demonstram que a participação nas iniciativas faz do sucesso uma imposição de vida, sendo que, em alguns casos, lhes é conferida a incumbência ou responsabilidade para mudar e melhorar o mundo.

“Pintar e mudar a minha imagem na foto me fez perceber que posso mudar a mim mesma”, afirmou J. (Coluna Social, 02/08/2001).

*Os veteranos já estão na estrada há quatro anos e dão um show nas partidas que disputam. [...] **Agora é a vez de a garotada aprender a dominar a bola.** Os dez atletas mirins, todos moradores da periferia de São Paulo, treinam desde o começo deste ano e **prometem repetir o sucesso dos mais velhos** (Coluna Social, 20/09/2001).*

*“Esse trabalho ensina as crianças a serem cidadãs e as faz perceber que, da mesma maneira que podem contar uma história com o corpo, **também podem mudar o mundo** com o corpo”, diz Valverde (Coluna Social, 15/11/2001).*

*Juntas, elas criaram um projeto que busca informar as crianças e adolescentes [...] sobre os seus direitos e deveres como cidadãos e **como podem, desde já, contribuir para melhorar a sociedade em que vivem** (Cidadão 2001, 29/08/2001).*

Mundo Novo

Para que a criança e o adolescente saído da “situação de rua” se encontre ou se reencontre como ser social, lembra o fundador e diretor da Missão Caminho Pra Liberdade, “é preciso que ele vá aprendendo os valores que perdeu ou que nunca teve [...]”.

*“São valores éticos e emocionais necessários não apenas para viver no mundo novo que eles têm pela frente, **mas também para melhorar esse mundo**, porque **a criança aprende sobretudo a ser melhor, a amar, a ter um projeto para a coletividade**” (Cidadão 2001, 24/10/2001).*

*Ao final da palestra, abre-se espaço para as perguntas, quando então o aluno recebe os livros para levar para casa, “para ter uma fonte de consulta e também **para que multiplique junto à família e comunidade os conceitos aprendidos**”, diz Luciana (Cidadão 2001, 29/08/2001).*

Nesta última citação, recai sobre os destinatários a expectativa na sua atuação como agentes multiplicadores dos projetos, situação que encontra recorrência, de outra forma, quando esses *Destinatários* são apresentados como aqueles que depositam na figura do agente mobilizador um exemplo a ser seguido.

Em alguns dos casos apresentados, passa-se a idéia de que a participação no projeto garante aos *Destinatários* uma forma de renda. Esses tornam-se empregáveis, integrados à sociedade ou “reinseridos”, capacitados para competir no mundo, garantir sua sobrevivência, o que se situa como parte do sucesso imposto.

A loja é resultado do Projeto Bazar, uma das atividades profissionalizantes da ONG, que ensina jovens de 15 a 17 anos a trabalhar no comércio. Eles aprendem o pacote completo no curso: de transações bancárias a corte e costura e atendimento ao cliente (Coluna Social, 04/10/2001).

*Como Herchcovitch no início de carreira, os jovens que passam pela oficina de serigrafia da APBM&F saem formados em ‘estilista de garagem’, além de descobrirem que criar camiseta pode ser uma saída simples para quem não tem emprego. **Basta vontade e criatividade** (Coluna Social, 16/08/2001).*

Pelos exemplos, lê-se que a responsabilidade sobre o sucesso profissional é depositada nas mãos desses jovens de famílias de baixa renda, mas, agora, capacitados para vencer na vida. Uma vez tecnicamente preparados, a mudança só depende deles. Como enfatiza o último trecho transcrito.

Importante mencionar o tom disciplinar e os valores conservadores que permeiam a maioria dos textos. Em algumas matérias os *Destinatários* são apresentados como aqueles que devem aceitar e assimilar aquilo que vem dos agentes mobilizadores ou projetos por eles coordenados.

*“Os alunos **são muito receptivos**, têm sede de conhecer seus direitos e deveres, se bem que mais os direitos, o que é natural. Mas o importante é que ambos são enfocados com igual ênfase”, diz Luciana.*

*Pelo concurso de redação é que os voluntários da Escola Campineira de Cidadania percebem o quanto os alunos conseguiram **assimilar os conceitos** (Cidadão 2001, 29/08/2001).*

O tom passivo é ressaltado quando se percorrem os verbos associados a esses *Destinatários*. Remetem a posicionamentos como: ser formados, auxiliados, amparados ou retirados de uma condição precária.

Nos raros casos em que aparecem como sujeitos ativos, endossam valores dominantes, como o jovem que ensina que o caminho das artes é difícil de trilhar, por isso a opção pela enfermagem, que se subentende, na enunciação, seja um caminho de maior empregabilidade e oportunidades de desenvolvimento profissional.

*Wellington Roberto Alves, o Betinho, 16 anos, um dos jovens que vivem na Missão desde criança, escreveu uma peça de teatro sobre a sua vida, estuda artes cênicas no Grupo e Escola Téspis, no Cambuí, **quer estudar técnica de enfermagem no Cotuca, fazer uma faculdade de enfermagem, casar, ter filhos**. Quer também, se conseguir, trabalhar um dia com teatro, ele que já fez apresentações sem compromisso por conta de seus estudos de artes cênicas. “**A arte cênica é um caminho difícil de trilhar, muitos começam e poucos vão adiante**”, ensina o jovem. A peça que escreveu chama-se O Grande Teatro da Vida e, com ela, ele ganhou o prêmio de melhor ator em um concurso de teatro da escola (Cidadão 2001, 24/10/2001).*

Como outro ponto de destaque observado em algumas das matérias, há a constante menção ao tratamento igualitário dispensado aos mais diversos *Destinatários*:

*No CTL, **os esquizofrênicos fazem fisioterapia junto com todo mundo**. “Muitos chegam de ambulância amarrados, mas peço para desamarrar dentro do carro, que me dêem o paciente desamarrado” (Coluna Social, 08/11/2001).*

O entrosamento com os alunos que andam é total. [...] Para quem está de fora, fica difícil dizer qual atleta é deficiente e qual não é (Coluna Social, 20/09/2001).

*Dois deficientes, um dos quais com a Síndrome de Down, também são assistidos pela Casa da Criança Luz do Amanhecer e **participam de todas as atividades ‘sem nenhuma distinção’**, como faz questão de deixar claro dona Nair (Cidadão 2001, 05/09/2001).*

Porém, essas afirmações, ao contrário de salientarem o respeito a esses *Destinatários*, marcam a necessidade de se evidenciar os diferentes, tratados como iguais. Um discurso que sublima a questão de que, por vezes, o respeito à diferença é tratá-la como tal, de acordo com as necessidades que solicita. Uma enunciação que reforça a diferença ao marcá-la.

Vale comentar também o caso da matéria sobre a Casa de Cultura Tainã (Coluna Social, 29/11/2001), em que a população *Destinatária* da instituição é apresentada como participativa: é um espaço “construído pela comunidade para a comunidade”.

A comunidade apresentada como ativa, porém, é destituída de ação e integração com a construção de um projeto coletivo, por meio da comparação da motivação para se participar do projeto associada ao interesse pela novela. A Casa de Cultura, aparece como algo da ordem de puro entretenimento, estático, aberto a quem quiser participar, desde que não tenha nada mais atrativo para fazer.

A Tainã é um espaço cultural aberto e gratuito, criado pela comunidade para a comunidade [...]. “Quando chega terça-feira, 19h, as alfaias (tambores de maracatu) começam a bater e ressoam para os 50 mil habitantes que nos cercam. Alguns acham aquele som mais interessante que a novela e vêm aqui [...]”, diz Antonio Carlos Santos Silva, 49, o ‘TC’, um dos fundadores da Tainã.

Na matéria “Mulher de fibra é mãe para doentes e idosos” (Coluna Social, 08/11/2001), observa-se uma especificidade em relação ao *topos*. Embora em modelo de entrevista com a agente mobilizadora, o enfoque da enunciação se transfere para os *Destinatários* do projeto. Porém, esse enfoque se dá como reforço a uma caracterização que remete ao mundo do grotesco, do bizarro. A generalização de problemas psicológicos para o rótulo da esquizofrenia, além de outras marcações e atributos estigmatizados, carregam a enunciação com associações à loucura, pobreza e doença.

Indivíduos que precisam ser controlados por alguém “de fibra”, uma heroína que domina as possibilidades de barbárie latentes. Mais uma vez, legitimação da cena enunciativa em torno do agente mobilizador.

*“Aquele rapaz, **eu o encontrei se afogando numa enchente** embaixo de um viaduto. **Aquele outro é jovem, mas tem uma neurose, um desespero.** Tem um que era empresário na época do Collor. **Perdeu tudo, tudo. Foi pra camisa-de-força, enlouqueceu** e não pode ouvir falar desse plano.” Enquanto passeia pela chácara do Centro de Terapia Luiza (CTL), Berenice Vieira dos Santos vai apontando para os pacientes*

que **circulam serenamente** pela área e contando um pouco da história de cada um. Ali, **ela atende 54 adultos dependentes de drogas e álcool, esquizofrênicos e idosos carentes**. [...] **Uma das suas técnicas é mandar os agitados para o lago e dar 21 mergulhos**. “É um quadro em que eles acreditam. Dificilmente conseguem dar 21. Cansam de um jeito que se jogam na grama, exaustos”, conta ela.

Folha – Os **esquizofrênicos convivem** com os outros?

Berenice – No CTL, eles fazem fisioterapia **junto com todo mundo**.

Folha – **E na hora das confusões?**

Berenice – Não tem confusão nem briga. Você pode ficar aqui o dia inteiro e não vê uma discussão. Se um cai, os outros socorrem. “Tia, o fulano caiu!”

No entanto, nessa matéria em que se exploram aspectos de um mundo tido como Outro, universo do exótico, do anormal, cujo estado de serenidade se lê como máscara para agitação latente, observam-se nas entrelinhas, nas relações cotidianas entre agente mobilizadora e internos, maior respeito e reconhecimento pela individualidade dos *Destinatários*.

Essa situação também pode ser encontrada nas matérias sobre a ACADEF (Coluna Social, 30/08/2001) e sobre a Casa da Criança Luz do Amanhecer (Cidadão 2001, 05/09/2001). São iniciativas em que o discurso deixa marcas esparsas de uma situação em que os *Destinatários* têm uma posição mais participativa, cujas necessidades e individualidades são mais respeitadas ou que se relacionam com agentes mobilizadores e instâncias de apoio de forma mais próxima. Justamente as mesmas matérias em que a caracterização geral do ambiente e dos sujeitos traz maiores marcas de depreciação ou de destituição de lugares de ação.

Berenice – Nós temos de tudo. Dois rapazes que estão se tratando aqui eram agricultores e **ensinam os outros** a cuidar da horta (Coluna Social, 08/11/2001).

Francilene – Fui à escola pedir para voltar a estudar e perguntei se tinha algum deficiente. O diretor disse que tinha um aluno, mas que não existia estrutura para ele. Aí, fiquei preocupada e fui ao posto para perguntar se tinha outros deficientes. Descobri que havia 1.200 só aqui, no Jardim Campos (zona leste). **Então decidi me juntar a eles**.

Francilene – [...] Agora estou cadastrando as **pessoas para saber o tipo de deficiência e as necessidades**. Espalho folhetos com a inscrição: “Se, em sua casa ou vizinhança, há pessoas portadoras de deficiência, procure-nos”. Toda terça-feira, das 13h às 15h eu faço reuniões (Coluna Social, 30/08/2001).

Dona Nair vai fazer 52 anos no próximo dia 3 de outubro. Mas não vai comemorar. Ou melhor: vai, mas uma semana depois, no dia 12 de outubro, [...]. Nessa data, como faz há mais de 20 anos, dona Nair fechará o quarteirão em que mora [...] e fará uma festa para ela e para todas as crianças e suas famílias – e para mais gente que vem desde as ruas mais próximas até outros bairros da região Sul de Campinas (Cidadão 2001, 05/09/2001).

Topos genérico

Mais do que um lugar sem voz

Pelo que se observou, apesar de se constituir como elemento que justifica a cena enunciativa, o *topos* ocupa um lugar secundário que contribui para a valorização da instância prioritária na enunciação, seja ela a “celebridade” convidada pela Folha, seja o cidadão modelo do Correio Popular, mas esse posicionamento implica sentidos que vão além desse papel.

É um *topos* que, em geral, vive dois momentos bem marcados na narrativa: inicialmente se constrói uma cena de destituição em torno do mesmo e de seu ambiente, para em seguida ser depositário de uma supervalorização, como aquele que se tornou habilitado para cuidar de si e salvar o mundo.

Os *Destinatários* são a razão de ser dos projetos: fala-se sobre eles, incluem-se comentários sobre sua vida, família e ambiente, mas sua palavra é restringida. Seu lugar na cena leva à abordagem de Michel Foucault (1996), ao comentar os processos de exclusão e coerção que integram a ordem do discurso. Seu ponto de partida é a hipótese de que

“em toda sociedade a produção dos discursos é ao mesmo tempo controlada, selecionada, organizada e redistribuída por certo número de procedimentos que têm por função conjurar seus poderes e perigos, dominar seu acontecimento aleatório, esquivar sua pesada e temível materialidade” (Foucault, 1996 : 8-9).

Para ele, o mais evidente e familiar procedimento de exclusão é a interdição: não se tem o direito de dizer tudo, não se pode falar de tudo em qualquer circunstância e qualquer um não pode falar de qualquer coisa (Foucault, 1996 : 9).

Nas matérias em estudo, apesar da palavra dos *Destinatários* ser aparentemente concedida e visível no enunciado por meio de citações diretas e menções indiretas, ela somente entra no discurso se satisfizer a condição de validação da cena enunciativa em torno

da elevação do *topos* de destaque, isto é, apesar de não ser explicitamente interdita, face mais visível da exclusão segundo o autor, essa voz sofre também um processo de anulação.

Foucault utiliza como exemplo o estudo da loucura para demonstrar processo de separação e rejeição que pode ser associado ao que se verifica em relação à fala dos *Destinatários* nessa cena. Ele observa que, durante séculos, na Europa

“a palavra do louco não era ouvida, ou então, se era ouvida, era escutada como uma palavra de verdade. Ou caía no nada – rejeitada tão logo proferida; ou então nela se decifrava uma razão ingênua ou astuciosa, uma razão mais razoável do que a das pessoas razoáveis. De qualquer modo excluída ou secretamente investida pela razão, no sentido restrito, ela não existia” (Foucault, 1996 : 11).

Não é por passar a ser ouvida que a palavra do louco deixa de sofrer essa separação e rejeição. Foucault (1996 : 13) cita fatos que o levam a supor que “a separação, longe de estar apagada, se exerce de outro modo [...]”. Assim, em sua visão, o fato de que se dê atenção à determinada palavra não quer dizer que esta não esteja segregada.

Em relação aos *Destinatários* dos projetos narrados verifica-se aqui uma exclusão que não somente separa e rejeita, mas anula ao incluir: um processo de exclusão mascarado por sua citação. Na maioria das vezes, quando ouvida, é uma palavra que não existe por si, que está lá apenas para legitimar outras falas e discursos, sendo outras possíveis faces “rejeitadas, tão logo proferidas”, pois ausentes do relato.

Sob outro enfoque, essa palavra pode ser apresentada como o princípio do comentário, quando se consideram as ações e afirmações endossadas pela fala dos *Destinatários*, como aquele texto primeiro, na mesma acepção que Foucault (1996 : 22). O autor afirma que o discurso primeiro permite, indefinidamente, para além de sua formulação, outros discursos secundários que os refundam. Porém, argumenta que essas falas ou comentários implicam a anulação de um dos termos da relação:

“[...] no que se chama globalmente um comentário, o desnível entre texto primeiro e texto segundo desempenha dois papéis que são solidários. Por um lado permite construir (e indefinidamente) novos discursos: [...]. Mas, por outro lado, o comentário não tem outro papel [...] senão o de dizer enfim o que estava articulado silenciosamente no texto primeiro” (ibid. : 24-25).

E o comentário dos *Destinatários* é sempre uma interpretação favorável dos projetos desenvolvidos, algo que positiva tais ações e as falas de agentes mobilizadores e instâncias de apoio, e conseqüentemente endossa a iniciativa da instituição midiática em divulgá-las.

Um comentário validado pela aparência do princípio do autor, por ser o *Destinatário* quem é, ou seja, quem se utiliza ou deveria ser auxiliado pelo projeto desenvolvido e o autor desses comentários:

Para Foucault, o autor é entendido como o “princípio de agrupamento do discurso, como unidade e origem de suas significações, como foco de sua coerência” (Foucault, 1996 : 26). Ele limita o discurso como acontecimento e acaso “pelo jogo de uma *identidade* que tem a forma da *individualidade* e do *eu*” (ibid. : 29), no caso em estudo, identidade de um grupo.

Como complementa, “o autor é aquele que dá à inquietante linguagem da ficção⁵¹ suas unidades, seus nós de coerência, sua inserção no real” (ibid. : 27-28). Mais uma vez, encontra-se aí uma função testemunhal que remete o discurso a elementos da materialidade do mundo.

Assim, nos casos em estudo, pode-se dizer que a palavra dos *Destinatários*, como a palavra do louco, só lhe é dada simbolicamente (Foucault, 1996 : 12), mas aqui como elemento que justifica e endossa uma cena da qual efetivamente não participa, ou, na qual figura como pilar que justifica e contribui para a validação de uma determinada abordagem restrita.

Tal situação se assemelha ao que Kothe afirma sobre a produção literária brasileira no passado. Nesta, segundo ele, havia uma limitação do horizonte dos autores que “tendiam a se centrar no topo da sociedade: os agrupamentos marginais – como índios, imigrantes ou mulatos – , quando apareciam, faziam-no mais como alegorias do que como portadores de seu próprio significado” (Kothe, 2000 : 67).

Essa anulação de uma fala própria faz pensar na destituição generalizada que marca o *topos* nas seções em estudo. Mais especificamente no quadro narrativo que antecede a participação dos *Destinatários* nos projetos.

Além desse lugar mudo, como fala excluída, mas que, no entanto, significa ao apontar para o enfoque que lhe é concedido nestas colunas, percebem-se outras formas de depreciação do *topos*, relacionadas principalmente a ambientes pobres, a condições psicológicas ou comportamentais e à atribuição de uma auto-imagem.

De forma geral, esses aspectos contribuem para se abordar a figuração da pobreza na sociedade brasileira atualmente, mas também na destituição da própria alteridade.

Essa situação associa-se à pesquisa de Norbert Elias e John Scotson (2000) que trata das relações entre dois grupos residentes em uma pequena comunidade. Um deles

⁵¹ Apesar desse autor ser específico em sua referência à ficção, seu argumento cabe para quaisquer outros textos pensados como aqueles que organizam discursivamente uma determinada realidade, como os trabalhos de Gomes demonstram (2000, 2003).

estabelecido desde longa data, e o outro, constituído pelos novos moradores do local e chamado pelo primeiro grupo de *outsiders*.

Ao contrário das matérias em estudo, entre os grupos pesquisados pelos autores não havia diferenças de classe social, nem de ascendência étnica, mas somente maior índice de coesão entre os membros do grupo estabelecido, contribuindo, segundo Elias e Scotson, para seu excedente de poder. Questão que ratifica a importância de se focar o poder simbólico das figurações construídas.

De acordo com o estudo:

“o grupo estabelecido tende a atribuir ao conjunto do grupo outsider as características ‘ruins’ de sua porção ‘pior’ – de sua minoria anômica. Em contraste, a auto-imagem do grupo estabelecido tende a se modelar em seu setor exemplar, mais ‘nômico’ ou normativo – na minoria de seus ‘melhores’ membros. Essa distorção ‘pars pro toto’, em direções opostas, faculta ao grupo estabelecido provar suas afirmações a si mesmo e aos outros; há sempre algum fato para demonstrar que o próprio grupo é ‘bom’ e que o outro é ‘ruim’” (Elias e Scotson, 2000 : 22-23).

Peter Burke (1995 : 91) considera que “as identidades geralmente dependem de estereótipos do *self* e também de estereótipos dos outros”. Para o autor, estas apóiam-se naquilo que Freud chamou de “narcisismo das pequenas diferenças”⁵², segundo Burke, “exagerando qualquer aspecto que faz uma comunidade ser diferente da outra”.

As matérias analisadas não apresentam aparentemente o mesmo grau de rivalidade entre grupos como aquele do estudo de Elias e Scotson. De forma oposta, falam em nome do bem ao próximo e da solidariedade. Porém, apesar disso, corroboram para uma figuração das relações de poder entre incluídos e excluídos, com base em um modelo de sociedade dominante, naturalizado, aproximando-se da figuração “estabelecidos e *outsiders*”.

Ao comentar o estudo desses autores, Federico Neiburg (2000 : 7) afirma que os *outsiders* “viviam estigmatizados por todos os atributos associados com anomia, como a delinquência, a violência e a desintegração”. Nas palavras dos próprios autores:

“os grupos estabelecidos que dispõem de uma grande margem de poder tendem a vivenciar seus grupos de outsiders não apenas como desordeiros que desrespeitam as leis e as normas (as leis e normas dos estabelecidos), mas também como não sendo particularmente limpos” (Elias; Scotson 2000 : 29).

⁵² Sobre o “narcisismo das pequenas diferenças”, Freud afirma que dá esse nome para o fenômeno no qual comunidades com territórios adjacentes, e mutuamente relacionadas também sob outros aspectos, se empenham em rixas constantes, ridicularizando-se umas às outras. Para o autor, pode-se ver que se “trata de uma satisfação conveniente e relativamente inócua da inclinação para a agressão, através da qual a coesão entre os membros da comunidade é tornada mais fácil” (Freud, 1997).

Situação similar também está presente nos textos em estudo, por meio de várias menções ao ambiente e comportamento dos *Destinatários* dos projetos. De forma geral, esta se expande aos apoiadores ou gestores das iniciativas, quando encontrados em condição de pobreza.

Ao se pensar na estigmatização do cenário em que vivem os *Destinatários*, cabe a abordagem de Marilena Chaui sobre a sociedade brasileira. Ela trata dos atributos conferidos ao termo periferia, bem como, outros significantes que carregam sentidos análogos e recorrentes nas matérias em estudo:

“É uma sociedade na qual a população das grandes cidades se divide entre um ‘centro’ e uma ‘periferia’, o termo periferia sendo usado não apenas no sentido espacial-geográfico, mas social, designando bairros afastados nos quais estão ausentes todos os serviços básicos (luz, água, esgoto, calçamento, transporte, escola, posto de atendimento médico), situação, aliás, encontrada no ‘centro’, isto é, nos bolsões de pobreza, as favelas [...]. Os serviços públicos – hospitais, aposentadoria, creches – sendo considerados favor e concessão estatal, quando existentes” (Chaui, 1986 : 58-59).

O que pode ser complementado com a descrição de Teresa Caldeira. Segundo a autora, de acordo com as representações populares,

“[...]é nas ruas e favelas onde estão o ambiente deteriorado, a sujeira, a família desagregada, o não-trabalho, a vagabundagem, enfim, todas aquelas características que descrevem ‘os mais pobres de tudo’. E serão essas mesmas características e esses mesmos personagens que estarão invariavelmente associados à violência e ao crime” (Caldeira apud Telles, 2001 : 83 n. 8).

Por outro lado, Telles afirma que a ‘versão oficial’ da pobreza como foco da desordem e da violência não é uma imagem de pura ficção, para ela essa imagem “é construída através de um conjunto de representações que encenam o lugar das classes nas hierarquias simbólicas da sociedade”, imagem que “não existe apenas como discurso, mas é tecida numa normatividade em que o sentido de ordem é (também) produzido nas formas ritualizadas da vida social que sacramentam identidades, diferenças e lugares de pertencimento” (Telles, 2001 : 80).

Elias e Scotson (2000 : 141) dizem que muitos dos jovens pertencentes aos grupos *outsiders* apontavam para a “prisão invisível em que viviam, gastando suas energias na tarefa de chatear e provocar todos aqueles que lhes davam a vaga sensação de serem seus carcereiros, numa tentativa de escapar ou de provar a si mesmos que a opressão era real”. Segundo os autores:

“[...] a única maneira que conheciam de mostrar aos que os tratavam como ‘ninguém’ que de fato eles eram ‘alguém’ era inteiramente negativa, a exemplo do sentimento que eles tinham a respeito de sua identidade [...]. Ao agir de acordo com esse sentimento, eles ajudavam a reproduzir a própria situação de que tentavam escapar” (ibid. : 144-145).

Essa caracterização conduz a outro aspecto marcado nas matérias que é a auto-imagem atribuída aos *Destinatários*. Segundo Chauí (1988 : 57), “as classes ditas ‘subalternas’ de fato o são e carregam os estigmas da suspeita, da culpa e da incriminação permanentes. [...] Preconceito que atinge profundamente os habitantes das favelas, estigmatizados não só pelas classes média e dominante, mas pelos próprios dominados”.

Para Elias e Scotson (2000 : 27) os termos estigmatizantes

“simbolizam o fato de que é possível envergonhar o membro de um grupo outsider, por ele não ficar à altura das normas do grupo superior, por ser anônimo em termos dessas normas. [...] A anomia talvez seja a censura mais freqüente a lhes ser feita; repetidamente, constata-se que outsiders são vistos pelo grupo estabelecido como indignos de confiança, indisciplinados e desordeiros”.

Depois de algum tempo os *outsiders* pareciam aceitar, “com uma espécie de resignação e perplexidade, a idéia de pertencerem a um grupo de menor virtude e respeitabilidade”, o que, no entanto, não podia ser justificado pela conduta da maioria de seus integrantes (Elias; Scotson 2000 : 20).

Nas matérias, esta auto-imagem associada aos estigmas e cenário descritos evidenciava-se em discurso direto, na fala dos próprios *Destinatários*, mas também e com maior ênfase, na fala que outros agentes tecem sobre eles: uma auto-imagem negativa é pressuposta, a qual os projetos e iniciativas devem ajudar a desconstruir para que esses *Destinatários* percebam-se como pessoas “normais” e possam, assim, integrar-se à sociedade.

Pelo que foi dito, torna-se importante perguntar pelas implicações dessa estigmatização, apresentada como algo naturalizado e característico de um determinado ambiente em que se inserem esses *Destinatários*. Segundo Elias e Scotson, embora sejam necessárias outras fontes de superioridade de forças para manter a capacidade de estigmatizar, eles dizem que uma “voz interior” a esses grupos é uma arma significativa nas tensões e conflitos ligados ao equilíbrio de poder.

“Por algum tempo, ela pode entravar a capacidade de retaliação dos grupos dotados de um parcela menor de poder, bem como sua capacidade de mobilizar as fontes de poder que estejam a seu alcance. Pode até ajudar a perpetuar, durante algum tempo, a primazia de status de um grupo cuja superioridade de poder já tenha diminuído ou desaparecido” (Elias; Scotson 2000 : 27).

Essa situação é agravada quando se considera a afirmação de Telles (2001 : 57), de que o problema da igualdade, quando toma como referência básica sujeitos inseridos em uma “pobreza absoluta”, parece ser esgotável em se garantir que estes tenham acesso ao que é mínimo para a sobrevivência.

“[...] uma medida de igualdade que não diz respeito ao contrato social, mas a algo anterior a ele, aos imperativos da sobrevivência. É sobretudo uma definição de igualdade e justiça que constrói uma figura da pobreza despojada de dimensão ética. Rebatida para o terreno das necessidades vitais – modo peculiar de alojar a pobreza no terreno da natureza [...] marco incontornável da vida perante o qual – assim como ocorre com a morte – todos são não apenas iguais, mas como lembra Hannah Arendt (1981), rigorosamente idênticos” (ibid. : 57-58).

A autora conclui que, com essa medida absoluta, exclui-se o “problema do julgamento, da escolha e dos critérios de discernimento entre o justo e o injusto” (Telles, 2001 : 58).

Essa estigmatização exerce um papel funcional na manutenção do sistema dominante e para que o grupo de “incluídos”, ou daqueles que aí visam se inscrever, aceite as coerções e pressões que lhes são impostas.

Ao pensar sobre os grupos estabelecidos que dispõem de elevada superioridade de forças, Elias e Scotson (2000: 26) afirmam que a participação no *status* desse grupo e em seu carisma é o valor recebido pela submissão a suas normas. Um preço a ser pago individualmente por cada um de seus membros, “através da sujeição de sua conduta a padrões específicos de controle dos afetos” (id.), que são característicos do grupo e que são tidos como ausentes nos grupos menos poderosos (ibid. : 44).

Bauman contribui para a questão ao abordar a sociedade contemporânea. Segundo o autor, entre os fatores que podem ser relacionados com a situação difícil do mundo atualmente, deve-se conceder um papel de destaque às forças de mercado “cada vez mais desregulamentadas, isentas de todo controle político eficaz e guiadas exclusivamente pelas pressões da competitividade” (Bauman, 1998 : 72-74).

Nesse cenário instável, em que, de acordo com ele, tudo é temporário e em que “as coisas todas –empregos, relacionamentos, know-hows, etc. – tendem a permanecer em fluxo, voláteis, desreguladas, flexíveis”⁵³, o autor corrobora para evidenciar a visada que se apresenta com o lugar conferido aos *Destinatários* e o poder simbólico dessa figuração que opera como estratégia retórica a favor das coerções sociais.

Bauman (1998 : 56-57) utiliza a metáfora do jogo para suas argumentações sobre o mercado. Ele diz que os jogadores incapazes e indolentes devem ser mantidos fora do jogo,

⁵³ Zygmunt Bauman em entrevista a Maria Lúcia Garcia Pallares-Burke para o Caderno Mais. Folha de S. Paulo (19/10/2003)

por serem o seu refugio, mas também, um produto que o jogo não pode parar de sedimentar sem emperrar. Porém, como outra razão para não se deter a produção de refugio, o autor afirma a necessidade de mostrar aos que permanecem no jogo as “horripilantes cenas” da outra única alternativa para que estejam aptos e dispostos a suportar as tensões e dificuldades geradas pela vida vivida como tal:

“[...] os ‘excluídos do jogo’ (os consumidores falhos – os consumidores insatisfatórios, aqueles cujos meios não estão à altura dos desejos, e aqueles que recusaram a oportunidade de vencer enquanto participavam do jogo de acordo com as regras oficiais) são exatamente a encarnação dos ‘demônios interiores’ peculiares à vida do consumidor. [...] a severidade dos padecimentos que lhes são aplicados, a crueldade do destino que lhes é imposto são – metaforicamente falando – todas as maneiras de exorcizar tais demônios interiores e queimá-los em efígie” (Bauman, 1998 : 57).

O que se complementa com outra metáfora utilizada pelo autor, que compara as imagens de turistas e de vagabundos:

“Quanto mais escuro o segundo plano, mais reluzente o brilho. [...] Pode-se viver com as ambigüidades da incerteza que saturam a vida do turista só porque as certezas da vagabundagem são tão inequivocamente asquerosas e repugnantes. O turista precisa de uma alternativa cuja contemplação é pavorosa demais para se manter repetindo, nas horas de tensão, que ‘não há nenhuma alternativa’. Os vagabundos, as vítimas do mundo que transformou os turistas em seus heróis, têm, afinal suas utilidades. Como os sociólogos gostam de dizer, eles são ‘funcionais’. É difícil viver em suas imediações, mas é inconcebível viver sem eles. São suas privações gritantes demais que reduzem as preocupações das pessoas com as inconveniências marginais. É sua evidente infelicidade que inspira os outros a agradecerem a Deus, diariamente, por tê-los feito turistas” (ibid. : 119-120).

Assim, nessa primeira cena, verifica-se uma apresentação dos *Destinatários* como anti-heróis da narrativa, como afirma Kothe “nenhum herói é épico por aquilo que ele faz; ele só se torna épico pelo modo de ser apresentado aquilo que faz. Assim, também, o anti-herói só deixa de ser ‘herói’ por ele não se enquadrar no esquema de valores subjacente ao ponto de vista narrativo” (Kothe, 2000 : 15-16).

Entre os aspectos que marcam a passagem entre esta cena e uma outra, em que esses *Destinatários* mudam de posição, destacam-se as idéias de assimilação de valores e capacitação técnica profissional, como as grandes oportunidades de inclusão oferecidas pelos projetos aos mesmos.

Essa idéia de inclusão leva novamente ao texto de Norbert Elias, quando estes observam a aceitação dos estrangeiros vinculada à submissão às normas dos grupos estabelecidos:

“Os antigos residentes poderiam ter aceitado os recém-chegados, como pessoas que precisavam de ajuda, se estes se submetessem a sua proteção e se contentassem em assumir, na hierarquia de status, a posição inferior que costuma ser destinada aos recém-chegados, pelo menos durante um período de experiência, pelas comunidades já estabelecidas, mais estreitamente unidas e conscientes de sua posição. Em regra, tais comunidades esperam que os novatos se adaptem a suas normas e crenças; esperam que eles se submetam a suas formas de controle social e demonstrem, de modo geral, a disposição de ‘se enquadrar’ ” (2000 : 64-65).

Essa figuração torna-se visível na maioria das matérias relatadas ao se observar a posição de aceite a qual são vinculados os *Destinatários*. Situação que remete a uma visão de ação unilateral, de acordo com o conhecimento de “especialistas” ou do sonho de almas caridosas, como abordado na análise do lugar conferido aos agentes mobilizadores.

Nessa inclusão para o Mesmo, apoiada na assimilação de valores morais e capacitação técnica, destacam-se as cenas focadas na ratificação de que tais iniciativas compensam as restrições sofridas por essa população no que se refere à preparação para sua empregabilidade, o que se apresenta como a grande solução para os problemas de seus *Destinatários*. Como se a falta de empregos ou trabalho remunerado se relacionasse apenas à falta de acesso à capacitação e às oportunidades existentes para tanto.

O papel conferido aos projetos aponta para o caráter simplista dessa narrativa, quando comparada às análises apresentadas no segundo volume do Atlas da Exclusão Social do Brasil:

“a exclusão social [...] somente pode ser entendida a partir de uma compreensão da dinâmica geradora de excluídos sociais, de ‘desestabilização dos estáveis’ que traz para parcelas crescentes da sociedade brasileira sua ‘instalação na precariedade’. Dessa forma, ao conjunto dos tradicionais ‘despossuídos’ do passado, agora se junta uma legião de ‘deserdados’, às vezes com níveis médios de instrução relativamente elevados, em virtude do crescente fracionamento da antiga classe média” (Campos, et. al., 2003 : 54).

Segundo seus autores (Campos, et. al., 2003 : 11-12), apesar da dificuldade de se chegar a afirmativas conclusivas sobre a situação do Brasil em termos de aumento ou decréscimo da

exclusão social no país⁵⁴, de modo geral, há piora de condições nas duas últimas décadas do século XX. De acordo com o Atlas “[...] ao longo de toda a segunda metade do século, mais de um terço dos brasileiros se encontrou vivendo sob velhas e novas formas de exclusão social”.

A “**velha exclusão social**” é entendida ali como “a forma de marginalização dos frutos do crescimento econômico e da cidadania⁵⁵, expressa pelos baixos níveis de renda e escolaridade, incidindo mais freqüentemente sobre os migrantes, analfabetos, mulheres, famílias numerosas e população negra” (Campos, et. al., 2003 : 43).

Já o conceito de “**nova exclusão social**” é apresentado como:

“um fenômeno de ampliação de parcelas significativas da população em situação de vulnerabilidade social, e também das diferentes formas de manifestação da exclusão, abarcando as esferas cultural, econômica e política. Esta nova exclusão atinge segmentos sociais antes relativamente preservados do processo de exclusão social, tais como jovens com elevada escolaridade, pessoas com mais de 40 anos, homens não negros e famílias monoparentais” (Campos, et. al., 2003 : 49).

Para os autores, a nova exclusão social

“[...] revela algo mais complexo e profundo do que a velha exclusão (tradicional) [...]. Em síntese, a exclusão social manifesta-se crescentemente como um fenômeno transdisciplinar que diz respeito tanto ao não acesso a bens e serviços básicos como à existência de segmentos sociais sobrando de estratégias restritas de desenvolvimento socioeconômico, passando pela exclusão dos direitos humanos, da seguridade e segurança pública, da terra, do trabalho e da renda suficiente” (Campos, et. al., 2003 : 33).

Segundo o Atlas, a velha exclusão social não desaparece:

“O problema dos baixos níveis de renda e instrução se mantém, mas agora sob nova forma. O desemprego e a informalidade contribuem para romper os vínculos sociais numa sociedade cada vez mais competitiva, onde existe uma sede por padrões de consumo mais sofisticados e na qual a violência desponta como sintoma máximo da dessocialização” (Campos, et. al., 2003 :54).

⁵⁴ Segundo o texto de apresentação do Atlas, subentende-se que essa afirmação é feita com base no fato de que alguns indicadores melhoraram, como as taxas de analfabetismo e de escolaridade desde 1960, enquanto outros índices pioraram a partir de 1980, especialmente, o emprego formal e a violência.

⁵⁵ Aqui, subentende-se pelas informações apresentadas um sentido de cidadania relacionado à intensa urbanização, com migração da mão-de-obra do campo para as cidades, num contexto de ausência de reformas e repressão sindical (Campos, et. al., 2003 : 43).

O que se complementa quando Bauman (1998 : 54-55) afirma que “os demônios interiores” da sociedade de consumidores em que se vive atualmente nascem dos seus poderes de sedução. Para ele:

“A sedução do mercado é, simultaneamente, a grande igualadora e a grande divisora. Os impulsos sedutores, para serem eficazes, devem ser transmitidos em todas as direções e dirigidos indiscriminadamente a todos aqueles que os ouvirão. No entanto, existem mais daqueles que podem ouvi-los do que daqueles que podem reagir do modo como a mensagem sedutora tinha em mira fazer aparecer. Os que não podem agir em conformidade com os desejos induzidos dessa forma são diariamente regalados com o deslumbrante espetáculo dos que podem fazê-lo. [...] Eles também aprendem que possuir e consumir determinados objetos, e adotar certos estilos de vida, é a condição necessária para a felicidade, talvez até para a dignidade” (Bauman, 1998 : 55-56).

O que se agrava ao considerar as afirmações do mesmo autor, quando diz que “as melhorias econômicas já não anunciam o fim do desemprego. Atualmente, [...] o progresso tecnológico e administrativo é avaliado pelo ‘emagrecimento’ da força de trabalho, *fechamento* de divisões e *redução* de funcionários” (ibid. : 50 – grifos do autor)⁵⁶.

Pelo exposto, observa-se que, para justificar e valorizar as ações desenvolvidas pelos projetos, utilizam-se argumentos que podem ser encontrados como matriz do discurso da velha exclusão. No entanto, deixa-se de aprofundá-los e, ainda, excluem-se questões importantes como aquelas relacionadas à “nova exclusão social”, apresentando-as como aspecto conjuntural a se adequar e sobressair para que uma sobrevivência digna seja possível, em um mundo pautado e “seduzido” pelo poder de compra.

A apresentação dos projetos, como a restituição das oportunidades que faltavam a esses *Destinatários* pela condição de pobreza em que se inserem, reforça a idéia de que, a partir daí, sua inclusão nesse segmento positivado da sociedade só depende de um esforço individual. Conduz ainda a algo de fundo moral, que se impõe como agradecimento pela participação nos projetos ou iniciativas, em que se implica a necessidade de diferenciação daquela massa de carentes, na qual está inscrita sua origem e sua história.

Para Telles (2001 : 80):

“não é irrelevante o fato de que a oposição entre “trabalhador” e “pobre”, entre “trabalhador” e “marginal” – categorias que discriminam ordem e desordem e constróem a figura exemplar do “trabalhador honesto” que se salva pelo seu labor e cumprimento dos deveres, da poluição moral da

⁵⁶ Como exemplo, em entrevista ao Programa Roda Viva, exibido pela TV Cultura em 11/08/2003, Pinheiro Neto - Presidente da Anfavea e Vice-presidente da General Motors declara a redução de empregos como uma realidade que deve ser encarada em virtude do desenvolvimento tecnológico e necessidade de modernização da indústria. Justamente quando o governo federal reduzia alíquota de impostos para a indústria automobilística, visando redução de preços ao consumidor final, como estratégia para evitar demissões pela queda de vendas no setor.

pobreza – ganhe forma nesse peculiar rito da vida social que é o trabalho [...]. Rito social que revela o que Bourdieu (1982) define como poder simbólico da nomeação que cria identidades sociais, que faz indivíduos, grupos ou classes existirem socialmente, que lhes atribui um modo de ser em sociedade, mas que, no mesmo ato, joga para uma existência bastarda, indiferenciada, todos os que não foram ungidos pelo poder do nome”.

Ela aponta que – diante dos pobres situados num espaço de miséria , os quais não têm um ponto fixo de ancoragem como um emprego regular, outros tidos como “pobres, porém honestos”, percebem-se como sujeitos que foram capazes de garantir uma dignidade para suas vidas, “apesar da pobreza”, “através da família unida, da casa limpa e bem cuidada, da boa aparência e da cordialidade de seus comportamentos. Símbolos de uma vida digna e ‘bem-sucedida’ [...]” (Telles, 2001 : 83).

Sobre a implicação dessa situação para os direitos sociais assistidos em lei, vale completar com a afirmação de Bauman de que “os dispositivos de previdência, antes um exercício dos direitos do cidadão, transformaram-se no estigma dos incapazes e imprevidentes” (Bauman, 1998 : 51).

Dessa forma, verifica-se como além de simplificarem as dificuldades sociais apresentadas essas narrativas atenuam as situações de conflito presentes na sociedade brasileira. Chauí comenta que esta é uma sociedade na qual a luta de classes é identificada apenas com os momentos de confronto direto – “situação na qual é considerada ‘questão de polícia’ – sem que se considere sua existência cotidiana através das técnicas de disciplina, vigilância, repressão, realizadas por meio das próprias instituições dominantes – isto é, quando a luta de classes é encarada como questão de política” (Chauí, 1986 : 56).

Essa idéia de vencimento das adversidades como um dever moral reforça uma noção, que perpassa as matérias, de responsabilidade individualizada ainda que pautada por iniciativas que se constróem pelo apoio coletivo. Observa-se na enunciação que essa ação transfere-se das mãos da coletividade e é depositada em cada sujeito que ocupa o *topos*, como um dever de retribuição àquilo que recebeu.

Dessa forma, a responsabilidade por problemas sociais coletivos, como o desemprego, passa a ser abordada de maneira individual, como uma questão de capacitação pessoal e dever moral. O que se apresenta como um paradoxo em relação a projetos que falam em nome do interesse público e bem comum. Como afirma Bauman: “infelizmente o que se houve agora, como homílias insistentes, é que devemos buscar soluções individuais para problemas produzidos socialmente e sofridos coletivamente”⁵⁷.

⁵⁷ Zygmunt Bauman em entrevista a Maria Lúcia Garcia Pallares-Burke para o Caderno Mais. Folha de S. Paulo (19/10/2003)

Mais ainda, essa responsabilidade e dever moral se deslocam para um espaço ampliado, em que os *Destinatários* além de se tornarem responsáveis por si ainda recebem a incumbência de melhorar a sociedade, o mundo em que vivem.

Com base no livro *Tristes Trópicos*, de Claude Lévi-Strauss (1955), os autores do Atlas mencionado argumentam que as sociedades antropofágicas, “buscavam neutralizar seus *desviantes* – inclusive estrangeiros – por intermédio de sua assimilação, permitindo adquirir suas forças e transformá-las em vantagem adicional. Isso, [...] quando o inimigo que ameaçava a existência da espécie era morto e devorado pelas práticas do canibalismo”(Campos, et. al., 2003 :29-30).

Em sentido figurado, alguns dos agentes mobilizadores podem ser vistos como casos exemplares dessa inclusão antropofágica, apresentados sob a ótica da mobilidade social permitida pela sociedade contemporânea e que “devolvem” a ela o auxílio recebido como antigos *Destinatários* de projetos, iniciativas ou auxílios isolados a partir da ação privada.

Verifica-se aí como o discurso se torna coeso em relação à abordagem de agentes mobilizadores e *Destinatários*, estes refundam a idéia de superação de um ambiente hostil por esforço e vontade próprias, cujo dever se torna multiplicar seu bom exemplo para a sociedade – como se viu em relação aos agentes mobilizadores –, o que culmina na enunciação com a apresentação desses agentes como aqueles que corporificam o “eu-ideal” para os *Destinatários* das ações que desenvolvem.

Um discurso de multiplicação de um padrão de ação social que exclui o debate, a deliberação, o conflito e o respeito pelas diferenças e experiências de vida desses *Destinatários*, vistos apenas como aqueles oriundos de um meio e origem precários, inadequados, dos quais devem ser salvos.

Construção de novos heróis: do lugar de “carentes” para o de pessoas excepcionais que, formadas nos discursos da disciplina, da ordem e da profissionalização tecnicista, adquirem as condições para sobreviver à crescente competitividade da contemporaneidade, dependendo apenas de sua dedicação e vontade. E, após a transposição, serem incumbidos de retribuir o bem recebido auxiliando aqueles outros que ironicamente essa mesma competitividade deixará para trás.

Como também se pode visualizar nas matérias – e que se complementa com palavras de Bauman acima mencionadas –, mais recentemente as sociedades podem apresentar as possibilidades da inclusão/exclusão simultaneamente, “uma vez que – de forma figurada – tanto têm capacidade de devorar (incluir) como expelir (excluir) seus *desviantes*”.

“Seriam então as sociedades bulímicas (do grego: apetite insaciável) que possuem condições de assimilar culturalmente as massas da população por intermédio da educação, da mídia e da lógica do consumismo individualista no interior do mercado, ao mesmo tempo em que deslocam

segmentos populacionais, desfavorecendo-os por motivos econômicos e sociais. Assim, as sociedades contemporâneas terminam combinando, de maneira cada vez mais instável, a inclusão cultural e a exclusão socioeconômica” (Campos, et. al., 2003 : 31).

Por tudo que foi exposto em relação ao *topos*, vale trazer alguns estudos de pesquisadores que tiveram contato mais estreito com populações que podem ser vistas como *Destinatárias* de iniciativas como as apresentadas pelas matérias em estudo:

O primeiro deles parte do livro “Viração” de Maria Filomena Gregori, sobre meninos que vivem nas ruas da cidade de São Paulo, baseado em pesquisa de campo realizada entre março de 1991 e março de 1995. Sobre seus objetivos, autora afirma:

“Quis revelar os paradoxos que existem entre aquela vontade de resolver um problema (definindo acerca dele um padrão e nele intervindo) e o objeto dessa atuação, o problema real, vivo, dinâmico. E a pergunta se resumiu a: qual a relação – abandonando, é certo, qualquer possibilidade de estabelecer uma determinação causal unívoca – entre o objeto-problema e os conteúdos e formas com que ele foi sendo nomeado, tratado e objetivado pela sociedade circundante? Como menino de rua se relaciona com as imagens e com o tratamento que a ele se destinam? Ele se vira. Vira um menino de rua, seguindo as referências simbólicas e materiais que sobre ele vão incidindo” (Gregori, 2000 : 219).

A autora tece comentários sobre o termo que dá nome ao livro. Estes ilustram as implicações das construções simbólicas em torno desses meninos e de seus interlocutores, quando trocam o espaço doméstico pela rua e cujas relações com pessoas como transeuntes, comerciantes, policiais, assistentes sociais, educadores e religiosos, entre outros, que passam a ocupar a posição de familiares, vizinhos e amigos (ibid. : 15). Ela afirma que

“Viração é um termo empregado coloquialmente para designar o ato de conquistar recursos para a sobrevivência. [...] Os meninos de rua se viram [...]. Para eles, a viração contém em si algo mais do que mera sobrevivência, embora seja seu instrumento. Há uma tentativa de manipular recursos simbólicos e ‘identificatórios’ para dialogar, comunicar-se e se posicionar, o que implica a adoção de várias posições de forma não excludente: comportar-se como ‘trombadinha’, como ‘avião’ (passador de drogas), como ‘menor carente’, como ‘sobrevivente’, como adulto e como criança. Nesse sentido, é uma noção que sugere [...] uma comunicação persistente e permanente com a cidade e seus vários personagens. [...] Assim, a viração na rua não se vincula apenas à aquisição de bens para a sobrevivência imediata, ela pode fornecer, sobretudo, relações e interações entre parceiros” (Gregori, 2000 : 31).

Segundo a autora, “por estarem ‘fora do lugar’, os meninos de rua são tomados como uma espécie de emblema que ilustra, de forma vigorosa e trágica, os dilemas sociais, políticos e morais da sociedade brasileira” (Gregori, 2000 : 15).

Essas afirmações levam a pensar nas consequências da destituição operada nos jornais em estudo, quando abordam o ambiente, a cena inicial em torno dos *Destinatários*. E ainda mais quando se percebe a mesma abordagem ampliada para outras seções dos mesmos jornais, como se observou na triagem do *corpus* em estudo, e ainda para outros meios, como a televisão⁵⁸.

Como apresenta a autora, a conduta desses meninos corresponde às representações feitas sobre eles. Apresentam identidade móvel nos diferentes lugares, instituições ou situações, de acordo com a expectativa que acreditam que se tenha sobre eles e do proveito que disso podem tirar. Desse modo, o termo viração se institui na ordem da sobrevivência de forma ampla, isto é, material e simbólica, o que leva a questionar a responsabilidade da imprensa ao associar determinadas imagens aos *Destinatários* dos projetos. Pois, como discorre a pesquisadora:

“[...] as simulações trazem consequências: elas podem convencer, tirando da imagem simulada a sua qualidade viradora. Até porque a imagem não é uma mera atuação estilística, e sim algo que conduz a um comportamento concreto, que traz resultados tangíveis – como a imputação de responsabilidade e outras consequências que podem ser extremamente danosas” (Gregori, 2000 : 43).

Se o caso apresentado por Gregori em torno dos meninos de rua faz pensar na responsabilidade do jornalismo nas construções simbólicas que ratifica, outros exemplos contribuem para desmitificar a abordagem do *topos* como o lugar da passividade, daqueles sujeitos destituídos de possibilidades de ação, fadados à assimilação de valores de outro lugar e que estão ali para ser salvos.

Em sua tese de doutorado Eder Sader estuda os clubes de mães: um dos movimentos sociais que ocupa lugar de destaque entre aqueles ocorridos em São Paulo, nos anos de 1970. A partir dele, pode-se contrapor da enunciação das matérias em estudo, quando estas trazem as falas de *Destinatários* apenas como corroboração das iniciativas motivadas pela virtude, solidariedade e caridade alheias, como efetivas benesses.

Sobre o histórico do movimento, o autor menciona informações que apontam a existência de clubes de mães pelo menos desde o final da década de 1950, quando algumas mulheres previamente capacitadas “ensinavam outras, pobres e necessitadas, a bordar, costurar, e fazer outros trabalhos manuais, além de transmitir instruções de higiene e saúde” (Sader, 1987 :198). Porém, o autor afirma que é a partir do início da década de 1970 que esses

⁵⁸ Como exemplo dessa afirmativa, o Jornal Nacional veiculado pela Rede Globo apresentou no ano de 2003 reportagens sob a vinheta “Brasil Bonito”, cuja abordagem em torno dos destinatários e agentes mobilizadores tem direcionamento similar àquele das matérias que compõem o *corpus* deste estudo.

clubes de mães começam a ser organizados pelas “bases” (id.), pode-se dizer, pelas próprias *Destinatárias* dos projetos desenvolvidos.

Aquilo que o autor chama de “mito fundador” desse movimento cabe bem para demonstrar uma outra visão por parte dos *Destinatários* sobre a atuação dos agentes mobilizadores ou instâncias de apoio, como possibilidade excluída da cena enunciativa das matérias em estudo.

Sader (id.) traz o depoimento de uma das participantes do movimento (Odette). Ela afirma que no início havia mulheres vindas de fora para dar aulas de bordado, culinária, higiene e educação. Sobre a relação entre a entrevistada, as demais participantes dos projetos e essas mulheres, ele comenta:

“Ela sabe que essas mulheres eram do Lions Club e que tinham chegado dizendo ao padre que queriam ‘fazer o bem, alguma coisa pelos outros’. Lembra que elas vinham uma vez por semana [...] traziam tudo que elas podiam imaginar e ainda traziam pessoas para cuidar das crianças enquanto elas se reuniam. Os trabalhos artesanais feitos nessas aulas eram depois vendidos em lojinhas especializadas, em lugares e esquemas que elas desconheciam. A ação de benevolência estabelecia uma tal distância entre assistentes e assistidas, que estas mantinham um misto de gratidão e suspeita acerca da motivação das primeiras” (Sader, 1987 : 198-199).

Nesse histórico, vale destacar alguns trechos do depoimento daquela entrevistada transcritos por Sader, pelo contraponto que fazem em relação às matérias em estudo:

‘E então depois elas vendiam e eu não sei a que fins elas vendiam, se era para comprar novos materiais para trabalhar com outros grupos ou se também elas embolsavam, eu não sei dizer’.

“Lembra também as orientações que recebiam, ‘que se nós não tivéssemos pasta de dente para escovar os dentes, escovasse com bicarbonato, se nós não pudéssemos ter desodorante que usasse limão, que também saía o cheiro [...] se fosse nos tempos de hoje eu ia contestar’ e diz que lhes diria que não terem pasta de dente ou desodorante era sinal de quanto a ‘sociedade é injusta’, mas naquele tempo ‘nós era passivo, a gente não tinha consciência formada, a gente só estava recebendo o que eles vinham dar’” (Sader, 1987 :199-200).

Sobre a mudança que ocorreu, o momento que marca o “mito fundador”:

“Foi um dia, um fim de ano, elas fizeram uma festinha, trouxeram muita coisa [...] arrumaram assim uma mesa muito bonita [...] tiraram muitas fotos: nós expondo os trabalhos, a gente com as crianças, a mesa, a gente comendo. E o padre Egídio muito de fora, percebendo as coisas e vendo como tudo estava acontecendo. Então nesse dia o padre Egídio achou

assim muito ruim a posição delas não se misturarem com a gente assim. Nem retratos com a gente elas tiraram, elas só tiraram da gente”

“Aí ela conta que o padre chegou para as benévolas e disse-lhes que não precisariam mais voltar, porque as mulheres da própria vila tinham capacidade de fazer tudo aquilo por elas mesmas [...]”.

“Terminando o bazar o padre chamou algumas delas e disse-lhes que elas deveriam se reunir e ver se elas poderiam, elas mesmas, decidir se não tinham condições de fazer alguma coisa. E é então que elas começaram a se reunir ‘por elas mesmas’” (Sader, 1987 :199-200).

Segundo o autor, a imagem dos clubes de mães como organizações surgidas da própria base aparece sistematicamente como um traço peculiar dessa forma de associação nos anos 1970. Para ele, essa característica de auto-organização exige uma certa qualificação.

“Vemos pelo próprio relato feito como foi decisivo o papel do padre na determinação de um ‘novo começo’ naquele clube de mães de Vila Remo. Foi o padre que, sem antes nem falar com elas, tomou a iniciativa de dispensar as senhoras benévolas e a propor-lhes que elas mesmas se organizassem” (ibid. : 200).

Porém, apesar de “em boa medida” terem sido os agentes pastorais a propor novos padrões para os clubes de mães, e as auxiliarem, o autor salienta que sua interferência não nega o fato de que aquela efetivamente se tratava de uma organização pela base e feita por elas mesmas. Segundo Sader (ibid. : 2000-202), tanto a realização dos objetivos quanto a sua forma concreta “dependiam do modo pelo qual cada grupo de mães da periferia assumisse sua participação [...] e desenvolve-se (ou não) práticas coletivas que dessem conseqüência a tudo isso”.

Assim, o breve histórico do clube de mães apresenta-se como exemplo de que a visão dos *Destinatários* sobre uma iniciativa assistencial pode ser muito diferente daquela do grupo que realiza essa iniciativa, mesmo que este tenha intenções de fazer o bem ou “alguma coisa pelos outros”; e que nem sempre o que é apresentado como doação, auxílio ou benevolência é aquilo que a população atendida necessita para melhoria de condições de vida.

Mais do que isso, esse movimento, que se desdobrou posteriormente no “movimento do custo de vida”, demonstra o poder mobilizatório e político dessa população:

“Com essa dinâmica, os clubes de mães constituem-se em espaços sociais em que as motivações de seus membros tornam-se pontos de partida para um redimensionamento tanto de aspectos da vida doméstica (na medida em que repensam seus papéis de ‘donas de casa’) quanto de aspectos da vida política (na medida em que passam a pensar as carências de suas

condições de vida como direitos que lhes estão sendo negados)” (Sader, 1987 : 206).

Outro exemplo significativo do poder político dessa população é o da APDESP – Associação de Profissionais Domésticos do Estado de São Paulo, fundada em 1962, e que surgiu no seio da Igreja Católica, através da Juventude Operária Católica, por iniciativa de um grupo de trabalhadoras domésticas, quando esta ainda não era uma profissão legalmente reconhecida no país (Ordóñez García, 1990 : 89).

Segundo Maria Elena Ordóñez García, que estudou a instituição em sua pesquisa de mestrado, estas mulheres, apoiadas por algumas profissionais, decidiram criar um grupo independente que posteriormente se constituiu em associação.

Como primeiras conquistas da APDESP, em 1972, há a aprovação e a regulamentação da lei que reconhece aos trabalhadores domésticos o direito à Carteira Profissional, às férias de 20 dias úteis e à Previdência Social, ainda que esta legislação deixasse a desejar (id.).

A autora discorre sobre como, com todas dificuldades e entraves, as participantes da Associação continuaram suas ações para envolvimento da classe e assim conseguiram se mobilizar e pressionar o Congresso durante o processo de elaboração da atual Constituição Brasileira, iniciado em novembro de 1986, com a eleição do Congresso Nacional Constituinte, garantindo o reconhecimento como categoria profissional, cujos direitos foram discriminados na nova constituição: salário mínimo, descanso semanal remunerado, décimo terceiro salário, férias anuais, licença gestante e aviso prévio (ibid. : 96-111).

Esses exemplos demonstram a importância de um enfoque mais ampliado das ações, em detrimento de uma visão de mero aceite dos trabalhos e dever de assimilação de valores, como disciplina e adequação por parte dos *Destinatários*, como sendo a solução para os problemas sociais que enfrentam, direcionamento que se evidencia nas matérias.

Tal necessidade se reforça, quando conquistas nessa área são associadas diretamente à organização e mobilização da população, como se evidencia no caso da APDESP e no Atlas da exclusão social no Brasil. Neste último caso, ao abordar a situação do país, nas últimas décadas, seus autores concluem que “tudo parece não ter sido pior”, graças ao processo de redemocratização a partir da Constituição Federal de 1988, que permitiu avanços nas políticas de inclusão social relacionadas à seguridade social e à universalização da educação fundamental e da saúde pública. Eles mencionam, ainda, que **as “modificações na condução das políticas públicas direcionadas à inclusão social foram possíveis pela pressão política organizada** no interior do regime político democrático, embora na década de 1990 algumas regressões tenham sido introduzidas por conta do predomínio da política neoliberal” (Campos, et. al., 2003 : 40 – grifo nosso).

Pelo exposto, observa-se que, se agentes mobilizadores e redes de apoio oriundos de camadas pobres são apresentados como heróis ou cuja ação é tomada como feito extraordinário, os *Destinatários* ratificam essa cena em torno da destituição de direitos associada à pobreza.

Esses *Destinatários* ocupam na enunciação o lugar onde supostamente deveriam estar: um espaço depreciado ao qual cabe somente receber as oportunidades de adesão que aqueles incluídos têm a lhes oferecer. Devem agradecer, por isso, com sua adequação ao meio no qual serão inseridos e com a multiplicação das atitudes e valores, para transformação do mundo, mas um mundo do Mesmo, cada vez mais. Isto é, ainda que existisse lugar para todos (o que os dados do Atlas contribuem para desmitificar), tal inclusão não contempla outras possibilidades e modelos de vida.

Como se pode inferir da afirmação de Gomes (2003 : 29), a alteração no conjunto implica a alteração de relações entre elementos que o compõem. Dessa forma, no caso em estudo, as relações e hierarquias se mantêm as mesmas, apesar das ações desenvolvidas.

Embora os textos em estudo se fundamentem em nome de melhorias sociais, eles não apresentam alterações efetivas no conjunto quando sobrepõem as mesmas hierarquias e relações, embora envoltas sob um novo aspecto, mais “solidário”.

Assim, aquilo que é apresentado como um benefício, reforça barreiras simbólicas em relação àqueles com os quais deveria colaborar. Pois, se por um lado as matérias apresentam ações voltadas para suprir determinadas necessidades emergenciais de parcela da população, por outro, evidenciam um discurso com efeito de verdade que endossa a noção que aqueles oriundos de ambientes pobres e precários vivem em uma posição de inferioridade, e assim, dependem de auxílio externo ou de indivíduos excepcionais para seu acesso à sociedade ou sua “inclusão social”.

E ainda que os jornais em estudo sejam dirigidos para outras classes⁵⁹, a questão abordada por Chaui se faz pertinente, por se associar à caracterização e apelo que se impõem aos *Destinatários* dos projetos divulgados:

“[...] a Informação, dirigida aos espoliados, não cria apenas o ‘sistema de ilusões’ da sociedade de consumo – as ilusões são necessárias a todos nós –, mas reforça a percepção e o sentimento da necessidade de ser incluído nesse espaço, sob pena de converter as perdas numa perda irreversível: a da própria humanidade invalidada pela incompetência” (Chaui, 1986 : 39).

⁵⁹ Segundo folhetos comerciais dos jornais elaborados pelos jornais e fornecidos pela agência de publicidade Comunicação Explícita: A divisão por classe dos leitores da Folha de S. Paulo (fonte: Marplan/2000 : a) No Brasil, leitores de 2ª a domingo: A/B - 73% , C - 23%, D - 4%; b) Folha Campinas: A - 46%, B - 54%; c) Folha Equilíbrio: A/B - 88%; C - 11%; D - 1%. Os leitores do Correio Popular, dividiam-se em (fonte pesquisa: Marplan/2001) A/B - 81% C - 16%, D - 35. O Correio, reforça que 69% dos leitores de jornais das classes A/B, da região de Campinas, lêem o jornal.

7

Instituição Midiática

Nesta pesquisa, considera-se como *Instituição Midiática* o lugar ocupado pela empresa jornalística (grupo e jornal) e jornalistas que nela atuam.

À medida que produz seus enunciados, a imprensa se mostra na enunciação por meio da linguagem, expressões e juízos de valor que utiliza, de forma explícita ou diluída no texto.

A observação dessas expressões e termos, de sua recorrência e dos sentidos que lhes são associados aponta para aquilo que se destaca no relato, pela relevância que apresenta segundo o enunciador, de onde se identifica seu posicionamento em relação aos fatos e temas abordados.

Nas colunas em estudo, ambos os grupos jornalísticos compõem para si um *topos* específico que vai além do papel de organização e divulgação de fatos: eles se inscrevem no enunciado como agentes produtores e integrantes do acontecimento relatado.

Coluna Social

Explicitação e apagamento do enunciador

Na introdução da matéria “Coluna presta contas do primeiro ano” (21/02/2002), na Coluna Social, evidenciam-se argumentos que justificam sua criação, segundo o jornal, bem como o papel que esta se auto-atribui.

*A “Coluna Social” está completando um ano. Nasceu junto com o Ano do Voluntariado (em 15/02/2001). **Poderia até ter sido** mais um espaço dedicado ao terceiro setor em meio à enxurrada de campanhas e notícias sobre o assunto que foi despejada sobre o brasileiro durante todo o ano que passou. Mas, **modéstia à parte**, a “Coluna Social” manteve o seu diferencial.*

*Além de **prestigiar o trabalho de gente sem tempo nem dinheiro** – às vezes, dinheiro era exatamente o que faltava para a própria sobrevivência –, esta coluna **promoveu encontros memoráveis**, que tinham como **claro objetivo interferir, de alguma maneira**, em projetos sociais.*

***Confira aqui e na página ao lado como a coluna e seus colaboradores fizeram a diferença** para alguns dos 51 projetos visitados durante esse ano (21/02/2002).*

A coluna se posiciona como uma iniciativa voltada para abordar temática relacionada ao *terceiro setor*⁶⁰. Como se afirma na matéria, a seção é alicerçada pela instituição do Ano Internacional do Voluntariado, mas busca diferenciar-se de outras iniciativas congêneres, que são abordadas de maneira destitutiva, como uma “enxurrada de campanhas e notícias” “despejadas” sobre a população.

Observa-se também que a *Instituição Midiática* posiciona-se como um lugar que confere prestígio às iniciativas que divulga e que se imbuí da tarefa de interferir nas mesmas, seja lá como for. Isto é, uma enunciação cujo foco direciona-se para a própria empresa jornalística, para seu ato de intervenção em uma realidade específica, em detrimento do trabalho desenvolvido pelos projetos que divulga.

Um texto que, além de posicionar a empresa jornalística em um papel de agente sobre a materialidade do mundo, pressupõe a necessidade de sua atuação para aquele meio, e ainda de prestação de contas para o leitor.

Assim, do ponto de vista do projeto Coluna Social, a *Instituição Midiática* se transforma em agente mobilizadora que visa atuar sobre o trabalho desenvolvido por outras instituições, as quais se transformam em destinatárias das ações que a coluna promove, seja pelo convite ou promoção de encontros com “celebridades”, seja pela própria visibilidade que confere àquilo que divulga.

Quando o foco da enunciação é a visita de uma “celebridade”, o jornal amplia seu papel. Passa de mediador entre os acontecimentos e público leitor, por meio do relato que elabora, para uma mediação entre grupos distintos, entre uma “celebridade” e um projeto social, como agente articulador do fato a ser narrado. Mediação que, no entanto, é promovida por iniciativa do próprio jornal, isto é, tem sua motivação e direcionamento conduzido pelos interesses e objetivos da Folha de S. Paulo.

Quando o jornal leva um convidado a conhecer uma determinada iniciativa de cunho social, a menção à atuação da coluna é aspecto ressaltado não apenas no texto de rodapé⁶¹, mas também no corpo de todas as matérias, como alguns trechos demonstram:

A convite da “Coluna Social”, Evelyn levou o “retrato social” para as mulheres da instituição Pró Mulher Família e Cidadania, em São Paulo (02/08/2001).

⁶⁰ As iniciativas englobadas pelo termo, bem como as implicações da circunscrição de campo que esta expressão apresenta foram abordadas no primeiro capítulo desta dissertação.

⁶¹ Texto que acompanha as matérias citadas (por vezes, há inversão de termos, mas o conteúdo se mantém inalterado): “A ‘Coluna Social’ leva toda semana uma personalidade para colaborar com um projeto social”. Como mencionado no levantamento do *corpus* desta pesquisa, essa afirmação se faz todas as vezes que a coluna relata uma das visitas realizadas, porém, a periodicidade semanal não se cumpre. Nas edições do ano de 2001 há semanas em que são apresentados projetos sem que se leve um convidado e outras em que o caderno Folha Equilíbrio é veiculado sem essa Coluna. Em 2002, a periodicidade se reduz e, em 2003, ela não foi veiculada.

*O estilista Carlos Miele, que recentemente levou suas criações, da grife M. Officer, para as **passarelas londrinas, foi convidado por esta coluna a fazer umas comprinhas no Bazar Benéfico Esperança**, da ONG CCA (Centro Comunitário da Criança e do Adolescente) [...] (04/10/2001).*

*O estilista Alexandre Herchcovitch **durante encontro promovido por esta coluna** com os alunos da oficina de serigrafia da Associação Profissionalizante Bolsa de Mercadorias e Futuro (Legenda – 16/08/2001).*

Nas matérias publicadas nos dias 15 e 29 de novembro, o jornal menciona que aquela foi a primeira vez que os convidados da Coluna visitaram um projeto social. Essa afirmação pode ser lida como valorização da ação do jornal em promover tais encontros: ele mobiliza pessoas de destaque na sociedade a visitar projetos comunitários, as quais ainda não haviam se envolvido com esse tipo de ação anteriormente.

Mas, se essa enunciação reforça o papel da *Instituição Midiática* como mediadora entre grupos sociais distintos, por outro lado, ratifica a idéia de cobertura de ações pontuais, sem necessidade de um maior vínculo com transformações sociais efetivas, como se pode observar pelo lugar ocupado por essas “celebridades” na cena enunciativa, conforme análise das instâncias de apoio.

Destaca-se, que, como relato da visita de uma “celebridade”, a enunciação diminui o enfoque jornalístico em relação ao projeto, e concentra a cena na projeção social do visitado, num processo de glamourização recíproca entre este e o jornal.

Além do deslocamento do papel mediador da imprensa, a enunciação traz outras marcações que suavizam os efeitos de apagamento da presença do enunciador: tornam mais evidentes sua presença e opinião, e assim, o caráter não neutro da mediação.

A posição adotada pela *Instituição Midiática* se faz notar de diversas formas, principalmente em juízos de valor e expressões por vezes destacadas entre aspas, outras diluídas no texto, além da recorrência a neologismos. Isso ocorre tanto no relato da visita promovida pela coluna, como nos textos em que se recorre à entrevista com o responsável por um projeto, como se verifica em alguns trechos selecionados:

*As modelos estreantes **capricharam na pose e saíram bem nas fotos**. Com canetinhas coloridas, purpurina, pincéis e tintas, elas pintaram seus retratos (02/08/2001).⁶²*

⁶² Vale lembrar, como mencionado no início da análise, que nos trechos extraídos dos jornais, nos casos em que não se credita os grifos, estes são nossos.

*A filosofia do grupo é levar cultura aonde o povo está [...]. **Sempre de graça, claro** (15/11/2001).*

*[...] criar camiseta **pode ser uma saída simples** para quem não tem emprego. **Basta vontade e criatividade** (16/08/2001).*

*O professor de tênis Marcio da Silva saiu da **pindaíba** da favela onde morava para o **glamour** das quadras. [...] Ele, **que já sentiu na pele** a pobreza e a falta de oportunidade, resolveu montar um projeto social com tênis (27/09/2002).*

*Henrique Assis [...] foi convidado [...] para dar aulas [...] em um barracão abandonado num descampado da região, **o famoso** Capão Redondo, na zona sul de São Paulo (11/10/2001).*

***Mulher de fibra é mãe** para doentes e idosos (08/11/2001)*

Entre essas expressões, destacam-se aquelas que são de alguma forma marcadas na enunciação, como termos entre aspas ou travessões, por exemplo.

Fotógrafa faz “retrato social” de mulheres (título – 02/08/2001)

Antes de arrumar as malas para Paris – ulalá! – [...].

[...] os jovens que passam pela oficina de serigrafia da APBM&F saem formados em “estilista de garagem” [...].

[...] Montou seu primeiro ateliê de serigrafia no fundo da casa dos pais, onde imprimia em camisetas suas criativas estampas – a de caveira é um “must” até hoje (16/08/2001).

Paula treina com time infantil de “cadeirantes” (legenda)

O entrosamento com os alunos que andam é total. [...] E mais: os “andantes” participam dos treinos e jogam partidas em cadeiras de rodas na maior animação [...] (20/09/2001).

Ex-traficante vira “ongueiro” (título – 11/10/2001)

Por outro lado, notam-se palavras de língua estrangeira, expressões coloquiais e de conhecimento restrito a determinados grupos diluídas nos textos, como se fossem de acesso geral e pertencentes ao idioma:

*Herchcovitch e a turma de garotos **fina estampa** (título)*

*Herchcovitch estreou no mundo **fashion** aos 15 anos [...] (16/08/2001).*

*Os veteranos [...] dão um **show** nas partidas (20/09/2001).*

*Marcos Suzano faz **jam** em casa de cultura (título – 29/11/2001)*

***Ex-catador de bola** ensina tênis de graça (título – 27/09/2001)*

A recorrência aleatória e não padronizada dessas marcações, por vezes, torna ambíguo o seu sentido, além dos casos em que seu significado é desconhecido, o que pode dificultar sua interpretação e a leitura do texto.

Algumas dessas expressões, independentemente da forma marcada ou diluída nos textos, atuam como uma confirmação do caráter de destaque dos convidados da coluna, uma ratificação da condição de “celebridades” que circulam em ambientes considerados de elevado *status* social. Conferem também, por vezes, uma idéia de aproximação da enunciação aos meios em que o jornal se insere. Desde os mais luxuosos, aos mais pobres.

Ressalta-se ainda, o tom informal do relato:

*Ela **clica** meninas de centros de reabilitação [...] (02/08/2001).*

*Prometeu também doar estoques de suas coleções e ministrar aulas de **bê-á-bá de vendas**.*

*A loja deve estar de **cara nova** até o Natal [...] (04/10/2001).*

*[...] ele **deu uma esticada** até a periferia de Campinas para conhecer a Casa de Cultura Tainã.*

*[...] diz Suzano, e sem perder **tempo saca seus pandeiros e solta a mão para ensinar as pegadas** e os ritmos que fizeram dele uma referência internacional para outros músicos.*

A batucada pegou forte. Suzano fez uma jam com os músicos da Tainã, [...]. O tempo voou, e o moço quase perdeu o avião (29/11/2001).

Há três anos, numa briga conjugal, Francilene Rodrigues, 28, tomou um tiro que a deixou paraplégica [...] (30/08/2001).

Essa cena informal se complementa nas falas dos entrevistados, tanto na cena em torno das “celebridades”, quanto nas entrevistas com agentes mobilizadores:

Quero mostrar todo o processo para que vejam que não é um bicho-de-sete-cabeças, disse Herchcovitch (16/08/2001).

O grande lance é fazer com que o esporte mostre que eles são cidadãos comuns (20/09/2001).

“Senti muita afinidade porque eles querem mais é ver o circo pegar fogo. O negócio é passar o que sabe para o maior número de pessoas e não ser guardião de uma idéia. É isso que eu vi aqui” (29/11/2001).

Henrique – Conheci um pessoal de uma seita religiosa afro. A cultura negra me influenciou e mostrou que esse não era o melhor caminho, que era para eu sair dessa e que Xangô, que é o meu santo de cabeça, estava me protegendo. Dei um voto de confiança à palavra deles e corri atrás com a força de Deus (11/10/2001).

Ao se observar a matéria “Coluna presta contas do primeiro ano” (21/02/2002), ratificam-se os comentários sobre a linguagem e marcações feitas pelo jornal, como alguns exemplos evidenciam:

O padeiro francês e “bonitón” Olivier Anquier, que delicia as moçoilas com os “croissants” e brioches de sua rede de “delicatessen” e também com as gostosuras que ensina em seu programa de TV, ajudou a mudar a cara da oficina de padaria da Casa do Zezinho [...].

O autor do best-seller “Guia dos Curiosos” encarou duas horas de viagem até o bairro Flórida 2, para lá de Embu Guaçu para conhecer os leitores mirins da oficina de literatura da ONG Casa da Paz. Ele leu histórias durante toda a tarde para uma turma barulhenta [...].

*O coveiro José Cruz Matos, 45, e o vigia de escola Fernando José da Silva Filho, 36, **oferecem casa, comida e roupa lavada** a 40 pacientes soropositivos, **a maioria ex-travestis** [...].*

Paula treina com time infantil de “cadeirantes” (legenda)

Ao percorrer essas marcas, mais uma vez observa-se tratamento diferenciado na enunciação dependendo do ambiente relatado, com positividade daqueles ricos e destituição dos cenários pobres. Além de endosso de estereótipos sociais.

Vale ainda abordar o direcionamento conferido às possibilidades de contato com os projetos, no texto de rodapé. A informação aponta para um possível interesse do leitor apenas no que confere o auxílio por meio de doação ou contratação dos serviços prestados. É um interesse utilitário que, pode-se dizer, vê no leitor uma instância de apoio aos projetos, mas nunca pessoas de algum modo efetivamente envolvidas com iniciativas análogas, ou interessadas em conhecer melhor a iniciativa apresentada. Uma exceção é a matéria veiculada no dia 02/08/2001, que não direciona o contato com a instituição, mas desloca o provável interesse para oficina da convidada da coluna e não para o projeto visitado:

Pró Mulher Família e Cidadania: tel. 0/xx/11/3812-4888. No dia 8/8, a fotógrafa Evelyn Ruman vai promover uma oficina sobre seu trabalho no Sesc Pompéia, em São Paulo. Mais informações pelo tel. 0/xx/11/3022-8896. A “Coluna Social” leva toda semana uma personalidade para colaborar com um projeto social (02/08/2001).

***Para encomendas:** tel. 0/xx/11/229-9033 (Matéria sobre a visita à oficina de serigrafia da APBM&F – 18/08/2001).*

*Contato da ADD **para interessados em colaborar com patrocínio** para ampliar esse projeto para outras escolas: tel. 0/xx/11/3862-7143 (20/09/2001).*

***Para encomendas de instrumentos, shows ou patrocínio:** tels. 0/xx/19/3268-9494 e 0/xx/19/3735-0841; taina@lexxa.com.br ou www.lexxa.com.br/taina (29/11/2001).*

***Doações pelo tel.** 0/xx/11/6513-2657 (Matéria sobre a Acadef – 30/08/2001).*

Se por um lado essas menções direcionam o contato, por outro, e embora de forma extremamente sucinta, trazem mais algumas informações sobre os projetos não mencionados como a venda de artefatos produzidos e a realização de espetáculos, entre outras.

Quando o foco da coluna recorre ao modelo de entrevista transfere-se grande parte da palavra ao entrevistado, o que confere um sentido de maior proximidade com o ambiente apresentado, pelo recurso ao discurso direto que sublima a interferência da mediação. Porém, quando se observam as perguntas, o direcionamento da enunciação fica evidente, como abordado na análise do agente mobilizador. Mais do que isso, por vezes, as perguntas evidenciam pressupostos que apontam para a visão estereotipada e estranhamento diante do ambiente encontrado, por parte do jornal e jornalistas, como demonstra o exemplo abaixo.

*Folha – A **senhora estudou?***

Folha – Como é a rotina aqui?

*Folha – **O trabalho é a terapia?***

Folha – Vocês comem o que plantam?

Berenice – [...] Todos que estão aqui têm uma qualidade profissional.

*Folha – **E eles se lembram do ofício?***

*Folha – **Os esquizofrênicos convivem com os outros?***

*Folha – A senhora **lida tão bem** com todos.*

*Folha – **E na hora das confusões?***

Berenice – Não tem confusão nem briga [...].

Folha – Quais os seus projetos?

Folha – Há médicos trabalhando no centro? (08/11/2001).

Observa-se ainda que a palavra e a apresentação do entrevistado endossa um texto marcado pelo enfoque a aspectos secundários dos projetos em favor de uma exploração de situações bizarras e do ambiente de precariedade.

O acento da cena enunciativa, que no relato da visita recaía sobre a “celebridade”, aqui se verifica na exposição e caracterização de um mundo Outro, que ratifica a idéia de um lugar de excluídos, mais do que a valorização do trabalho e a apresentação de outras relações possíveis, em sociedade, como se observa em alguns trechos retirados da entrevista mencionada acima (08/11/2001):

*Aquele rapaz, eu o **encontrei se afogando numa enchente** embaixo de um viaduto. Aquele outro é jovem, mas **tem uma neurose, um desespero**. Tem um que era empresário na época do Collor. Perdeu tudo,*

tudo. Foi pra camisa-de-força, enlouqueceu e não pode ouvir falar desse plano[...].

Filha de lavadeira e ex-empregada doméstica, ela segura a onda de esquizofrênicos da pesada e viciados em crise de abstinência. Uma das suas técnicas é **mandar os agitados para o lago** e dar 21 mergulhos. “É um quadro em que eles acreditam. Dificilmente conseguem dar 21. Cansam de um jeito que se jogam na grama, exaustos”, conta ela .

Berenice – Acordamos às 6h30 e arrumamos o lugar. [...] Uns vão **limpar o galinheiro e levar as fezes de galinha** para a horta. Outro grupo vai para o mato pegar lenha para o fogão”.

Berenice – No CTL, eles fazem fisioterapia junto com todo mundo. **Muitos chegam de ambulância amarrados**, mas peço para desamarrar dentro do carro, que me dêem o paciente desamarrado.

Vale retomar a prestação de contas de um ano da coluna (21/02/2002). Além de passar a idéia de um contrato com o leitor, como um projeto voltado para este, o qual, portanto, deve ser informado do andamento das atividades, a narrativa reforça o caráter de atuação do jornal na materialidade do mundo, com enfoque para os resultados obtidos após a visita ou divulgação do projeto. Entre esses destacam-se aqueles de caráter utilitário, como a abertura da Paris Pães para estágio dos participantes da oficina de padaria da Casa do Zezinho, e contratação de um deles como funcionário, além de doações recebidas e aumento de receita:

*Quem se deu melhor foi Diego Regis, 16. Como se destacou no estágio, **foi contratado** para se juntar ao time de Olivier na Paris Pães [...]. Ele está feliz da vida: tem carteira assinada e **já ganha mais do que sua mãe.***

*[...] **após a publicação da reportagem na coluna**, a casa **recebeu doação** de mais de 300 títulos para a antes precária biblioteca.*

*O estilista Carlos Miele **mudou a cara – e o faturamento** – da loja da ONG CCAC [...]. **Após ele ter sido levado à loja pela coluna**, fez novo projeto de arquitetura [...]. **Resultado:** mudaram a faixa etária e o poder aquisitivo dos clientes. **O faturamento aumentou 20%.***

Interessante notar que, além da auto-promoção, valoriza-se como resultado da divulgação feita pela coluna o desdobramento de matérias como pauta para a TV e das implicações relativas a essa nova divulgação. Verifica-se um processo de legitimação recíproca em que a inserção da pauta na TV atua como elemento referencial de valorização do projeto jornalístico da Folha e vice-versa:

*A dupla foi **da “Coluna Social” direto para a TV**, para o extinto programa de Fábio Júnior. De lá, eles saíram com uma Kombi nova, que vem sendo usada para transportar os doentes. Ganham ainda material para completar a reforma do lugar [...].*

A apresentadora de TV e colunista da **Folha**⁶³ Soninha proporcionou mais do que 15 minutos de fama para os participantes da oficina de TV coordenada pela ONG Novolhar. Uma turma formada por ex-infratores **foi convidada a mostrar a cara e a coragem no programa** que Soninha apresentava até o ano passado **na TV Cultura**, o 'RG' (grifo do jornal).

E mais: um **outro grupo** de jovens da oficina **foi convidado a produzir uma matéria especial** sobre trabalho infantil para ser **exibida na TV Cultura**. Foi um sucesso!

Tudo isso aconteceu **em decorrência do encontro promovido pela coluna** entre Soninha e os jovens.

Cidadão 2001

Instituição Midiática no papel do juiz conservador

Na seção Cidadão 2001, a presença da *Instituição Midiática* na construção de um fato verifica-se na implantação de um prêmio em que o jornal se institui o papel de “identificar, divulgar e valorizar” (Correio Popular, 18/12/2001) os projetos que devem ou merecem servir como exemplo para a sociedade.

No entanto, a premiação apenas quatro deles ressalta uma lógica de competitividade que é dominante no universo empresarial contemporâneo e de onde falam tanto o grupo jornalístico como o patrocinador.

[...] a campanha irá valorizar as pessoas que se doam para melhorar a vida de outras (Correio Popular, 08/07/2001).

[...] eu terminaria dizendo que as 20 associações aqui presentes merecem, desde já, o prêmio de reconhecimento da sociedade campineira. Quatro delas se destacaram nesta noite, e isso é importante, mas é ainda mais importante poder constatar que, em nossa cidade, há um número crescente de cidadãos dispostos a falar em solidariedade antes de falar em política ou em economia.

É nesse contexto, aliás, que se insere a iniciativa de duas empresas – a RAC e a CPFL – que, embora atuando na iniciativa privada, têm um papel social a cumprir. Ao contemplar projetos que brotaram espontaneamente de individualidades ou do esforço coletivo de cidadãos conscientes, julgamos estar mostrando exemplos que devem ser seguidos inclusive pelo poder público – e dando, assim, uma contribuição ao

⁶³ Este grifo é do jornal. Os restantes são nossos.

desenvolvimento da cidade e à coletividade campineira (Discurso do Diretor Presidente da Rede Anhangüera de Comunicação – RAC – Sylvino de Godoy Neto. Correio Popular, 18/12/2001 – grifo do jornal).

Esta seção também se apresenta como aquela que aplica um determinado discurso de intervenção na sociedade. Por meio do projeto Cidadão 2001, o grupo jornalístico materializa causas e valores que prega, com a transformação de um produto editorial em uma ação que se justifica em nome da solidariedade e doação.

A empresa jornalística se posta no lugar de uma instituição que contribui para a comunidade em que está inserida, com uma ação que é apontada como algo que vai além de sua função empresarial, mas que no entanto só se possibilita pelo papel social do segmento em que se insere.

“Não existe carência de exemplos, mas de divulgação e reconhecimento e a sociedade precisa de ações de voluntariado como forma de reduzir as desigualdades sociais”, frisa (Correio Popular, 08/07/2001).

O prêmio, um simples troféu⁶⁴, é simbólico diante do espaço concedido, o qual figura como maior bem e apoio aos projetos divulgados. A eficiência e importância da iniciativa do jornal são endossadas, mesmo que em discurso indireto, pela palavra dos agentes mobilizadores, como se explicita nos trechos extraídos da matéria sobre a premiação (Correio Popular, 12/12/2001):

Feliz com a premiação, a aposentada Nair Ricardo da Silva, da Casa da Criança Luz do Amanhecer, comentou que as doações aumentaram depois da publicação da reportagem [...].

Nobre também percebeu um aumento no reconhecimento do trabalho da sua entidade. Ele disse que o serviço de telemarketing da instituição tem registrado uma maior contribuição da sociedade [...].

E o professor Evangelista comentou que algumas empresas estão interessadas em conhecer seu projeto mais a fundo [...].

Vale comentar que a seção se insere na publicação de maior destaque entre os dois jornais produzidos pela RAC – Rede Anhangüera de Comunicação, o que contribui para a idéia de uma coluna que reforça o prestígio da imagem institucional, tanto da empresa jornalística como daquela que é patrocinadora⁶⁵. A composição dessa imagem também se

⁶⁴ Como afirma a matéria veiculada pelo jornal em 18/12/2001 : “Os vencedores foram escolhidos entre 20 experiências de voluntariado [...]. Receberam um troféu como reconhecimento do trabalho [...]”.

⁶⁵ Segundo material informativo do grupo, distribuído para agências de propaganda em 2002, com base em dados da Marplan/2001, o Correio Popular é o jornal mais lido do interior paulista, sendo que, em Campinas, 69% dos leitores de jornais das classes A/B liam o Correio Popular e 20%, o Diário do Povo, segundo a mesma fonte.

explicita no trecho de matéria que fala sobre o prêmio, publicada pelo Correio Popular em 08/07/2001.

A RAC e a CPFL são empresas que estão sempre buscando melhorias para a sociedade campineira e da região através de sua atuação e da realização de campanhas especiais. A RAC premiou personalidades de destaque em vários setores, como economia e cultura, na primeira edição do Projeto Cidadão, em 1999 (grifos do jornal).

A CPFL, desde sua privatização, doa equipamentos à Santa Casa de Misericórdia de Campinas. Além disso, venceu as três edições do prêmio Top Social, promovido pela Associação dos Dirigentes de Vendas e Marketing do Brasil (ADVB). O último foi pela exposição de Lasar Segall, realizada no ano passado.

Nas matérias da seção, o texto explicativo que acompanha o título do caderno aponta para a auto-referencialidade e exemplifica as observações sobre a necessidade da inscrição da empresa jornalística em determinadas ações, na efetivação de um discurso como prática:

Cidadão 2001 é uma iniciativa da Rede Anhangüera de Comunicação em parceria com a CPFL. Até novembro, o Correio publicará, às quartas-feiras, reportagens que destaquem ações sociais voluntárias de pessoas e empresas. Todos concorrem a prêmio no final do ano.

Na matéria, “Advogadas dão lições de cidadania” (29/08/2001), a *Instituição Midiática* aparece na enunciação novamente como instância de apoio, mas não no papel de divulgadora da iniciativa, e sim como colaboradora no contato entre a iniciativa divulgada e outras instituições, com outro projeto que desenvolve, o “Correio Escola”.

Essa menção, além de ser mais um exemplo de auto-referencialidade, reforça a necessidade que a empresa jornalística tem de se inserir na comunidade por meio de outras ações além da sua atividade fim. Prática de um discurso cada vez mais validado no cenário empresarial de forma genérica, como se observa no estudo sobre o *terceiro setor* e na seqüência deste trabalho.

Por outro lado, vale pensar na premiação de uma iniciativa que se desenvolveu com apoio de uma ação institucional do grupo midiático responsável pelo prêmio, o que remete à auto-promoção. Esta se prestigia, pela “identificação, divulgação e valorização” da premiação de um trabalho que contou, destacadamente, com seu auxílio para se efetivar:

“Fizemos um levantamento de demanda junto aos professores [...]. O levantamento foi feito por intermédio do Projeto Correio Escola⁶⁶

⁶⁶ Grifo do jornal.

desenvolvido pela **Rede Anhangüera de Comunicação (RAC)**, sob a coordenação da professora Cecília Pavani” (29/08/2001 – grifos do jornal).

Apesar do relato em terceira pessoa, notam-se expressões, comentários e frases, entre as várias tomadas de posição que evidenciam um enunciador do discurso. Estas apontam para a ratificação de estereótipos e uma visão estanque de hierarquias sociais fundada em valores disciplinares e ênfase a apelos morais conservadores, calcados em eixos como família, religião e “bom” comportamento. São palavras e expressões que, pela simples menção, inserem na enunciação um universo de diversas significações atrelado ao sujeito e *topos* que qualificam:

[...] diz o **católico** Luiz.

[...] **O projeto exige** não apenas que os praticantes freqüentem **religiosamente** a escola, como também **apresentem boas notas** no boletim.

Thamy [...] **é um exemplo de aplicação** [...]. **Bonita** [...] além de professora de tae kwon do [...] também quer ser atriz (15/08/2001).

As aulas do Projeto Escola Campineira de Cidadania [...]. **Mostram ainda que a própria sociedade pode se organizar para cumprir uma parte de um papel do governo** (29/08/2001).

A obra, levada com muita dificuldade por dona Nair e suas **bravas companheiras de ação voluntária, todas mulheres, negras e pobres**, como ela, começou **justamente** a partir das festas do Dia das Crianças realizadas anualmente **naquele trecho esburacado** [...].

E aqui é preciso que comecemos a nomear algumas dessas senhoras cujo amor ao próximo é grande o suficiente para fazê-las passar por cima das mazelas de suas próprias vidas e dar o melhor de si pelos seus semelhantes [...].

A casa [...] **apesar de não dispor de nenhum acabamento** (o chão é de estuque, **as paredes nem têm reboco**), é mantida **na mais perfeita limpeza** e conta com mesinhas e banquinhos, que, **embora toscos, acomodam as crianças** para suas refeições [...].

Não é de todo improvável que a precariedade das instalações da Casa **possa ser vista como obstáculo, pela burocracia oficial**, para a sua efetiva legalização, **em que pese o belo e sensível trabalho** desenvolvido pela entidade (05/09/2001).

[...] a Missão Caminho pra Juventude **começou onde deveria começar**: na rua.

[...] instalações **simples, mas** muito bem cuidadas.

[...] Gerre Francisco Nobre faz de sua biografia – **que teria todos os componentes para ser apenas mais uma história triste, entre tantas de abandono e dor** – uma lição de vida, de resgate de outras vidas, de amor pelo próximo e de cidadania.

A história que Betinho contou na peça [...] **é de fazer chorar de tristeza, mas também rir de alegria** [...] (24/10/2001).

Verifica-se que os apelos centrais são destacados em um jogo construído nos títulos pela utilização de termos que permitem determinadas associações ao cotidiano relatado e relacionado aos agentes mobilizadores e/ou aos destinatários. São todas expressões de sentido duplo, que produzem efeito de ambigüidade não apenas pelo jogo de palavras, mas pelos juízos de valor que as acompanha, como os trechos da matéria veiculada no dia 05/09/2001 demonstram:

Aposentada alimenta sonho de crianças (título)

Rede de amigos apóia e ajuda a manter entidade (título da sub-retranca)

Amor e atenção são os pratos principais na Casa Luz do Amanhecer, onde são atendidas cerca de 60 carentes dos 3 aos 17 anos (subtítulo do texto principal)

Mulher, negra e pobre, D. Nair é exemplo de que se pode fazer muito com pouco (olho)

Dona Nair e os meninos: “Procuramos falar todas as línguas do amor, sem distinção de religião, de sexo e de cor” (legenda)

A garotada na hora do “sopão”: reforço na alimentação e aprendizado (legenda)

Todas as matérias vêm acompanhadas de um box intitulado “Perfil” que mantém alguns aspectos fixos (como nome, idade, religião, família – com nome do cônjuge e dos filhos, ou estado civil no caso de agentes mobilizadoras solteiras –, profissão ou principal ocupação). O box também inclui elementos variáveis de acordo com o entrevistado, como esporte, lazer, hobby, signo, outras atividades, time de futebol, música, formação e sonho.

Os elementos invariantes podem ser entendidos como aspectos aos quais o discurso confere maior importância. Verifica-se que correspondem aos eixos de valor salientados na cenografia.

Nesse mesmo box, um item intitulado “serviço” traz formas de contato com a instituição. Por vezes a potencial motivação para o contato não é evidenciada, por outras,

diferentemente da Coluna Social, que direciona para finalidades de apoio, este encaminhamento se dá para potenciais destinatários. Essa abordagem aponta para uma visão mais ampliada dos possíveis interesses em relação às iniciativas, pelo menos neste espaço do texto, como se observa na descrição abaixo:

- Projeto 2000 (15/08/2001) e Casa da Criança Luz do Amanhecer (05/09/2001) – traz endereço e telefone;
- Escola Campineira (20/08/2001) – dirigido a destinatários:

As escolas interessadas em participar do Projeto Escola Campineira de Cidadania podem entrar em contato com a OAB Campinas, pelo telefone [...].

- Missão Caminho pra Liberdade (24/10/2001) – além de endereço e telefone, traz breve descrição da instituição e perfil dos destinatários:

Entidade sem fins lucrativos que atende 28 crianças e adolescentes em situação “de rua”, encaminhadas pelo Conselho Tutelar da Criança e do Adolescente e Vara da Infância [...].

Topos genérico

A empresa jornalística mostra sua face

Em um primeiro momento, a *Instituição Midiática* se apresenta como um *topos* multifacetado, ocupando outros espaços discursivos. Ela se constitui como instância de apoio em relação aos projetos relatados – por meio da divulgação e contatos que propicia entre os mesmos e potenciais apoiadores –, e como agente mobilizadora – quando se considera a elaboração e desenvolvimento de cada seção como um projeto específico, de interesse comunitário.

Além dessa inserção em vários lugares, a *Instituição Midiática* também estrutura para si um outro lugar próprio, privilegiado pela condição mesma do campo em que se constitui: atua na ordenação e circulação de discursos, e ainda detém o poder de auto-inserir-se na narrativa, num movimento de auto-referencialidade que contribui para promoção de uma determinada imagem institucional.

Ao pensar no lugar privilegiado que o jornalismo ocupa, vale retomar a constituição do âmbito simbólico da forma como discorre Gomes (2000 : 16), com base na afirmação de Saussure:

“Se ‘tomado em si o pensamento é como uma nebulosa’, o primeiro papel a salientar para a demarcação que se introduz com a linguagem, com o corte simbólico, é justamente o de organizar que se realiza na operação de discriminação que é o de dar nomes às coisas.

Entretanto, essa organização é de uma natureza específica: ao nomear/discriminar há um processo de determinação de um dado a ver e pensar, determinação de percepções, de sínteses cognitivas. Wittgenstein chama a esse processo de ‘apresentação do mundo’, outros, como Deleuze, Derrida, Lacan, o identificam à construção da ‘realidade’”.

Processo de simbolização que trata de uma ordenação, de uma organização do mundo, de uma distribuição de valores (Gomes, 2003 : 23). Segundo a autora, essa condição se associa ao jornalismo por este “operar em desdobramento à função originária da linguagem: organiza o espaço social. A seleção exercida pela palavra sobre um substrato [...] é uma operação re-encenada a cada vez que a palavra é tomada” (ibid. : 89).

Assim, como ela afirma, ao considerar o jornalismo como um fato de língua, deve-se levar em conta seu papel na instituição social, que é o de organizar discursivamente (Gomes, 2000 : 19). Papel que, de acordo com a autora, se exerce em alguns termos (ibid. : 20-30):

- **Pela função testemunhal:** que implica confirmação do pacto primeiro fundado na comunidade estabelecida pelo compartilhamento de uma língua, a vigilância sobre o exercício de poder e o desenho do espaço social por meio da hierarquização: seja pela ordem de importância, colocação de valores ou pela escolha e priorização das temáticas;
- **Pelo testemunho do testemunho:** solicitado pela condição de dissimetria entre ordem simbólica e um real/referente: algo sempre escapa, há um sem sentido que não pode ser abarcado por nenhuma palavra. E se nenhuma palavra basta, como argumenta, todo testemunho vai implicar o ‘testemunho do testemunho’.

No jornalismo, segundo ela, essa função opera por meio da estratégia de referencialidade para um efeito de realidade, tomando-se como recurso os sinais de remetência ao real: elementos que compõem a verossimilhança, como contrapartida na ausência de uma “Verdade” em plenitude. Como ressalta a autora: “no jornalismo o jogo da credibilidade se joga sobre o sucesso da referencialidade suposta” (Gomes, 2000 : 30).

Sobre as estratégias discursivas, no caso do jornalismo, ela defende que

“[...] esses recursos já disponíveis na linguagem com os quais se monta a narração sem que ela se denuncie como montagem, dizem respeito ao ponto de confluência das disciplinas, pelo qual elas se realizam e no qual encontram sua causação: a vontade de saber, ou de verdade, como produção da verdade” (Gomes, 2003 : 97 – grifos da autora).

A autora também aborda o poder normativo dos discursos de nos apresentar uma orientação de vida: adoção, internalização e ação de normas, leis e códigos que “se organizam na linguagem como unidades de conteúdo, unidades que por sua vez ordenam nossas formas de ver o mundo e agir nele” (Gomes, 2002 : 27).

Ela associa a operação discursiva a palavras de ordem – no sentido de Deleuze e Guattari, isto é, como atos que estão ligados aos enunciados por uma ‘obrigação social’ – funcionando, como dispositivo disciplinar nos mesmos termos em que operam as instituições (família, escola, quartel etc.) “educando para um enfoque específico” (Gomes, 2003 : 57-58).

Esse poder organizador e disciplinar se relaciona diretamente a outro aspecto evidenciado nas matérias que é seu lugar como instância autorizada para classificação e julgamento daquilo que é apresentado como um dado a ver.

Nas seções em estudo essa questão se visualiza em pareceres conferidos pelo jornalista sobre aspectos que caracterizam a narrativa e, ainda, ao poder de julgar e avaliar aquilo que apresenta como exemplo (ou não) de participação nessa mesma sociedade, como o estudo dos lugares conferidos às instâncias de apoio, agentes mobilizadores e destinatários faz evidenciar. O que se complementa nas palavras de Bucci:

“A bem da verdade (dos fatos e dos discursos), a velha função simbólica do direito – a função de ordenar os conceitos e os valores, estabelecendo o lugar do proibido e o lugar do Bem – vem sendo progressivamente ocupada, exercida e usurpada pela mídia. Sim, uma função simbólica, que inclui o efeito normatizador, punitivo e assim por diante” (Bucci, 2003 : 12).

A idéia de posicionamento privilegiado da *Instituição Midiática* nessa hierarquia, como aquela que detém a palavra de autoridade na cena enunciativa construída, remete aos argumentos de Maingueneau quando fala sobre o lugar ocupado pelo fabulista e que pode ser estendido à imprensa.

Para o autor, “por definição, o fabulista coloca-se no nível enunciativo mais elevado, acima de todos os seus personagens: ele é responsável pela moralidade, que impõe um sentido à narrativa. Detém a última palavra”. Ele diz ainda que, “por mais que o forte seja forte, a força de seu verbo deve se equiparar à do fabulista que lhe dá a palavra. De maneiras diferentes, tanto o lobo quanto o escritor mantêm discursos sem réplica” (Maingueneau, 2001b: 162).

Esse lugar de destaque conferido ao jornalismo é reforçado ao se atrelar sua função de organização discursiva do espaço social ao seu papel por excelência de circulação desses discursos que produz, como a verdade dos fatos.

Poder que se potencializa ao se abordar o jornalismo inserido nos meios de comunicação de massa como um espaço “por onde os discursos terão seu ponto máximo de difusão” (Gomes, 2003 : 45), que confere visibilidade a determinadas ordenações sociais que se materializam em normas e condutas a serem vividas.

Gomes (2000 : 24) aponta que o princípio da referencialidade, que promove o efeito de realidade no discurso jornalístico, “diz respeito a um sistemático esquecimento da ordem simbólica, e de si mesmo como imerso nesta ordem, para enaltecimento de um real como auto-suficiente, como não mediatizado, na suposição de pura concretude”.

Ao considerar as palavras da autora, pode-se apontar uma ruptura nessa característica do discurso jornalístico nas seções em estudo. Situação que ocorre com maior ênfase na Coluna Social, com marcações explícitas de uma entrada em cena do enunciador, mas também, na seção Cidadão 2001, de maneira mais diluída no texto, como forma não marcada da heterogeneidade mostrada⁶⁷, por meio de jogos de palavras e associação a estereótipos sociais.

Gomes (2000 : 66) diz que a ausência de marcas de um enunciador na narrativa – ou, pode-se falar, a ausência aparente⁶⁸ – “faz pensar os fatos como contando-se por si próprios”. Sendo o recurso à composição em terceira pessoa, segundo ela, o grande princípio pelo qual se apaga a mediação do jornalista, jornal, fontes, condições técnicas, discurso corrente (o ideológica ou o politicamente correto) e, finalmente, a própria língua (Gomes, 2003 : 90). O que se complementa, quando ela afirma que

“No jornalismo impresso, contam-se os fatos de um terceiro por meio do verbo na terceira pessoa, em virtude de sua impessoalidade. Tudo se passa como se não houvesse nenhuma colocação de valores ou hierarquização. Contudo há sintagmas que delatam a falsidade desse distanciamento” (Gomes, 2000 : 66).

Observa-se que, apesar da construção em terceira pessoa, que implica o distanciamento da *Instituição Midiática* como enunciadora, esta se faz presente no relato, de diversas formas: desde a produção do acontecimento a ser narrado, como também, por meio de marcas diversas que possibilitam a visualização de um direcionamento relativo à enunciação e à identificação do lugar amplo conferido à *Instituição Midiática*.

⁶⁷ Essa forma de heterogeneidade é abordada por Jacqueline Authier-Revuz (1990 : 34) e melhor explicitada no decorrer dessa análise, nas palavras da autora. É um tipo de heterogeneidade também verificada na Coluna Social, principalmente no jogo entre elementos dos títulos e ambientes relatados.

⁶⁸ Ausência que se afirma como aparente com base nas palavras da autora de um real sempre mediado, a partir do corte simbólico: “se tudo o que temos, o ser falante, pensante e social de que nos falava Kristeva, vem com o simbólico, nosso acesso ao real é sempre *mediado*, dado numa outra dimensão que não a dele, dado na ordem simbólica” (Gomes, 2000 : 31).

Considerando tal afirmação, vale pensar em quais são os aspectos validados e valorizados nas matérias em estudo como elementos indicativos do encaminhamento que a enunciação assume, bem como das hierarquias e relações de poder nela instaurados. E ainda, em nome do quê e de quem falam os discursos por ela evocados, o que se torna visível ao se observar o lugar conferido às instâncias de apoio, agentes mobilizadores e destinatários dos projetos.

Tais questões tornam-se cruciais ao se abordar um discurso que fala em nome do interesse público e bem comum. Pois, como defende Gomes (2002 : 43), ainda que tenhamos que conservar em mente os processos que apontam o caminho do bem e do mal, da ortodoxia e da heresia, “se quisermos uma visada mais ampla, é preciso reconhecer que eles são imanentes à produção do humano, que eles são os agenciamentos sociais pelos quais nos colocamos”.

Entre as marcas da presença de um enunciador podem ser citadas expressões e interjeições que se colocam como impressões dos jornalistas sobre aquilo que está sendo relatado, com ênfase para a Coluna Social, na cena em torno da “celebridade”. Nesses casos, remete-se à abordagem de Maingueneau, quando afirma que, “ao comentar sua própria fala enquanto está sendo produzida, o enunciador produz uma espécie de enlaçamento na enunciação” (Maingueneau, 2001 : 158).

Como outro elemento que aponta para um exterior do texto, e também para um enunciador, pode-se mencionar a constante recorrência à utilização de aspas na Coluna Social.

Para Authier-Revuz, ao se circunscrever um ponto de heterogeneidade marcada no discurso, como se faz com as aspas, “ao mesmo tempo que elas colocam um exterior em relação ao qual se constitui o discurso, estas formas postulam uma outra exterioridade: aquela do enunciador capaz de se colocar em qualquer momento distante de sua língua e de seu discurso, isto é, de se ocupar, diante deles, tomando-os localmente como objeto, numa posição exterior de observador” (Authier-Revuz, 1990 : 30), o que confere identidade ao discurso e dá forma ao sujeito enunciador.

Porém, não se observa clareza quanto aos critérios para sua utilização, o que se subentende pelos constantes neologismos utilizados, que podem ser tidos como palavras que compõem ou não o repertório do seu co-enunciador, como os termos “cadeirantes” e jam⁶⁹ evidenciam. Ambas palavras de uso ainda pouco conhecido para um universo mais amplo de pessoas, a primeira é marcada entre aspas e a segunda não. Situação que, novamente, aponta para a presença de um enunciador que opera tais marcações e escolhas.

⁶⁹ O primeiro termo é mencionado na matéria “Marcos Suzano faz jam em casa de cultura” (29/11/2001) e o segundo, na matéria “Coluna presta contas do primeiro ano” (21/02/2002).

Maingueneau (2001 : 163) comenta que, não colocando aspas em determinadas palavras, “o enunciador indica que essas palavras pertencem ao universo verbal dos leitores do jornal. Pouco importa que o leitor real conheça ou não essas palavras: o enunciador pressupõe a existência de um leitor-modelo, para quem elas são familiares”.

Na seção Cidadão 2001, embora a linguagem seja bem distinta daquela empregada pela coluna da Folha, a utilização de adjetivos, a atribuição de juízos de valor e a recorrente menção a estereótipos associados aos mesmos se constituem como marcas da presença desse enunciador e remetem à afirmação de que “o discurso [...] move-se na órbita de uma sabedoria imemorial: provérbios, lugares-comuns de todos os gêneros embelezam o texto para concentrar sua moral” (Maingueneau, 2001b: 91-92), o que se menciona aqui com reticências em relação à idéia dessas marcas como “embelezamento” do texto.

São marcas que remetem também à fala de Jacqueline Authier-Revuz (1990 : 34):

*“Efetivamente, as formas não marcadas da heterogeneidade mostrada – discurso indireto livre, ironia ... de um lado, metáforas, jogos de palavras ... de outro lado – representam, pelo continuum, a incerteza que caracteriza a referência ao outro, **uma outra forma de negociação** com a heterogeneidade constitutiva; uma forma mais **arriscada**, porque joga com a diluição, com a dissolução do outro no um, onde este, precisamente aqui, pode ser enfaticamente confirmado mas também onde pode se perder” (grifos da autora).*

Essas marcas e as observações que suscitam levam a pensá-las como índices que contribuem para a estruturação de uma imagem relacionada à *Instituição Midiática*, à empresa jornalística. Nas colunas em estudo, percebe-se a relação entre estilos de linguagem, recortes na língua e um posicionamento específico de cada um dos jornais ou atributos relacionados a uma imagem relativa aos mesmos.

Para Maingueneau (2001b: 104), “O escritor não é confrontado com a língua, mas com uma interação de línguas e de usos, com aquilo que se poderia chamar de uma **interlíngua**”. Assim, “o escritor negocia através da interlíngua um *código de linguagem* que lhe é próprio. Escreve portanto sobre as fronteiras: não tanto *em francês*, *em italiano*, etc., quanto na junção instável de diversos espaços de linguagem”. Observação que remete a diversas expressões visíveis na Coluna Social.

Ele afirma ainda que, além de atuar com a diversidade das línguas, o escritor se confronta também com “a pluriglosia ‘interna’ de uma mesma língua. Essa variedade pode ser de origem geográfica (dialetos, regionalismos...), ligada a uma estratificação social (popular, aristocrática...), a situações de comunicação (médica, jurídica...), a níveis de língua (familiar, oratório...)” (ibid. : 108).

Essas combinações mostram-se de maneira diferenciada nas seções em estudo e apontam para seus posicionamentos específicos, o que se associa a Peter Burke, ao abordar a língua e o jargão como elementos constituidores da identidade de um grupo.

Para esse autor, “uma das manifestações mais importantes de identidade coletiva é a língua” (Burke, 1995 : 94). Ele afirma que uma língua secreta ou jargão “apresentava vantagens práticas para um grupo à margem da sociedade respeitável”, mas que este também era um meio de identificação do grupo pelos intrusos. Para ele, pode-se suspeitar que a língua também era um símbolo de identidade para os membros do grupo (ibid. : 103).

Pelo exposto, pode-se relacionar o código lingüístico utilizado nas matérias à noção de *ethos*, da maneira como traz Maingueneau, ao falar em sua forma no plural:

*“A retórica antiga compreendia por *ethé* as propriedades que os oradores se conferem implicitamente através de sua maneira de dizer: não o que dizem explicitamente sobre si próprios, mas a personalidade que mostram através de sua maneira de se exprimir. [...] A eficácia desses *ethé* está, precisamente, vinculada ao fato de que de certo modo eles envolvem a enunciação sem serem explicitados no enunciado. O que o orador pretende ser, dá a entender e mostra: não diz que é simples e honesto, mostra-o através da sua maneira de se exprimir” (2001b : 137-138 – grifos do autor).*

O que pode ser complementado quando ele aborda o *ethos* como “uma maneira de dizer que remete a uma *maneira de ser*, ao imaginário de um vivido” (ibid. : 146).

Dessa forma, ao se observar a linguagem utilizada pelos jornais nas colunas em estudo, pode-se dizer que à Coluna Social corresponde um *ethos* mais descontraído. Entre outros aspectos, pela recorrente utilização de termos de um linguajar coloquial, aproximado da oralidade, e mesmo observações e impressões do enunciador explicitadas no enunciado. Linguagem menos formal, que é característica do caderno em que é veiculada a coluna – a “Folha Equilíbrio” – apresentado pela empresa como aquele que “quer ajudar o leitor a viver melhor, a ter uma vida mais saudável e feliz”, e que se presume em consonância com o público leitor do caderno, em sua maioria (53%) jovens em idade entre os 20 e 39 anos⁷⁰. Estilo de linguagem que, além de informal, também traz características daquele das colunas sociais, as quais se tornaram um gênero jornalístico reconhecido na sociedade brasileira, sobre a qual se discorre mais detalhadamente à diante.

Já a seção Cidadão 2001 traz uma cenografia marcada por um tom mais conservador, com apelo explícito a valores mais tradicionalistas relacionados à família, à prática de uma

⁷⁰ Dados extraídos de material publicitário distribuído pela Folha de S. Paulo às agências de propaganda, no ano de 2001.

religião e disciplina – como indícios de boa moral e de uma conduta tida como adequada para a boa convivência e manutenção da ordem em sociedade.

Nesta cenografia notam-se atributos conferidos a determinados sujeitos e ambientes em função de gênero, raça e classe social. Ela é publicada pelo mais tradicional jornal da região, cuja maioria dos leitores (54%) se situa em faixa acima dos 35 anos, com maior concentração (29%) naquela entre 45 e 64 anos⁷¹.

Assim, essas marcas contribuem para a visualização de uma cenografia e de seu direcionamento enunciativo e apresentam-se também como elementos que compõem o *ethos* dos jornais.

Verifica-se que nas seções estudadas esse modo de ser relacionado à empresa jornalística vai além das marcas e escolhas lingüísticas expressas em seu próprio discurso, ao assumir um espaço de intermediação entre instituições e/ou indivíduos, muitas vezes entre grupos de classes distintas: entre o mundo glamouroso das “celebridades” e dos possíveis apoiadores de causas sociais e aquele precário, relacionado ao ambiente dos que se situam como destinatários de um projeto social. Assim, a *Instituição Midiática* mostra-se como um lugar onipresente, passível de estabelecer relações e circular por todos os tipos de cenários.

Essa intermediação, no entanto, é promovida por iniciativa do próprio grupo jornalístico. É um acontecimento que tem motivação e direcionamento conduzidos pelos seus interesses e objetivos, o que leva à discussão apresentada por Gomes (2000 : 81).

“à escolha do acontecimento que é eleito como registrável, vem sobrepor-se a construção em espetáculo. É no que se torna, correntemente, qualquer apresentação da mídia, mas a dimensão excede quando a vida é previamente pensada como acontecimento midiático, como espetáculo, portanto”.

Essa dimensão é reforçada ao se considerar que, nas colunas em estudo, não é o cotidiano externo ao meio que se molda para aparição na tela, como alguns casos apresentados por Eco (1984) e comentados por Gomes (2000 : 81), mas sim, é a própria *Instituição Midiática* a responsável pela criação de um acontecimento a ser por ela relatado, num movimento de retroalimentação e auto-referencialidade, o que remete ao questionamento entre realidade e ficção levantado a partir de Eco, na análise das instâncias de apoio, e também à abordagem de Gomes (2000 : 82).

“Como causadora do acontecimento, a mídia torna-se ela própria acontecimento na auto-referencialidade: no jornal impresso que alardeia o fato de ter sido ele o primeiro a perceber a falcatrúia; ou o primeiro a

⁷¹ Dados extraídos de material publicitário distribuído pelo Correio Popular às agências de propaganda, no ano de 2001.

mentonar a corrupção entre parlamentares; o primeiro a ter em mãos as provas da implicação de tal político no assassinato de outro”.

Porém, como se viu, diferentemente desses exemplos, a *Instituição Midiática* não apenas toma parte ou é causadora de um acontecimento que se relaciona a um fato externo principal, mas sim, em alguns casos, é ela própria criadora do acontecimento de base, aquela que o planeja e produz como prática de outros discursos.

Entre os discursos constituintes da cena narrada, evidenciam-se aqueles pautados pela ação solidária e que afirmam a necessidade crescente dos indivíduos e organizações de se portarem de forma socialmente responsável (por mais genérico que seja o sentido que a expressão possa evocar). Um discurso que, ao se voltar para organizações, acarreta o imperativo da demonstração desse posicionamento como um fator de sobrevivência e destaque no campo de atuação, o que se relaciona diretamente à necessidade da exposição ampla e visibilidade dessas ações realizadas, para que possam ser percebidas pelo público em geral⁷².

A inserção dessas ações como pauta do cenário midiático é aspecto a salientar. Além da ampla exposição, a passagem por essa esfera incorpora outros sentidos aos acontecimentos, como por exemplo a idéia de relevância pela participação em um espaço que se funda em nome do interesse público e, como afirma Gomes (2002 : 68), que se apresenta como figura símbolo, portador do estandarte da responsabilidade pelos outros.

Maingueneau contribui para a discussão quando seus comentários sobre aspectos da obra literária são transpostos para o universo da imprensa:

“A ‘incorporação’ que o etos⁷³ convoca desenvolve-se ela própria a partir de uma corporalidade tão evidente que nos arriscamos a esquecê-la: a do texto. A obra não é apenas um certo modo de enunciação, constitui também uma totalidade material que, enquanto tal, é objeto de um investimento pelo imaginário” (Maingueneau, 2001b : 151).

“[...] se quisermos tornar a emergência de uma obra pensável, sua relação com o mundo no qual ela surge, não é possível separá-la de seus modos de transmissão e de suas redes de comunicação” (Maingueneau, 2001b : 83).

⁷² Dados apresentados pelo Instituto Ethos contribuem para evidenciar a relação entre a associação de uma imagem empresarial como “empresa socialmente responsável” e a consecução de fins mercadológicos. Segundo pesquisa realizada por esse Instituto sobre a percepção do consumidor brasileiro, no ano de 2001, em nove regiões metropolitanas do país: “contratar portadores de deficiência física (43%) e colaborar com escolas, postos de saúde e entidades sociais da comunidade (42%) são os principais procedimentos que os entrevistados consideram estimulantes para o consumo de produtos de uma empresa [...] Tanto em 2000 como em 2001, esses procedimentos ocupam respectivamente, o primeiro e o segundo lugares em importância como atitudes de responsabilidade social empresarial” (Instituto Ethos, 2001). Isso, além do que se apresentou no capítulo sobre o *terceiro setor*.

⁷³ A palavra *ethos*, nesta obra, vem grafada de forma diferente dos demais textos do autor utilizados, com exclusão da letra h.

Pelo exposto, conclui-se que a empresa jornalística cai no próprio jogo ao inserir-se no mesmo discurso que impõe a necessidade de conferir visibilidade às ações que realiza sob a rubrica do interesse coletivo para que ela seja valorizada como empresa em sintonia com seu tempo, isto é, que condiz com o discurso do “politicamente correto” ou “socialmente responsável”, com a realização de ações que demonstrem a aplicação desses conceitos.

Verifica-se aí um processo de legitimação duplicada: da empresa que age segundo determinados princípios, e do próprio campo de atuação, que fala em nome do interesse público e que, assim, não pode deixar de divulgar ações da sociedade civil que se expressam e falam como tal, principalmente no momento em que se tornam discurso corrente na sociedade a partir de diversas instituições⁷⁴.

Um jogo que vai além das ações realizadas, independentemente daquilo que mobilizam, pois permite caracterizá-las como atributos que conferem uma imagem para a empresa jornalística.

Naomi Klein, em seu livro “Sem Logo” (2003), demonstra a expansão de um discurso empresarial com foco no fortalecimento da imagem da marca e valorização de grandes corporações em âmbito mundial e em diversas esferas da vida cotidiana. O que ocorreu, segundo a autora, com base na idéia desenvolvida por teóricos da administração na década de 1980, de que as corporações de sucesso devem produzir principalmente marcas e não produtos (Klein, 2003 : 28).

Esse discurso que preza pela marca como estilo e experiência de vida (ibid. : 46) se associa à atuação da *Instituição Midiática* como construtora de fatos implicados em uma vertente similar de valorização da própria imagem corporativa. Nesse aspecto, tanto o Correio quanto a Folha agem de forma similar, desenvolvendo ações que contribuem para a construção de uma imagem institucional.

Entre as ações indicativas de um posicionamento do jornal e de atributos de imagem conferidos ao grupo midiático, podem ser citados projetos de cunho não-editorial⁷⁵.

Na Folha, evidencia-se a realização de iniciativas diversas, de base cultural, como promoção de debates entre outros projetos que conferem um caráter mais elitizado e diversificado. Como a exibição gratuita de filmes, que faz parte do projeto “Evento-Folha”, em parceria com a 26ª Mostra BR de Cinema, em outubro de 2002; além de palestras sobre temas variados, como abertura do mercado de gás (setembro/2003); saúde da mulher (maio/2003), comércio eletrônico (novembro/2000) e, ainda, debates com candidatos à

⁷⁴ Essa participação se acentuou com a instituição do Ano Internacional do Voluntariado pela ONU, em 2001, movimento que contou com um comitê brasileiro bastante atuante, presidido por Milu Villela.

⁷⁵ Apesar de projetos de cunho não-editorial, vale mencionar que estes se inserem nos jornais como pauta de matérias ou em anúncios publicitários veiculados pelos mesmos.

Presidência da República, em 2002 e a promoção do *Prêmio Folha Top of Mind*, voltado para as marcas brasileiras mais lembradas, em sua 13ª edição em 2003, entre muitos outros⁷⁶.

No Correio, verificam-se freqüentes campanhas para arrecadação de donativos como alimentos, brinquedos, material escolar e produtos de higiene, além do projeto Correio Escola iniciado em 1992 e que se apóia na leitura do jornal como elemento didático para as diversas matérias da grade curricular, voltado para escolas da rede pública e também particular, e que inclui ainda ações direcionadas a professores.

Como afirma o jornal (Correio Popular : 03/04/2001), esse projeto também deu origem a outras iniciativas sociais, promovidas pelo grupo jornalístico. Entre estas, são citadas a criação de três grupos de coral, um curso de sapateado em parceria com a Prefeitura Municipal de Campinas, e o projeto Repórter Mirim, “através do qual alunos vivenciam a experiência de um dia como jornalistas na redação do Correio Popular”.

Pode-se dizer, com apoio no cenário apresentado, que esses projetos se evidenciam como prática de um discurso auto-promocional, da mesma maneira como aborda Klein (2003 : 53):

“A publicidade e o patrocínio sempre se voltaram para o uso da imagem para equiparar produtos a experiências culturais e sociais positivas. O que torna diferente o branding⁷⁷ dos anos 90 é que ele cada vez mais procura retirar essas associações do reino da representação e transformá-las em uma realidade de vida. Assim, a meta não é apenas ter atores mirins bebendo Coca-Cola em um comercial de TV, mas que os estudantes debatam conceitos para a próxima campanha publicitária da Coca-Cola nas aulas de inglês”.

No caso do Correio, verificam-se ainda outros projetos editoriais, como os cadernos especiais “A conspiração do bem” publicado em 2001, Responsabilidade Social – “Neste jogo todos vencem” (2002) e “O caminho do bem” (2003), que enfocam ações empresariais, apresentadas como exemplo de “responsabilidade social”.

Há ainda projetos editoriais patrocinados por organizações da região, como a seção Cidade Limpa⁷⁸, veiculada aos domingos, em 2003, com patrocínio da Unimed, e da seção Cidadania, publicada às sextas-feiras, no mesmo ano, e patrocinada pela CPFL – Companhia

⁷⁶ Fonte de dados: http://www1.folha.uol.com.br/folha/especial/2002/mostrabrdecinema/evento_folha.shtml;
http://www.ctgas.com.br/materias_setembro/business2470.htm;
<http://www1.folha.uol.com.br/folha/equilibrio/noticias/ult263u2421.shtml>;
http://www.ebit.com.br/ebit1/bitNoticias/html/Nov21_folhasp.htm;
<http://www.portalimprensa.com.br/materia/materia.asp?cod1=240>

⁷⁷ Termo utilizado pela autora e mantido pelo tradutor, que remete à gestão de marcas.

⁷⁸ O jornal apresenta a seção em box de topo de página, que diz: “O Projeto Cidade Limpa, parceria entre o **Correio Popular** e a Unimed Campinas, é uma série de reportagens que tem por objetivo divulgar iniciativas do Poder Público e representantes da sociedade civil na preservação da qualidade de vida na cidade”. (grifo do jornal)

Paulista de Força e Luz. Esta empresa também apóia o Projeto Cidadão 2001, que continuou a ser publicada como Projeto Cidadão 2002 e, na versão seguinte, Projeto Cidadão RAC-CPFL 2003 reforçando o enfoque para as empresas promotoras.

É interessante considerar as seções em estudo como aquelas que conferem atributos às empresas jornalísticas, quando são apresentadas como espaços abertos pela *Instituição Midiática* para divulgação de ações de interesse público, desenvolvidas pela sociedade civil. Espaços divulgados como contribuição do grupo jornalístico para a sociedade, mas que, ao mesmo tempo, são produtos que essas empresas têm a oferecer, explorando a associação de imagem que a temática possibilita também a seus patrocinadores⁷⁹.

Essa situação preocupa pelo que suscita em torno do comprometimento da liberdade de imprensa e expressão a que remete essa relação cada vez mais imbricada entre patrocinador e *Instituição Midiática*, pois, como afirma Klein,

“Quando qualquer espaço é comprado, mesmo que apenas temporariamente, ele muda de forma ao se ajustar a seus patrocinadores. E quanto mais espaços anteriormente públicos⁸⁰ são vendidos a corporações ou ‘marcados’ por elas, mais nós, como cidadãos, somos obrigados a jogar de acordo com as regras corporativas para ter acesso a nossa própria cultura” (2003 : 209-210).

Segundo estudos da mesma autora realizados em universidades, e que podem ser expandidos para outras ações de mesma base, verifica-se que “independentemente das intenções quando os acordos são assinados, o fato é que o direito de expressão da universidade é com frequência reprimido quando entra em conflito com os interesses de um patrocinador corporativo” (ibid. : 121).

Ao contrário do que acontece com a seção Cidadão 2001 a publicação da Coluna Social da Folha se tornou cada vez mais esparsa no ano de 2002, até que deixou de ser publicada em 2003. A descontinuidade desta coluna de forma paulatina traz um paradoxo em relação à idéia de prestação de contas ao leitor, como enuncia a matéria que comemora um ano de publicação da seção(21/02/2002). Desaparecimento que remete ao vínculo do jornalismo com a atualidade, cujo efeito, segundo Gomes (2000 : 82) “é a efemeridade como princípio e o desaparecimento como estratégia”⁸¹.

⁷⁹ Ver Anexos-2 materiais sobre os “Projetos Sociais” extraídos do site da RAC (<http://www.rac.com.br/projetossociais>)

⁸⁰ Embora os jornais em estudo sejam empresas de propriedade privada, ainda assim, essa observação pode ser estendida a seu universo, já que sua atuação se justifica em nome do interesse público, como se explorou no início deste tópico.

⁸¹ Vale apontar a participação especial ou em caráter como “free-lancer” dos jornalistas que redigem essas colunas, como outro aspecto que se associa a essa efemeridade. É um detalhe que remete a uma participação em caráter excepcional e temporário. Por outro lado, pode-se pensar em uma segmentação da atuação do jornalista como especialista em determinada temática, o que remete aos desdobramentos relativos às circunscrições de campo como operação simbólica em relação à idéia de “responsabilidade social”, com a existência de jornalistas especializados em cobrir esse tipo de pauta.

Porém, apesar dessa descontinuidade, a temática continua a ser abordada pelo mesmo caderno freqüentemente, como matéria principal, e também como parte da coluna intitulada Foco Nele ou Foco Nela, que apresenta determinado sujeito que se destaca em sua área de atuação. Em determinados casos, relaciona-se a projetos de cunho social⁸².

O nome das seções é outro aspecto a destacar. Segundo Maingueneau (2001 : 212), “o nome de marca é um nome próprio. Como tal, ele permite identificar de maneira direta o seu referente [...]”. Uma função testemunhal que opera como um princípio produtor de discursos “que lhe permitem investir em seus produtos um certo número de valores específicos: a seriedade, a juventude, etc.” (ibid. : 208).

Assim, torna-se relevante a associação entre o termo com o qual são nomeadas e os discursos que as constituem, para identificação de sentidos que contribuem para formação de um *ethos* que as caracterize, e também, aos grupos jornalísticos que as publicam.

“O nome de uma marca [...] está associado a um conjunto variável de representações sedimentadas ao longo do tempo, uma ‘imagem de marca’, sobre a qual a empresa deve agir constantemente. [...] Por mais que uma marca se coloque como uma identidade que transcende os enunciados que ela produz, ela é, na realidade, modificada por esses enunciados: tais enunciados podem reforçar ou, ao contrário, modificar esse imagem. [...] A marca encarna, assim, sua identidade por intermédio dos discursos que ela produz [...]” (Maingueneau, 2001 : 212 – grifos do autor).

No Correio, o nome da coluna remete à figura de um “cidadão” modelo que se apresenta como exemplo de participação social. Ele é o agente mobilizador que contribui com a comunidade. Evoca um discurso disciplinar em nome da doação pessoal para melhorar a vida de outros apresentados como carentes (Correio Popular, 08/07/2001).

Ao se considerar as afirmações de Manzini-Covre (2001 : 73) - de que o pressuposto básico para a existência da cidadania é o de que os sujeitos ajam e lutem por seus direitos e que esta depende da ação e pressão dos subalternizados - verifica-se nessa seção uma visão encurtada e elitista do termo, relacionada apenas a ações de auxílio, associadas à atuação de um determinado sujeito que conquista o apoio de outros colaboradores para colocar seu projeto em prática. Não se observa um processo de envolvimento efetivo da população e dos destinatários na elaboração e execução dessas ações.

Cidadania esvaziada ao se abordar esta categoria de forma plena como uma “estratégia de luta para uma nova sociedade [...]”. Luta que inclui pressões, greves e desobediência civil,

⁸² Como exemplos dessa afirmação podem ser mencionadas: a matéria de capa do dia 24 de julho de 2003, que aborda o movimento “Orgulho Surdo”, e a coluna Foco Nele, veiculada no dia 17 do mesmo mês, sobre as ações desenvolvidas pelo coordenador de uma instituição voltada para a preservação de tartarugas marinhas.

se necessário, mas com o fim de manter o processo civilizatório contra um processo [...] que pode por abaixo conquistas anteriores” (Manzini-Covre 2001 : 40).

Uma cidadania que “avança, mas também desmobiliza” (ibid. : 45) quando acena para uma maior participação da sociedade civil em questões comunitárias, porém, voltada apenas para o atendimento de necessidades básicas da população e para determinados aspectos sociais.

Reforça-se assim uma enunciação conservadora e individualista, mesmo que a partir de ações inconformadas e voltadas para o coletivo, pois, como diz a autora, “é preciso trazer as coisas até o visível político (ter presente sempre a negociação), para que o cotidiano se transforme historicamente” (Manzini-Covre, 2001 : 73).

Em relação à “coluna social”, Murilo César Ramos contribui para o desdobramento de tal denominação quando se considera seu formato bastante reconhecido no jornalismo, mas também em uma outra configuração que se visualiza na seção em estudo.

Sobre o primeiro aspecto, o autor trata do desenvolvimento histórico desse tipo de coluna no país:

“[...] à medida que se consolidava e crescia a massificação do jornalismo, ele estendia a sua atenção para um tipo de fato diverso relacionado com um determinado tipo de pessoa: a celebridade. Eram os artistas e os literatos logo no início desse processo; atores e atrizes depois (do teatro, do cinema, do rádio e da televisão). Eram também os ricos, com seu luxo, seu fausto, heróis da vida mundana. A curiosidade pública foi sempre atraída, e eu aproximo agora essa questão da cena brasileira, pelo conhecimento ora da tragédia na favela, ora do champanha servido à beira da piscina” (Ramos, 2002 : 248-249).

De acordo com ele (ibid. : 249-253), a partir do Rio de Janeiro dos anos 1950, o colonismo social tornou-se uma sólida instituição da imprensa brasileira, cujo formato, oriundo das colunas de mexericos norte-americanas, enfatizava “personalidades mundanas, suas viagens, suas festas de aniversário e casamento, divórcios e infidelidades veladas”.

Essas menções se associam à coluna da Folha em estudo, quando esta se propõe a levar semanalmente uma “personalidade” para contribuir com um projeto social, com cobertura da visita, e apresenta como foco do interesse jornalístico muito mais a “celebridade” convidada do que o projeto desenvolvido pela instituição com a qual visa colaborar.

As considerações evidenciam a participação dessa “celebridade” como um atrativo para a coluna, ainda mais quando se considera a informação de que as pesquisas de opinião feitas periodicamente pelas empresas jornalísticas apontam a coluna social como um dos itens preferidos pelo leitor (Ramos, 2002 : 257). De forma recíproca, remetem à participação por

parte da “celebridade” como uma forma de visibilidade e legitimação do lugar que esta ocupa como tal.

A idéia de uma ação puramente em nome do auxílio a um projeto se desmonta ao se observar o caráter disciplinar que permeia o cenário midiático na atualidade. Como afirma Gomes (2003 : 77), “por sermos potencialmente vistos, agimos nos conformes. Tal estratégia se mostra tanto mais efetiva quanto mais a visibilidade se tornou objeto de desejo: cada qual como os seus devidos quinze minutos de fama”.

Caráter que se subentende no convite afirmado pela *Instituição Midiática* em relação à “celebridade” e que toca na qualidade dessa participação, pois, se o espetáculo midiático e a visibilidade por ele conferida se postam como objeto de desejo e como condição que o mantém nesta posição de “celebridade”, já que a passagem nesse espaço confere alguns ou muitos “minutos de fama”, suscita a possibilidade de haver outros interesses, além daqueles que o enunciado apresenta como motivação da ação, aquela de conhecer e contribuir com o projeto visitado.

Tal aspecto se reforça ao se levantar a questão de que “os estilistas de moda, as empresas de calçados de corrida, o mercado de mídia, personagens de desenho animado e celebridades de todos os tipos são mais ou menos o mesmo negócio: o negócio de fazer o marketing de suas marcas” (Klein, 2003 : 83).

Sob outro enfoque, a temática e os projetos abordados na seção em estudo inserem-se também em uma nova configuração da expressão “coluna social” apontada por Ramos, que se encaixa e expande para outros formatos da Coluna, além do relato da visita da “celebridade”:

“O colunismo social mudou e deverá mudar ainda muito mais, eu acredito, a ponto de num futuro próximo ter de abandonar a ênfase do seu qualificativo ‘social’ como referente da ‘alta sociedade’, do high society, em favor de uma ênfase do mesmo qualificativo que denote um sentido muito mais amplo de ‘social’ como referente da política e das mazelas que afligem uma parcela considerável, majoritária, enfim da sociedade brasileira” (Ramos, 2002 : 258 – grifos do autor).

O autor conclui que

“Só essa mudança de ênfase poderá fazer com que esse tipo de colunismo, de enorme importância na imprensa brasileira, seja coberto pelos padrões de ética e responsabilidade que, embora nem sempre, permeiam o noticiário das editoriais de política tradicionais” (id.).

Porém, em relação à Coluna em estudo, embora se presuma o mesmo sentido referente ao termo “social”, como este último abordado pelo autor, o enfoque da enunciação não é o mesmo que aquele idealizado por Ramos, principalmente quando se observam as hierarquias

estabelecidas por esse discurso, em que os ambientes pobres são apresentados como estigmas associados ao grotesco, à sujeira e à violência, entre outros aspectos.

Verifica-se nessa seção um misto das duas abordagens sobre o termo “social” de que fala Ramos, com uma cena enunciativa que pende mais para a valorização do espetáculo e *glamour* da primeira forma apresentada do que para uma maior seriedade e aprofundamento das questões políticas e sociais que uma abordagem mais responsável sobre o tema requer.

Sobre a construção de um *ethos* relacionado às colunas e às empresas jornalísticas, vale pensar nas marcas que as seções em estudo apresentam de seu co-enunciador suposto, pois

“O fato de que a palavra em seu caráter social tem uma orientação em direção a um interlocutor nos coloca nessa inserção em que ela é determinada por algo que lhe precede (todo o corpo lingüístico e as situações em que este se realiza, sempre na diversidade) e para o qual ela se projeta, na suposição de um interlocutor mergulhado na mesma esfera” (Gomes, 2000 : 63).

A atribuição de um *ethos* só adquire sentido se pensada em função da existência desse co-enunciador, e assim a enunciação só se justifica por encontrar eco e ancoragem na sociedade, pela sua capacidade de adesão. Uma maneira de ser que remete ao imaginário de um vivido e, em que:

“[...] trata-se de atestar o que é dito chamando o co-enunciador a se identificar com uma certa determinação de um corpo em movimento, apreendido em seu entorno social” (Maingueneau, 2001b : 146).

Nas matérias estudadas, a enunciação deixa entrever uma visão específica para cada coluna, com um tom mais informal na Folha e outro mais conservador no Correio, porém, em ambas as seções perpassa a idéia de incorporação, da constituição de uma comunidade discursiva em torno de um discurso em nome da solidariedade, do auxílio ao próximo como valores pressupostos compartilhados por seus co-enunciadores.

Porém, tem-se por base uma mesma visão virtuosista, em que as ações são apresentadas como pura positividade, enunciadas de forma afirmativa e que dispõe sobre a ação correta (Gomes, 2002 : 64). E que despreza o caráter complexo da natureza humana, cuja consideração pressupõe abertura para a discussão e a negociação, bem como atenção para as relações de poder que fundamentam as relações sociais.

Ainda é importante perceber, como a autora afirma (ibid. : 65), que onde quer que a virtude habite, “põe em causa uma conformidade à moral já constituída e, de certo modo, barra as interrogações sobre a validade/pertinência do estabelecido”.

Pelo que foi dito em relação ao *topos*, faz-se relevante pensar na caracterização daquilo que é apresentado como interesse público e sua relação com o interesse privado. Como afirma Gomes (2003 : 103), “as notícias sempre partem de algum lugar que se dimensiona pelos seus interesses específicos, [...]. E isso significa discursos *atravessando* e compondo os indivíduos: o ponto em que o poder se realiza numa rede microfísica”.

Da mesma forma como se questionou determinadas ações abarcadas pela circunscrição do *terceiro setor*, pode-se questionar a publicação das colunas estudadas meramente como seções em nome do interesse público, o que remete às palavras de Klein (2003 : 64):

“[...] Em sua forma mais ousada e descompromissada, a mídia jornalística pode proporcionar modelos viáveis para a proteção do interesse público, mesmo sob forte pressão corporativa, [...]. Por outro lado, na pior das hipóteses, a mesma mídia mostra o quão profunda pode ser a distorção dos efeitos do branding em nosso discurso público – particularmente porque o jornalismo, como qualquer outro segmento de nossa cultura, está sob constante e crescente pressão para se fundir com as marcas.

Parte dessa pressão crescente provém da explosão de projetos de mídia patrocinados: revistas, web sites e programas de televisão que convidam patrocinadores corporativos a se envolver no estágio de desenvolvimento de um empreendimento”.

De modo geral, pelo que se verifica, os projetos são apresentados como um “efeito cascata”: iniciativas sobre as quais um agente mais preparado deve interferir, da mesma maneira que estão autorizadas a interferir na vida dos destinatários. A figura de autoridade desloca-se na enunciação à medida que se depara com um agente supostamente “mais esclarecido”, cabendo à imprensa o lugar no topo da pirâmide, ao qual é permitido o julgamento das ações relatadas, bem como a disposição e visibilidade de condutas e valores a serem seguidos. Sendo os outros lugares elementos que refundam seu papel como tal.

A esse agente “mais esclarecido” se associa uma enunciação que valoriza a imagem do grupo jornalístico, como empresa atuante que contribui com a comunidade em que está inserida. O divulgar de fatos e histórias de interesse público, que é a razão de ser do jornal, transforma-se em responsabilidade social como algo extraordinário que este realiza. De um produto à venda para a empresa jornalística, as seções são divulgadas como bem-feitorias, como contribuições para a sociedade, atributos que se expandem para os seus patrocinadores.

Vestígios de outras relações possíveis

Pelo que se observou nas seções analisadas da Folha de S. Paulo e do Correio Popular, apesar das características específicas de cada coluna, verifica-se de maneira geral uma enunciação que evidencia e refunda hierarquias dominantes na sociedade contemporânea.

Porém, como qualquer produção simbólica, o discurso jornalístico se apresenta como escolha, como tomada de posição. Como argumenta Gomes (2000 : 83), “a lógica da escolha, qualquer escolha, é a exclusão. A seleção feita deixa de lado não só acontecimentos, aos quais não se deu atenção (que portanto não existiriam para a mídia), **mas também os enfoques possíveis**” (grifo nosso).

A autora afirma que a interpretação faz-se implícita na exclusão de outras possíveis e que “o fragmento, que se mostra tão bem na diagramação dos jornais e nas próprias notícias, muitas vezes mais para notas, aponta para a inteireza que lhe falta, remete sempre para um outro lugar” em que há, segundo ela, uma reserva de algo que pode ser recuperado, “algo disponível como notícia” (Gomes, 2000 : 83).

Assim, nas matérias estudadas, se por um lado a cena enunciativa ratifica posições de poder atualmente dominantes, é justamente nos lugares discursivos e ambientes que são destituídos nessa enunciação, onde transparecem vestígios de outras relações, o que se verifica de diversas formas:

- no modo de vida alternativo e nas relações mais próximas entre agente mobilizadora e destinatários, como se entrevê na matéria da Coluna Social, veiculada no dia 08 de novembro de 2001, sobre o trabalho desenvolvido no Centro de Terapia Luiza;
- nas relações mais democráticas entre agente mobilizadora e suas apoiadoras, com a realização de um trabalho conjunto, em aprimoramento constante, como se observa na matéria do projeto Cidadão 2001, publicada no dia 05 de setembro de 2001, sobre a Casa da Criança Luz do Amanhecer;
- ou então com uma atuação voltada para a mobilização por direitos e viabilização de ações de apoio mútuo, com maior participação comunitária, como aponta a entrevista com Francilene Rodrigues, publicada pela Folha, em 30 de outubro de 2001.

Aspectos que são indicativos de relações mais democráticas e atitudes pró-ativas.

Entre esses vestígios, destaca-se o caso do Orçamento Participativo, mencionado na entrevista, por Francilene Rodrigues. Este aparece, como instância de apoio na consecução de alguns objetivos da instituição. Porém, relaciona-se a algo que pode ser muito maior, dependendo da forma como for gerido.

Ao se considerar as palavras de Leonardo Avritzer (2002), pode-se dizer que nesse tipo de gestão participativa prevê-se maior divisão das relações de poder entre Estado e sociedade, e, o que é principal, incluindo parcelas da população muitas vezes caracterizadas como inferiores, à margem, excluídas do contrato, a quem caberia o papel de aceite de doações, como as matérias contribuem para demonstrar.

Assim, pode-se falar em uma ação que levanta novas possibilidades de participação em sociedade, por remeter a outra visada sobre os sujeitos normalmente tidos como destinatários dos projetos e por que, além de colocar em cena a importância da participação da sociedade civil, implica de forma fundamental a participação do Estado.

Essa simples menção, aponta para seu pressuposto, não trabalhado na matéria, que é a existência de população que se associa na proposição e deliberação de um projeto, que busca apoio para conseguir sua aprovação em reunião comunitária e, assim, não se contenta com o papel que lhe é conferido por uma camada dominante, ao assumir um novo espaço aberto à participação pública.

Um caso exemplar de vestígios que se apresentam na enunciação e que, embora não explorados, remetem para outras possibilidades. Outros lugares, novos sistemas possíveis no mundo contemporâneo, além daquele que regido por um pensamento ou visada dominante.

Como ratificação dessa afirmação, desse tipo de gestão da verba pública como um exemplo de alternativas que evidenciam de outras relações pouco valorizadas pelo discurso midiático, mas cujo enunciado ali inscrito deixa indícios de sua possibilidade e existência, vale levantar algumas conclusões de Leonardo Avritzer em estudo sobre o Orçamento Participativo de Porto Alegre e de Belo Horizonte, experiências conhecidas como exemplos positivos dessa forma de gestão.

Segundo o autor, o Orçamento Participativo (OP) foi introduzido pela administração do Partido dos Trabalhadores (PT) em Porto Alegre a partir de 1989 e, em Belo Horizonte, a partir de 1993. Ele afirma que em período anterior, ambas as cidades foram exemplos da interferência dos “atores autoritários nas formas de vida cotidiana da população de baixa renda” (Avritzer, 2002 : 19).

“durante o autoritarismo, dois tipos de ‘políticas urbanas’ predominaram nas duas cidades. No caso de Porto Alegre [...] as áreas ocupadas pela população de baixa renda praticamente não receberam obras de infraestrutura urbana. A parte menos organizada da população foi removida e alocada em uma região denominada Restinga.

Processo semelhante ocorreu em Belo Horizonte, a primeira cidade planejada do Brasil, fundada na última década do século XIX e cujo planejamento não foi capaz de comportar o deslocamento da população de baixa renda do campo para a cidade. [...] Durante o período

autoritário [...] uma grande parte das favelas mais centrais foi removida para a periferia da cidade” (id.).

Avritzer (2002 : 39-40) comenta que em 1989, um ano após vencer as eleições para a prefeitura de Porto Alegre, o Partido dos Trabalhadores começou a implementar o Orçamento Participativo naquele município, e em Belo Horizonte, em 1992, quando assumiu o governo local. Segundo o autor:

“Uma avaliação do Orçamento Participativo mostra que, enquanto prática, ele democratiza a relação entre a sociedade civil e o poder local. Ainda mais relevante, uma avaliação do OP mostra que a forma de deliberação pública é superior às outras formas institucionais existentes, em virtude da sua capacidade de criar mais eficiência administrativa e maior equidade”.

Como aspectos de destaque para a argumentação tecida neste trabalho, que apontam para indícios de novas relações presentes no enunciado, destacam-se os trechos abaixo:

“A relevância do OP como política participativa parece ser a sua capacidade de se tornar um instrumento de participação da população de baixa renda e de transferência de recursos materiais públicos para essa faixa da população”

“Ele inverte prioridades estabelecidas nessas cidades há décadas e consegue colocar limites claros à ação dos mediadores políticos, substituindo-os por fóruns nos quais a população toma as principais decisões quanto à distribuição de recursos materiais” (Avritzer, 2002 : 40).

Ou, como Sérgio Baierle (2000 : 193), conclui sobre formas de participação popular, entre as quais cita o Orçamento Participativo:

“É inegável que estas experiências representam hoje um acúmulo histórico e um pólo de articulação de identidades populares que permanece em disputa com o modelo dominante, cujas políticas ‘sociais’ nada mais têm produzido do que a ampliação do apartheid social [...]” (grifo do autor).

Pelo exposto, ratifica-se a idéia de que, por meio das marcas que o discurso jornalístico oferece em seu enunciado, podem-se levantar elementos que permitem pensar as relações sociais de forma diferente do que este mesmo discurso faz enaltecer. Evidências de sua inserção na ordem simbólica e de sua tomada de posição, apresentada aqui em relação à divulgação de projetos de origem não-governamental e que se afirmam em nome do interesse público e sem fins lucrativos.

Considerações finais

Este trabalho visou de forma prioritária trazer elementos que contribuíssem para um olhar mais aprofundado sobre o debate público promovido pela imprensa em torno de iniciativas do *terceiro setor*, como um discurso em valorização na sociedade contemporânea que se posta em nome da atuação privada, com finalidade não lucrativa e voltada para o “bem comum” e interesse público. Como fechamento, busca-se levantar os principais pontos observados e algumas das correlações que se tornaram visíveis durante o processo de pesquisa e análise das matérias jornalísticas.

Conforme abordado no capítulo dedicado à apresentação do *terceiro setor*, conceitualmente este se compõe por uma grande variedade de iniciativas em que, em geral, se sobressai a idéia de ação voluntária. Abrange desde ações mais politizadas, desenvolvidas por determinadas ONGs, até outras meramente assistencialistas, além de incluir projetos ligados a empresas ou doações individuais isoladas, por exemplo.

A participação social que esse discurso promove, a exemplo das iniciativas descritas, pode basear-se em discursos, por vezes, antagônicos entre si e cujas fronteiras tornam-se pouco nítidas, até mesmo entre aspectos que delimitam o próprio campo, o que torna relevante questionar a idéia de setor, a qual tende à diluição das diferenças que podem ser social e politicamente significativas (Beres e Landim, 2002).

No Brasil, a cidadania é apontada por alguns autores como elemento unificador do segmento, seja por meio da ampliação do sentido de suas práticas (Fernandes, 1994;1997) ou em nome da qual falam todas elas (Gohn, 2000). Porém, ao se considerar as múltiplas (e por vezes contraditórias) conotações que são incorporadas à noção de cidadania na sociedade contemporânea, acaba-se por evidenciar ainda mais a precariedade de se reunir indistintamente, sob um mesmo bloco, ações tão díspares.

Mais do que isso, sendo o termo cidadania cunhado no âmbito da participação política e relacionado ao exercício de direitos e deveres de uma comunidade, sua apropriação contribui para a sublimação das fronteiras internas do campo, por permitir a associação entre tais iniciativas e a atribuição da idéia de pertença social plena e responsabilidade em relação ao contexto social, independentemente do tipo de ação realizada.

A abordagem da temática pela imprensa se faz importante quando se reconhece a relevância que esta assume atualmente na legitimidade e visibilidade que confere àquilo que divulga e quando se observa a emergência de discursos que interpelam à participação da sociedade civil em determinadas questões sociais.

Nos jornais analisados (Correio Popular e Folha de S. Paulo), nota-se grande volume de menções a iniciativas que podem ser circunscritas pelo conceito do *terceiro setor*, bem como, em outros jornais e meios, o que evidencia uma posição de destaque desse tipo de pauta e das práticas aí inscritas.

Verifica-se ainda a presença dos gestores dessas ações como pessoas autorizadas a falar pelas e sobre as comunidades em que se inserem. Por outro lado, estes conferem credibilidade ao discurso da imprensa, ao se postarem como testemunho credenciado do fato divulgado, o que torna possível afirmar a ocorrência de um processo de legitimação recíproca entre essas instâncias.

Visando evidenciar o direcionamento que a enunciação assume, a análise do *corpus* final privilegiou a construção da topografia formada pelas principais posições constitutivas do campo: destinatários, agentes mobilizadores e instâncias de apoio, além da instituição midiática. A partir desse objetivo, selecionaram-se as seções Cidadão 2001 e Coluna Social, criadas pelos jornais para cobertura de pautas relacionadas ao *terceiro setor* ou voluntariado. Nelas, expõe-se uma cena enunciativa que refunda hierarquias e relações de poder dominantes na atualidade.

Tal fato é reforçado quando se reúnem as principais características atribuídas a esses lugares em associação aos sentidos que se somam ao conceito de cidadania, abordados no primeiro capítulo dessa dissertação. Notam-se nas matérias vários sentidos acoplados ao termo. Ao acesso aos direitos e à existência como cidadão são fixadas e enaltecidas algumas situações, tais como:

- a doação de qualquer espécie a outros menos favorecidos economicamente ou que vivam em condições sociais tidas como precárias;
- o oferecimento de oportunidades a pessoas consideradas “carentes”, para que superem tal condição e se tornem aptas a viver nessa sociedade competitiva e de consumo;
- o acesso ao mercado formal de trabalho e o estar ali empregado.

Ao se retornar às considerações de Baierle (2000), Manzini-Covre (2001) e Dagnino (1994), observa-se que essas questões se assemelham, de forma específica ou conjunta:

- a uma noção organicista do termo, em que a cidadania e os direitos a ela correlacionados são vinculados ao acesso ao mercado formal de trabalho;
- a um viés social-democrata, em que o cidadão é identificado como o consumidor ou o contribuinte;
- um direcionamento democrata-cristão, nas matérias em que a idéia de cidadania evocada se refere ao cidadão como aquele que contribui para o “resgate” de outros indivíduos situados em um patamar da não-cidadania.

Pelo discurso enaltecido, à massa de despossuídos resta a possibilidade de encaixe individual em um desses projetos e de assimilação do que ali for transmitido para que uma mudança de condição se torne viável. Verifica-se assim que a cidadania é associada muito

mais a agentes mobilizadores e instâncias de apoio, sendo os destinatários dos projetos, a população a ser salva de sua não existência simbólica como cidadãos.

Nessa abordagem fica de lado a exploração de aspectos associados a uma idéia de participação direta e indireta dos indivíduos como sujeitos políticos que ocupam espaços de decisões coletivas, em que se torna fundamental a ação dos subalternizados (Manzini-Covre, 2001), ou ainda, em uma visada ampliada, uma cidadania que vai além da aquisição formal-legal de direitos e passa a ser tecida no âmbito das relações sociais (Dagnino, 1994).

Percebe-se, assim, uma cena enunciativa que ratifica a concentração do poder de ação nas mãos de determinadas instâncias e nunca a visão de que camadas pobres da população possam agir para uma mudança substancial de condição. As ações são validadas por tomarem como base a solidariedade, vista como auxílio a outros carentes.

Um discurso que enaltece relações unidirecionais, de alguns muito ou um pouco mais privilegiados, voltadas para aqueles mais necessitados, embora seu enunciado deixe traços de outras relações e situações possíveis.

Como aspecto explicitado na análise, faz-se importante mencionar a observação de uma segunda tópica que perpassa esses quatro lugares discursivos, em torno da construção simbólica da pobreza. Em relação a ela tecem-se as posições dicotômicas do incluído e do excluído, do cidadão e do não-cidadão, do bem e do mal.

Como observa Vera da Silva Telles, associada à figuração da pobreza, como lugar dos excluídos, percebe-se a necessidade de diferenciação em que hierarquias são estabelecidas a partir de fronteiras tênues em um mesmo ambiente precário. Essa diferenciação é jogada para o âmbito moral e leva a pensar os problemas coletivos como questões individualizadas, em que “homens e mulheres se reconhecem como sujeitos capazes de lidar com os azares da vida e de se distanciar, se diferenciar dos que foram pegos pela maldição da pobreza” (Telles, 2001 : 82).

Ao se correlacionar esse processo de segmentação relativo a ambientes pobres às evidências de que o poder de um grupo estabelecido está condicionado à forte coesão entre seus membros (Elias e Scotson, 2000), pode-se afirmar que essas matérias contribuem para a valorização de ações individualizadas e fragmentadas, mesmo que voltadas para o coletivo, minimizando as possibilidades de visão de seu potencial político de ação e de enfrentamento conjunto das dificuldades vividas.

Do outro lado, as matérias apresentam a idéia de inclusão como sinônimo da assimilação daqueles que ascendem à posição de cidadãos em um espaço indiferenciado, um ambiente de iguais, o que oculta as hierarquias estabelecidas entre classes e grupos distintos, bem como, situações de conflito, desigualdades e relações de poder ali presentes.

Ao se voltar às matérias que compõem o inventário de ocorrências, observa-se que, apesar das múltiplas possibilidades de recorte sobre a temática, os principais aspectos identificados em torno da caracterização de agentes mobilizadores, instâncias de apoio e destinatários dos projetos podem ser estendidos a grande parte desse *corpus* inicial (matérias que compõem o inventário de ocorrências) excluindo-se determinados aspectos relacionados à instituição midiática, que se apresentam de maneira peculiar nas colunas estudadas, além daquelas matérias pautadas por ações que assumem explicitamente um enfoque mais politizado, cuja compreensão da cenografia pede um estudo mais aprofundado. Sobre estas, no entanto, o que se pode afirmar é que não recebem em geral o mesmo destaque.

Assim, pelo que se observa, a aplicação da metodologia desenvolvida pode contribuir para a análise de outros *corpora* de mesma temática, como meio para identificação do direcionamento enunciativo e hierarquias estabelecidas no discurso. Possibilidade que não se restringe a textos de mídia de massa, estendendo-se a outros textos impressos e ainda a discursos cotidianos de instituições e projetos, sendo que, para tal ampliação, cabe melhor a substituição da idéia de um lugar conferido especificamente à instituição midiática para aquele ocupado pelo enunciador.

Por tudo que foi visto desde a abordagem do *terceiro setor*, passando pelos aspectos observados na triagem das matérias e pela análise das colunas, nota-se que, embora se possa falar em uma ampliação desses discursos pautados por uma maior participação da sociedade civil, acentua-se uma visão restrita sobre o tema.

As ações são valorizadas por um viés virtuosista, em nome do bem ao próximo, em detrimento de um enfoque que compreenda aspectos políticos e aprofundamento de questões ligadas aos diferentes tipos de relações sociais, as quais refundam hierarquias, bem como, as desigualdades que se buscam amenizar.

Conclui-se então por um debate público empobrecido nas colunas analisadas, em que a condição de cidadania se posta em relação ao poder aquisitivo dos indivíduos, a lugares de suposto saber ou a uma visão da solidariedade apenas como doação a outros. Com evidência de uma cena na qual a imprensa se apropria e se insere como sujeito ativo nesse discurso, com a divulgação e reprodução de algumas de suas práticas.

Se para Michel Foucault (2001), uma hipótese repressiva em torno do discurso da sexualidade desconsidera que essa repressão não foi sinônima à redução de discursos sobre o sexo, aqui, a proliferação de matérias não é correlata à abrangência de enfoques.

Porém, há de se manter fiel ao lugar de onde se parte, da linguagem como processo de recorte sobre um real inapreensível como todo, mas que deixa marcas de outras relações além daquelas evidenciadas. Se a toda palavra de ordem corresponde um apelo para uma linha de fuga (Gomes, 2003 : 60), a observação dessas marcas como índices de outras visadas é algo a ser pensado quando se buscam outras configurações e abordagens que apontem, não

para a naturalização do estabelecido, mas para as brechas entreabertas de outros devires, outras distribuições de valores, outras ordenações.

Como retoma Maurice Mouillaud de Georges Didi-Huberman “toda e qualquer visão contém um algo mais que ela própria: o que não pode ou não deve ser visto” (Mouillaud, 1997 : 40). Daí a importância de se pensar nos vestígios de outras abordagens possíveis. Cenários que permanecem virtuais, insistindo para serem escritos para que se tenha uma visão mais ampla das relações tecidas na sociedade brasileira.

Referências bibliográficas e bibliografia consultada

ALVAREZ, Sonia E. e DAGNINO, Evelina (orgs.). **Os movimentos sociais, a sociedade civil e o “terceiro setor” na América Latina** : reflexões teóricas e novas perspectivas. Campinas : IFCH/Unicamp. Primeira Versão 98. Outubro/2001.

AUTHIER-REVUZ, Jacqueline. **Palavras incertas** : as não-coincidências do dizer. Campinas : Editora da Unicamp, 1998.

_____. "Heterogeneidade(s) enunciativa(s)". Em: **Cadernos de Estudos Lingüísticos**. Campinas : Unicamp (19) : 25-42, jul./dez, 1990.

AVRITZER, Leonardo. “O orçamento participativo: as experiências de Porto Alegre e Belo Horizonte. Em: DAGNINO, Evelina (org.). **Sociedade Civil e Espaços Públicos no Brasil**. São Paulo : Paz e Terra, 2002.

BAIERLE, Sérgio. “A explosão da experiência: a emergência de um novo princípio ético político nos movimentos populares urbanos em Porto Alegre. Em: BAIERLE, Sérgio. **Cultura e política nos novos movimentos sociais latino-americanos** : novas leituras. Belo Horizonte : Editora UFMG, 2000.

BAKHTIN, Mikhail. **Estética da criação verbal**. São Paulo : Martins Fontes, 1992.

BARTHES, Roland. “Estrutura da Notícia”. Em: BARTHES, Roland. **Crítica e Verdade**. São Paulo : Perspectiva, 1970.

BAUMAN, Zygmunt. **O mal estar da pós-modernidade**. Rio de Janeiro : Jorge Zahar, 1998.

BECKER, Maria Lúcia. **Informação, internet e cidadania na cidade de Curitiba**. Tese de mestrado. Instituto de Artes, Departamento de Multimeios, Unicamp. Campinas, 2001.

BENVENISTE, Émile. **Problemas de lingüística geral I**. Campinas : Pontes/Editora da Unicamp, 1988.

BERES, Neide e LANDIM, Leilah. “**Introdução a ocupações, despesas e recursos** : as organizações sem fins lucrativos no Brasil”. Extraído de [www.rist.org.br] em 16/05/2002.

BORGES, Rosane da Silva. **Jornalismo-verdade ou condenação sumária?** : jornalismo policial e os mal-ditos no programa de TV Bandeira 2. Dissertação de mestrado. Departamento de Jornalismo e Editoração (CJE), Escola de Comunicações e Artes/USP. São Paulo, 2002.

BRANDÃO, Helena Nagamine. **Introdução à análise do discurso**. Campinas : Unicamp, 1996.

BURKE, Peter. **A arte da conversação**. São Paulo : Editora da Unesp, 1995.

CACCIA BAVA, Silvio. **O terceiro setor e os desafios do Estado de São Paulo para o século XX**. Mimeo, 2000.

CACCIA BAVA, Silvio. “O terceiro setor e os desafios do Estado de São Paulo para o século XX”. Em: **Cadernos ABONG**, n. 27 - maio/2000. ONGs, identidade e desafios atuais. São Paulo : Editora Autores Associados, 2000.

CAMPOS, André [et. al.] (orgs.). **Atlas da exclusão social no Brasil** : volume 2: dinâmica e manifestação territorial. São Paulo : Cortez, 2003.

CAVALCANTE, J., COSTA, S.M., VIEIRA, G. (coords.). **Investimento social na idade média** : discurso e imagem da iniciativa privada na imprensa brasileira. São Paulo, 2000. Extraído do *site* da Agência de Notícias dos Direitos da Infância : www.andi.org.br 12/2000.

CARDOSO, Ruth. “Fortalecimento da sociedade civil”. Em: IOSCHPE, E. B. (org.). **3º Setor desenvolvimento social sustentado**. Rio de Janeiro : Paz e Terra, 1997.

CHAUÍ, Marilena. **Conformismo e resistência**: aspectos da cultura popular no Brasil. São Paulo : Brasiliense, 1986.

COELHO, Simone de Castro Tavares. **Terceiro Setor : um estudo comparado entre Brasil e Estados Unidos**. São Paulo : Editora Senac, 2000.

COELHO, Simone de Castro Tavares. **Terceiro Setor : um estudo comparado entre Brasil e Estados Unidos**. Tese de doutorado. Faculdade de Filosofia Ciências e Letras (FFLCH)/USP. São Paulo, 1998.

DAGNINO, Evelina. “Os movimentos sociais e a emergência de uma nova noção de cidadania”. Em: DAGNINO, Evelina (org.). **Os anos 90: política e sociedade no Brasil**. São Paulo : Brasiliense, 1994.

DAGNINO, Evelina (org.). **Sociedade civil e espaços públicos no Brasil**. São Paulo : Paz e Terra, 2002.

DERRIDA, Jacques. **A farmácia de Platão**. São Paulo : Iluminuras, 1997.

DOMENEGHETTI, Ana Maria. **Voluntariado** : gestão do trabalho voluntário em organizações sem fins lucrativos. São Paulo : Esfera, 2001.

DUCROT, Oswald; TODOROV, Tzvetan. **Dicionário Enciclopédico de Ciências da Linguagem**. São Paulo : Perspectiva, 2001. 3ª edição, 2ª reimpressão.

ECO, Umberto. **Viagem na irrealidade cotidiana**. Rio de Janeiro : Nova Fronteira , 1984.

ELIAS, Norbert ; SCOTSON, John. **Os estabelecidos e os outsiders** : sociologia das relações de poder a partir de uma pequena comunidade. Rio de Janeiro : Jorge Zahar, 2.000.

ERBOLATO, Mário. **Dicionário de Propaganda e Jornalismo**. Campinas : Papirus, 1985.

FALCÃO, Joaquim. “Por um jornalismo cívico”. Em: IOSCHPE, E. B. (org.). **3º Setor desenvolvimento social sustentado**. Rio de Janeiro : Paz e Terra, 1997 (p.131 a 155).

FALCONER, Andrés Pablo. As muitas causas do terceiro setor. Em: **Folha de S. Paulo**, caderno Folha [Sinapse], 16/12/2003.

FALCONER, Andrés Pablo e Vilela, Roberto. **Recursos privados para fins públicos: as grantmakers brasileiras**. São Paulo : Peirópolis, Grupo de Institutos Fundações e Empresas, 2001.

FERNANDES, Rubem César. **O Que é o Terceiro Setor**. In: [<http://www.rits.org.br>], extraído em 26/09/2000.

_____. “O Que é o Terceiro Setor”. IOSCHPE, E. B. (org.). **Em: 3º Setor desenvolvimento social sustentado**. Rio de Janeiro : Paz e Terra, 1997.

_____. **Privado porém público**. Rio de Janeiro : Relume Dumará, 1994.

FERREIRA, Nilda Teves. **Cidadania : uma questão para a educação**. Rio de Janeiro : Nova Fronteira, 1993.

FOUCAULT, Michel. **História da sexualidade : a vontade de saber**. Rio de Janeiro : Graal, 1997.

_____. **A ordem do discurso**. São Paulo : Edições Loyola, 1996.

_____. **A arqueologia do saber**. Rio de Janeiro : Forense Universitária, 1995.

FREITAS, Jeanne-Marie Machado de. **Comunicação e psicanálise**. São Paulo : Editora Escuta, 1992.

FREUD, Sigmund. **O mal estar na civilização**. São Paulo: Abril Cultural, 1978.

FREUD, Sigmund. Sobre o Narcisismo. Uma introdução. In: FREUD, Sigmund. **Edição Eletrônica Brasileira das Obras Psicológicas Completas de Sigmund Freud**. Rio de Janeiro : Imago Editora : CD –ROM, 1997, versão 1.0.

GOHN, Maria da .Glória. **Mídia, terceiro setor e MST**. Petrópolis : Vozes, 2000.

GOMES, Mayra Rodrigues. **Poder no jornalismo** : discorrer, disciplinar, controlar. São Paulo : Hacker Editores/Edusp, 2003.

_____. **Ética e jornalismo** : uma cartografia dos valores. São Paulo : Escrituras, 2002.

_____. **Jornalismo e ciências da linguagem**. São Paulo : Hacker/Edusp, 2000.

GRUPO DE ESTUDOS SOBRE A CONSTRUÇÃO DEMOCRÁTICA – “Os movimentos sociais e a construção democrática: sociedade civil, esfera pública e gestão participativa”. Em: **Idéias**, IFCH-UNICAMP, n5/6, 2000. (p.13 a 42)

INSTITUTO ETHOS de Empresas e Responsabilidade Social. **Ferramentas de Gestão** : responsabilidade social empresarial - 2002.

_____. **Responsabilidade social das empresas** : percepção do consumidor brasileiro, pesquisa 2001. São Paulo, 09/2001.

INTEGRAÇÃO. **Filantropia pede transparência**. Extraído do *site* [<http://integracao.fgvsp.br>] em 26/09/2000.

INTEGRAÇÃO. **Cresce número de pedidos de OSCIP**. Extraído do *site* em 15/11/2003 [http://integracao.fgvsp.br/Banco_Pesquisa/pesquisas_n22_2003htm]

IOSCHPE, Evelyn Berg (org.). **3º Setor desenvolvimento social sustentado**. Rio de Janeiro : Paz e Terra, 1997.

KISIL, Marcos. “Organização social e desenvolvimento sustentável: projetos de base comunitária”. Em: IOSCHPE, E. B. (org.). **3º Setor desenvolvimento social sustentado**. Rio de Janeiro : Paz e Terra, 1997. (p.131 a 155).

KLEIN, Naomi. **Sem Logo** : a tirania das marcas em um planeta vendido. Rio de Janeiro : Record, 2003.

KRISTEVA, Julia. **História da linguagem**. Portugal : Edições 70, 1994.

LACAN, Jacques. **O Seminário. Livro 7: a ética da psicanálise**. Rio de Janeiro : Jorge Zahar, 1991.

LALANDE, André. **Vocabulário técnico e crítico da filosofia**. São Paulo : Martins Fontes, 1986.

LANDIM, Leilah. “Nota para um perfil das Ongs”. Em: **ABONG – Associação Brasileira de Organizações Não-Governamentais**. [<http://abong.org.br>]. Extraído em 19/05/2002.

_____. “É o momento de pensar na desconstrução do nome ONG”. Entrevista para a **Revista do Terceiro Setor** : [<http://www.rits.org.br>]. Extraído em 21/01/2002 (b)

LANDIM, Leilah; SCALON, Maria Celi. **Doações e trabalho voluntário no Brasil : uma pesquisa**. Rio de Janeiro : 7 Letras, 2000.

LÉVI-STRAUSS, C. “Introdução à obra de Marcel Mauss”. Em: MAUSS, M. **Antropologia e Sociologia**. vol. I. São Paulo : Edusp, 1974.

LIPOVETSKY, Gilles. **O crepúsculo do dever** : a ética indolor dos novos tempos democráticos. Lisboa : Publicações Dom Quixote, 1994.

MARTINS, Paulo Haus. **Tema do mês de janeiro de 2001** : o prazo de dois anos da Lei da OSCIPs. Rits, 2001. Extraído de [www.rits.org.br/legislação] em 06/08/2001.

MAINGUENEAU, Dominique. **Análise de textos de comunicação**. São Paulo : Cortez, 2001.

_____. **O contexto da obra literária** : enunciação, escritor, sociedade. São Paulo : Martins Fontes, 2001(b)

_____. **Termos-chave da análise do discurso**. Belo Horizonte : Editora UFMG, 2000.

_____. **Novas tendências em análise do discurso**. Campinas : Pontes/Editora Universidade Estadual de Campinas, 1989.

MANZINI-COVRE, Maria de Lourdes. **O que é cidadania**. São Paulo : Brasiliense, 2001.

MARCOVITCH, Jacques. “Da exclusão à coesão social: profissionalização do terceiro setor”. Em: IOSCHPE, E. B. (org.). **3º Setor desenvolvimento social sustentado**. Rio de Janeiro : Paz e Terra, 1997.

MARSHALL, Thomas Humprey. “Cidadania e classe social”. Em: MARSHALL, T. H. **Cidadania, classe social e status**. Rio de Janeiro : Zahar Editores, 1967.

MOUILLAUD, Maurice. “Da forma ao sentido e A informação ou a parte da sombra”. Em MOUILLAUD, M. e PORTO, S. D. (org.). **O Jornal - da forma ao sentido**. Brasília : Ed. Paralelo 15, 1997.

MUYLAERT, Roberto. **Marketing Cultural e Comunicação Dirigida**. São Paulo : Globo, 1993.

ORDONEZ GARCIA, M.E. **Do anonimato ao exercício da cidadania** : estudo de caso de recepção de jornais por um grupo de trabalhadores do serviço doméstico. Tese de mestrado. Eca - USP, 1990.

ORLANDI, Eni Puccinelli. **Análise de discurso: princípios e procedimentos**. Campinas : Pontes, 1999.

PAOLI, Maria Célia. “Empresas e responsabilidade social: os enredamentos da cidadania no Brasil”. Em: SANTOS, Boaventura de Souza. **Democratizar a Democracia** : os caminhos da democracia participativa. Rio de Janeiro : Civilização Brasileira, 2002.

PÊCHEUX, Michel. **O discurso : estrutura ou acontecimento**. Campinas : Pontes, 1997.

PERUZZO, C.K. **Comunicação nos movimentos populares**: a participação na construção da cidadania. Petrópolis : Vozes, 1998.

RAMOS, Murilo César. “Intrigas da corte : jornalismo político nas colunas sociais”. Em: MOTTA, Luiz Gonzaga (org.). **Imprensa e poder**. Brasília : Editora Universidade de Brasília, São Paulo: Imprensa Oficial do Estado, 2002.

RODRIGUES, Adriano Duarte: “Delimitação, Natureza e Funções do Discurso Midiático”. Em MOUILLAUD, M. e PORTO, S. D. (org.). **O Jornal : da forma ao sentido**. Brasília : Ed. Paralelo 15, 1997.

RIFKIN, Jeremi. “Identidade e natureza do terceiro setor”. Em: IOSCHPE, E. B. (org.). **3º Setor desenvolvimento social sustentado**. Rio de Janeiro : Paz e Terra, 1997. (p. 16 a 23).

RITS – REDE DE INFORMAÇÕES PARA O TERCEIRO SETOR. [<http://www.rits.org.br>]

MOUILLAUD, M e PORTO, S. D. (org.). **O Jornal - da forma ao sentido**. Brasília, Ed. Paralelo 15, 1997.

SADER, Eder S. **Quando novos personagens entram em cena**: experiências, falas e lutas dos trabalhadores. Tese de doutorado. FFLCH/ USP, 1987.

SALAMON, Lester. “Estratégias para o fortalecimento do terceiro setor”. Em: IOSCHPE, E. B. (org.). **3º Setor desenvolvimento social sustentado**. Rio de Janeiro : Paz e Terra, 1997. (p. 89 a 111).

SALES, Teresa. “Raízes da desigualdade social na cultura política brasileira”. Em: **Revista Brasileira de Ciências Sociais**, nº25. Anpocs, 1994.

SANTOS, Wanderley Guilherme. **Cidadania e justiça** : a política social na ordem brasileira. Rio de Janeiro : Editora Campus, 1979.

SANTOS, Boaventura de Souza (org.). **Democratizar a democracia**. Os caminhos da democracia participativa. Rio de Janeiro : Civilização Brasileira, 2002.

SANTOS, Boaventura de Souza. “Para uma reinvenção solidária e participativa do Estado”. Em: PEREIRA, Luiz Carlos Bresser; WILHEIM, Jorge; SOLA, Lourdes (orgs.). **Sociedade e Estado em transformação**. São Paulo: Editora Unesp : 2001

SAUSSURE, Ferdinand de. **Curso de lingüística geral**. São Paulo : Cultrix, 1970, 2ª edição.

TELLES, Vera da Silva. **Pobreza e cidadania**. Editora 34 : São Paulo, 2001.

THOMPSON, Andrés A. “Do compromisso à eficiência? Os caminhos do terceiro setor na América Latina. Em: IOSCHPE, E. B. (org.). **3º Setor desenvolvimento social sustentado**. Rio de Janeiro : Paz e Terra, 1997.

Matérias utilizadas na análise

Folha de S. Paulo

ANDRELLO, Elka; DA GLÓRIA, Adriana. Fotógrafa faz ‘retrato social’ de mulheres. **Folha de S. Paulo**, São Paulo, 02/08/2001. Folha Equilíbrio, seção Coluna Social, p.13.

_____. Herchcovitch e a turma de garotos fina estampa. **Folha de S. Paulo**, São Paulo, 16/08/2001. Folha Equilíbrio, seção Coluna Social, p.8.

_____. Deficiente cria Ong com cara e coragem. **Folha de S. Paulo**, São Paulo, 30/08/2001. Folha Equilíbrio, seção Coluna Social, p.14.

_____. Paula joga com crianças em cadeiras de rodas. **Folha de S. Paulo**, São Paulo, 20/09/2001. Folha Equilíbrio, seção Coluna Social, p.14.

_____. Ex-catador de bola ensina tênis de graça. **Folha de S. Paulo**, São Paulo, 27/09/2001. Folha Equilíbrio, seção Coluna Social, p.12.

_____. Estilista vai às compras em bazar. **Folha de S. Paulo**, São Paulo, 04/10/2001. Folha Equilíbrio, seção Coluna Social.

_____. Ex-trafficante vira “ongueiro”. **Folha de S. Paulo**, São Paulo, 11/10/2001. Folha Equilíbrio, seção Coluna Social, p.6.

_____. Mulher de fibra é mãe para doentes e idosos. **Folha de S. Paulo**, São Paulo, 08/11/2001. Folha Equilíbrio, seção Coluna Social, p.12.

_____. Joaquina descobre show de sapateado. **Folha de S. Paulo**, São Paulo, 15/11/2001. Folha Equilíbrio, seção Coluna Social, p.12.

_____. Marcos Suzano faz jam em casa de cultura. **Folha de S. Paulo**, São Paulo, 29/11/2001. Folha Equilíbrio, seção Coluna Social, p.14.

Correio Popular

MÉRCIO, Jary. Projeto dá um golpe na exclusão social. **Correio popular**, Campinas, 15/08/2001. Primeiro Caderno, p.12.

_____. Advogadas dão lições de cidadania. **Correio popular**, Campinas, 29/08/2001. Primeiro Caderno, p.12.

_____. Aposentada alimenta sonho de crianças. **Correio popular**, Campinas, 05/09/2001. Primeiro Caderno, p.12.

_____. Do caminho das pedras ao da liberdade. **Correio popular**, Campinas, 24/10/2001. Primeiro Caderno, p.12.

Matérias de apoio

Folha de S. Paulo

_____. Coluna presta contas do primeiro ano. **Folha de S. Paulo**, São Paulo, 21/02/2002. Folha Equilíbrio, seção Coluna Social, p.14.

Correio Popular

Cidadão 2001 premia quatro projetos. **Correio Popular**, Campinas, 12/12/2001. Primeiro Caderno, p.12.

FREITAS, Renata. Correio Escola completa uma década. **Correio Popular**, Campinas, 03/03/2002. Caderno Cidades, p. 10.

GASQUES, Vilma. RAC e CPFL entregam prêmio a voluntários. **Correio Popular**, Campinas, 18/12/2001. Primeiro Caderno, p.12.

RAC e CPFL premiam voluntariado. **Correio Popular**, Campinas, 08/07/2001. Primeiro Caderno, p.5.

MÉRCIO, Jary. RAC e CPFL lançam ‘Projeto Cidadão 2002’. **Correio Popular**, Campinas, 24/04/2002. Primeiro Caderno, p.10.

Síntese publicações on-line

ABONG – Associação Brasileira de Organizações Não-Governamentais.
<http://abong.org.br>.

CAMPANHA “CRIANÇA ESPERANÇA”: <http://redeglobo6.globo.com/CEsperanca/>

CAMPANHA “TELETON”: <http://www.teleton.org>

FÓRUM SOCIAL MUNDIAL – publicação *online* sobre o Fórum Social Mundial, realizado em Porto Alegre, em janeiro de 2001. <http://www.forumsocialmundial.org.br>

INTEGRAÇÃO - Revista eletrônica do Terceiro Setor. Veiculada pela Fundação Getúlio Vargas. <http://integracao.fgvsp.br>.

RITS – REDE DE INFORMAÇÕES PARA O TERCEIRO SETOR. <http://www.rits.org.br>

Anexos – 1

**Matérias utilizadas como fonte de análise –
dispostas por jornal e seção ou sub-seção em ordem cronológica**

Folha de S. Paulo

Foco – “celebridade”

1. Fotógrafa faz ‘retrato social’ de mulheres, 02/08/2001;
2. Herchcovitch e a turma de garotos fina estampa, 16/08/2001;
3. Paula joga com crianças em cadeiras de rodas, 20/09/2001;
4. Estilista vais às compras em bazar, 04/09/2001;
5. Joanelha descobre show de sapateado, 15/11/2001;
6. Marcos Suzano faz jam em casa de cultura, 29/11/2001.

Foco – “herói”

7. Deficiente cria Ong com cara e coragem, 30/08/2001;
8. Ex-catador de bola ensina tênis de graça, 27/09/2001;
9. Ex-traficante vira “ongueiro”, 11/10/2001;
10. Mulher de fibra é mãe para doentes e idosos, 08/11/2001.

Matéria de apoio

11. Coluna presta contas do primeiro ano, 21/02/2002.

Correio Popular

12. Projeto dá um golpe na exclusão social, 15/08/2001;
13. Advogadas dão lições de cidadania, 29/08/2001;
14. Aposentada alimenta sonho de crianças, 05/09/2001;
15. Do caminho das pedras ao da liberdade. 24/10/2001.

coluna social

ELKA ANDRELLO E ADRIANA DA GLÓRIA FREE-LANCE PARA A FOLHA

Fotógrafa faz 'retrato social' de mulheres

Com sua câmera, a fotógrafa Evelyn Ruman ajuda a recuperar a auto-estima de mulheres internadas em instituições. Ela clica meninas de centros de reabilitação, crianças com síndrome de Down, mulheres internadas em manicômios e, depois de revelar as fotos, que desenhem e pintem sobre a imagem delas nas fotos. A convite da "Coluna Social", Evelyn levou o "retrato social" para as mulheres da instituição Pró Mulher Família e Cidadania, em São Paulo.

Há 24 anos, a Pró Mulher dá atendimento psicossocial e jurídico a mulheres sem recursos financeiros, vítimas de maus-tratos domésticos. No início, só mulheres eram aceitas. Com o tempo, para trabalhar melhor a violência familiar, a instituição abriu a casa também para pais e filhos.

A ideia é resolver os problemas sem conflitos e garantir que a criança continue tendo uma mãe e um pai, mesmo se eles estiverem separados. "Muitas vezes, a violência doméstica é usada como forma para educar e transmitida de geração para geração. É um problema da sociedade, considerando-se que está ligada à violência urbana", explicou a psicóloga Regiandra Vicente.

As modelos estreadas capricharam na pose e saíram bem nas fotos. Com canetinhas coloridas, purpurina, pincéis e tintas, elas pintaram seus retratos. "Primeiro elas se reconhecem, associam uma cor à autopercepção e depois transformam suas imagens positivamente com a pintura", disse a fotógrafa.

Moacyr Lopes Júnior/Folha Imagem

As fotos feitas por Evelyn na Pró Mulher (ao lado) foram retocadas com tinta e purpurina pelas próprias fotografadas (abaixo)

O que parece ser brincadeira já tirou mulheres em depressão da cama. "Essas instituições homogeneizam as pessoas. Desde o início do meu trabalho, há 14 anos, percebi que a auto-estima era um instrumento de reabilitação e que, ao serem fotografadas, as pessoas passavam a se preocupar com sua imagem", disse Evelyn.

Depois que todas pintaram suas fotos, Evelyn pediu que avaliassem os retratos. "Estou me sentindo bem depois de pintar o retrato. Eu mesma não me valorizava. Descobri que eu ainda existo", disse M. "A gente se enxerga de uma maneira diferente. Vê como gostaria de ser, e fica mais fácil mudar depois. Pintar e mudar a minha imagem na foto me fez perceber que posso mudar a mim mesma", afirmou J.

Por normas de segurança, as internas da instituição não podem revelar seus nomes.

Pró Mulher Família e Cidadania: tel. 011/3812-4888. No dia 8/8, a fotógrafa Evelyn Ruman vai promover uma oficina sobre seu trabalho no Sesc Pompéia, em São Paulo. Mais informações pelo tel. 011/3022-8896. A "Coluna Social" leva toda semana uma personalidade para colaborar com um projeto social.

Fotos Evelyn Ruman

Palco O grupo Ter-nhos, formado por André (SP), está aos com a peça "Oço com Isso?", que de interesse da j sexualidade e doe te transmissíveis. no KVA (r. Car 2.958, Pinheiros), 15, 22 e 29/08, às 1 Teatro Municipal (praça Quarto C centro). Grátis. O de projeto da Sec são e Cidadania de

Curso de re abertas as inscrições de redação do Pro do por alunos e e (Escola de Comun da Faculdade de USP. Os alunos ap de redação e expr temas do país, liv vestibulares e cid tos de baixa renda ou estão concluindo têm preferência são 260. Inscrições candidato deve le alimento não pere açúcar. Tel. 011/xx/11

Direitos dos xuais O Gru Conscientizaç inaugurou o pr mento jurídico g dos direitos dos Estado do Rio de ções pelo e-mail iris.org.br.

Anexos-2

Materiais ilustrativos de ações de promoção de vendas ou reforço de imagem, que utilizam atividades de cunho social como apelo

1. Cópia de embalagem do açúcar União – 2003;
2. Cópia de embalagem do cereal em flocos Gold, da Nestlè – 2003;
3. Cópia de anúncio institucional da Coca-Cola – publicado na revista Consumidor Moderno nº59 – Julho de 2002;
4. Caso Shell – contraponto entre anúncio que afirma preocupação ambiental como princípio de atuação da empresa, publicado no jornal Valor Econômico, em 09/08/2001 e matérias veiculadas no mesmo mês que responsabiliza a empresa pela contaminação do bairro Recanto dos Pássaros, em Paulínia – SP, com intoxicação de moradores por exposição contínua aos poluentes lançados pela empresa;
5. Polícia conclui que Shell contaminou bairro. Folha de S. Paulo. Folha Campinas, 01/08/2001;
6. 69,7% querem vender imóvel para a Shell. Correio Popular, 30/08/2001;
7. Chamada editorial e anúncio publicitário do projeto Cidadão 2001 do Correio;
8. Menção à Coluna Social como seção de destaque da Folha Equilíbrio, inserida em material da área comercial do jornal distribuído às agências de propaganda;
9. Ações patrocinadas por empresas, destacadas como “Projetos Sociais”, do Correio Popular extraídos do *site* da RAC (<http://www.rac.com.br/projetossociais>).